

# **HISTÓRIA**

Questões  
& Debates



**Reitor**

Ricardo Marcelo Fonseca

**Vice-Reitora**

Graciela Inês Bolzón de Muniz

**Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação**

Helton José Alves

**Pró-Reitor de Extensão e Cultura**

Mayara Elita Braz Carneiro

*História: Questões & Debates*, ano 38, volume 71, n. 2, jul./dez. 2023  
Publicação semestral do Programa de Pós-Graduação em História da UFPR e da  
Associação Paranaense de História (APAH)

**Editores**

Marion Brepohl, Ozias Paese Neves, Thiago Possiede.

**Conselho Editorial**

Roseli Boschilia (Universidade Federal do Paraná, Presidente do Conselho), Álvaro Araújo Antunes (Universidade Federal de Ouro Preto), Ana Paula Vosne Martins (Universidade Federal do Paraná), Ana Silvia Volpi Scott (Universidade Estadual de Campinas), Angelo Piori (Universidade Estadual de Londrina), André Macedo Duarte (Universidade Federal do Paraná), Antonio Cesar de Almeida Santos (Universidade Federal do Paraná), Carlos de Almeida Prado Bacellar (Universidade Estadual de São Paulo), Carlos Jorge Gonçalves Soares Fabião (Universidade de Lisboa), Cláudia Rosas Lauro (Pontifícia Universidade Católica do Peru), Claudine Haroche (Universidade Sorbonne), Christian Laval (Universidade Paris Nanterre), Euclides Marchi (Universidade Federal do Paraná), José Guilherme Cantor Magnani (Universidade Estadual de São Paulo), José Manuel Damião Rodrigues (Universidade de Lisboa), Luiz Carlos Villalta (Universidade Federal de Minas Gerais), Márcio Sergio Batista Silveira de Oliveira (Universidade Federal do Paraná), Luiz Geraldo Santos da Silva (Universidade Federal do Paraná), Marcos Napolitano (Universidade Estadual de São Paulo), Maria Elena Barral (Universidad Nacional de Luján), María Laura Rosa (Universidad de Buenos Aires), Marilene Weinhardt (Universidade Federal do Paraná), Marion Brepohl (Universidade Federal do Paraná), Montserrat Duch Plana (Universidad Rovira i Virgili), Orazio Irrera (Universidade Paris 8), Pablo de la Cruz Dias Martinez (Universidade de Salamanca), Pedro Paulo Abreu Funari (Universidade Estadual de Campinas), Philippe Sabot (Universidade de Lille), Sergio Odilon Nadalin (Universidade Federal do Paraná), Renato Augusto Carneiro Júnior (Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias), Renan Frighetto (Universidade Federal do Paraná), Stefan Rinke (Universidade Livre de Berlim), Wolfgang Heuer (Universidade Livre de Berlim)

### **Endereço para correspondência**

História: Questões & Debates  
Rua General Carneiro, 460 – 6.º andar  
80060-150, Curitiba/PR  
Tel.: +55 (41) 3360 5105  
<http://revistas.ufpr.br/historia>

### **Revisão e Diagramação**

Programa de Apoio à Publicação Científica Periódica da Universidade Federal do Paraná

### **Capa:**

João Guilherme Züge

### **Foto da capa:**

Batalha de Anzac, em 1915.

**Disponível em:** <https://www.aussiegenes.net/john-james-kelleher/>

Os textos da revista estão licenciados com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 4.0 Internacional, Podendo ser reproduzidos, citados e distribuídos, desde que com a devida atribuição de autoria e para fins não comerciais.

Indexada por Ulrich's, Latindex, Periódicos CAPES, IBICT, RCAAP, PubMed e Medline (artigos relacionados com a história da saúde)

### **Patrocínio**

Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Paraná



Sistema Eletrônico de Revistas - SER  
Programa de Apoio à Publicação de Periódicos da UFPR  
Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação  
[www.prppg.ufpr.br](http://www.prppg.ufpr.br)

O Sistema Eletrônico de Editoração de Revistas (SEER) é um software livre e permite a submissão de artigos e acesso às revistas de qualquer parte do mundo. Pode ser acessado por autores, consultores, editores, usuários, interessados em acessar e obter cópias de artigos publicados nas revistas. O sistema avisa automaticamente, por e-mail, do lançamento de um novo número da revista aos cadastrados.

Coordenação de Processos Técnicos de Bibliotecas, UFPR

---

HISTÓRIA: Questões & Debates. Curitiba, PR: Ed. UFPR, — ano 1, n. 1,  
1980.

Volume 71, n. 3, jul./dez. 2023

ISSN 0100-6932

e-ISSN 2447-8261

1. História – Periódicos

---

Samira Elias Simões CRB-9/755

PUBLICADA NO BRASIL

PUBLISHED IN BRAZIL

Curitiba, 2023

## SUMÁRIO

### *APRESENTAÇÃO DO DOSSIÊ:*

- 06** Descompassos entre a história e a memória: novos olhares sobre um velho problema  
Roseli Boschilia  
Silvina Jensen

### *DOSSIÊ – DESCOMPASSOS ENTRE A HISTÓRIA E A MEMÓRIA: NOVOS OLHARES SOBRE UM VELHO PROBLEMA*

- 11** História Oral  
*Oral History*  
Alistair Thomson
- 46** Los exilios “plurales” de la Doctrina de la Seguridad Nacional en el Cono Sur  
*The “Plural” exiles of the National Security Doctrine in the Southern Cone*  
Silvina Jensen
- 76** Politicidad de las maternidades migrantes: etnografías en disímeles territorialidades migratorias transnacionales  
*Politicity of migrant motherhoods: ethnographies in different territorialities transnational migration*  
Claudia Pedone
- 109** Entre o lembrar e a escrita: olhares sobre a historiografia do Teatro Oficina - SP (Década de 1960)  
*Between remembering and writing: Views on the historiography of Teatro Oficina – SP (1960s)*  
Rosângela Patriota Ramos
- 143** Arquivo, memória e ditadura em três documentários subjetivos  
*Archive, memory and dictatorship in three subjective documentaries*  
Laecio Ricardo de Aquino Rodrigues  
Sara Rebeca Paulino de Brito

- 169** Entre memórias e monumentos: uma análise das relações da Sociedade Campo-grandense com os bens patrimoniais  
*Between memories and monuments: an analysis of the relations of Campo Grande society with heritage assets*  
Alyson Matheus de Souza  
Andrey Minin Martin

### *Artigos*

- 202** Poder das Massas, Impotência do Indivíduo  
*Powerful Masses, Powerless Individuals*  
Claudine Haroche
- 225** O debate sobre o apartheid israelense à luz do caso sul-africano e do direito internacional. A pertinência e os limites de uma analogia dual  
*The debate on israeli apartheid in light of the south african case and international law. The relevance and limits of a dual analogy*  
Fábio Bacila Sahd
- 254** Lei e corpos femininos no início do Séc. XX no Brasil: Notícias do correio da manhã  
*Law and female bodies at the beginning of the 20th century in brazil news from correio da manhã*  
*Ley e cuerpos femeninos al inicio del siglo xx en brasil notas del correio da manhã*  
João Roberto Barros e Isadora Luiza Francisca Alves Flores
- 282** O remo de mulheres nos clubes de regatas paulistas (1920-1930)  
*Women's rowing in paulista regatta clubs (1920-1930)*  
Daniele Cristina Carqueijeiro de Medeiros, Catharina Ulian Musa e Evelise Amgarten Quitzau
- 312** Associações científicas e historiografia: Estratégias e práticas entre os grupos ANPUH e SBPC (1971)  
*Scientific associations and historiography: Strategies and practices among the ANPUH and SBPC groups (1971)*  
Bruna Silva e Beatriz Anselmo Olinto

### *Resenha*

- 345** Avá-Guarani: A construção de Itaipu e os Direitos Territoriais  
Nilda Lenn Zimmermann

## APRESENTAÇÃO DO DOSSIÊ:

---

### DESCOMPASSOS ENTRE A HISTÓRIA E A MEMÓRIA: NOVOS OLHARES SOBRE UM VELHO PROBLEMA

---

A imagem que visualizamos na capa deste dossiê é, do nosso ponto de vista, um documento icônico para refletir sobre as aproximações e as divergências entre a história e a memória. Ela ilustra a chegada das tropas britânicas e francesas a Gallipoli, próxima ao estreito de Dardanelos, noroeste da Turquia, onde reuniram-se com os ANZAC (*Australian and New Zealand Army Corps*), soldados australianos e os demais beligerantes. A fotografia foi feita por um soldado francês durante a campanha. A região foi palco de uma das campanhas mais sangrentas da Primeira Guerra Mundial. Com a intenção de invadir a Turquia e capturar o estreito de Dardanelos, forças britânicas, francesas, australianas e neozelandesas enfrentaram forte resistência por parte dos exércitos turcos e alemães, o que resultou não só na derrota das forças aliadas, mas sobretudo em um dos maiores massacres ocorridos durante os conflitos da Primeira Guerra.

As divisões compostas por soldados australianos e neozelandeses, conhecidas pela sigla ANZAC (*Australian and New Zealand Army Corps*), sofreram perdas significativas durante esta campanha e atribuíram às tropas britânicas a responsabilidade pelo fracasso das operações, tendo em vista o despreparo e a crueldade dos comandantes britânicos. Diante disso, ancorados na força da memória e não em eventos históricos consagrados oficialmente, os veteranos de guerra da Austrália e da Nova Zelândia optaram por substituir o Dia do Armistício, comemorado mundialmente na data de 11 de novembro, pelo Dia do ANZAC, cuja data — 25 de abril — é celebrada por eles com o objetivo de rememorar o início da batalha de Gallipoli, em 1915.

Este fato, associado à percepção do vivido, para além de nos levar a refletir sobre as aproximações e os descompassos entre a história e a memória, também coloca em evidência o papel da memória como um elemento essencial na construção identitária de grupos sociais.

Todavia, vale lembrar, conforme nos alerta Pierre Nora, que memória e história, longe de serem sinônimos, situam-se em campos opostos, pois, como destaca o autor,

a memória é vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulneráveis a todos os usos e manipulações, suscetível de longas latências e de repentinas revitalizações (NORA, 1993, p. 9).

Dando continuidade a este raciocínio, Nora afirma que “a história é a reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais. A memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente; a história, uma representação do passado” (NORA, 1993, p. 9).

Todavia, se considerarmos que a memória é uma reflexão sobre o mesmo passado que é construído pela história, podemos dizer, baseando-nos em Le Goff, que, embora em campos distintos, elas mantêm relações simbióticas, uma vez que ambas realizam recortes de uma realidade já construída.

Ao refletir sobre a correlação entre estes dois conceitos, Le Goff afirma ainda que “o tempo histórico encontra, num nível muito sofisticado, o velho tempo da memória, que atravessa a história e a alimenta” (LE GOFF, 1990, p. 9).

É no cruzamento da temporalidade histórica com as diferentes temporalidades da memória e do esquecimento, sem deixar de levar em conta as tensões presentes entre estas duas formas de acessar o passado, que os artigos que compõem este dossiê se situam.

No artigo que abre este dossiê, o historiador australiano Alistair Thomson realiza uma reflexão historiográfica sobre a emergência e a consolidação da História Oral nos últimos 50 anos. Além de chamar a atenção para as contribuições trazidas pela metodologia da História Oral na produção de novas fontes de pesquisa, o autor também destaca o seu caráter interdisciplinar, possibilitando o diálogo da história com outras áreas do conhecimento que vão da antropologia à psicologia, passando pela linguística, pela literatura e pela sociologia. Por fim, avalia o potencial e as



limitações da História Oral, apontando-se alguns caminhos para evitar as projeções subjetivas e os procedimentos para criar fontes representativas que sirvam à pesquisa histórica e ao público mais amplo.

Na sequência, o artigo da historiadora argentina Silvina Jensen, especialista em História Comparada e Transnacional dos exílios, explora alguns dos empreendimentos simbólicos realizados por exilados das ditaduras brasileira, uruguaia, chilena e argentina entre o final dos anos 1970 e o início dos anos 1980. A autora mostra como as análises realizadas a partir de diferentes abordagens analíticas ou através da recuperação de testemunhos e memórias convergiram na preocupação de tornar visível a pluralidade do exílio como gesto político. Um gesto que se opôs à mitificação, à criminalização, à banalização, à fetichização e à simplificação num contexto acalorado de lutas pelo sentido do exílio que envolveu os derrotados pelas ditaduras dentro e fora destes países, mas sobretudo confrontou os exilados com os respectivos governos militares.

Em seguida, o artigo de Cláudia Pedone, especialista em geografia humana, problematiza, com base em fontes orais, a questão das maternidades migrantes, com ênfase na transformação de papéis que as mulheres migrantes da América Latina têm experienciado nos últimos trinta anos. Tendo em vista a luta política travada por elas no sentido de fazer frente não só à interpelação dos estados de origem, mas também à externalização de fronteiras dos organismos internacionais, a autora faz uma análise histórica de como as mães migrantes se posicionaram e foram posicionadas na gestão da migração, desde a naturalização de seus papéis, seus lugares sociais e a estigmatização de suas primeiras estratégias e trajetórias migratórias até sua presença em âmbitos de disputa política a partir da socialização de suas maternidades.

Alinhada aos objetivos deste dossiê, de refletir sobre os encontros e desencontros entre história e memória, a historiadora social Rosângela Patriota promove uma instigante reflexão sobre a memória histórica do Teatro Oficina de São Paulo, no contexto dos anos 1960. A partir da análise de um conjunto de fontes orais, constituído de testemunhos e entrevistas, bem como de outras fontes bibliográficas, a autora mostra como estes documentos orais e escritos tornaram-se, ao longo dos anos, as bases interpretativas para as produções historiográficas sobre aquele espaço cultural.

Com o intuito de aprofundar as discussões sobre a reconstrução da memória geracional sobre o período da ditadura civil-militar no Brasil, os especialistas na área de cinema Laécio Ricardo de Aquino Rodrigues e Sara

Rebeca Paulino de Brito analisam três filmes que se inserem na tradição do documentário em primeira pessoa, dirigidos por filhas que, pela via cinematográfica, desejam reencontrar algo da trajetória dos seus pais; são produções que, com intenções e resultados diferentes, recorrem às imagens de arquivo para reelaborar uma memória familiar e assim recuperar histórias de vida que, em maior ou menor grau, sofreram reviravoltas com a instauração do regime militar no Brasil em 1964.

Fechando a seção referente a este dossiê, Alyson Matheus de Souza e Andrey Minin Martin, amparados em um debate histórico e antropológico, analisam como as relações entre pessoas, espaços, materialidades e memórias influenciam na construção de sentidos sobre a cidade e sua história, evidenciados em documentos do poder público local e veículos eletrônicos de notícias. Partindo de um estudo de caso, que tem como objeto de estudo bens patrimoniais e monumentais da cidade de Campo Grande/MS, promovem um estudo na tentativa de compreender como os monumentos analisados, projetados para presentificar o passado, podem ser considerados materialidades envolvidas em disputas e tensões, propensos a transformações simbólicas e materiais, a depender dos acontecimentos ocorridos em seus entornos.

Este volume da revista *História: Questões & Debates* conta ainda com cinco artigos, em sua Seção Livre. No primeiro deles, intitulado “Poder das massas, impotência do indivíduo”, a socióloga francesa Claudine Haroche retoma reflexões de intelectuais que desde o final do século XIX revelaram em seus escritos uma série de impressões e pressentimentos sobre o fenômeno do poder das massas e o concomitante desenraizamento do indivíduo, para discutir os desdobramentos destes fenômenos no cotidiano de um novo sujeito histórico. Na sequência, o historiador Fábio Bacila Sahd, no artigo intitulado “O debate sobre o *apartheid* israelense à luz do caso sul-africano e do direito internacional. A pertinência e os limites de uma analogia dual”, faz uma revisão bibliográfica e documental crítica do já amplo debate sobre a possível prática de *apartheid* pelo Estado de Israel, que ganhou corpo no novo milênio, diante do fracasso do processo de paz. Já o terceiro texto, “Lei e corpos femininos no início do séc. XX no Brasil: notícias do *Correio da Manhã*”, de autoria de João Roberto Barros II e Isadora Alves Flores, promove, a partir de uma releitura dos argumentos de Michel Foucault sobre o poder, uma revisão bibliográfica sobre o discurso jornalístico como ferramenta de produção de corpos e condutas femininos. Em seguida, Daniele Medeiros, no artigo “O remo de mulheres nos clubes

de regatas paulistas (1920-1930)”, investiga a prática do remo pelas mulheres nos clubes de regatas paulistanos e campineiros em um momento de crucial esportivização dessa prática no Brasil. Fechando esta seção, o artigo “Associações científicas e historiografia: estratégias e práticas entre os grupos ANPUH e SBPC (1971)”, de autoria de Bruna Silva e Beatriz Anselmo Olinto, busca problematizar o lugar da historiografia no interior de duas renomadas associações científicas do Brasil no início da década de 1970.

\*\*\*

Fechando este número da revista, temos a publicação da resenha escrita por Nilva Lenz Zimmermann, sobre a obra “Avá-Guarani: a construção de Itaipu e os direitos territoriais”, publicada em 2019 pelos autores Gustavo Kenner Alcântara, João Akira Omoto, Júlio José Araújo Junior e Luciana Maria de Moura Ramos.

Por fim, queremos agradecer a contribuição das autoras e dos autores e desejamos a todas/os uma excelente leitura!

Roseli Boschilia e Silvina Jensen (organizadoras)

## *Referências*

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Tradução: Bernardo Leitão et al. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1990. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1PdVbB-kp33Ct4eehnNWz-CJrCsfpTZIp/view>. Acesso em: 15 set. 2023.

NORA, Pierre. *Entre Memória e História: a problemática dos lugares*. *Projeto História*, São Paulo, n. 10, dez. 1993.

# HISTÓRIA ORAL

## *Oral History*<sup>1</sup>

---

*Alistair Thomson*<sup>2\*</sup>

### RESUMO

Neste artigo, apresentam-se a emergência e a consolidação da História Oral nos últimos 50 anos. Ela se ampliou como uma metodologia, como um testemunho, como uma forma de criar fontes de pesquisa; ainda, como uma disciplina que se insere não apenas no interior da historiografia, mas entre outras áreas, como a Sociologia, a Antropologia, a Literatura, a Linguística e outros campos de conhecimento. Na sequência, avaliam-se o potencial e as limitações da História Oral, apontando-se alguns caminhos para evitar as projeções subjetivas e os procedimentos para criar fontes representativas que sirvam à pesquisa histórica e ao público mais amplo.

*Palavras-chave:* História oral; subjetividade; historiografia.

### ABSTRACT

This article examines the emergence and consolidation of Oral History over the last fifty years. The practice of Oral History has expanded, as methodology, as testimony, as a path to create research sources, and as a discipline that unfolds not only within historiography but also in other fields of knowledge, such as Sociology, Anthropology, Literature, and Linguistics. The text goes on to evaluate both the limits and promise of Oral History, signaling ways to avoid subjective projections and procedures while generating representative sources that serve historical research and the broader public.

*Keywords:* Oral history; subjectivity; historiography.

1 Agradecemos especialmente à revista *Bloomsbury History, Theory and Method*, que nos concedeu a permissão para publicar a versão em português deste artigo.

2 \* Pesquisador e Professor de História na Monash University, Austrália, e Presidente da *Oral History Australia*. Especialista em História Oral, realizou pesquisas sobre as memórias dos “Anzac”, combatentes australianos e neozelandeses da Primeira Guerra Mundial. A pesquisa e o ensino do Professor Thomson exploram as maneiras pelas quais diferentes tipos de evidências de histórias de vida podem iluminar o passado e seus significados no presente para os indivíduos e para a sociedade. Entre 2011 e 2015, liderou o projeto de História Oral *Australian Generations*, em colaboração entre universidades e instituições públicas australianas. Também coordena o Programa de Pós-graduação em Estudos Históricos da Monash University, orientando pesquisadores que trabalham um amplo escopo de projetos sobre a História do século XX. Contato: [alistair.thomson@monash.edu](mailto:alistair.thomson@monash.edu)

## *Introdução*

A evidência fornecida pela história oral pode transformar determinadas formas de compreender a história, assim como iluminar a nossa percepção de como as pessoas e as sociedades lembram. No entanto, ela tem sido alvo de debates acerca do valor das entrevistas, bem como da confiabilidade da memória como fonte histórica. Este artigo examina a contribuição da história oral e os debates sobre seu uso e, posteriormente, concentra-se nas abordagens e questões acerca da interpretação das entrevistas de história oral.

Antes de iniciar este empreendimento, fazem-se necessárias algumas distinções e explicações. Segundo Ron Grele, uma definição funcional para história oral seria “a entrevista de testemunhas oculares dos eventos passados buscando a reconstrução histórica” (GRELE, 1996, p. 63). Essa definição traz em si uma distinção dos relatos em primeira pessoa de testemunhas oculares da história oral, diferenciando-os das tradições orais que foram transmitidas ao longo das gerações. No entanto, é importante ressaltar que os entrevistados da história oral frequentemente relatam histórias que lhes foram contadas sobre eventos passados há muito tempo, assim como as tradições orais frequentemente incorporam experiências contemporâneas (VANSINA, 1965; MAHUIKA, 2019). A definição de Grele também diferencia a história oral do trabalho de rememoração, por exemplo, com residentes em uma casa de cuidados para pessoas idosas, na qual o objetivo principal de convidá-las a falar sobre seu passado é o impacto positivo do processo na qualidade de vida e não “os propósitos de reconstrução histórica” (BORNAT, 1994).

Assim como a história oral se sobrepõe à tradição oral e ao trabalho de rememoração, ela também se sobrepõe à coleta de depoimentos de testemunhas em contextos quase judiciais, como comissões da verdade e reconciliação ou ainda investigações governamentais que busquem entender injustiças passadas, reconhecendo e possivelmente indenizando vítimas e sobreviventes. No entanto, os processos legais e contextos políticos das comissões da verdade e reconciliação geram pressões e expectativas para as testemunhas que são significativamente diferentes das práticas da história oral, para as quais a compreensão histórica é o objetivo principal, mesmo que o empoderamento pessoal e a defesa política possam ser subprodutos significativos.

No uso comum, o termo “história oral” passou a incluir tanto gravações de áudio quanto de vídeo, embora cada uma dessas tecnologias de entrevista apresente oportunidades e desafios distintos para a interpretação (discutidos abaixo). A história oral é falada (exceto em projetos de história oral para pessoas surdas, que utilizam a linguagem de sinais) e é registrada em uma entrevista (seja individual ou em grupo), portanto, não inclui a coleta de escritos autobiográficos ou o procedimento de gravar a própria história de vida. Aquele que entrevista desempenha um papel fundamental em uma entrevista de história oral, orientando, estimulando, investigando e registrando as lembranças do entrevistado.

Conforme argumentou o pioneiro da história oral britânica, Paul Thompson, a história oral possui uma história antiga. Por milhares de anos, historiadores têm buscado o testemunho de pessoas que presenciaram eventos passados, registrando essa evidência em notas escritas à mão ou datilografadas. No entanto, esses registros escritos raramente incluem todas as palavras, são frequentemente mediados pelo escrivão e não capturam a voz daquele que narra e os significados do som. A invenção das tecnologias de gravação sonora e cinematográfica no século XX permitiu que pesquisadores e pesquisadoras (vindo principalmente da antropologia e do folclore) gravassem suas entrevistas. A disponibilidade de equipamentos de gravação de áudio acessíveis e portáteis nas décadas de 1950 e 1960, especialmente após a criação do gravador de fita cassete pela Philips, em 1963, impulsionou uma proliferação da atividade de história oral em muitas partes do mundo na segunda metade do século XX (THOMPSON, 2017, p. 23).

A gravação é importante não apenas porque captura as palavras e sons de uma entrevista, mas também porque cria um artefato de entrevista que pode ser arquivado. Alguns historiadores orais criam entrevistas apenas para uso próprio, fazendo com que infelizmente algumas entrevistas acabem não sendo arquivadas. No entanto, uma das motivações principais de muitos projetos de história oral é precisamente a criação de um arquivo de história oral, buscando expandir as evidências para futuras pesquisas históricas. É importante ressaltar que a história oral frequentemente produz evidências históricas sobre pessoas que têm menos probabilidade de criar e arquivar registros escritos sobre suas vidas e sobre tópicos históricos que têm menos probabilidade de serem documentados em outras fontes.

A história oral não se limita à pesquisa histórica acadêmica. Ela gera histórias de vida envolventes em formatos multimídia e tornou-se um recurso fundamental para muitas formas de história pública, incluindo

exposições de museus, filmes, programas de rádio e televisão, produções teatrais, instalações em locais específicos e passeios a pé, *websites* e *podcasts* (HAMILTON; SHOPE, 2008). Embora muitas dessas produções ofereçam uma interpretação histórica cuidadosa e certamente influenciem as compreensões populares do passado, a pressão em atrair e entreter limita, às vezes, a rigorosidade e a profundidade do produto histórico.

Então, embora este capítulo seja destinado a estudantes e a acadêmicos de história, ele é relevante para historiadores públicos que visam criar produções históricas analiticamente rigorosas.

A História oral é internacional. É praticada na maioria dos países em todos os continentes e representada por muitas associações nacionais e regionais de história oral (PERKS; THOMSON, 2016, p. 696-703). Assim, a história oral tem origens e trajetórias distintas em diferentes partes do mundo e os métodos de história oral variam em relação às normas culturais de diferentes regiões, mas os historiadores orais de todo o mundo vêm compartilhando experiências e modelando boas práticas em encontros internacionais desde a década de 1970, sendo representados por uma Associação Internacional de História Oral desde 1996. E ainda que este capítulo faça referência principalmente à literatura de história oral em língua inglesa, ele é informado também pelo trabalho de história oral em países de línguas não inglesas (BENMAYOR; DOMINGUEZ PRATS; DE LA NUEZ, 2016; DENIS; NTSIMANE, 2008; LOH; KOH; DOBBS, 2013; MEIHY, 1996; VANEK; 2013).

A história oral também é interdisciplinar. A história é apenas uma de muitas disciplinas acadêmicas e de muitos campos intelectuais emergentes que trabalham com entrevistas e memórias. Valerie Yow (2015, p. 9 e 319) escreve sobre o “efeito cascata” para a história oral a partir de disciplinas como sociologia qualitativa, antropologia, estudos biográficos e literários, teoria feminista e psicologia da revisão de vida. A essa lista pode-se acrescentar os estudos culturais, a linguística, os estudos de comunicação e narrativa, os estudos do folclore e o trabalho interdisciplinar que explora as relações entre memória, narrativa e identidade. Embora os desenvolvimentos teóricos e metodológicos em cada um desses campos tenham enriquecido a prática da história oral, os historiadores orais também têm contribuído de forma substancial para a teoria, método e política da pesquisa qualitativa e dos estudos de memória por meio de suas reflexões interdisciplinares e sobre a interpretação e o uso das memórias gravadas.

## *Encontros*

Qualquer historiador que pesquise o século XIX ou XXI deve, pelo menos, considerar a potencial contribuição da história oral. Hoje, na década de 2020, ainda é possível entrevistar pessoas que se lembram da década de 1930 e há muitas gravações de entrevistas preservadas em arquivos que fornecem evidências sobre a segunda metade do século XIX. Também existem, evidentemente, apontamentos disponíveis de pesquisadores e cronistas que não puderam criar gravações de áudio de suas entrevistas e que foram utilizados por historiadores de todos os períodos. Como explicado anteriormente, apontamentos de entrevistas escritas à mão são problemáticos para os pesquisadores. Os historiadores James Davidson e Mark Lytle (1986) ilustram alguns desses problemas em sua comparação de entrevistas realizadas para o *U.S. Federal Writers' Project* (Projeto Federal de Escritores dos EUA) na década de 1930, com pessoas que foram escravizadas. Os ex-escravos contaram suas vidas de maneira muito diferente quando entrevistados por entrevistadores negros em comparação com os entrevistadores brancos. Em algumas dessas entrevistas utilizaram equipamentos de gravação rudimentares, mas, quando uma entrevista não foi gravada, o entrevistador geralmente produzia um relato escrito da história de vida. Davidson e Lytle mostram que os relatos escritos pelos entrevistadores brancos frequentemente eram fortemente mediados pelas concepções e (in)compreensões do entrevistador e do escrevente e, provavelmente, nos dizem mais sobre as atitudes brancas na década de 1930 do que sobre a experiência dos escravos no século XIX.

A história oral pode ser uma fonte importante para a história oral das elites (SELDON; PAPPWORTH, 1983; PERKS, 2010). Entrevistas com pessoas poderosas podem ajudar a explicar a origem, a natureza e a aplicação do poder, bem como a relação entre as vidas pública e privada (JAMES, 2000), e os entrevistadores podem ir além das narrativas estabelecidas. Um ex-político, funcionário público ou líder corporativo que é entrevistado pode ser menos tendencioso e mais revelador do que em uma autobiografia, especialmente quando eles sabem que podem limitar o acesso ao material até depois de sua morte.

No entanto, o foco principal e a preocupação constante de muitos projetos de história oral é registrar a vida dos menos poderosos, ampliando o leque de evidências históricas para incluir pessoas que podem ter sido



mencionadas (por exemplo, em registros estatais), mas teriam menos probabilidade de ter registrado sua própria experiência e preservado tal registro para a posteridade. Impulsionados pelo desenvolvimento da história social, nas décadas de 1960 e 1970, defensores da “história vista de baixo” adotaram as novas tecnologias de gravação e iniciaram uma série de projetos de história oral. Eles também procuraram coleções de entrevistas mais antigas, como as entrevistas com ex-escravos registradas pelo *U.S. Federal Writers' Project*, que estão transformando a história da escravidão nos Estados Unidos (Biblioteca do Congresso). Da mesma forma, a experiência vivida do Holocausto, que visava exterminar os judeus e outros grupos selecionados pelos nazistas e destruir qualquer registro de sua vibrante cultura, foi recuperada em milhares de entrevistas com sobreviventes (BROWNING, 2010).

A última edição do estudo de referência de Paul Thompson, *The voice of the past: Oral History (A voz do passado: História Oral*, 2017, publicado pela primeira vez em 1978), detalha as importantes contribuições da história oral para outros campos, como a história indígena (ver também MAHUIKA, 2019), história negra (ROGERS, 2006), história da classe trabalhadora (PORTELLI, 2011), história das mulheres (GLUCK; PATAI, 1991; SRIGLEY; ZEMBRZYCKI; LACOVETTA, 2019), história de migrantes e refugiados (BENNETT; McDOWELL, 2012; FREUND, 2012) e história da deficiência (ATKINSON; JACKSON; WALMSLEY, 1997; HIRSCH, 1995). A história oral também fornece evidências inestimáveis sobre tópicos históricos que são pouco documentados nos registros escritos, como a história da vida doméstica, do sexo e da sexualidade (FISHER, 2006; BOYD; RAMIREZ, 2012), da saúde e da doença (BORNAT; PERKS; THOMPSON; WALMSLEY, 2000) e do trabalho (THOMPSON, 2017, p. 147-152). Por muitos anos, a história oral documentou a experiência de guerra das patentes inferiores e dos não combatentes (SUMMERFIELD, 1998; THOMPSON, 2013) e, nos últimos anos, os historiadores orais iluminaram a experiência das pessoas em relação a lugares e contribuíram com uma perspectiva humana sobre a história ambiental (HOLMES; GOODALL, 2017; LEE; NEWFONT, 2017), incluindo o estudo de catástrofes ambientais (MUKHERJEE, 2010; CAVE; SLOAN, 2014).

A história oral pode fornecer evidências factuais sobre eventos históricos, mas, como explica o historiador oral italiano Alessandro Portelli (1981, p. 99-100), a história oral “nos conta menos sobre os eventos em si do que sobre o seu significado”.

Fontes orais [...] nos dizem não apenas o que as pessoas fizeram, mas o que elas queriam fazer, o que elas acreditavam estar fazendo, o que elas acham que fizeram. Fontes orais podem não contribuir muito para o que sabemos, por exemplo, sobre o custo material de uma determinada greve para os trabalhadores envolvidos; mas elas nos contam bastante sobre seus custos psicológicos.

Em outras palavras, a história oral oferece evidências ricas sobre a subjetividade, sobre os significados e os sentimentos da experiência histórica. Muito antes de a história das emoções se tornar popular, os historiadores orais estavam explorando entrevistas para examinar as qualidades emocionais da experiência histórica (BORNAT, 2010; HOLMES, 2017; THOMSON, 2019). Como era a sensação de ir para a guerra e lutar em batalha? Como era a sensação de deixar a família e o país e se tornar um imigrante em um novo e estranho mundo? Como era a sensação de amar e se comprometer com outra pessoa ou ver um casamento se desfazer? Como e por que a experiência de combate, emigração ou casamento variava ao longo dos períodos e contextos históricos? As entrevistas de história oral também podem iluminar as qualidades corpóreas e sensoriais da experiência humana, desde a dor do parto ou da doença ou a emoção do toque íntimo, até o sabor de novos alimentos ou o cheiro e os sons de uma fábrica (HAMILTON, 2010; BOYD; RAMIREZ, 2012).

A maioria dos historiadores entra em contato com a história oral por meio de suas próprias entrevistas, mas agora existem milhares de horas de entrevistas gravadas disponíveis para pesquisa em coleções públicas. No passado, muitas vezes era difícil e demorado acessar e usar entrevistas arquivadas em áudio ou vídeo e os historiadores geralmente recorriam a transcrições, utilizando-as como fariam com outros documentos escritos. No século XXI, as tecnologias digitais e *on-line* estão tornando cada vez mais fácil encontrar, pesquisar e acessar evidências de história oral relevantes para muitos tópicos históricos, bem como ouvir trechos relevantes de múltiplas entrevistas (BOYD; LARSON, 2014; THOMSON, 2016). Os cientistas sociais explicam como essa “análise secundária” de entrevistas arquivadas apresenta questões particulares, especialmente quando trechos *on-line* são retirados e usados fora de contexto ou quando há pouca informação sobre a procedência de uma gravação (BORNAT, 2010). De fato, a pesquisa

histórica usando entrevistas arquivadas tem muito em comum com a pesquisa histórica usando documentos escritos arquivados. O pesquisador precisa entender a procedência da fonte da melhor forma possível e considerar seus pontos fortes e fracos enquanto elemento de evidência histórica. No entanto, as características distintivas das fontes de história oral apresentam desafios e oportunidades particulares para a interpretação histórica e exigem uma variedade de habilidades analíticas e compreensões.

### *Trabalhando com a fonte*

Esta seção explica quatro estágios sobrepostos e interativos na análise e na interpretação de entrevistas de história oral: avaliação do fato, análise narrativa, interpretação temática e abordagens éticas para interpretar histórias de vida. Embora o foco seja nas fontes de história oral, não se pretende insinuar que a entrevista deva ser usada exclusivamente em detrimento de outras fontes históricas. Uma boa história utiliza a mais ampla gama de fontes disponíveis e apropriadas para um determinado tema histórico e a maioria dos historiadores combina fontes orais e outras fontes.

Em primeiro lugar, precisamos lidar brevemente com algumas das críticas à história oral e com as respostas dos historiadores orais. Desde a década de 1960, críticos vêm questionado a história oral a partir de perspectivas diversas (ver THOMSON, 2007). Eles alertaram sobre formas de os historiadores conduzirem a entrevista que influenciam os fatos. Sugeriram que os historiadores orais podem selecionar um grupo tendencioso de informantes. Acima de tudo, os críticos questionaram a memória como evidência histórica, argumentando que a memória se desvanece com o envelhecimento e as pessoas esquecem, autocensuram-se, mentem ou dissimulam; que os entrevistados contam a história que esperam que você queira ouvir; e que as lembranças são influenciadas por eventos posteriores e interpretações subsequentes do narrador e da sociedade em geral. Por exemplo, o historiador australiano Patrick O'Farrell (1985, p. 4-9) declarou que a história oral estava caminhando em direção ao “mundo da imagem, da memória seletiva, das camadas posteriores e da completa subjetividade... e para onde isso nos levará? Não à história, mas ao mito”.

Os historiadores orais responderam aos primeiros críticos afirmando que todas as fontes históricas têm falhas de um tipo ou de outro, que atas de reuniões governamentais, estatísticas do censo, ou fotografias de família são parciais à sua maneira e que cada tipo de prova, não apenas a história oral, requer uma análise crítica cuidadosa e apropriada (THOMPSON, 2017, p. 188-193).

O mais importante é que historiadores orais como Paul Thompson (2017), Alessandro Portelli (1991), Valerie Yow (2015) e Lynn Abrams (2016) identificaram o que Portelli chamou de características “peculiares” das fontes de história oral e desenvolveram métodos apropriados de análise. As fontes de história oral são criadas em uma relação de entrevista; são aurais e performáticas; sua evidência está embutida na narrativa; dependem do que é lembrado e contado em um contexto específico e em um momento específico; oferecem pistas não apenas sobre o que aconteceu, mas também sobre o que isso significou e como se sentiu, e o que isso significa e como se sente agora. Para entender melhor essas características distintivas da evidência oral, os historiadores orais recorreram a outras disciplinas para compreender como a memória e a lembrança funcionam, além de como as memórias são recordadas e narradas em uma entrevista.

Os historiadores orais aprenderam a conviver com um paradoxo da memória (THOMSON, 2011b). Por um lado, eventos que são pessoalmente significativos tendem a ser lembrados e, ao contrário das memórias de curto prazo, essas memórias de longo prazo são notavelmente robustas e duradouras – em grande parte porque são consolidadas por meio da contação de histórias – e, portanto, são uma fonte histórica razoavelmente confiável. Por outro lado, precisamente porque criamos e recriamos a memória por meio da contação de histórias, nossas memórias são influenciadas pelos processos neurológicos, psicológicos e sociais de lembrança e narração, que envolvem seleção, articulação e performance, desde o momento do evento até o momento da narrativa. Os historiadores precisam interrogar criticamente a evidência da memória – assim como fazemos com qualquer fonte histórica – e compreender as maneiras pelas quais as histórias de memória foram moldadas pelas circunstâncias particulares do evento e pelos complexos processos de lembrança. O testemunho oral fornece uma rica evidência sobre o passado, mas ao mesmo tempo os historiadores orais são, necessariamente, estudantes da memória histórica e nossas entrevistas iluminam os processos e relacionamentos de lembrança, bem como as formas pelas quais o passado está ativo nas vidas individuais e na sociedade

atual. Em suma, os historiadores orais adotam melhor uma abordagem de “dupla visão” em relação à memória e a usam para explorar tanto o passado (história) quanto o passado no presente (memória).

### *Avaliando as veracidades da história oral*

Ao avaliar a veracidade da história oral, é crucial considerar os fatores que influenciaram a criação e a natureza das fontes orais. A primeira pergunta a ser feita é: de quem são as histórias que você possui? É importante reconhecer que a história oral nunca pode fornecer uma “amostra representativa”. As coleções de entrevistas são sempre uma seleção de indivíduos que estão dispostos a compartilhar suas histórias, cientes do projeto e com disponibilidade para participar. Além disso, a história oral muitas vezes depende de sobreviventes, pois são eles que viveram para contar suas histórias. Essas limitações podem ter implicações significativas. Por exemplo, em um projeto de história da migração que visa celebrar a experiência dos migrantes, um migrante que considera sua migração malsucedida pode não querer ser entrevistado, resultando em uma sub-representação das experiências negativas de migração. Da mesma forma, um projeto de história oral baseado no país de destino pode perder as histórias de migrantes que retornaram ao país de origem, resultando em uma sub-representação de importantes relatos de migrantes retornados. As histórias de migrantes que faleceram jovens, possivelmente devido a condições de trabalho inseguras, extrema pobreza ou problemas de saúde mental, também podem estar sub-representadas. Se você estiver utilizando um arquivo de história oral existente, talvez não seja possível alterar a amostra. No entanto, é essencial não descartá-la como “não representativa”. Em vez disso, você deve considerar quem e o que a amostra representa e como sua natureza pode moldar a evidência e as conclusões históricas que podem dela ser retiradas. Se uma coleção de entrevistas sobre migração não incluir entrevistados que sejam migrantes retornados, migrantes infantis, migrantes idosos ou migrantes com experiências negativas, é necessário levar em conta essa ausência em sua análise e qualificar suas generalizações de acordo. É evidente que é sempre possível complementar as entrevistas

arquivadas com outras fontes, incluindo outras fontes de história oral e, se houver tempo hábil, pode-se também conduzir suas próprias entrevistas para preencher as lacunas existentes.

A questão da amostragem é bastante diferente quando você está conduzindo suas próprias entrevistas, pois você estará em posição de moldar a amostra. Não finja que pode obter uma amostra representativa. Em vez disso, procure criar uma amostra que forneça a melhor evidência possível para o seu projeto. Às vezes, sua amostra será limitada por circunstâncias ou planejamento; por exemplo, você pode entrevistar todos os sobreviventes de um desastre local, todos os membros de uma equipe esportiva ou todos os moradores de uma vila com mais de 90 anos. Geralmente, haverá muito mais entrevistados em potencial do que você pode administrar e você precisará fazer escolhas: sobre como e onde divulgar seu projeto e procurar entrevistados (sua publicidade influenciará quem se apresenta); e sobre quem você escolhe entrevistar ou não. Você terá que equilibrar seus recursos de tempo e dinheiro (criar e documentar entrevistas é demorado e caro) em relação às necessidades evidenciais do seu projeto.

Aqueles que estão começando a trabalhar com a história oral frequentemente perguntam quantas entrevistas devem ser realizadas. Isso depende: do tempo e do dinheiro que você tem; dos objetivos e dos parâmetros da sua pesquisa; e de como você pretende usar as entrevistas. Uma única entrevista em profundidade pode fornecer uma fonte maravilhosamente rica e perfeitamente adequada para um estudo biográfico ou como um estudo piloto em um projeto maior (FRIEDLANDER, 1975). Um conjunto de entrevistas com um pequeno grupo de pessoas com características comuns – que compartilham o que Portelli (1997, p. 276) descreve como “o horizonte de possibilidades, os significados e implicações de algumas narrativas significativas” – pode gerar um estudo iluminador de suas experiências históricas comuns (e distintas). Os cientistas sociais também usam a noção de “saturação” como um guia para o tamanho e a natureza da amostra; quando suas evidências começam a saturar suas hipóteses (ou seja, as respostas estão começando a se tornar familiares e repetitivas), você provavelmente fez entrevistas suficientes (BERTAUX, 1981).

A maioria dos projetos de história oral buscará entrevistar uma seleção de pessoas que representam a ampla gama de experiências relacionadas ao tópico de pesquisa. À medida que você começa a selecionar e a entrevistar, pode avaliar quem e o que está registrando e, em seguida, ajustar sua divulgação e sua seleção para focar nos tipos de pessoas que

parecem estar faltando. No final da fase de gravação, independentemente da evidência histórica em questão, você ainda deve se perguntar: quem e o que essa amostra de entrevistas representa e como a natureza da amostra molda as evidências e as conclusões históricas que posso tirar delas?

Durante o processo de análise das suas entrevistas de história oral, é necessário fazer um segundo conjunto vital de perguntas que se resumem a: quais fatores moldaram a história que foi lembrada e relatada nesta entrevista e como devo levar esses fatores em consideração ao começar a tirar conclusões históricas a partir dessa evidência? Se você está conduzindo suas próprias entrevistas, você deve estar esboçando, em seu diário de pesquisa, respostas para a primeira parte dessa pergunta enquanto escreve reflexões sobre cada entrevista. Se você está usando entrevistas de arquivo, deve procurar respostas em qualquer informação disponível sobre o projeto e sobre cada entrevista (como relatórios de avaliação do projeto, resumos das entrevistas ou documentação do projeto que foi arquivada junto com as entrevistas).

A questão geral sobre os fatores que moldam uma entrevista pode ser dividida em várias perguntas inter-relacionadas. Primeiramente, quem é o narrador e como a experiência deles em um episódio histórico pode ter afetado a forma como eles se lembraram desse episódio? É necessário considerar tanto o ponto de vista quanto a memória. Por exemplo, a partir do ponto de vista de um soldado isolado em um *bunker*, o plano geral de ataque e o desenrolar de uma batalha podem não ser aparentes. Esse soldado, na linha de frente da batalha, pode ter uma experiência caótica e sensorial do combate e pode relatar vividamente seu entorno imediato e suas impressões. Eles podem se lembrar do que foi mais significativo para sua sobrevivência, ou talvez, em casos de traumas significativos, episódios específicos possam ser difíceis de lembrar. O historiador do Holocausto Christopher Browning (2010, p. 9-11) oferece uma tipologia útil de várias camadas sobrepostas de memória para sobreviventes de eventos traumáticos. A camada mais profunda é composta por “memórias reprimidas”, das quais o entrevistado pode nem mesmo estar ciente devido a um “mecanismo de defesa psicológico crucial para a sobrevivência”. Os sobreviventes têm consciência de “memórias secretas”, mas essas são tão “ardentes e dolorosas que nunca foram compartilhadas com os outros”. As “memórias coletivas” são compartilhadas e discutidas entre os companheiros sobreviventes, mas existe um consenso tácito de que essas memórias podem ser constrangedoras ou dolorosas para os outros e não

devem ser compartilhadas mais amplamente. As “memórias públicas” são compartilhadas abertamente e compõem a maior parte das entrevistas de sobreviventes, embora o entrevistador habilidoso e confiável possa, ao longo do tempo, incentivar o compartilhamento de memórias coletivas, secretas ou até mesmo reprimidas.

Segundo: o que motivou essa pessoa a gravar sua história e como essa motivação influenciou o que eles lembram e relatam? Por exemplo, seus narradores mais dispostos podem ter uma forte compulsão para corrigir informações, registrar uma história que eles acreditam ter sido negligenciada ou distorcida ou afirmar suas próprias importância e contribuição. A relutância dos entrevistados que você convenceu a participar do seu projeto pode oferecer pistas sobre sua experiência ambivalente do episódio histórico ou sobre porque eles acreditam que sua experiência não é historicamente significativa. O contexto da gravação também importa. Historiadores podem ter acesso a depoimentos de testemunhas gravados em diversos contextos, incluindo julgamentos legais, inquéritos governamentais, comissões da verdade e reconciliação, entrevistas na mídia e projetos de história oral. Os propósitos e processos de audiências legais e quase judiciais são muito diferentes dos da história oral – uma pessoa que busca justiça ou compensação pode contar sua história com ênfases e silêncios particulares. Grande parte da história oral tem como objetivo produzir registros históricos de longo prazo e a opção de fechamento temporário ou restrições de acesso pode resultar em relatos mais francos e ponderados.

Terceiro: quais relações impactaram a entrevista e a história que foi compartilhada? Mais obviamente, o entrevistador de história oral (e seu projeto) molda o relato por meio das perguntas que faz e das habilidades que utiliza para ouvir pistas e extrair aspectos não ensaiados da história. Se você está ouvindo uma entrevista de arquivo, pode encontrar-se aplaudindo essas habilidades, mas também lamentando oportunidades perdidas. O relacionamento da entrevista e como cada parte percebe e responde à outra – em termos de suas características pessoais, mas também de fatores como classe, gênero, raça, idade, sexualidade e assim por diante – também afetam a entrevista. No contexto racial dos Estados Unidos na década de 1930, um entrevistado negro provavelmente contaria sua história de forma diferente para um entrevistador branco ou negro, assim como, nas décadas de 1980, as mulheres idosas negras do assentamento rural de Phokeng, na África do Sul, sentiam-se mais à vontade para compartilhar suas histórias com a jovem pesquisadora negra que havia crescido em uma vila próxima do



que com os acadêmicos brancos da universidade (BOZZOLI; NKOTSOE, 1991). Pode haver outras pessoas na sala que não estão sendo entrevistadas, como familiares, amigos ou cuidadores, cuja presença pode ser de apoio, mas também pode ser invasiva ou restritiva. Em uma entrevista em grupo, os relacionamentos interpessoais entre os participantes podem desencadear uma erupção animada de lembranças, mas também podem fazer com que alguns participantes reprimam memórias menos aceitáveis socialmente. Por fim, um narrador pode ser influenciado por um público imaginado além da sala – membros da família que desejarão ouvir a gravação, antigos camaradas de exército, uma geração mais jovem para quem a entrevista é uma lição sobre o passado. Como entrevistador, você gerencia todos esses relacionamentos para criar a melhor entrevista possível: franca, detalhada, íntima e abrangente. Como pesquisador que utiliza a entrevista como prova, cabe a você avaliar características pertinentes dos relacionamentos da entrevista, levando-as em consideração em sua análise da entrevista.

Quarto: qual foi o momento da narrativa? Em qualquer ato de lembrar, sempre existe uma relação complexa entre o momento do evento e o momento da narrativa. Em um nível pessoal, ao longo dos anos, as mudanças na vida de uma pessoa podem ter proporcionado uma perspectiva diferente de suas experiências anteriores. Um migrante bem-sucedido pode lembrar sua migração de maneira diferente quando comparado com alguém que agora acredita que deixar sua terra natal foi um erro. A forma como um casamento é lembrado pode ser diferente após um divórcio doloroso e, igualmente importante, agora pode ser mais fácil dizer coisas sobre o casamento que antes eram mantidas em segredo. Novas atitudes sociais e compreensões históricas podem possibilitar a articulação de histórias de vida que antes eram negligenciadas, mal compreendidas ou estigmatizadas. Na Austrália e em outros países onde crianças indígenas foram removidas de suas famílias ao longo do século XX, uma história popular emergente sobre essas “Gerações Roubadas” vem incentivando membros dessas famílias a compartilhar suas histórias de dor. Narrativas históricas emergentes podem oferecer novas palavras e maneiras de articular o passado, o que não significa que os narradores estejam reinventando suas histórias, mas sim que o historiador precisa pensar cuidadosamente em como as pessoas usam a linguagem e os significados em constante mudança de sua cultura para articular e reinterpretar a experiência pessoal. O historiador oral pode usar isso como evidência tanto sobre a história quanto sobre a memória histórica.

Existe uma camada temporal adicional em jogo na pesquisa de história oral, que é o momento da escuta. À medida que um pesquisador reproduz uma entrevista antiga (que pode ou não ter criado), produz novas compreensões e perguntas para a fonte. Pode também ser impactado por sua interação com a narrativa gravada e pela profunda experiência intersubjetiva de ouvir de forma profunda e empática (ROPER, 2014). Vale a pena prestar atenção à experiência emocional da análise histórica, estar aberto aos significados que ela pode sugerir, mas também ter cuidado para que sua própria perspectiva contemporânea e sua bagagem emocional não prejudiquem a avaliação ou limitem a compreensão.

Quinto: qual é a história arquivística da coleção de entrevistas? Os historiadores orais não são diferentes de outros historiadores que precisam considerar como e por que essa fonte específica foi criada em primeiro lugar e como e por que ela acabou em um arquivo disponível para pesquisa. Quais histórias não foram registradas e preservadas e quais são as limitações e vieses inerentes ao arquivo? Também devemos perguntar se a fonte foi alterada de alguma forma que possa afetar seu uso como evidência. A gravação da entrevista ou a transcrição foram editadas – talvez por um narrador que esteja preocupado com o que foi dito? Se a gravação não foi preservada e tudo o que você tem é uma transcrição ou um resumo da entrevista, quais são as maneiras pelas quais aquele que a registrou pode ter alterado as palavras e os significados do relato?

Para demonstrar a avaliação e a análise de fontes de história oral, vou usar um exemplo de minhas próprias entrevistas. Permita-me apresentar Percy Bird, um veterano australiano da Primeira Guerra Mundial, a quem entrevistei pela primeira vez em 1983, em sua casa, em Melbourne. Imagine você estar usando a entrevista de Percy para entender a experiência de ingressar no exército. Leia o seguinte trecho sobre o alistamento da minha entrevista com Percy, mas ao mesmo tempo ouça o trecho da entrevista por meio do arquivo online do Memorial de Guerra Australiano, em <https://www.awm.gov.au/collection/C88150> (você encontrará este trecho na Parte 1 às 19:32; consulte também Thomson, 2013).

Você se lembra de onde estava quando a guerra começou e qual foi sua reação à guerra?

Ah, bem, sim, eu estava aqui. Eu estava em Melbourne, em 4 de agosto de 1914. E no trem de Williamstown para Melbourne, alguns de nós entramos na mesma carruagem e vimos um barco descendo o rio Yarra. Olá! “Olhe isso”. Acho que era o Pfalz que eles nomearam. Um barco alemão tentando sair, e eles estavam, a artilharia disparou para impedi-los. Você vê, tiveram que disparar dois ou três tiros para pará-los. Então, eles os capturaram.

Qual foi sua primeira reação à guerra?

Ah, bem, nada em particular. Mas eu ia me alistar em algum lugar por volta de fevereiro de 1915, mas meu pai foi internado no hospital, gravemente doente, e minha mãe disse para não fazer nada até vermos como o papai se saía. Então, me alistei em algum momento no início de julho de 1915, porque eles haviam tentado operar meu pai, mas o coração dele não aguentou, então disseram: “Bem, vamos dar mais doze meses para ele!”. Você vê, então ele morreu em 4 de março, não, em 4 de abril de 1916.

Por que você queria se alistar?

Ah (risos). Ser como todos os outros (risos). Eu queria me alistar como todos os outros, sabe. Bem, como muitos outros, eu diria, porque eu achava que era (pausa) bom, eu era (pausa) deveria me alistar. Sendo um membro, sendo australiano. (pausa) Então, bem, quando eu fui, no barco indo para lá, eu estava (pausa). O Coronel, bem, é claro que eu já te contei sobre isso [sobre uma promoção temporária a bordo do navio] (BIRD, 1983 *apud* THOMSON, 2013).

Para compreender melhor este trecho, é útil avaliá-lo nos contextos da vida de Percy e da entrevista. Nascido em Melbourne em 1889, filho mais novo de um caldeireiro e de uma gerente de pensão, Percy deixou a escola em 1904, passou um ano em um colégio de negócios e começou a trabalhar como funcionário nas Ferrovias. Em 1914, ele estava empregado regularmente há quase uma década e estava noivo, embora ainda morasse com os pais. Sabemos de outras partes da entrevista que Percy foi um membro entusiasmado da *Boys Naval Brigade* (Brigada Naval Juvenil) em

sua adolescência e da *Australian Native Association* – ANA (Associação dos Nativos Australianos) como jovem adulto e que ele estava ansioso para se juntar ao esforço coletivo da guerra. Percy se alistou em 2 de julho de 1915 e partiu da Austrália em 4 de abril de 1916 com o 17º Reforço, 5º Batalhão, Força Imperial Australiana. Ele serviu nas trincheiras da Frente Ocidental na segunda metade de 1916, mas em fevereiro de 1917 foi promovido a Sargento da Sala de Ordenanças e baseado na sede do batalhão atrás das linhas. Foi hospitalizado após um ataque de gás em maio de 1917, sobreviveu a uma operação em uma glândula infectada em seu pescoço e retornou à Austrália, sendo dispensado do exército em 31 de outubro de 1917. Percy voltou ao seu emprego nas Ferrovias, casou-se com sua noiva, desfrutou de uma carreira bem-sucedida e uma vida familiar feliz.

Quando entrevistei Percy em 1983, ele era viúvo e morava sozinho na casa da família no subúrbio oeste de Melbourne, onde nasceu. Eu estava procurando entrevistar veteranos da Primeira Guerra Mundial nos subúrbios operários de Melbourne sobre suas experiências durante a guerra e o pós-guerra. Em 1983, dois anos após o sucesso do filme de Peter Weir, *Gallipoli*, houve um ressurgimento popular de interesse pela experiência dos soldados australianos na Grande Guerra e o início do que ficou conhecido como a “lenda do Anzac”, que celebrava a virilidade militar australiana e o “batismo de fogo” bem-sucedido pelos soldados da jovem nação durante aquela guerra. Eu encontrei Percy e outros veteranos dos subúrbios oeste por meio de sua filiação em sucursais locais da Liga de Serviços Retornados e enviei a eles uma carta explicativa que enfatizava a importância de registrar suas histórias para que “as futuras gerações de australianos se lembrem de sua experiência”. Quando falei com Percy ao telefone, ele estava ansioso para ser entrevistado. Ele me recebeu em sua porta segurando um maço de doze páginas escritas à mão sobre seus dois anos com o 5º Batalhão, as qualidades admiráveis dos soldados australianos e os bons momentos que compartilharam, apesar das privações da guerra. Em seguida, ele prosseguiu contando muitas das mesmas anedotas ao longo da nossa entrevista. Percy era um contador de histórias entusiasmado, que animava sua narrativa com belas interpretações de canções da época de guerra.

Essas informações sobre o contexto ajudam a explicar alguns aspectos do trecho da entrevista. É provável que Percy quisesse se alistar logo após o início da guerra. Ele havia desfrutado de treinamento militar e era um patriota australiano; além disso, alguns de seus amigos e colegas de trabalho estavam se alistando. No entanto, Percy não tem uma narrativa

confortável e bem ensaiada sobre o alistamento; o tema não é contemplado em seu relato escrito. Ele prefere contar a história sobre o navio alemão que foi capturado no início da guerra. Essa é uma boa história (assim como suas anedotas escritas), que é contada com entusiasmo e liga diretamente Percy aos eventos de significado histórico nacional. Era o tipo de história que ele queria compartilhar e o tipo de história que ele achava que eu queria ouvir, assim como a anedota que ele já havia contado sobre sua promoção durante a viagem marítima devido ao comportamento exemplar. Na época, eu tinha vinte e três anos, era estudante de pós-graduação em História e historiador oral inexperiente (dada outra chance, eu ouviria com mais cuidado, permitiria que as pausas de Percy durassem mais tempo e faria perguntas melhores na sequência). Percy provavelmente me percebia como membro da geração mais jovem de australianos interessados em ouvir histórias de significado histórico nacional. Era 1983, nessa época Percy tinha uma vida inteira de envolvimento com desfiles do Dia do Anzac, histórias do batalhão e filmes de guerra australianos, todos reafirmando a narrativa de guerra nacional celebratória que ele preferia contar.

### *Análise de narrativa*

Para entender melhor esse trecho da entrevista, o pesquisador também precisa ler, ouvir e observar atentamente pistas sobre seus significados e sua importância, o que nos leva à segunda etapa, sobreposta, na análise e na interpretação de entrevistas de história oral: a análise narrativa. Existem muitos rótulos e abordagens diferentes para análise de “narrativa”, “linguagem”, “discurso”, “conversa” ou “performance”, usados por diversas disciplinas. Mas, como explica Paul Thompson (2017, p. 372), “em última análise, talvez a maior força da análise narrativa, independentemente de suas formas precisas, seja estimular uma escuta mais aguçada e sensível”. A base de todas essas abordagens é o reconhecimento de que as maneiras como uma história é contada (inclusive o fato de ser contada como uma história ou não) oferecem pistas sobre seu significado. A análise narrativa requer uma análise detalhada das palavras, da fala e da performance, e das pistas que oferecem sobre o significado e a importância.

Muitas vezes, esse trabalho de detetive narrativo exige compreensão do contexto histórico mais amplo e de outras fontes além da entrevista. O navio cargueiro alemão SS Pfalz foi capturado pouco antes de deixar o porto de Port Phillip, em Melbourne, depois que a artilharia em terra disparou o primeiro tiro do Império Britânico na guerra em sua direção (SCOTT, 1936, p. 36-37; ROBERTSON, 1968, p. 3). Percy provavelmente viu o Pfalz a caminho do trabalho enquanto seu trem passava pelos docas do Yarra, onde o navio estava carregando carvão na manhã de terça-feira, dia 4. A recordação precisa de que “vários de nós entramos no mesmo vagão” sugere uma memória muito clara de um evento real. É improvável que ele tenha visto o Pfalz novamente quando foi bombardeado no final da tarde do dia 5 (nesse momento, ele já estaria no trabalho ou retornando de Melbourne para Williamstown após o trabalho) e isso pode explicar seu pequeno erro sobre “dois ou três” tiros (houve apenas um tiro). É possível que Percy tenha fundido os dois dias em um só, identificado como 4 de agosto, porque aquele foi o dia importante em que a Grã-Bretanha declarou guerra à Alemanha, embora nesse ponto já fosse 5 de agosto na Austrália.

É possível que Percy tenha ouvido o som do projétil no dia 5 e certamente leu tudo sobre o episódio dramático nos jornais diários e em histórias posteriores. As pequenas confusões históricas ou enfeites na narrativa de Percy podem ter sido introduzidos pelo passar do tempo, leituras posteriores e repetição. Eles podem ser facilmente corrigidos ou explicados e, para esta análise, são menos importantes do que o fato de que essa é a história que Percy quer contar sobre o início da “sua” guerra. Tenho certeza de que, se eu não tivesse interrompido a anedota do Pfalz com uma pergunta adicional sobre sua “resposta inicial à guerra”, Percy teria preferido passar para outras histórias sobre sua viagem para a Europa e a chegada à França.

Minha análise do trecho sobre o alistamento requer atenção cuidadosa aos sons, às palavras e à forma de cada uma das três partes do trecho. Se eu tivesse gravado em vídeo a entrevista, também estaria procurando pistas visuais. Sabemos que grande parte do significado da comunicação é transmitida pela expressão facial e pela linguagem corporal. Pesquisadores que utilizam entrevistas em vídeo podem, por exemplo, buscar pistas sobre entusiasmo, cautela ou outras emoções fortes (BALDWIN, 2019). Tenho uma fotografia de Percy que tirei enquanto pausávamos a entrevista para tomar chá e é possível ver, pelo brilho animado nos olhos de um homem sentado na beira da cadeira, que está claramente aproveitando a ocasião. Minhas anotações da entrevista, que capturaram alguns elementos visuais da

performance narrativa de Percy, lembram-me que sua expressão mudava de entusiasmo e conforto, quando contava suas anedotas bem ensaiadas sobre o incidente do Pflaz ou sobre as festas longe das linhas de frente da guerra, para uma expressão levemente perplexa, quando minhas perguntas o desviavam do caminho.

Mesmo sem as pistas visuais, é possível ouvir mudanças significativas na voz de Percy; de fato, é possível observar as mudanças na forma narrativa e nas escolhas de palavras nos três blocos de texto transcrito. A anedota do Pflaz é uma performance fluente com toques dramáticos (“Olá! ‘Olhe para aquilo’. Era o Pflaz”). O relato sobre a doença do pai e o adiamento do alistamento de Percy é menos ensaiado e mais objetivo, conforme Percy tenta se lembrar dos detalhes e das datas corretas. A resposta à minha terceira pergunta, “Por que você queria se alistar?”, parece e soa muito diferente. Pode ser que Percy ria porque achou que era uma pergunta um tanto boba, com uma resposta óbvia sobre o patriotismo australiano, “como muitos outros”, mas aos meus ouvidos o riso denota uma abertura ansiosa para uma explicação desconfortável e hesitante. Muitos “outros” estavam se alistando e Percy queria se juntar a eles. Historiadores concordam atualmente que o patriotismo não era a motivação mais importante para o alistamento entre os jovens homens australianos de classe trabalhadora, que também buscavam uma aventura no exterior, um emprego estável ou uma chance de escapar de circunstâncias domésticas difíceis (WHITE, 1986). Quando o dever patriótico estava envolvido, como claramente estava para Percy, o patriotismo podia ser tanto imperial quanto nacional. Em 1914, a maioria dos australianos era de origem britânica ou descendente de britânicos e a frase inicial de Percy, “sendo membro de”, sugere que ele estava pelo menos pensando em sua lealdade ao Império Britânico, embora, como membro da Associação dos Nativos Australianos, Percy provavelmente também sentisse um patriotismo australiano nato. O tempo desta narrativa em 1983 também pode ter sido influente nesse sentido. Nos anos 1980, a maioria dos australianos havia abandonado sua afiliação imperial e a ressurgente “lenda do Anzac” celebrava o patriotismo e as conquistas australianas. “Ser australiano” era, naquele momento, a resposta mais fácil e óbvia para uma pergunta difícil.

Esse tipo de análise detalhada da linguagem, da oralidade e da performance pode fornecer pistas para uma interpretação histórica mais ampla. Ao contrário de muitos outros veteranos que entrevistei, Percy não possui uma história de alistamento memorável que ele queira compartilhar. A ausência dessa história e a estranheza de nossa discussão sobre o alistamento

(em comparação com a confiante narrativa de Percy sobre o incidente do Pflalz) apontam para uma tensão dolorosa na identidade masculina de Percy Bird no primeiro ano da guerra. Percy estava dividido entre um ideal de virilidade militar, que esperava que os jovens elegíveis se alistassem e servissem seu país, e um ideal de virilidade familiar, que exigia que Percy assumisse a responsabilidade por seu pai doente e uma família em crise (ele nem sequer menciona deixar sua noiva, o que na época eu não cogitei perguntar). A difícil decisão e a lembrança desajeitada de um homem apontam para os efeitos poderosos e as consequências das relações familiares nas decisões e ações dos homens militares, um tema que se mostrou significativo em muitas das minhas entrevistas com veteranos da Grande Guerra.

### *Interpretação temática – e recursos interpretativos*

A interpretação temática, terceira etapa sobreposta na análise e na interpretação de entrevistas de história oral, pode começar com uma única fonte de entrevista, como minha leitura da história de alistamento de Percy Bird. No entanto, mais frequentemente, a interpretação temática envolve um conjunto de entrevistas, muitas vezes em conjunto com outras fontes. Como explica Paul Thompson (2000, p. 269), “para tornar possível a generalização, primeiro devemos extrair a fonte sobre cada questão de uma série completa de entrevistas, reuni-la para vê-la a partir de um novo ângulo, como se fosse horizontalmente em vez de verticalmente; e, ao fazer isso, atribuir um novo significado a ela”. Existe significativamente mais literatura de história oral sobre análise narrativa do que sobre interpretação temática (sobre esta última, veja THOMPSON, 2017, p. 372-391; BROWNING, 2010, p.1-12; SHOPES, 2002, p. 588-598; PERKS; THOMPSON, 2016, p. 303, nota 5), talvez porque a análise narrativa detalhada de entrevistas de história oral exija habilidades distintas, enquanto abordagens de interpretação temática de fontes de entrevista são, na maior parte, semelhantes às abordagens usadas com muitos outros tipos de evidências históricas. A principal diferença, observada acima, é que os historiadores orais criam sua própria fonte e devem revisar a amostra de entrevistas e levar em consideração suas limitações ao propor quaisquer generalizações históricas.



Em resumo, a interpretação temática envolve encontrar, explicar e evidenciar padrões históricos, com base nas evidências históricas disponíveis e na construção sobre o conhecimento histórico existente. Honestamente, os historiadores experientes não escrevem o suficiente sobre como realizam isso e os historiadores iniciantes muitas vezes suspeitam que há alguma alquimia mágica que devem descobrir por si mesmos. Os fundamentos da interpretação temática, na verdade, são razoavelmente diretos. Isso requer imersão profunda e completa nas fontes, a imaginação para ver e ouvir o que essas fontes podem estar lhe dizendo, rigor ao organizar essas fontes e desenvolver e sustentar argumentos históricos, assim como uma reflexão autoconsciente sobre os efeitos das preconcepções e dos processos do pesquisador em suas descobertas.

Os historiadores utilizam uma variedade de técnicas e ferramentas para facilitar esses processos interpretativos. Embora os fundamentos que sustentam a interpretação possam não ter mudado, a digitalização de fontes e o desenvolvimento de tecnologias digitais e *on-line* certamente transformaram muitos aspectos da pesquisa histórica, inclusive a história oral (BOYD; LARSON, 2014). Os historiadores orais vêm registrando entrevistas em equipamentos de gravação digital desde o final da década de 1990 e, na década de 2020, estão começando a usar *softwares* de reconhecimento de voz que são bons o suficiente para economizar tempo na transcrição. Os historiadores orais hoje podem acessar milhares de entrevistas digitalizadas *on-line* e muitas vezes podem ler uma transcrição (ou registro de entrevista) *on-line* enquanto ouvem o áudio vinculado ou assistem ao vídeo vinculado. Eles podem buscar palavras-chave e tópicos dentro de uma entrevista, em um conjunto de entrevistas e até mesmo em diferentes arquivos de entrevistas e outras fontes e, quando clicam em trechos selecionados de texto, alguns arquivos *on-line* reproduzem esse texto enquanto você lê. Os pesquisadores podem reunir todas as suas fontes digitais em bancos de dados pesquisáveis em plataformas como o ZOTERO, podendo compartilhar seus dados com uma equipe de pesquisa e maximizar as oportunidades de pesquisa e escrita colaborativa. Eles podem usar *software* de análise qualitativa de dados assistida por computador, como o NVIVO, para codificar suas entrevistas ou contar nomes ou termos recorrentes, de forma a exibir e descobrir padrões que de outra forma seriam difíceis de detectar em meio a uma grande quantidade de dados. Eles podem criar histórias envolventes em múltiplos formatos que incluem as vozes de entrevistas em áudio e as imagens em movimento de gravações em vídeo.

A interpretação temática da história oral é um processo dinâmico e em constante evolução que começa com a entrevista. Em entrevistas baseadas em tópicos (em oposição a histórias de vida), o entrevistador buscará respostas e compreensões sobre questões ou problemas históricos específicos. Durante a entrevista, ele pode ouvir pistas que sugerem perguntas adicionais e começar a vislumbrar regularidades que não esperava, fazendo breves anotações para referência futura. Talvez a tarefa interpretativa mais importante do entrevistador seja produzir um relato da entrevista o mais rápido possível, enquanto está fresca na memória. Esse relato resumirá os principais aspectos da experiência da entrevista (por exemplo, sobre o relacionamento da entrevista) e anotar os tópicos históricos para os quais a entrevista é especialmente valiosa, além de pensamentos iniciais sobre como a entrevista pode contribuir para a compreensão histórica. Após várias entrevistas, o entrevistador pode observar padrões repetidos nestas e começar a articular argumentos históricos. Esses “resumos” do entrevistador se tornarão um recurso de pesquisa inestimável, tanto para o pesquisador que conduziu as entrevistas, mas que pode acabar esquecendo os detalhes úteis de uma entre muitas, quanto para membros da equipe ou pesquisadores posteriores que desejam usar as mesmas.

Embora seja fundamental que um pesquisador ouça (ou assista) uma entrevista de história oral, a escuta pode ser um processo muito demorado. Não é possível escanear áudio ou vídeo da mesma forma que você escaneia páginas de texto; se você acelerar a gravação, perderá muitas das pistas orais, portanto, é necessário ouvir em tempo real. Algum tipo de documentação textual de uma entrevista é um recurso de pesquisa essencial. A transcrição consome tempo (ou é cara, se você tiver recursos para pagá-la), mas, para a maioria dos propósitos históricos, as transcrições literais são o tipo mais útil de documentação de entrevistas. O pesquisador pode rapidamente escanear ou pesquisar palavras no texto da transcrição em busca de material relevante, às vezes sendo mais fácil identificar padrões históricos em texto (especialmente para pesquisadores treinados em literacia textual; as gerações mais jovens, que cresceram com sistemas computadorizados de áudio e vídeo, são cada vez mais habilidosas em tecnologias de busca de audiovisual). O processo de transcrição também requer uma escuta cuidadosa, que pode alertar o pesquisador para pistas de áudio.

Existem muitos sites *on-line* e livros que oferecem orientação sobre transcrição de história oral, bem como muitos artigos acadêmicos que debatem os prós e os contras da transcrição para a pesquisa em história

oral (críticos preocupam-se que os pesquisadores que utilizam transcrições não ouvirão as entrevistas e que as transcrições inevitavelmente perdem muitos dos recursos audiovisuais significativos da entrevista) (SHOPES, 2012; BOYD, 2014). Uma transcrição literal útil incluirá todas as palavras, na ordem correta, e buscará capturar, da melhor maneira possível, recursos audiovisuais significativos, por exemplo, usando negrito para ênfase e indicando uma “pausa”, “risos” ou uma ação como “batendo na mesa três vezes”. No entanto, há um limite para como a fala e a performance podem ser capturadas em palavras e uma transcrição literal que tenta capturar tudo provavelmente será ilegível – exceto para um linguista – e muito confusa para uso prático por um historiador. O melhor conselho é considerar a transcrição como uma aproximação da fala e um guia útil que pode ser escaneado e pesquisado, mas também ouvir partes da entrevista que virão a ser utilizadas. Se o arquivista (ou portal de arquivo *on-line*) fornecer apenas a transcrição, solicite também o arquivo de áudio ou vídeo. Se você usar citações de entrevistas em seus escritos, sempre verifique a transcrição quanto à precisão. Se você usar *software* de reconhecimento de voz para transcrição, definitivamente precisará corrigir a transcrição preliminar.

Existem alternativas de documentação para a transcrição literal. Estudantes com restrição de recursos financeiros ou de tempo podem criar transcrições parciais, nas quais transcrevem apenas as seções que sabem que irão usar e, em seguida, resumem o restante. Muitos arquivos agora produzem resumos cronometrados (também chamados de registros de entrevista) em vez de transcrições, porque esse tipo de resumo sequencial é mais rápido e barato de produzir. Aplicativos digitais como o OHMS (*Oral History Metadata Synchronizer*) suportam a produção de resumos cronometrados (e transcrições) que são vinculados por códigos de tempo ao arquivo de áudio ou vídeo, permitindo que um pesquisador acesse rapidamente seções relevantes dos arquivos de áudio ou visual. Em meio a essa magia digital, não se esqueça de que a transcrição ou o resumo cronometrado de uma entrevista é apenas um auxílio de pesquisa para a fonte primária da gravação real.

Como pesquisador, você precisará desenvolver sistemas e processos eficazes para anotar, codificar ou indexar seu conjunto de entrevistas. Por exemplo, você pode criar uma coluna em cada página de um resumo cronometrado ou de uma transcrição na qual anota recursos narrativos significativos e pontos históricos; pode ter outra coluna para palavras-chave e utilizar um vocabulário controlado projetado para sua pesquisa, para que, assim, possa encontrar rapidamente material sobre tópicos relevantes.

Depois de criar um banco de dados para suas entrevistas, pode-se usar essas anotações para pesquisar materiais em todas as entrevistas.

Eu chamo meu processo de anotação de “pensar em vermelho”, porque uso tinta vermelha para destacar meu próprio pensamento sobre as fontes. “Pensar em vermelho” também é uma metáfora para o tipo de imaginação histórica necessária para ver ou ouvir padrões históricos emergentes. Frequentemente, esses primeiros pensamentos em vermelho são as sementes de interpretações históricas subsequentes. Por exemplo, uma nota ao lado do trecho sobre o alistamento de Percy Bird, destacando como a lealdade masculina de Percy estava dividida entre família e nação, plantou a semente para um argumento sobre o papel das relações familiares nas decisões de alistamento.

Na época em que entrevistei Percy Bird, em 1983, eu ainda utilizava fichas de arquivo e indexação para reunir evidências de várias entrevistas sobre um tópico como o alistamento. Desde a década de 1990, *softwares* cada vez mais sofisticados de análise qualitativa de dados assistida por computador (CAQDAS), como o NVIVO, permitiram que os pesquisadores codificassem seções das entrevistas de acordo com o que o NVIVO chama de “nós” temáticos. Por exemplo, você poderia codificar todas as seções sobre alistamento em várias entrevistas e criar subcódigos que identificam diferentes fatores relacionados ao alistamento (como aventura, dever, emprego, pressão dos colegas, apoio familiar, oposição familiar etc.). Uma vantagem da codificação assistida por computador é que você pode reunir rapidamente todo o material da entrevista sobre um tópico ou um aspecto de um tópico e essa “exibição de dados” pode facilitar a identificação de padrões e o desenvolvimento de interpretações históricas. Como explicam os sociólogos Miles e Huberman (1994, p. 432), “a exibição gera análise, que por sua vez gera exibições mais poderosas e sugestivas”. Claro, o *software* não faz o trabalho interpretativo para você – isso requer sua própria imersão, rigor e imaginação histórica – mas pode facilitar o trabalho.

A desvantagem da codificação é que o pesquisador pode ser seduzido pela magia digital e perder facilmente de vista o contexto de vida de cada trecho da entrevista ou as conexões entre os fatores que foram desagregados em seus códigos separados. É útil ter um documento anotado para cada entrevista, para que seja possível navegar entre narrativas individuais e temas históricos, entre os dados e as interpretações em desenvolvimento. Também é importante continuar refletindo sobre a natureza das fontes e os limites das interpretações. Por exemplo, os únicos veteranos da Primeira

Guerra Mundial ainda vivos entrevistados por mim em 1983 eram jovens quando se alistaram. Muito poucos eram suficientemente idosos para terem constituído famílias próprias antes de irem para a guerra e, com base nas evidências das minhas vinte e cinco entrevistas, não pude generalizar sobre os relacionamentos entre os maridos-soldados e suas esposas e filhos.

Com uma amostra de história oral de vinte e cinco entrevistas, quaisquer hipóteses quantitativas (usando adjetivos como “maioria”, “poucos” ou “muitos”) devem ser apenas especulações históricas informadas a serem confirmadas por pesquisas adicionais. Alguns historiadores orais têm utilizado abordagens quantitativas para desenvolver argumentos históricos mais detalhados e conclusivos a partir de grandes amostras de centenas ou mesmo milhares de entrevistas. Trevor Lummis (1983), por exemplo, utilizou contagem e tabulação de várias características em entrevistas com centenas de famílias de pescadores do leste da Inglaterra, juntamente com dados do censo, para demonstrar que pescadores de alto-mar do final do século XIX e início do século XX tinham taxas de mortalidade mais altas do que os homens que pescavam em locais mais próximos à costa. Lummis então utilizou as evidências qualitativas das entrevistas para explicar a discrepância em termos dos efeitos da ausência de longo prazo nos relacionamentos familiares e no suporte. As tecnologias digitais ampliaram o alcance e a confiabilidade da pesquisa quantitativa, mas os pesquisadores de história oral precisam estar atentos às conclusões quantitativas baseadas em amostras estatisticamente não representativas de dados de histórias de vida qualitativos e complexos.

### *Interpretando vidas a partir de abordagens éticas*

As pessoas não são papel e os historiadores orais precisam ter cuidado tanto durante uma entrevista quanto no uso das entrevistas. Eles enfrentam várias responsabilidades pessoais e éticas que às vezes entram em tensão umas com as outras: para o entrevistado; para outras pessoas mencionadas ou afetadas pela gravação (como membros da família ou da comunidade); para as leis do país (relacionadas, por exemplo, à difamação ou à gravação de atividades ilegais); e para a integridade da pesquisa e a precisão histórica. Outras fontes históricas podem gerar dilemas éticos

comparáveis, mas eles são especialmente agudos na história oral, onde o historiador conhece o narrador, cocriou sua narrativa e muitas vezes conhece também outros membros da família. Por exemplo, um dos veteranos entrevistados da Primeira Guerra Mundial falou sobre um plano (que não foi executado) de matar um oficial cujo comportamento abusivo e ações intempestivas estavam ameaçando a vida de seus homens. Essa prática de *fragging* contraria a narrativa lendária da Austrália dos Anzac, que celebra as relações igualitárias entre oficiais australianos e seus homens, então a entrevista forneceu uma evidência importante de que os oficiais australianos nem sempre eram tão igualitários ou –benquistos. No entanto, o infrator provavelmente tem descendentes vivos, então decidi não identificar o oficial em minhas publicações. Um exemplo bastante diferente e controverso ocorre no documentário do Holocausto de Claude Lanzmann, *Shoah* (1985). O filme inclui extensos trechos de entrevistas em vídeo com sobreviventes, testemunhas e perpetradores. Em certo momento, vemos Lanzmann em um bar conversando com um ex-guarda de campo de concentração. Em seguida vemos um veículo de gravação móvel do lado de fora do bar e percebemos que o homem não sabe que está sendo entrevistado. Esse perpetrador não poderia ter sido gravado sem subterfúgio. A trapaça de Lanzmann claramente viola as “Diretrizes de Prática Ética” produzidas pela maioria das associações nacionais de história oral, como a *Oral History Australia* (2007). Mas Lanzmann acreditava que a compreensão histórica das ações terríveis dos guardas do campo de concentração superava qualquer responsabilidade ética para com esse narrador.

Embora os dilemas éticos sejam complicados, os princípios que fundamentam a boa prática ética na criação e na interpretação da história oral são diretos. Primeiro, procure não causar danos, ou ao menos minimizar os danos a um nível aceitável. Segundo, assegure o consentimento informado. O entrevistado precisa saber o que acontecerá com a entrevista e como ela pode ser usada e precisa aprovar as condições de acesso e uso (isso também é um requisito legal de direitos autorais). Isso não significa que um entrevistado deva controlar a interpretação de sua narrativa depois que ela for disponibilizada em acesso aberto em um arquivo, mas eles devem saber, antes do início da gravação, que sua narrativa estará disponível para interpretação e que podem limitar o acesso à gravação por um período especificado. Em terceiro lugar, assim como em qualquer pesquisa histórica, a integridade interpretativa do historiador é essencial: não use evidências fora de contexto indevidamente; não faça especulações sobre as ações de

uma pessoa que você não pode comprovar; explique, mas não julgue. Os historiadores orais frequentemente têm um cuidado especial em fundamentar conclusões históricas com base nas evidências dos entrevistados que eles acabaram por conhecer e respeitar.

Existem medidas práticas que o historiador oral pode tomar para lidar com os desafios éticos apresentados pela interpretação e pelo uso das entrevistas. Mais obviamente, o apagamento das marcas que identificam (não apenas o nome, mas também qualquer contexto identificável e a voz gravada) pode proteger o narrador, se necessário. Às vezes, apagar essas marcas simplesmente não é possível. Por exemplo, em um estudo baseado em um pequeno número de entrevistas ou em uma pequena comunidade, pode não ser possível citar uma entrevista, embora seu conhecimento do material ainda influencie suas descobertas gerais. Alguns historiadores orais compartilham e discutem interpretações com seus narradores. Essa “autoridade compartilhada” – uma noção sobre a entrevista cunhada por Michael Frisch (1990) e ampliada por outros historiadores orais para incluir o compartilhamento da autoridade interpretativa – leva tempo e não é fácil. Katherine Borland (1991 e 2018) escreve de forma perspicaz sobre como sua avó inicialmente desaprovou a interpretação feminista que a primeira fez sobre um evento registrado em sua entrevista e como, ao longo do tempo, a avó Beatrice e a neta Katherine aprenderam mais sobre o passado – e sobre elas mesmas – a partir das interpretações uma da outra. No entanto, o compartilhamento da autoridade interpretativa pode ser impossível quando as diferenças pessoais ou políticas entre o narrador e o historiador são muito marcantes, como aconteceu com Kathleen Blee (1993 e 2018), quando ela entrevistou mulheres americanas que haviam sido membros da Ku Klux Klan.

## *Conclusão*

Independentemente dos detalhes do seu projeto de entrevistas, o historiador oral precisa se manter constantemente reflexivo, pensando cuidadosamente sobre responsabilidades e interpretações, desde antes da entrevista até a fase de produção de conhecimento histórico. Busque uma

amostra diversificada e apropriada de entrevistas e considere como sua amostra pode afetar as regularidades históricas que você descobrirá. Avalie suas fontes para que quaisquer interpretações levem em conta as qualidades distintas e as limitações da evidência da história oral. Ouça atentamente as pistas de linguagem, fala e performance e recorra a todas as evidências disponíveis, dentro e fora da entrevista, para explicar o significado dessas pistas. Mergulhe nas suas entrevistas e organize os dados para que você possa utilizá-los de forma mais eficaz para iluminar e explicar padrões ou eventos históricos. Por fim, use sua imaginação histórica para dar sentido às entrevistas e, assim, contribuir com descobertas originais para a pesquisa histórica e para um público mais amplo.

## Referências

- ABRAMS, L. *Oral History Theory*. Abingdon, England: Routledge, 2016.
- ATKINSON, D.; JACKSON, M.; WALMSLEY, J. *Forgotten Lives: Exploring the History of Learning Disability*. London: Bild, 1997.
- BALDWIN, A. And “What Happened Next?”: Emotions and Sexual Violence in Holocaust Interviews. *Oral History Australia Journal*, v. 41, p. 32-42, 2019.
- BENMAYOR, R.; DOMINGUEZ PRATS, P.; CARDENAL DE LA NUEZ, M. E. (eds.). *Memory, Subjectivities, and Representation: Approaches to Oral History in Latin America, Portugal, and Spain*. New York: Palgrave, 2016.
- BENNETT, O.; MCDOWELL, C. *Displaced: The Human Cost of Development and Resettlement*. New York: Palgrave Macmillan, 2012.
- BERTAUX, D. *Biography and Society: The Life History Approach in the Social Sciences*, London: Sage, 1981.
- BLEE, K. Evidence, Empathy and Ethics: Lessons from Oral Histories of the Klan. *Journal of American History*, v. 80, n. 2, p. 596-606, 1993.



BLEE, K. Feminist Oral Histories of Racist Women. In: SRIGLEY, K.; ZEMBRZYCKI, S.; IACOVETTA, F. *Beyond Women's Words: feminisms and the practices of oral history in the twenty-first century*. New York: Routledge, 2018. p. 56-62.

BORLAND, K. That's Not What I Said: Interpretative Conflict in Oral Narrative Research. In: GLUCK, S. B.; PATAI, P. (eds.). *Women's Words: The Feminist Practice of Oral History*. New York: Routledge, 1991. p. 63-75.

BORLAND, K. That's Not What I Said: A Reprise 25 Years On, 1991. In: SRIGLEY, K.; ZEMBRZYCKI, S.; IACOVETTA, F. *Beyond Women's Words: Feminisms and the Practices of Oral History in the Twenty-First Century*. New York: Routledge, 2018. p. 31-37.

BORNAT, J. *Reminiscence Reviewed: Perspectives, Evaluations, Achievements*. Buckingham: Open University Press, 1994.

BORNAT, J. Remembering and Reworking Emotions: The Reanalysis of Emotion in an Interview. *Oral History*, v. 38, n. 2, p. 43-52, 2010.

BORNAT, J.; PERKS, R.; THOMPSON, P.; WALMSLEY, J. *Oral History, Health and Welfare*. London: Routledge, 2000.

BOYD, D. A. I Just Want to Click on it to Listen: Oral History Archives, Orality and Usability. In: BOYD, D. A.; LARSON, M. A. (eds.). *Oral History and Digital Humanities: Voice, Access and Engagement*. New York: Palgrave Macmillan, 2014. p. 77-96.

BOYD, D. A.; LARSON, M. A. (eds.). *Oral History and Digital Humanities: Voice, Access and Engagement*. New York: Palgrave Macmillan, 2014.

BOYD, N. A.; RAMIREZ, H. N. R. (eds.). *Bodies of Evidence: The Practice of Queer Oral History*. Oxford; New York: Oxford University Press, 2012.

BOZZOLI, B.; NKOTSOE, M. *Women of Phokeng: Consciousness, Life Strategy and Migrancy in South Africa, 1900-1983*. London: James Currey, 1991.

BROWNING, C. R. *Remembering Survival: Inside a Nazi Slave-Labor Camp*. New York: W. W. Norton, 2010.

CAVE, M.; SLOAN, S. M. (eds.). *Listening on the Edge: Oral History in the Aftermath of Crisis*. Oxford; New York: Oxford University Press, 2014.

DAVIDSON, J. W.; LYTLE, M. H. *After the Fact: The Art of Historical Detection*. New York: Knopf, 1986. p. 177-212.

DENIS, P.; NTSIMANE, R. (eds.). *Oral History in a Wounded Country: Interactive Interviewing in South Africa*. Durban: University of KwaZulu-Natal Press, 2008.

FISHER, K. *Birth Control, Sex, and Marriage in Britain, 1918-60*. Oxford: Oxford University Press, 2006.

FREUND, A. *Beyond the Nation? Immigrants' Local Lives in Transnational Cultures*. Toronto: University of Toronto Press, 2012.

FRIEDLANDER, P. *The Emergence of a UAW Local, 1936-39: A Study in Class and Culture*. Pittsburgh: University of Pittsburgh Press, 1975.

FRISCH, M. *A Shared Authority: Essays on the Craft and Meaning of Oral and Public History*. Albany: State University of New York Press, 1990.

GLUCK, S. B.; PATAI, D. *Women's Words: The Feminist Practice of Oral History*. London: Routledge, 1991.

GRELE, R. K. Directions for Oral History in the United States. In: DUNAWAY, D. K.; BAUM, W. K. *Oral History: An Interdisciplinary Anthology*. Walnut Creek: Altamira, 1996. p. 62-84.

HAMILTON, P. The Proust Effect: Oral History and the Senses. In: RITCHIE, D. A. *The Oxford Handbook to Oral History*. New York: Oxford University Press, 2010. p. 219-232.

HAMILTON, P.; SHOPEL, L. *Oral History and Public Memories*. Philadelphia: Temple University Press, 2008.

HIRSCH, K. Culture and Disability: The Role of Oral History. *Oral History Review*, v. 22, n. 1, p.1-27, 1995.

HOLMES, K. Does It Matter If She Cried? Recording Emotion and the Australian Generations Oral History Project. *Oral History Review*, v. 44, n. 1, p. 56-76, 2017.

HOLMES, K.; GOODALL, H. *Telling Environmental Histories: Intersections of Memory, Narrative and Environment*. New York: Palgrave Macmillan, 2017.

JAMES, D. *Doña Maria's Story: Life History, Memory and Political Identity*. Durham: Duke University Press, 2000.

LANZMANN, C. *Shoah*. New York: New Yorker Films, 1985.

LEE, D.; NEWFONT, K. *The Land Speaks: New Voices at the Intersection of Oral and Environmental History*. New York: Oxford University Press, 2017.

LIBRARY OF CONGRESS. An Introduction to the WPA Slave Narratives. Disponível at: <https://www.loc.gov/collections/slave-narratives-from-the-federal-writers-project-1936-to-1938/articles-and-essays/introduction-to-the-wpa-slave-narratives/>. Accessed on: 10 Jan. 2020.

LOH, K.S.; KOH, E.; DOBBS, S. *Oral History in Southeast Asian: Memories and Fragments*. New York: Palgrave Macmillan, 2013.

LUMMIS, T. Structure and Validity in Oral Evidence. *International Journal of Oral History*, v. 2, n. 2, p.109-120, 1983.

MAHUIKA, N. *Rethinking Oral History and Tradition: An Indigenous Perspective*. New York: Oxford University Press, 2019.

MEIHY, J. C. S. B. *(Re)introduzindo a História Oral no Brasil*. São Paulo: Xamã, 1996.

MILES, M. B.; HUBERMAN, A. M. *Qualitative Data Analysis: An Expanded Sourcebook*. Thousand Oaks: Sage, 1994.

MUKHERJEE, S. *Surviving Bhopal: Dancing Bodies, Written Texts, and Oral Testimonials of Women in the Wake of an Industrial Disaster*. New York: Palgrave Macmillan, 2010.

O'FARRELL, P. *The Catholic Church and Community. An Australian History*. Kensington: University of New South Wales Press, 1985.

ORAL History Australia. Guidelines of Ethical Practice, 2010. Disponível at: [https://www.oralhistoryaustralia.org.au/files/oha\\_guidelines\\_for\\_ethical\\_practice\\_\\_2007.pdf](https://www.oralhistoryaustralia.org.au/files/oha_guidelines_for_ethical_practice__2007.pdf). Accessed on: 22 Jan. 2020.

PERKS, R. The Roots of Oral History: Exploring Contrasting Attitudes to Elite, Corporate, and Business Oral History in Britain and the U.S. *Oral History Review*, v. 37, n. 2, p. 215-224, 2010.

PORTELLI, A. On the Peculiarities of Oral History. *History Workshop Journal*, n. 12, p. 96-107, 1981.

PORTELLI, A. *The Death of Luigi Trastulli and Other Stories: Form and Meaning in Oral History*. Albany: State University of New York Press, 1991.

PORTELLI, A. The Apple and the Olive Tree: Exiles, Sojourners, and Tourists in the University. In: PORTELLI, A. *The Battle of Valle Giulia: Oral History and the Art of Dialogue*. Madison: University of Wisconsin Press, 1997. p. 273-289.

PORTELLI, A. *They Say in Harlan County: An Oral History*. New York: Oxford University Press, 2011.

ROBERTSON, A. M. *War in Port Phillip*. Sorrento: Nepean Historical Society, 1968.

ROGERS, K. L. *Life and Death in the Delta: African American Narratives of Violence, Resilience, and Social Change*. New York: Palgrave, 2006.

ROPER, M. The Unconscious Work of History. *Cultural and Social History*, v. 11, n. 2, p. 169-193, 2014.

SCOTT, E. *Australia During the War; Official History of Australia in the War of 1914-1918*. V. 11. Sydney: Angus and Robertson, 1936.

SELDON, A.; PAPPWORTH, J. *By Word of Mouth: Elite Oral History*. London: Methuen, 1983.

SHOPES, L. Oral History and the Study of Communities: Problems, Paradoxes, and Possibilities. *The Journal of American History*, v. 89, n. 2, p. 588-598, 2002.

SHOPES, L. Transcribing Oral History in the Digital Age. In: BOYD, D.; COHEN, S.; RAKERD, B.; REHBERGER, D. *Oral History in the Digital Age*. Washington, D.C.: Institute of Museum and Library Services, 2012. Disponível at: <http://ohda.matrix.msu.edu/2012/06/transcribing-oral-history-in-the-digital-age/>. Accessed on: 22 Jan. 2020.

SRIGLEY, K.; ZEMBRZYCKI, S.; IACOVETTA, F. *Beyond Women's Words: Feminisms and the Practices of Oral History in the Twenty-First Century*. New York: Routledge, 2019.

SUMMERFIELD, P. *Reconstructing Wartime Women's Lives*. Manchester: Manchester University Press, 1998.

THOMPSON, P. *The Voice of the Past: Oral History*. Third edition. Oxford: Oxford University Press, 2000.

THOMPSON, P. *The Voice of the Past: Oral History*. Fourth edition. Oxford: Oxford University Press, 2017.

THOMSON, A. Four Paradigm Transformations in Oral History. *Oral History Review*, v. 34, n. 1, p. 49-70, 2007.

THOMSON, A. *Moving Stories: An Intimate History of Four Women across Two Countries*. Manchester: Manchester University Press, 2011a.

THOMSON, A. Memory and Remembering in Oral History. In: RITCHIE, D. A. *The Oxford Handbook to Oral History*, New York: Oxford University Press, 2011b. p. 77-95.

THOMSON, A. *Anzac Memories: Living with the Legend*. Clayton: Monash University Publishing, 2013.

THOMSON, A. Digital Aural History: An Australian Case Study. *Oral History Review*, v. 43, n. 2, p. 292-314, 2016.

THOMSON, A. Indexing and Interpreting Emotion: Joy and Shame in Oral History. *Oral History Australia Journal*, n. 41, p. 1-11, 2019.

VANEK, M. *Around the Globe: Rethinking Oral History with its Protagonists*. Prague: Karolinum Press, 2013.

VANSINA, J. *Oral Tradition: A Study in Historical Methodology*. London: Routledge & Kegan Paul, 1965.

WHITE, R. Motives for Joining Up: Self-sacrifice, Self-interest and Social Class, 1914-18. *Journal of the Australian War Memorial*, n. 9, p. 3-16, 1986.

YOW, V. R. *Recording Oral History: A Guide for the Humanities and Social Sciences*. Lanham: Rowman & Littlefield Publish, 2015.

*Fontes adicionais para leitura e consulta.*

ABRAMS, L. *Oral History Theory*. Abingdon, England: Routledge, 2016.

BENMAYOR, R.; DOMINGUEZ PRATS, P.; CARDENAL DE LA NUEZ, M. E. (eds.). *Memory, Subjectivities, and Representation: Approaches to Oral History in Latin America, Portugal, and Spain*. New York: Palgrave, 2016.

DOMINGUEZ PRATS, P.; CARDENAL DE LA NUEZ, M. E. (eds.). *Memory, Subjectivities, and Representation: Approaches to Oral History in Latin America, Portugal, and Spain*. New York: Palgrave, 2016.

BOYD, D. A.; LARSON, M. A. (eds.). *Oral History and Digital Humanities: Voice, Access, and Engagement*. New York: Palgrave Macmillan, 2014.

ORAL History in the Digital Age. Disponível at: <http://ohda.matrix.msu.edu/>. Accessed on: 22 Jan. 2020.

PERKS, R.; THOMSON, A. (eds.). *The Oral History Reader*. London: Routledge, 2016.

PORTELLI, A. *The Death of Luigi Trastulli and Other Stories: Form and Meaning in Oral History*. Albany: State University of New York Press, 1991.

RITCHIE, D. A. *The Oxford Handbook of Oral History*. New York: Oxford University Press, 2010.

SRIGLEY, K.; ZEMBRZYCKI, S.; IACOVETTA, F. *Beyond Women's Words: Feminisms and the Practices of Oral History in the Twenty-First Century*. London and New York: Routledge, 2019.

THOMPSON, P. *The Voice of the Past: oral history*. Oxford: Oxford University Press, 2017.

YOW, V. R. *Recording Oral History: A Guide for the Humanities and Social Sciences*. Lanham: Rowman & Littlefield, 2015.

ENVIADO EM: 01/03/2023  
APROVADO EM: 10/08/2023

# LOS EXILIOS “PLURALES” DE LA DOCTRINA DE LA SEGURIDAD NACIONAL EN EL CONO SUR<sup>1</sup>

## *The “plural” exiles of the National Security Doctrine in the Southern Cone*

---

*Silvina Jensen*<sup>2\*</sup>

### RESUMEN

Este artículo intenta explorar algunas de las empresas simbólicas llevadas adelante por los exiliados de las dictaduras brasileña, uruguaya, chilena y argentina entre finales de los años setenta y principios de los ochenta. Empresas que bajo la forma Historias del pasado reciente, Sociologías del exilio, análisis psicoterapéutico y/o psicopatológico o mediante la recuperación de testimonios y memorias, confluyeron en la preocupación por visibilizar la pluralidad del exilio como gesto político. Gesto que se alzaba contra la mitificación, criminalización, banalización, fetichización y simplificación en un contexto álgido de luchas por el sentido del exilio, que por entonces comprometían a los derrotados de las dictaduras dentro y fuera de esos países, pero principalmente enfrentaban a los desterrados con los respectivos gobiernos castrenses. El trabajo se divide en dos partes. La primera reconstruye la naturaleza de las empresas simbólicas encaradas por los exiliados conosureños entre finales de la década de 1970 y principios de los años 1980 y las interlocuciones políticas que plantearon. Y la segunda hace foco en la narrativa de los exilios “plurales”, intentando exponer la diversidad de formas de entender esa pluralidad en la contemporaneidad dictatorial.

*Palabras-clave:* Exilios “plurales”; dictaduras de la doctrina de la seguridad nacional en el Cono Sur; Memoria e Historia.

1 Esta investigación cuenta con la financiación del Proyecto de Investigación Plurianual (PIP-CO-NICET) “Historia conectada de los exilios políticos, España-Cono Sur (1959- 1990): militancias, solidaridades, transferencias”. Código: 11220200100414CO, septiembre 2021-septiembre 2023.

2 \* Pesquisadora do Conselho Nacional de Investigações Científicas e Técnicas (CONICET) e da Universidade Nacional del Sur, Argentina, onde também trabalha como Professora de História Contemporânea. Especialista em História Comparada e Transnacional dos exilios, dedica-se aos estudos sobre repressão política e sociedade na Espanha e nos países do Cone Sul latino-americano. Contato: sjensen@criba.edu.ar; siljens@yahoo.es; silvina.jensen@uns.edu. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9166-8852>

## ABSTRACT

This article attempts to explore some of the symbolic enterprises carried out by exiles from the Brazilian, Uruguayan, Chilean and Argentinean dictatorships between the end of the 1970s and the beginning of the 1980s. Under the form of Histories of the Recent Past, Sociologies of Exile, psychotherapeutic and/or psychopathological analysis, or through the recovery of testimonies and memories, they converged in the concern to make visible the plurality of exile as a political gesture. A gesture that stood up against the mythification, criminalization, trivialization, fetishization and simplification in a heated context of struggles for the meaning of exile that at the time involved those defeated by the dictatorships inside and outside these countries, but mainly confronted the exiles with the respective military governments. The work is divided into two parts. The first reconstructs the nature of the symbolic enterprises undertaken by the Cono Sur exiles between the late 1970s and the early 1980s and the political interlocutions they raised. And the second focuses on the narrative of plural exiles, attempting to expose the diversity of ways of understanding this plurality in the dictatorial contemporaneity.

*Keywords:* “Plural” exiles; dictatorships of the national security Doctrine in the Southern Cone; memory and history.

## Introducción

En el contexto del quinto aniversario del golpe del 11 de septiembre de 1973 y mientras el régimen pinochetista sentaba las bases para perpetuarse en el poder, entre París, Madrid y Moscú la dirección del Partido Comunista Chileno (PCCh) impulsaba un nuevo proyecto editorial en la diáspora: *Araucaria de Chile* (1978-1989). Pocos meses después de ver la luz la revista inauguraba la sección “Un millón de chilenos” destinada a visibilizar esa “realidad sin precedentes, lacerante, traumática” que carcomía a la sociedad chilena. A juicio de los editores de la revista, Volodia Teitelboin y Carlos Orellana, la “fama de trotamundos, de pateperro” de los chilenos había dejado de ser “leyenda” o “folklore” para hacerse “historia” por “obra y gracia del fascismo” (*Araucaria de Chile*, n. 7, p. 4, tercer trimestre, 1979).

Pero este exilio transformado en una “realidad sin precedentes” en el Chile de Pinochet no era ajeno según explicaba un colaborador de la revista, a la extensión del destierro como “práctica política institucionalizada”,



“cuya frecuencia y planetarización lo han convertido ante la opinión común, si no en invisible, al menos en un fenómeno de aparente banalidad, suerte de “flagelo cultural” análogo a aquellos naturales que periódicamente conocemos” (ABARZUA, 1979, p. 145).

A partir de este lapidario diagnóstico que comprendía también la situación de otros “latinoamericanos, europeos, africanos o asiáticos” perseguidos por diversos regímenes de corte autoritario o dictatorial, Héctor Fernando Abarzua (1979, p. 149) llamaba hacer del exilio un lugar donde escribir Historia<sup>3</sup> como única “forma de superarlo y derrotarlo”.

Pero, ¿qué encerraba su propuesta de hacer la Historia del exilio “en el exilio” y “cuando el exilio no ha terminado”? (ABARZUA, 1979, p. 155). ¿Cuáles eran a su juicio las armas simbólicas que podían “derrotar” y “superar” el exilio? ¿Por qué reclamaba que además de asumir la condición exiliar desde la comprensión de las experiencias subjetivas de destierro, era importante mostrar el carácter “inequívocamente social e histórico” de este fenómeno colectivo? (ABARZUA, 1979, 149). Y, ¿por qué Abarzua planteaba la urgencia de acompañar la empresa de recuerdo personal desde la investigación de este destierro plural?

El llamado de Abarzua a hacer una Historia del exilio tanto en sus dimensiones políticas, como en sus aspectos cotidianos, y atendiendo a la pluralidad de expresiones personales y vivencias subjetivas, no fue ciertamente una anomalía dentro del exilio chileno. Tampoco fue una excepcionalidad en otros exilios nacionales del Cono Sur que contemporáneamente vivían entre el desasosiego de la toma de consciencia de la derrota, la tragedia y la excentricidad no elegida; y la esperanza que proyectaban en el triunfo de la Revolución Sandinista, el retorno de los desterrados brasileños o la multiplicación de voces que denunciaban en la arena pública internacional a las dictaduras de la región por las sistemáticas violaciones de los Derechos Humanos.

Este artículo explora algunas de las empresas simbólicas llevadas adelante por exiliados/as de las dictaduras brasileña, uruguaya, chilena y argentina entre finales de los años setenta y principios de los ochenta.

3 En mi análisis utilizo “Historia” con mayúscula para referir a la operación de conocimiento y a cualquier esfuerzo que desde fuera de sede académica intentó dar sentido al exilio en la contemporaneidad dictatorial. En cambio, uso “historia” con minúscula para aludir al proceso social exiliar. Por supuesto mi uso de mayúsculas y minúsculas no necesariamente aparece en las fuentes analizadas.

Empresas que bajo la forma Historias del pasado reciente, Sociologías del exilio, análisis psicoterapéutico y/o psicopatológico o mediante la recuperación de testimonios y memorias, confluyeron en la preocupación por visibilizar la pluralidad del exilio como gesto político. Gesto que se alzaba contra la mitificación, criminalización, banalización, fetichización y simplificación en un contexto álgido de luchas por el sentido del exilio, que por entonces comprometían a los derrotados de las dictaduras dentro y fuera de esos países, pero principalmente enfrentaban a los desterrados conosureños con los respectivos gobiernos castrenses.

En este contexto, el trabajo intenta mostrar la diversidad de sentidos que confluyeron en esa temprana narrativa de la pluralidad del exilio producida/vehiculizada por los desterrados de diferentes países del Cono Sur. Narrativa cuya potencia política “contra la banalización de la vida que alientan los totalitarismos” (ABARZUA, 1979, p. 156) se transformó en potencia analítica cuando casi dos décadas después, los historiadores convirtieron a los exilios de los regímenes militares de la Doctrina de la Seguridad Nacional del Cono Sur en objeto de estudio de legitimidad creciente.

Más allá de las variables “formas de hacer Historia” (BURKE, 1996) elegidas para abordarlo – Historia Oral, Historia Social, Historia Política, Historia Reciente/del Presente, Historia de las Izquierdas, Historia Intelectual –, la referencia a la pluralidad exiliar rápidamente se ha convertido en las últimas dos décadas en punto de partida insoslayable de cualquier análisis sociohistórico en todos los países de la región. Valga como ejemplo el planteo con el que Eugenia Meyer y Pablo Yankelevich introducían su pionero estudio sobre los exiliados sudamericanos en México, que integró uno de los primeros dossiers sobre exilios políticos que se publicaron en el Cono Sur:

Com base em uma larga tradição governamental em matéria de asilo político, o México abriu suas portas a um avantajado contingente de exilados sul-americanos – argentinos, chilenos e uruguaios – que se somou aos núcleos de centro-americanos e caribenhos já residentes no país. Desse modo, durante aquela década [setenta] e nos primeiros anos da seguinte, o país converteu-se em um lugar privilegiado para o encontro e a construção de uma experiência que teve o fenômeno do exílio como denominador comum.

Mas é preciso reconhecer que não houve apenas um, mas múltiplos exilios. Cada um tem nacionalidade, nome, características pessoais, diferenças de gênero e de geração, família, afiliação política, formação profissional, destino, inserções e percepções distintas. Generalizar neste, como em tantos outros casos, é perigoso e, em certas ocasiões, pode ser um equívoco. De fato, nosso universo de estudo é definido exatamente pela riqueza da diversidade e da heterogeneidade, vislumbrada na comparação entre exiliados e em sua relação com o México (MEYER; YANKELEVICH, 1999, p. 9).

Este artículo se piensa además como un insumo para problematizar la forma en que las/los historiadoras/es (en particular los que hacemos Historia Reciente) aportamos a la producción de sentidos sobre los exilios de las dictaduras de la Doctrina de la Seguridad Nacional, tratando de mostrar cómo aquello que en el debate historiográfico actual asociamos a la “Crisis de la Historia” y al desafío de ponderar “el peso de lo contingente, lo estructural y lo percibido, así como su interrelación, de forma más dinámica” (NÚÑEZ SEIXAS citado por GLONDYS, 2017, p. 201), había sido en la coyuntura dictatorial<sup>4</sup> un arma más o un emergente de la lucha política.

En tal sentido, la pregunta que el trabajo deja abierta es ¿qué decimos las/los historiadores cuando hablamos de exilios “plurales”?

Porque, aunque estemos en apariencia diciendo lo mismo que afirmaban aquellos que como protagonistas del proceso se lanzaron a la tarea de explicarlo, ciertamente su interpretación apuntaba sobre todo a construir un sentido para la lucha política y coyuntural. Y nosotras/os sin desconocer la politicidad de nuestras investigaciones académicas, en principio entendemos que la operación histórica debe ajustarse a las reglas del oficio y está regida por otras formas de validación y legitimación social.

4 O más bien deberíamos decir en diversas coyunturas dictatoriales, tanto internas como internacionales. Sin embargo, más allá las singularidades de cada gobierno dictatorial del Cono Sur, para 1978/79 todos los regímenes militares habían asumido que los exiliados eran un problema político a gestionar que requería de un conjunto de estrategias. Una de ellas, el reforzamiento de las “operaciones de acción psicológica” en la esfera pública internacional para “ganar” la “batalla cultural” de la “guerra antisubversiva” o “contra el comunismo”. Las empresas simbólicas exiliarias sobre las que versa este trabajo y en concreto la construcción de la narrativa de los exilios “plurales” deben entenderse como respuesta a esa “batalla cultural”.

Y en tal sentido, para los/las historiadores/as la afirmación de la pluralidad exiliar adquiere (o debería adquirir) otro espesor explicativo.

Este trabajo entiende que la fuerza de la narrativa de los exilios “plurales” y su transversalidad en empresas memoriales e historiográficas pasadas y presentes es un buen laboratorio para pensar el impacto del “giro cultural” y su apuesta por investigar y narrar el pasado “desde una mayor conciencia de sus pluralidades” (GLONDYS, 2017, p. 171) en un territorio en el que esa pluralidad ya era una evidencia, una preocupación y/o el motor de las primeras empresas simbólicas impulsadas por los propios exiliados en la contemporaneidad dictatorial.

En tal sentido, este artículo plantea que si hoy cualquier investigación socio-histórica suele hacer foco en lo particular, lo plural, lo situado, lo ausente y lo marginal para temas y problemas de muy variado tipo, reivindicando la necesidad de atender a las interrelaciones dinámicas entre lo contingente y lo estructural, lo percibido y lo ocurrido en el pasado; en el territorio de los exilios esta apuesta epistemológica que iluminó el “giro cultural” vino a solaparse sobre un modo habitual de construir sentidos sobre la experiencia exiliar puesto en juego por los propios exiliados en el fragor de la lucha antidictatorial.

El trabajo se divide en dos partes. La primera reconstruye la naturaleza de las empresas simbólicas encaradas por los exiliados conosureños entre finales de la década de 1970 y principios de los años 1980 y las interlocuciones políticas que plantearon. Y la segunda hace foco en la narrativa de los exilios plurales, intentando exponer la diversidad de formas de entender esa pluralidad en la contemporaneidad de las dictaduras de la Doctrina de la Seguridad Nacional.

### *Hacer historia, sociología o memoria del exilio en la contemporaneidad dictatorial*

Comenzaba este artículo refiriendo al chileno Héctor Fernando Abarzua que desde su exilio en Francia planteaba “la posibilidad y necesidad de un quehacer histórico en las condiciones de exilio” (ABARZUA, 1979, p. 145). Y yendo un paso más allá, hablaba de la “factibilidad de una historia

del exilio” (ABARZUA, 1979, p. 155). Un cierto tipo de Historia que tendría a los exiliados “como objeto y sujeto” al mismo tiempo (ABARZUA, 1979, p. 155). Una empresa que debía asumir la forma de una “historia popular (no populista) por excelencia, el lugar de encuentro de la memoria colectiva y de las técnicas estrictas, de la historia social, de la historia política, de la psicohistoria, de la micro y de la macro-historia” (ABARZUA, 1979, p. 155).

Desde su perspectiva, esa Historia del exilio ya estaba en marcha, aunque no estuviese formalizada. Para Abarzua era claro que había una primera versión de esa Historia recogida en los “textos políticos”, las “denuncias” y los “escritos por personalidades, protagonistas o por los aparatos de los partidos y organizaciones” (ABARZUA, 1979, p. 155). En segundo lugar, Abarzua planteaba que había que considerar las diferentes “expresiones artísticas chilenas: musicales, plásticas, cinematográficas, teatrales y literarias” que no sólo eran “fuentes” o “un medio para hacer la historia”, sino también eran Historia en sí mismas (ABARZUA, 1979, p. 155). Y, por último, identificaba un tercer nivel en esa Historia que reclamaba el compromiso de los exiliados y que incluía:

la historia privada (no de la “pequeña” historia) del relato oral o escrito de la propia experiencia, de la vida del trabajo y del estudio, de las dificultades y peculiaridades de la adaptación social y cultural, de la educación de la familia, etc. Cada una de estas peripecias aisladas irá formando la trama mayor de una historia social del exilio, tanto en sus aspectos de la psicología individual y colectiva como en aquellos de rango mayor, como el demográfico (ABARZUA, 1979, p. 155-156).

En definitiva, para Abarzua no bastaba ni con la “mirada interior” de la “condición de exilio”, ni con la tarea de construir un “archivo del exilio”. Era urgente ocuparse aquí y ahora “del tiempo que portamos en nosotros, del tiempo que vivimos en el presente y de aquel que podemos y debemos transmitir” (ABARZUA, 1979, p. 157). Esa Historia desde el exilio debía visibilizarlo en sus dimensiones políticas, culturales y cotidianas, mostrando que el derrotero del “Chile peregrino” formaba parte de la “Historia de Chile” (ABARZUA, 1979, p. 155).

Si la tarea de escribir la Historia era el remedio para que cada exiliado superara el propio exilio; en el plano colectivo, esa empresa debía contribuir a contrarrestar dos operaciones simbólicas promovidas por el régimen militar. Por un lado, la “demonización” y “extranjerización” del exilio; y la segunda y no menos grave, su “banalización”, esto es, su transformación en un evento catastrófico que periódicamente afectaba a la humanidad sin que existieran razones políticas, ni responsables.

Meses después, desde México, el sociólogo argentino Rodolfo Saltalamachia reclamaba a sus connacionales encarar una empresa de “discusión” e “investigación” que recogiera los “testimonios” de todos aquellos que fueron parte de la generación derrotada en 1976. Su propuesta era dar forma a un “balance” colectivo de las experiencias de lucha de los argentinos, que ofreciera herramientas para volver a actuar en política (SALTALAMACHIA, 1980, p. 3).

Inscripta en el espíritu de *Controversia*<sup>5</sup> e incidiendo en el nudo gordiano del debate político-ideológico en el que se embarcaron algunos sectores de las izquierdas argentinas en el exilio<sup>6</sup>, Saltalamachia afirmaba que “analizar el pasado inmediato” no solo era parte del proceso de “duelo no elaborado” o un gesto de “solidaridad para con los compañeros presos”, sino una tarea “irrenunciable” y “audaz” que debía convocar a toda la militancia en el exilio. En tal sentido, reclamaba aprovechar “este tiempo de inactividad obligada discutiendo sin retaceos ni sectarismos, pero también generando un espíritu de investigación que permita evitar la especulación” (SALTALAMACHIA, 1980, p.3).

Este “balance colectivo” en el exilio de las experiencias múltiples de activación, radicalización y militarización de la política argentina de los años sesenta y setenta se asentaba en tres pilares “polémica”, “autocrítica” o

5 En su primer número, la revista se presentaba como un espacio para iniciar una “controversia para el examen de la realidad argentina” que diera cabida a la diversidad de posiciones en aras de una discusión amplia, “lúcida, serena, fraternal” (*Controversia*, n° 1, octubre 1979, p. 1). Entre la creciente bibliografía que hace foco en esta revista de la intelectualidad del peronismo de izquierda y la izquierda marxista en el exilio mexicano podemos mencionar: Rojkind (2004), Yankelevich (2010), Gago (2012), Reano (2012), Couto (2013), Garategaray (2015), Zarowsky (2015), Gauna (2016), Giller (2016) y Tortti (2018).

6 Saltalamachia incidía en el debate abierto por Sergio Caletti sobre la matriz ideológica de la izquierda argentina, el lugar de las vanguardias revolucionarias y el cuestionamiento de la lucha armada. Caletti que formaba parte del comité editor de la revista, había publicado dos artículos en la sección “Focos y Vanguardias”: “Los marxismos que supimos conseguir” (*Controversia*, n° 1, octubre 1979: 18-21) y “La revolución del voluntarismo” (*Controversia*, n° 2-3, diciembre 1979, p. 7-9). Para mayor información sobre esta polémica, véase Tortti (2018).

“toma de consciencia y asunción de responsabilidades”, e “investigación”. En este marco, Saltalamachia planteaba avanzar en la “narración” de los “testimonios” de las vanguardias y de los movimientos de masa; de las dirigencias políticas y político-armadas, pero también de las bases; de los intelectuales y de los que no tomaron la palabra.<sup>7</sup>

Así mientras Abarzua llamaba a hacer Historia (reciente) desde el exilio para reintegrarse al país que convertía la experiencia del “Chile peregrino” en algo banal y extraño; Saltalamachia proponía servirse de la ventaja de ser objeto y sujeto de esa Historia<sup>8</sup> para encarar un “memorial del exilio” como el de los “militantes brasileños”, cuya metodología del “cuestionario”<sup>9</sup> permitió superar un límite inicial de toda empresa que pretendiera representar al conjunto de las experiencias militantes. Para Saltalamachia, la producción de testimonios en contexto de entrevista permitiría que aquellos que no tenían “el oficio de la palabra escrita” fueran también “escuchados”. Sólo así sus memorias podrían integrarse a este balance colectivo que el exilio argentino debía encarar (SALTALAMACHIA, 1980, p. 3).

Ese “memorial” al que refería Saltalamachia no era otro que las *Memórias do exílio. Brasil 1964-19??...* Proyecto dirigido por el sociólogo Pedro César Uchôa Cavalcanti y el militante de Ação Popular Jovelino Ramos, que junto a las *Memórias das mulheres do exílio* que coordinaron Albertina Oliveira da Costa, Maria Teresa Porciuncula Moraes, Norma

7 Saltalamachia reconocía que si a la historia de las organizaciones políticas podía accederse “mediante un rastreo de periódicos o el uso de algún archivo que pueda haberse salvado de la represión sistemática”, no ocurría lo mismo si se quería conocer los “diferentes movimientos de masas o los cambios ideológico-políticos que fueron ocurriendo en uno u otro sector social”. De estos últimos ni las bibliotecas ni los archivos daban verdadera cuenta y por tanto había que recurrir a una empresa testimonial (SALTALAMACHIA, 1980, p. 3).

8 El sociólogo argentino exiliado en México señalaba que “llevamos ventaja porque no somos sólo analistas en potencia sino participantes que pueden colaborar en este trabajo narrando el testimonio de la propia experiencia” (SALTALAMACHIA, 1980, p. 3).

9 Los promotores del proyecto brasileño *Memórias do exílio* primero invitaron a 1.500 exiliados dispersos en todos los continentes a redactar sus testimonios. El fracaso de ese llamado los llevó a realizar entrevistas semiestructuradas sobre la trayectoria personal de los exiliados antes y después de su salida del país y sobre las perspectivas de futuro en el contexto del retorno. Las entrevistas permitían sortear la exclusión de aquellos que no se sentían con derecho a tomar la palabra o que carecían de las competencias de lo escrito y a la vez oficiaban como actos de reconocimiento. En el volumen I de las *Memórias do exílio* titulado *Muitos caminhos*, la sección “Entrevistas” representa más de la mitad de la obra (p. 21-254).

Marzola y Valentina da Rocha Lima<sup>10</sup>, se convirtieron rápidamente en ejemplos a seguir por otros exilios de la región embarcados en la tarea de dar sentido a lo que estaban viviendo.<sup>11</sup>

Según Cavalcanti y Ramos, en las *Memórias do exílio. Brasil 1964-19??...* confluían dos impulsos. El del historiador preocupado por “documentar el pasado”; y el de todo exiliado que atravesando una “ruptura histórica”, miraba hacia sus raíces como forma de reconocerse y reconectarse con ese espacio público-político del que había sido expulsado (CAVALCANTI; RAMOS, 1978, p. 9).

Sin embargo, para los directores del primer volumen de las *Memorias do exílio* no se trataba de recordar para “archivar”, ni tampoco de una “actitud nostálgica” o “derrotista” (1978: 16), sino de un “esforço consciente de recuperação para uma cultura nacional” (CAVALCANTI; RAMOS, 1978, p. 9).

De este modo, más que una empresa historiográfica era una empresa “política” en un doble sentido. Por un lado, porque el trabajo memorial era también un “llamamiento al debate”, a la reflexión crítica, y a la construcción de puentes sobre las “divisiones del presente”. Divisiones que los directores de la obra planteaban como consustanciales a toda emigración forzada (CAVALCANTI; RAMOS, 1978, p. 10).

Y, por otro lado, aunque la intención era “documentar” las experiencias y las reflexiones del exilio no cabía duda que “a simples manifestação dos ‘maus brasileiros’ [...] criaria um choque com o governo brasileiro” (CAVALCANTI; RAMOS, 1978, p. 17). De este modo, las entrevistas, poesías, ensayos, cartas y cualquier documento personal de los exiliados se transformaban por su simple existencia en un instrumento de denuncia del régimen militar.

Tal como vimos para el exilio chileno, también los directores de *Memórias do exílio. Brasil 1964-19??* enfatizaron que “os brasileiros não estão fora, mas sim dentro da história do Brasil contemporâneo” (CAVALCANTI; RAMOS, 1978, p. 10).

10 Recordemos que las *Memórias do exílio* vieron la luz en Portugal en 1976 y dos años después se publicaron en Brasil. En 1980, tras la aprobación de la Ley de Amnistía que abrió la puerta al retorno de los exiliados políticos, también se publicaron en Río de Janeiro las *Memórias das mulheres do exílio*. Para un análisis más detallado, véase Rosalen (2015).

11 Destierros que amparados en la genérica denominación “exilios de la Doctrina de la Seguridad Nacional” tuvieron desde sus orígenes, composición, derroteros y geografías, características específicas y diferenciales.



Mientras se abría el camino del retorno para los exiliados políticos tras la aprobación de la Amnistía, un colectivo de exiliadas mujeres publicaba en Río de Janeiro sus *Memórias*. Para Albertina Oliveira da Costa, Maria Teresa Porciuncula Moraes, Norma Marzola y Valentina da Rocha Lima, el nuevo volumen no sólo servía al propósito de “documentar” esas otras experiencias de destierro desplazadas del relato escrito por los varones, sino que también se pensaba como un antídoto para “um Brasil sem nunca, nunca mais exílios” (COSTA; LIMA; MARZOLA; MORAES, 1980, p. 12). Pero, además, estas mujeres apostaban por contar otra Historia del exilio. Una Historia que no sólo las visibilizara como “militantes políticas”, sino también como “mujeres”. Y por este camino a descubrirse ellas mismas “exiliadas” (COSTA; LIMA; MARZOLA; MORAES, 1980, p. 20).

En una clara apuesta por desacoplar la experiencia del exilio de las trayectorias de los políticos y de los intelectuales varones, Albertina Oliveira da Costa, Maria Teresa Porciuncula Moraes, Norma Marzola y Valentina da Rocha Lima reclamaban a las mujeres pensarse en todos los ámbitos de referencia y pertenencia. Es por ello que las convocaron a que sin dejar de lado sus experiencias de militancia política, enfatizaran las “vivências como mulheres no terreno onde o subjetivo e o objetivo se entrelaçan: o das emoções e o da história pessoal concreta, das mudanças cotidianas e nem por isso menores, nem por isso menos históricas” (COSTA; LIMA; MARZOLA; MORAES, 1980, p. 17).

Frente al impulso decidido de Abarzua de avanzar en la escritura de una Historia sobre y desde el exilio; de la preocupación del proyecto memorial brasileño de documentar las múltiples experiencias y vivencias exiliares de varones y mujeres; y de la propuesta de Saltalamachia de analizar, polemizar, reunir y hacer balance sobre la diversidad de trayectorias políticas en el destierro argentino; el escritor uruguayo Mario Benedetti ponía en duda que estuvieran dadas las condiciones para producir conocimiento sistemático sobre el exilio. Así en su intervención en la Conferencia Internacional sobre “Exilio y solidaridad latinoamericana en

los años ‘70’<sup>12</sup>, que se reunió en Mérida (Venezuela) en octubre de 1979, señalaba que:

probablemente el tema no está aún maduro para que algún especialista aborde una Sociología del exilio a escala latinoamericana, ya que se trata de un fenómeno relativamente reciente, por lo menos en su masiva dimensión actual. Sin embargo, mientras aguardamos ese autorizado análisis, tal vez valga hilvanar algunas elementales reflexiones” (BENEDETTI, 1979, p. 2).

Pero mientras se amparaba en la coetaneidad del fenómeno para no avanzar en un estudio sistemático, Benedetti se sumaba a la reflexión de la condición exiliar y a la vez proponía una agenda para esa futura “Sociología del exilio”. Desde la perspectiva del escritor uruguayo, esa Sociología de la “diáspora” debía hacer foco en su dimensión subcontinental (latinoamericana) y sobre todo en sus “costos sociales”. “Costos” que abarcaban desde los efectos del exilio sobre la vida familiar, de pareja, la relación padre-hijos y el mundo de los amigos, hasta los desafíos de la búsqueda de trabajo, vivienda y escuela y las dificultades de integración cultural y lingüística en las nuevas sociedades (BENEDETTI, 1979, p. 2).

12 La CES fue un evento organizado por dos universidades venezolanas y por la Liga Internacional por los Derechos y la Liberación de los Pueblos. Entre los días 21 y 27 de octubre de 1979 congregó a los principales representantes del exilio latinoamericano, entre otros: Hortensia Bussi de Allende; el poeta y sacerdote nicaragüense Ernesto Cardenal; el comandante sandinista Carlos Nuñez; la dirigente indígena boliviana Domitila Barrios de Chungará; el abogado y dirigente del Partido Revolucionario de los Trabajadores de Argentina Roberto Guevara; el sociólogo argentino Tomás Vasconi; la dirigente del Movimiento de Izquierda Revolucionaria de Chile, Gladys Díaz; los escritores Julio Cortázar, Mario Benedetti, Eduardo Galeano y Gabriel García Márquez, y los juristas Miguel Duque Estrada (Cuba) y Louis Joinet (Francia). Según declaraban sus organizadores el evento pretendía producir una “nueva forma de análisis de revisar el pasado y el presente para hacer el futuro”. Su foco fue exponer las “razones del exilio latinoamericano”, dejando atrás los “llantos legítimos” y las “frustraciones razonables”, para repensar el rol del exilio como parte de la “política internacional que desarrolla la resistencia contra las dictaduras, parte de la retaguardia que abastecerá de lo posible y de lo necesario, a que se haga más sostenida y sólida la lucha” (EDITORIAL. *Ko'eyú Latinoamericano*, 1979, p. 1-2).

## *La construcción de la narrativa de los exilios “plurales”*

Buena parte de las empresas simbólicas llevadas adelante por los exiliados conosureños entre finales de los años 1970 y principios de los años 1980 se debatieron entre reconocer que el exilio era una práctica de larga data en Latinoamérica, un mecanismo político universalmente extendido y una condición intrínsecamente humana<sup>13</sup>; y remarcar la historicidad, contingencia, novedad y variabilidad de cada uno de los procesos exiliares nacionales que atravesaba la región. Atentas además a la pluralidad de experiencias y vivencias personales y de posicionamientos subjetivos frente a un proceso político común.

Fue así que los desterrados se embarcaron en la tarea de reponer las formas diversas de vivir, sentir y comprender aquello que desde los discursos sociales dominantes –incluso los de las propias comunidades del destierro– era un universo habitado por “villanos”, “héroes”, “víctimas” o “privilegiados”. Desde su perspectiva, para visibilizar la “verdad” del proceso exiliar era fundamental horadar todas esas narrativas-pantalla, aunque el principal desafío era combatir los efectos de la política exclusión simbólica de los regímenes militares que alternaban entre la “banalización”, la “demonización”, la “mitificación” y la “simplificación” del proceso y de las experiencias exiliares. Frente a los discursos de la falsificación, urgía exponer la pluralidad profundamente humana de los exilios.

En la sección “Un millón de chilenos” de la revista *Araucaria*, el médico y escritor Alfonso González-Dagnino explicaba que “desde el ángulo médico” (GONZÁLEZ DAGNINO, 1979, p. 131), el exilio era un “fenómeno psico-social, antiguo en la Historia, perfectamente caracterizado, sujeto a leyes conocidas, al que le es propia una patología orgánica y psíquica” (GONZÁLEZ DAGNINO, 1979, p. 118). Por lo mismo, también existía una “experiencia mundial sobre la manera de prevenir los trastornos del exilio” y de “tratarlos” (GONZÁLEZ DAGNINO, 1979, p. 118). Sin embargo, ese saber acumulado que permitía enfrentar el “carcoma del exilio” en sus aspectos generales, requería de un conocimiento que diera cuenta de las singularidades históricas del proceso en curso y que no se desentendiera de “la complejidad del ser humano” (GONZÁLEZ DAGNINO, 1979, p. 123).

13

Sobre “la existencia exiliada”, esto es, la existencia humana como exilio, véase NANCY (1996: 34-39).

Entendiendo al exilio en Chile como la “forma de vida que la dictadura obliga a llevar al 10 por 100 de la población” (GONZÁLEZ DAGNINO, 1979, p. 118), González-Dagnino planteaba que para comprender el segundo exilio masivo de los chilenos<sup>14</sup> era necesario situarlo sobre el telón de fondo de una “derrota política” que daba forma al “stress psicológico” de “vivir y trabajar en una sociedad ajena y/o hostil” (GONZÁLEZ DAGNINO, 1979, p. 121).

Si bien González Dagnino se abocó a identificar etapas de un proceso esencialmente “doloroso” y explicable por referencia a “leyes psicosociales”, su propuesta incluyó el reconocimiento de la pluralidad social, educacional, generacional y de género del exilio del Chile de Pinochet, y también su historización (GONZÁLEZ DAGNINO, 1979, p. 123).

En este contexto, puso en crisis las definiciones clásicas de “exiliado” y “emigrado” propuestas por la Teoría Política o la Sociología. A su juicio, el actual proceso chileno ponía en evidencia que si “exiliado” y “emigrado” iniciaban la “expatriación” de modo diferente<sup>15</sup>, esa distinción debía relativizarse a la hora de pensarlos como inmigrantes atravesando los desafíos de la “adaptación” a las nuevas sociedades.

Pero, aunque su abordaje del exilio como “problema psicosocial” y su “resolución” mediante la “integración crítica” a las nuevas sociedades favorecía esta igualación, no por ello González-Dagnino dejó de ponderar que tener o no tener pasaporte, haber salido de Chile con prohibición de retorno, o no haber podido elegir el lugar de destino, pudieron operar según los casos, sumando un plus de tensión a la vida de los exiliados en contacto con sociedades extrañas (GONZÁLEZ DAGNINO, 1979, p. 119).

En aras de mostrar esa pluralidad exiliar, los desterrados también enfatizaron la masividad del proceso que los tenía como protagonistas. Procesos que como el “drama del millón de chilenos” (GONZÁLEZ DAGNINO, 1979, p. 137), parecían estar arrojando a “pueblos” o

14 El médico exiliado en París afirmaba que en 1814 Chile vivió un primer exilio masivo (GONZÁLEZ DAGNINO, 1979, p. 117).

15 “El emigrante, por forzada que sea su emigración, realiza un acto voluntario al dejar su patria, hace una elección. Por lo menos esa es su vivencia. [...] El exiliado [...] que se ve forzado a abandonarlo todo, aun sus bienes personales, a menudo precipitadamente, que carece de pasaporte (salvo excepciones), no elige el lugar de su destino, y sobre su futuro y su regreso traza un gran signo de interrogación. Es fácil comprender que ambos inician de manera bien distinta la expatriación. Ello se puede expresar como grados diferentes de inseguridad ante la vida que se despliega por delante” (GONZÁLEZ DAGNINO, 1979, p. 118).

“comunidades enteras” fuera de las fronteras territoriales, en todos los países de la región (ABARZUA, 1979, p. 147).

Según Eduardo Galeano, la razón por la cual el exilio se había convertido en una auténtica “diáspora” radicaba en que para la “doctrina de la seguridad nacional, el enemigo es la gente” (GALEANO, 1979, p. 6).

En tal sentido, el exilio había dejado de ser “el dramático privilegio de algunos intelectuales y militantes políticos”, para incluir también a “albañiles y mecánicos torneros” (GALEANO, 1979, p. 6). Tras distinguir la experiencia del “destierro” de otras formas de “extranjería”, vida a la “intemperie”, “crisis de identidad” y “desarraigo”; el escritor uruguayo situaba la “multitud de emigrantes uruguayos que la crisis económica ha lanzado al extranjero en la última década” dentro del conglomerado del exilio masivo dictatorial. Exilio que era masivo no sólo por su dimensión cuantitativa – “los cálculos más cautelosos indican que no menos de medio millón de uruguayos han sido obligados a buscar bajo otros cielos el pan cotidiano que les negaba la propia tierra” (GALEANO, 1979, p. 6) –, sino por su transversalidad social y a la vez política, y por su dispersión geográfica.

En este análisis puesto a debate en la Conferencia Internacional sobre “Exilio y solidaridad latinoamericana en los años ‘70” de Mérida<sup>16</sup>, Galeano se metía de lleno en uno de los ejes de las “polémicas sobre el exilio”<sup>17</sup> que más allá de intensidades, tonos, cronologías y formatos nacionales, atravesaron a todos los países de la región.

En esa oportunidad, su intervención pretendió situar al protagonista clásico de los exilios históricos (intelectual o político de renombre) en la coyuntura de las dictaduras de la Doctrina de la Seguridad Nacional, para mostrar al mismo tiempo que: 1. Escritores e intelectuales eran víctimas privilegiadas de la “maquinaria de silencio” dictatoriales (GALEANO, 1979, p. 6); 2. Estos exilios no debían confundirse con “una maldición profesional” porque las dictaduras no solo amordazaban a los escritores, sino que también prohibían y perseguían cualquier manifestación de “pensamiento vivo”: “se prohíben libros como se prohíben asambleas: ¿hay algún espacio de

16 Cabe señalar que la ponencia de Galeano titulada “El exilio, entre la nostalgia y la creación” escrita en Barcelona en abril de 1979, había sido previamente publicada en el primer número de la revista *Cuadernos de Marcha*, en su época mexicana. Tras la Conferencia de Mérida, el trabajo fue incluido por la revista venezolana *Ko'eyi Latinoamericano* que dedicó su número 7 de noviembre-diciembre de 1979 a la Conferencia Exilio y Solidaridad.

17 Para Argentina, véase Jensen (2005).

comunicación y encuentro que no resulten potencialmente peligrosos?” (GALEANO, 1979, p. 6); 3. El exilio de los escritores debía entenderse a la vez como “dramático privilegio” y como un mal menor frente a “la tortura, la cárcel o el cementerio” (GALEANO, 1979, p. 6); 4. “Desdramatizar el exilio” no implicaba dejar de entenderlo como “estrategia de sobrevivencia” (GALEANO, 1979, p. 6), y 5. Siendo la consecuencia de “una derrota, no solo proporciona experiencias dolorosas [...] Es una penitencia, y a la vez, una libertad y una responsabilidad. Tiene una cara negra y tiene una cara roja” (GALEANO, 1979, p. 8).

En ese mismo evento de Mérida, el escritor Mario Benedetti insistió en la pluralidad del exilio charrúa por referencia a su masividad. Asimismo, señaló que la situación particular de los escritores uruguayos no debía ocultar la transversalidad social del exilio. En tal sentido denunciaba que

el fascismo dependiente, con sus aherrojamientos, sanciones, prohibiciones, hostigamientos, férreas censuras, producen, como es lógico un éxodo masivo [...] Fenómeno que en la actualidad asume proporciones cada vez más impresionantes en los casos de Argentina, Chile, Paraguay y Uruguay, y por supuesto incluye a un buen número de profesionales, hombres de ciencia, escritores, pintores, músicos, cantantes, periodistas, etc.” (BENEDETTI, 1979, p. 2).

Tal como lo hiciera Galeano, Benedetti insistió en la heterogeneidad de ese fenómeno masivo al que refirió como “diáspora”. Por eso se preocupó por señalar que este exilio no sólo afectaba a:

sectores políticos, hoy provisionalmente derrotados, sino a pueblos enteros. Los núcleos iniciales de este trasiego estuvieron constituidos, como es lógico, por perseguidos políticos, pero hoy en día la proporción más numerosa de los exiliados latinoamericanos tiene que ver sobre todo con factores económicos. Y esto no significa, como en el pasado, que hayan salido a buscar nuevos y mejores horizontes, sino algo mucho más elemental: techo, comida, trabajo” (BENEDETTI, 1979, p. 2).

Así volviendo a poner entre paréntesis las diferencias sustantivas entre “exilio político” y “emigración económica” y poniendo el foco en las diferencias de matiz o de grado entre ambas formas de expatriación, pero a la vez situando el conjunto de estos “traslados masivos” en un contexto marcado por “la propagación del fascismo y el acuerdo de las fuerzas represivas” en la región, Benedetti parecía interesado en contestar al mismo tiempo la banalización (“se marcharon porque quisieron”) y la demonización del exilio político (eran todos “subversivos”, “terroristas”, “comunistas”, “agentes peligrosos”) (BENEDETTI, 1979, p. 2).

Más allá de esta tendencia a explicar el exilio uruguayo como parte de un drenaje poblacional de dimensiones cuantitativas inimaginables en la región, resulta importante destacar que las propuestas de Benedetti y Galeano de comprender al “exilio político” y a la “emigración económica” dentro de la diáspora bajo la dictadura uruguayo no fue un argumento compartido, o por lo menos no fue un argumento explícito, o algo que remarcaran otras empresas simbólicas de la región<sup>18</sup>.

Así cuando los intelectuales argentinos reunidos en Mérida denunciaban que su país vivía una sangría de “más de 700.000” compatriotas (AA.VV., 1979, p. 4), y mientras apostaban por ir más allá de la “especulación estadística” para mostrar de qué modo el exilio se había convertido “en factor determinante de la vida de cientos de miles de personas que han debido abandonar sus países de origen”; su énfasis estuvo puesto en el “carácter eminentemente político” de la expatriación. Porque a su juicio, “en ningún caso obedece a una decisión voluntaria. ¿Qué puede haber de voluntario en quien debe elegir entre su vida y una muerte casi segura? ¿Qué margen de decisión personal cabe ante tal disyuntiva?” (AA.VV., 1979, p. 11).

Entre los argentinos, la cuestión de la masividad o no del exilio fue también parte de otro debate. Debate que si por una parte, tuvo como antagonista privilegiado al régimen militar que hablaba de las “minorías

18 Por supuesto, cada uno de estos análisis no sólo daban cuenta de las características sociodemográficas propias de los respectivos exilios, sino que construían escenas peculiares de debate público-político que incluían a los gobiernos dictatoriales, y también a actores diversos del campo de los derrotados en el interior o en la diáspora. Sin embargo, cabe señalar que el planteo de Galeano y Benedetti claramente hubiera podido servir para pensar el drenaje poblacional argentino entre 1974 y 1983, que al menos desde finales de los años setenta reconoce una corriente que podría identificarse como “emigración económica”. Lo interesante es que las narrativas argentinas, la distinción de corrientes emigratorias (política y económica) durante la dictadura no fue utilizada para mostrar pluralidad/masividad.

terroristas” “derrotadas” y “huidas al exterior”; también produjo álgidas interlocuciones al interior de la expatriación. Interlocuciones que ponían de relieve posicionamientos diversos respecto a quiénes y cuántos eran los protagonistas del exilio.

Así mientras el escritor Osvaldo Bayer denunciaba el exilio de todo un pueblo, Rodolfo Terragno hablaba de un “exilio de clases medias”.<sup>19</sup> Y Héctor Schmucler recordaba que “el país no se exilió” y que “los exiliados somos unos pocos”. En este punto, el filósofo cordobés se distanciaba de las lecturas de Galeano y Benedetti y recordaba que los exiliados son

aquellos que por una u otra razón política salieron del país porque les resultaba insoportable continuar en él. No incluyo [...] a esa corriente permanente de emigración que padece la Argentina desde hace muchos años y que no responde a causas directamente políticas. Así comprendidos, se hacen dudosas las cifras que circulan, aunque las mencionen organismos internacionales. Sería difícil enumerar 500.000 exiliados, como algunos dicen, cuando en México generosamente sumamos 3.000 y en otros países –salvo España donde sumarían algunas decenas de miles– las cifras son inferiores a la mexicana. Los números en este caso, tienen valor cualitativo. La Argentina se quedó allá, no está afuera (SCHMUCLER, 1980, p. 4).

Pero más allá de estos debates intraexiliares, el destinatario privilegiado del esfuerzo por exponer que el exilio fue “plural” en el sentido de masivo – esto es, que no fue el camino selecto para una “elite iluminada” o una “minoría armada” –, fueron las dictaduras de la Doctrina de la Seguridad Nacional. Como explicaba un grupo de exiliados argentinos en la CES de Mérida, las dictaduras usaban el “desprestigio

19 Publicado en *El Diario de Caracas* mientras se celebraba la CES, el periodista Rodolfo Terragno ponía en entredicho tanto la visión trágica como la visión heroica del exilio argentino y señalaba “es un destierro hecho de clases medias; construido con aquellos que merodeamos por la cultura y buscamos- también en el exilio- el prestigio” (TERRAGNO, 1980, p. 9). Meses después también en la revista *Controversia* que había reproducido el artículo de Terragno, Osvaldo Bayer enfatizaba la singularidad de la experiencia exiliar argentina de los años 1970 respecto de los destierros “a la romana o a la griega”, que lejos estaba de poder ser entendido como un “exilio de clase media”, un exilio para privilegiados, un exilio para intelectuales (BAYER, 1980, p. 7).



del exilio” como instrumentos de construcción de consenso, o para soldar unidades nacionales frente a “minorías apátridas”. Para los firmantes de la declaración de Mérida<sup>20</sup>, la Junta militar argentina complementaba “lo actuado a nivel de represión física”, clasificando al conjunto de los argentinos en dos categorías: “malos y subversivos” y “buenos, derechos humanos” (AA.VV., 1979, p. 12-13). Esa operación de “desinformación” se reforzaba atribuyendo las denuncias agitadas en cualquier foro internacional a una “incursión extranjera”, convirtiendo a los exiliados en “minorías terroristas” que disfrutaban de “exilios dorados” (AA.VV., 1979, p. 13).

Del mismo modo se manifestaron los promotores de las *Memórias do exílio* que intentaron mostrar cómo operaba la dictadura convirtiendo a todos los exiliados en “malos brasileños” y “criminales”. Así, Pedro César Uchôa Cavalcanti y Jovelino Ramos pensaron que los testimonios del exilio servirían para visibilizar que si todos los exiliados eran “agentes políticos” (1978, p. 17), no todos eran parte de las organizaciones guerrilleras, ni todos podían representarse en la experiencia de los “banidos”.<sup>21</sup> De este modo, uno de los desafíos fue desacoplar la experiencia política y militante de los exiliados de las trayectorias político-militares de los “banidos”.

Pero, al mismo tiempo, Cavalcanti y Ramos consideraron fundamental denunciar que para la dictadura brasileña era tan criminal “defender presos políticos” y “denunciar a tortura” (CAVALCANTI; RAMOS, 1978, p. 53), ser “um líder estudantil” (CAVALCANTI; RAMOS, 1978, p. 67) o “dirigir um jornal de esquerda em Minas Gerais” (CAVALCANTI; RAMOS, 1978, p. 145), como integrar una organización revolucionaria y haberse enrolado en la lucha armada para combatir a la dictadura (CAVALCANTI; RAMOS, 1978, p. 177).

20 La declaración de los argentinos reunidos en la Conferencia Internacional sobre el Exilio y la Solidaridad Latinoamericana en los años 70 (Mérida, octubre 1979) llevaba la firma de Julio Cortázar, León Rozitchner, Julio Godío, Sylvia Bermann, Abraham Kozak, Fernando Porta, Inés Reca, Enrique Ganuza, Noé Jitrik, Tomás Vasconi, Jua C. Escudero, Gregorio Barembli, María Melia y Jorge Denti.

21 La dictadura los calificó también de “secuestradores”. Recordemos que los “banidos” fueron un pequeño grupo de militantes de organizaciones armadas que fueron liberados y expulsados del Brasil entre 1969 y 1971 según lo previsto por el Ato Institucional nº 13 (5/9/1969). Su salida del país fue consecuencia de la liberación de los diplomáticos extranjeros (EEUU, Suiza, Japón, Alemania) rehenes del Movimento Revolucionário Oito de Outubro (MR-8) y de Ação Libertadora Nacional (ALN). Fueron un total de 130 presos políticos sobre un exilio que se estima en 10.000 personas. Para un análisis pormenorizado, véase Kreuz (2021).

Por otro lado, Calvacanti y Ramos se preocuparon por señalar que si todos los exiliados eran actores políticos y opositores a la dictadura en un “sentido amplio”<sup>22</sup>, el combate contra la demonización no debía conducir ni a la “apología” ni al “martirologio” de los exiliados porque:

salvo exceções, os exilados brasileiros não podem ser consistentemente caracterizados como “vítimas inocentes de uma injustiça”. Via de regra, foram e são actores políticos suficientemente maduros para reconhecer os riscos acarretados pela luta política. A ditadura brasileira é uma monstruosidade, não uma “injustiça” (CAVALCANTI; RAMOS, 1978, p. 17).

Para dar cuenta de esa pluralidad política, creyeron importante que los testimonios recogidos fueran “representativos” de la diversidad de geografías de destierro comenzando por las regiones del Brasil que se convirtieron en primeros refugios, para luego dar cuenta de las diferentes capitales del exilio: Santiago de Chile, Lisboa, Argel, París, Roma, New York, Moscú, Praga, Varsovia, Lima, La Habana, entre otras. Asimismo, se enfocaron en documentar trayectorias que dieran cuenta de la diversidad etaria, de género y de las diferentes generaciones políticas del exilio dictatorial.<sup>23</sup> Y, por último, tuvieron en cuenta la diversidad ocupacional y profesional (incluyendo periodistas, escritores, obreros, estudiantes, ex parlamentarios, cineastas, abogados, entre otros) y la variedad de militancias previas al exilio: desde los enrolados en el movimiento campesino, obrero, estudiantil, católico hasta los que militaban en partidos con representación parlamentaria y en las guerrillas urbanas, y sin olvidar los que no estaban afiliados a ninguna organización política o social en Brasil y se concientizaron en la diáspora.

Como planteaban Cavalcanti y Ramos uno de los “criterios” para documentar la pluralidad exiliar fue tratar de recoger no sólo los testimonios de varones exiliados, sino también los de aquellas mujeres que

22 Frente al reduccionismo dictatorial que agitaba la “peligrosidad” de los “banidos”.

23 La historiografía brasileña identifica dos generaciones en el exilio, diferentes en perfiles, composición política y destinos. La de 1964, tras el golpe de estado que derrocó al presidente Goulart, y la de 1968, tras el endurecimiento represivo que representó la aprobación del Ato institucional nº 5. Para mayor información, véase Rollemberg (1999).

por una diversidad de motivos tuvieron que salir de Brasil a partir del golpe de estado de 1964.

Sin embargo, como señalaron tiempo después Albertina Oliveira da Costa, Maria Teresa Porciuncula Moraes, Norma Marzola y Valentina da Rocha Lima, fueron pocas las mujeres exiliadas que se sintieron convocadas en ese primer llamado a contar sus experiencias, sea porque no se reconocían como exiliadas, sea porque habiendo salido del Brasil en condición de “acompañantes” de esposos, parejas, padres o hijos fueron excluidas del primer volumen de las *Memórias*.

En este sentido, el desafío que enfrentaron las organizadoras del segundo volumen de las *Memórias* fue expandir aún más los límites de la pluralidad exiliar, mostrando que la experiencia transformadora del exilio no se agotaba en lo “político o intelectual” (COSTA; LIMA; MARZOLA; MORAES, 1980, p. 16).

Como explicaban Albertina Oliveira da Costa, Maria Teresa Porciuncula Moraes, Norma Marzola y Valentina da Rocha Lima, era importante dar cuenta también de lo cotidiano, lo profesional, lo familiar, lo solidario y lo afectivo en la expatriación, sin abandonar la pretensión de documentar lo político de la experiencia exiliar de las mujeres. Para las organizadoras de las *Memórias*, era claro que ni siquiera las exiliadas mujeres estuvieron sometidas a la misma operación simplificadora y demonizadora que sufrieron los varones. Para la dictadura, ellas también eran “criminales” con independencia de la heterogeneidad de trayectorias personales, familiares, profesionales y políticas.

Así, con el propósito de romper el estereotipo de la “peligrosidad”, las *Memórias das mulheres do exílio* recogieron las voces de aquellas que acreditaban historiales de activismo y militancias de muy variado tipo, pero también las de aquellas que aunque partieron como “acompañantes”, tuvieron que lidiar con ser consideradas “enemigas políticas”. Situación que las afectó incluso por el mero hecho de ser “a mulher que casa com homem de esquerda, ela é de esquerda e pagará por todo os atos desse homem” (COSTA; LIMA; MARZOLA; MORAES, 1980, p. 35). Como denunciaban las organizadoras de las *Memórias*, esa “criminalización” fue extensiva a aquellas que no se identificaban como pertenecientes a las “izquierdas”, ni gozaron en los países de destierro del derecho a ser protegidas mediante la institución del refugio por su condición de perseguidas políticas.

Cabe remarcar que en todas las empresas memoriales del Cono Sur, existió una preocupación constante por descubrir que la pluralidad de

motivaciones políticas no transformaba las salidas individuales, familiares, organizadas o inorgánicas, en actos voluntarios ajenos a un sustrato político común. Así mientras desde México el periodista argentino Carlos Ulanovsky afirmaba que “nos mandaron con la música a otra parte, cada uno con su motivo a cuestras” (COSTA; LIMA; MARZOLA; MORAES, 1980, p. 9), Albertina Oliveira da Costa, Maria Teresa Porciuncula Moraes, Norma Marzola y Valentina da Rocha Lima diseccionaban el universo de motivaciones políticas de las mujeres, incluso señalando la existencia de “exilios voluntários”. Pero siempre lo hicieron enfatizando que la diversidad de motivaciones y modalidades de viaje no rebajaba en lo más mínimo “as responsabilidades dos que provocaram todas as formas de exílio” (COSTA; LIMA; MARZOLA; MORAES, 1980, p. 18-19).

Para las promotoras de las *Memórias do exílio*, pluralizar no era relativizar. De hecho, remarcaron que si algunas mujeres brasileñas gozaron de grados de libertad variable a la hora de salir del país, ninguna salida debía analizarse fuera del contexto de ocurrencia. Porque aún aquellas salidas que podían calificarse como “voluntarias”, nunca fueron ajenas a experiencias previas de prisión, persecución, presión psicológica, estrechamiento de los canales de expresión profesional, familiar o política (COSTA; LIMA; MARZOLA; MORAES, 1980, p. 19).

Y yendo un paso más allá, Oliveira da Costa, Moraes, Marzola y Rocha Lima advertían que siendo cada exilio “único e singular”, aunque igualmente resultantes “da situação do país” (COSTA; LIMA; MARZOLA; MORAES, 1980, p. 17), la identificación de “tipos”, “razones” y “formas de salida” debía evitar caer en “juicios de valor”<sup>24</sup> (COSTA; LIMA; MARZOLA; MORAES, 1980, p. 19). Para las organizadoras de las *Memórias*,

São exiladas as perseguidas, as punidas, as presas e torturadas. São exiladas as que sofreram perseguições indiretas. Esposas, mães, filhas e amantes. São exiladas as que perderam suas condições de trabalho, também aquelas que não puderam suportar o sufoco numa sociedade onde a ditadura desenvolveu

24 “Juicios de valor” que además de desconocer que resultaba imposible generalizar sobre los modos en que cada individuo enfrentó el terror, podían generar un nefasto efecto jerarquizador que reforzara tensiones y divisiones en el universo de la expatriación (“auténticos” vs. “falsos” exiliados, “exiliados de primera” vs. “exiliados de segunda”).

e potenciou tantas formas de opressão. E ainda aquelas que teimaram em ser livres onde as liberdades estavam cerceadas (COSTA; LIMA; MARZOLA; MORAES, 1980, p. 18).

En tal sentido, las organizadoras de estas *Memórias* tenían claro que si pluralizar servía para romper la “mitificación” y “demonización” dictatoriales que también se cebaba con las mujeres exiliadas, el desmigajamiento de experiencias, vivencias y sentires podía contribuir sin quererlo a la temida “banalización”. “Banalización” que era funcional al blanqueo de imagen en el que el régimen militar brasileño venía trabajando y que se reforzó en el contexto de la aprobación de la Amnistía para presos políticos y exiliados.

Por último, señalar que estas narrativas de los exilios “plurales” no solo buscaron exponer la heterogeneidad social, política, generacional, de género o geográfica de cada de estos capítulos nacionales del destierro conosureño y sus singularidades en la más larga historia latinoamericana, sino que apostaron por visibilizar las formas diferenciales de vivir, sentir, experimentar, posicionarse y dar sentido a tal experiencia de expatriación forzada y de retorno imposible, que era a la vez una experiencia de inmigración, enraizamiento, extranjería, nostalgia y aprendizaje.

Esta preocupación por las dimensiones políticas plurales, pero a la vez complejamente humanas de los exilios, invitó a los promotores de estas empresas a comprender lo diverso bajo los rótulos (“mujer”, “escritor”), contemplando a la vez lo individual y lo colectivo, lo personal y lo social, lo objetivo y lo subjetivo. Pero también lo histórico, lo contingente y lo dinámico frente a lo necesario; y lo que estaban viviendo y no lo que debían sentir. Como afirmaban Costa, Lima, Marzola y Moraes (1980, p. 19-20):

Verificamos também que não há um exílio, mas muitos exílios, não só em termos de motivação inicial, mas também em termos de características individuais, duração, países, condições, resultados, etc., e das maneiras como são subjetivamente percebidos e, portanto, definidos. Assim, o exílio pode ser tanto o isolamento no Brasil quanto a clandestinidade, tanto a marginalização geográfica/cultural quanto a perda da expectativa de volta imediata; a ruptura com a militância ou o golpe no Chile. É a legalização e o assumir-se como exilado; é o gueto e a não-integração; é manter o referencial Brasil de forma permanente; é

o medo de voltar e sentir-se estrangeira. E é ainda o pior castigo. Múltiplas as experiências, numerosas as formas de encará-las. [...] Todas protagonistas de exilios diferentes, todas protagonistas do fato do exílio.

Y este planteamiento valía para cada dimensión de la experiencia exiliar, incluso para aquellos aspectos que a primera vista parecían esenciales, necesarios o universalmente presentes en cada una de estas emigraciones políticas. Tal fue el caso del retorno como proyecto consustancial a todo exilio. Retorno que convertido en “mandato” o “deber ser” del buen ciudadano, del patriota fiel o del militante comprometido, generó álgidos debates al interior de los colectivos de exiliados y también en las sociedades de origen de los desterrados. En este caso, vale recuperar el planteo de Carlos Sá Rêgo, que dando cuenta de su experiencia personal de regreso dentro de lo que caracterizaba como un “retorno masivo” al Brasil, llamaba a no idealizar, ni demonizar el retorno, evitando abusar de las peligrosas generalizaciones o esencializaciones.

En un artículo publicado originalmente en París en la revista del exilio argentino *Sin Censura* y recuperado por *Controversia* de México, Sá Rêgo planteaba descarnadamente que así como hubo tantos exilios como trayectorias exiliares<sup>25</sup>, del mismo modo, las experiencias de retorno al país y reintegración eran muy diferentes. Entre los que fueron recibidos como “héroes” y los “ignorados” se recortaba una pléyade de historias personales también diversas que hablaban de las dificultades para encontrar trabajo, homologar títulos, recomponer lazos familiares y reinsertarse políticamente cuando algunos se sentían culpables por haberse marchado, otros se presentaban como “profesores de política”, eran visto como “salvadores de la Patria” o se protegían en los “guetos del exilio” (SÁ RÊGO, 1980, p. 18)

Pero si esa apuesta por reconocer la pluralidad los impulsó a intentar mirar por debajo de lo que marcaba la moral militante (SÁ RÊGO, 1980, p. 18), la legalidad psico-social sobre lo traumático (GONZÁLEZ

25 Sá Rego enfatizaba que el exilio se vivió de forma diferente siendo intelectual o trabajador manual, habitante de la ciudad o del campo, siendo pobre o rico, hombre o mujer, habiendo salido voluntariamente o habiendo sido expulsado, cada uno con su sensibilidad y su bagaje cultural (SÁ RÊGO, 1980, p. 28).

DAGNINO, 1979, p. 123) o la Teoría política de las emigraciones (GONZÁLEZ DAGNINO, 1979, p. 117), no siempre el desafío de visibilizar los múltiples exilios y las múltiples experiencias de exilio pudo sortear los límites que imponía la lucha política contra los regímenes militares.

En tal sentido, en la misma empresa que apostó por documentar la pluralidad se colaban llamados a luchar contra la narrativa del “exilio dorado” (GONZÁLEZ DAGNINO, 1979, p. 117) o la del “exilio infamia”<sup>26</sup> (CORTÁZAR, 2005, p. 95). La tensión entre explicar y fundar, complejizar y contestar estereotipos y acusaciones, singularizar y denunciar, visibilizar lo diverso y reconstruir puentes entre los derrotados, no era una tarea sencilla. Mucho menos, mientras los exiliados seguían luchando por el derecho a un retorno sin condicionamientos, las dictaduras los utilizaban para relegitimarse y para gestionar conflictos y tensiones políticas internas e internacionales, y las violaciones masivas y sistemáticas a los DDHH que los desterrados venían denunciando seguían sucediendo.

### *A manera de cierre*

A lo largo de estas páginas intentamos abordar un conjunto de empresas simbólicas motorizadas por los exiliados políticos de las dictaduras del Cono Sur en una coyuntura que podríamos calificar de “transicional” para la región. “Transicional” en tanto los regímenes militares se reacomodaban interna e internacionalmente tras haber superado la fase más virulenta de lo que denominaban la “guerra antisubversiva” o contra “el comunismo”; y las izquierdas basculaban entre la conciencia de la derrota (militar, política, ideológica) y la esperanza en el triunfo sandinista y en el relativo consenso internacional a favor del respeto de los Derechos Humanos, debatiendo qué hacer desde/con/sobre el exilio.<sup>27</sup>

26 Recordemos que en la CES de Mérida Julio Cortázar planteó transformar al exilio “infamia”, “despojo”, “nostalgia”, “privación”, “sufrimiento”, “negatividad” en “exilio combatiente y operativo”. La ponencia de Cortázar que entonces se conoció con el título “Del exilio puede nacer un ágora” fue más tarde publicada bajo el título “El exilio combatiente”.

27 Sobre esta hipótesis, véase Jensen (2023).

Estas empresas simbólicas bajo la forma de estudios sistemáticos (Historia del pasado reciente, Sociología del exilio, análisis psicoterapéutico o psicopatológico), reflexiones personales o memoriales del exilio coadyuvaban a su temprana comprensión como un fenómeno “plural”, atendiendo tanto a la complejidad y masividad del proceso emigratorio que los tenía como protagonistas y a la heterogeneidad de experiencias personales, políticas, culturales, generacionales o de género que involucraba, como a los significados que cada individuo en geografías heterogéneas iba dando a una expatriación que era huida, expulsión, salida, derrota, limitaciones al retorno, pero también luchas, descubrimientos, contactos culturales, reconfiguraciones identitarias y aprendizajes.

Más allá de cómo iluminaron la pluralidad exiliar cada una de estas empresas simbólicas y de cuál fue el alcance de las mismas, por caminos diferentes todas se detuvieron en mostrar que siendo el exilio una experiencia universal que podía entenderse como parte de la condición humana (exilio existencial), exigía en la coyuntura de las dictaduras de la Seguridad Nacional de una exégesis que desentrañara su complejidad no sólo como objetividad social sino en la diversidad de trayectorias, personales y comprensiones individuales de lo vivido (o mejor dicho de lo que estaban viviendo).

El análisis realizado permite afirmar que esta narrativa de los exilios “plurales” emergió en un contexto marcado por:

1. la toma de consciencia del estado de exilio, esto es, que más allá del tiempo que debieran permanecer aún fuera del país de origen o de que pudieran concretar un retorno político más o menos inmediato, la expatriación había introducido una “ruptura histórica” y biográfica que creaba las condiciones para la “reflexión”, el “estudio sistemático” – aún aquel donde objeto y sujeto eran contemporáneos –, o la recuperación de voces, testimonios y vivencias silenciados, olvidados y dispersos que merecían reintegrarse a las Historias nacionales, y más concretamente a las Historias de las dictaduras de la Doctrina de la Seguridad Nacional.

2. el repudio a las estrategias de nominación dictatoriales que no sólo reforzaron la fractura geográfica que introdujo el exilio desde un cisma político-ideológico y nacional entre un “adentro” y un “afuera” de la Patria, sino que avanzaron en la simplificación del conglomerado humano y político exiliar sobre la base de categorías como “subversivo”, “banido”, “secuestradores”, “malos ciudadanos”, “privilegiados”, “exiliados dorados”, “demonios”, entre otras.



Surgida como gesto político contra la Historia oficial, o mejor dicho contra esa mitología castrense que operaba desde lo que los exiliados calificaban como “mentira”, “estereotipo”, “banalización” o “demonización”; la potencia de la narrativa de los exilios “plurales” ha llegado a nosotros. Constituyendo desde el origen del campo de estudios en los diversos países del Cono Sur, un punto de partida de cualquier investigación sociohistórica que se precie.

Como planteaba al inicio, para nosotros historiadores/as del siglo XXI la asunción de la complejidad y heterogeneidad de cualquier proceso social bajo análisis, y la necesidad de pensarlo a la vez desde lo estructural y desde lo contingente, desde las grandes transformaciones colectivas y desde las vivencias personales en sus contextos concretos de ocurrencia, no resultan extrañas.

Sin embargo, la pregunta que deja abierta este trabajo es hasta qué punto somos conscientes que aquello que surgió como gesto político sobre todo contra la desfiguración dictatorial, y en menor medida como subproducto de las disputas políticas al interior del campo de los derrotados, se ha convertido en un esquema de interpretación analíticamente valioso que sin duda ha sido productivo para interrogar la complejidad de las experiencias exiliares, pero que sigue portando los restos de las disputas por el sentido del exilio surgidas en la contemporaneidad de los regímenes de la Doctrina de la Seguridad Nacional.

## Referencias

ABARZUA, Héctor. Por una historia del exilio. *Araucaria de Chile*, Madrid, n. 7, p.145-157, primer trimestre 1979.

AA.VV. *Declaración de los argentinos reunidos en Mérida*. spi, 1979, 16 p.

BAYER, Osvaldo. Una propuesta para el regreso. Respuesta de Osvaldo Bayer a Rodolfo Terragno. *Controversia*, v. 2, n. 7, p. 7, jul. 1980.

BENEDETTI, Mario. Las tareas del escritor en el exilio. *El Nacional*, Caracas, p. 2, 23 de septiembre de 1979.

BURKE, Peter. *Formas de hacer Historia*. Madrid: Alianza, 1996.

CAVALCANTI, Pedro Celso Uchôa; RAMOS, Jovelino (Orgs.). *Memórias do Exílio, Brasil 1964-19???. De muitos caminhos*. São Paulo: Livramento, 1978.

CORTÁZAR, Julio. El exilio combatiente. En: CORTÁZAR, Julio. *Obras Completas*. Barcelona: Galaxia Gutenberg, 2005. p. 944-945.

COSTA, Albertina de Oliveira; LIMA, Valentina da Rocha; MARZOLA, Norma; MORAES, Maria Teresa Porciúncula (Orgs.). *Memórias das mulheres do exílio*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

EDITORIAL. Primera Conferencia sobre exilio y la solidaridad: retorno y apoyo a la lucha popular. *Ko'eyú Latinoamericano*, Caracas, n. 7, p. 1-2, nov.-dic. 1979.

GALEANO, Eduardo. El exilio, entre la nostalgia y la creación. *Cuadernos de Marcha*, México, Segunda Época, v. 1, n. 1, p. 6-8, mayo-jun. 1979.

GILLER, Diego. La revista de la derrota. Exilio y democracia en *Controversia. Mirador Latinoamericano*, n. 2, p. 37-63, 2016.

GLONDYS, Olga. El giro cultural en la historia contemporánea española: nuevas complejidades, aperturas metodológicas y testimonios de la praxis. *Studia Histórica, Historia Contemporánea*, nº 35, p. 171-204, 2017. Disponible en: <https://revistas.usal.es/uno/index.php/0213-2087/article/view/17977/18336>. Consultado en: 22 jun. 2023.

GONZÁLEZ DAGNINO, Alfonso. El exilio. *Araucaria de Chile*, Madrid, n. 7, p. 117-134, primer trimestre, 1979.

KREUZ, Débora Strieder. Del infierno al paraíso: el destierro de presos políticos brasileños a Argelia en 1970. *Revista de Historia y Geografía*, n. 45, p. 103-128, 2021. Disponible en: <https://doi.org/10.29344/07194145.45.3078>. Consultado en: 24 jun. 2023.

JENSEN, Silvina. Vientos de polémica en Cataluña: los debates entre “los de adentro” y “los de afuera” de la Argentina de la última dictadura militar. *Revista HMiC*, n. 3, p.189-209, 2005. Disponible en: <https://raco.cat/index.php/HMiC/article/view/22069>. Consultado en: 25 jun. 2023.

JENSEN, Silvina. Narrativas exiliarias en la contemporaneidad de las dictaduras de la Doctrina de la Seguridad Nacional en el Cono Sur de América Latina. *Revista Digital de la Escuela de Historia*, v. 15, n. 39, septiembrediciembre 2023. Disponible en: <http://revistapaginas.unr.edu.ar/index.php/RevPaginas>. Consultado en: 20 jun. 2023.

MEYER, Eugenia; YANKELEVICH, Pablo. Memória e identidade do exílio sul-americano no México. *História Oral*, n. 2, p. 9-21, jun. 1999.

NANCY, Jean-Luc. La existencia exiliada. *Archipiélago. Cuadernos de Crítica de la Cultura*, n. 26-27, p. 34-39, invierno 1996.

ROJKIND, Inés. La revista *Controversia*: reflexión y polémica entre los argentinos exiliados en México. En: YANKELEVICH, Pablo (Comp.). *Represión y destierro. Itinerarios del exilio argentino*. La Plata: Al Margen, 2004, p. 223-251.

ROLLEMBERG, Denise. *Exilio. Entre raíces e radares*. Rio de Janeiro: Record, 1999.

ROSALEN, Eloisa. Das muitas memórias dos exilios: uma leitura analítica dos livros *Memórias do Exílio* e *Memórias das Mulheres do Exílio*. En: SIMPOSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 28., Florianópolis, 27-31 de julio 2015. *Anais...* p. 1-15. Disponible en: [https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548945025\\_37078b1530e56e94bbd29097bef4ca9b.pdf](https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548945025_37078b1530e56e94bbd29097bef4ca9b.pdf). Consultado em: 12 jun. 2023.

SÁ RÊGO, Carlos. “A saudade mata a gente...”: también el regreso a un país que ha cambiado. *Controversia, México*, v. 2, n. 5, p. 28, mar. 1980.

SALTALAMACHIA, Rodolfo. Recordar, discutir, unificar. *Controversia, México*, v. 2, n. 5, p. 3, mar. 1980.

SCHMUCLER, Héctor. La Argentina de adentro y la Argentina de afuera. *Controversia, México*, n. 4, p. 4-5, feb. 1980.

TERRAGNO, Rodolfo. El privilegio del exilio. *Controversia, México*, n. 4, p. 9, feb. 1980.

TORTTI, Cristina. Voces en *Controversia*: la revisión de la experiencia revolucionaria argentina en la revista mexicana (1979-1981). *Revista de Historia Social y de las Mentalidades*, v. 22, n. 2, p. 169-198, 2018. Disponible en: <https://www.revistas.usach.cl/ojs/index.php/historiasocial/article/view/3647>. Consultado en: 20 jun. 2023.

YANKELEVICH, Pablo. *Ráfagas de un exilio. Argentinos en México, 1974-1983*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2010.

ZAROWSKY, Mariano. Del exilio a los nuevos paradigmas: los intelectuales argentinos de la comunicación en México (de Controversia a Comunicación y Cultura). *Comunicación y Sociedad*, n. 24, p.127-160, jul.-dic. 2015.

ENVIADO EM: 21/08/2023  
APROVADO EM: 21/10/2023

# POLITICIDAD DE LAS MATERNIDADES MIGRANTES: ETNOGRAFÍAS EN DISÍMILES TERRITORIALIDADES MIGRATORIAS TRANSNACIONALES<sup>1</sup>

*Politicity of migrant motherhoods: ethnographies in  
different territorialities transnational migration*

---

*Claudia Pedone<sup>2\*</sup>*

## RESUMEN

En las últimas tres décadas, las mujeres migrantes tuvieron transformaciones en sus roles, espacios sociales y en el ejercicio de la maternidad lo cual fue puesto en debate en diferentes ámbitos – familiares, políticos, laborales, educativos, sanitarios y mediáticos- tanto en los lugares de origen como de destino. En este texto analizo de qué manera se revela la politicidad de las maternidades migrantes a partir de un trabajo co-creado con mujeres migrantes que han luchado y gestionado sus lugares sociales en el ejercicio de la maternidad en disímiles territorialidades migratorias transnacionales. Realizo un recorrido histórico de cómo se posicionaron y fueron posicionadas desde la gestión de la migración, la naturalización de sus roles y la estigmatización de sus primeras estrategias y trayectorias migratorias hasta su presencia en ámbitos de disputa política a partir de la socialización de sus maternidades. Con respecto a lo metodológico debato los resultados de etnografías, de experiencias de militancia política y de asesorías en políticas públicas que he llevado a cabo en los últimos

1 El desarrollo de este artículo se realizó durante una estancia como Becaria del CALAS (Centro Maria Sibylla Merian de Estudios Latinoamericanos) en FLACSO, Ecuador, cuya hospitalidad y apoyo agradezco.

2 \* Pesquisadora do Conselho Nacional de Investigações Científicas e Técnicas (CONICET) e da Universidad de Buenos Aires, Argentina, onde trabalha no Departamento de Geografia e no Instituto Interdisciplinario de Estudios de Género (IEGE), da Facultad de Filosofía y Letras. Pesquisa a migração internacional na América Latina a partir de uma perspectiva transnacional sobre as questões de cadeias e redes migratórias, relações de gênero e geracionais, famílias transnacionais, padrões parentais transnacionais, contextos educacionais na origem e no destino e o impacto das políticas migratórias nas estratégias das famílias migrantes. Contato: claudiapedone@yahoo.es

veinticinco años que involucran las migraciones desde y en América Latina desde una perspectiva transnacional e interseccional. Me centro en tres ejes principales: a) las maternidades en la organización de cuidado y el reacomodamiento de las relaciones de género y generacionales en familias transnacionales; b) maternar como mujeres migrantes frente a la interpelación de los estados de origen, tránsito y destino y c) maternidades frente a la externalización de fronteras de los organismos internacionales.

*Palabras claves:* maternidades migrantes; politicidad; etnografías multisituadas.

### ABSTRACT

In the last three decades, migrant women have undergone transformations in their roles, social places and in the exercise of motherhood, which have been debated in different spheres - family, political, labour, educational, health and media - both in places of origin and destination. In this text I analyze how the politicity of migrant maternities is revealed through co-created work with migrant women who have struggled and managed their social places in the exercise of maternity in different transnational migratory territorialities. I make a historical journey of how they positioned themselves and were positioned from the management of migration, the naturalization of their roles and the stigmatization of their first migratory strategies and trajectories to their presence in areas of political dispute based on the socialization of their maternity. In terms of methodology, I discuss the results of ethnographies, experiences of political activism and public policy consultancies that I have carried out over the last twenty-five years involving migration from and in Latin America from a transnational and intersectional perspective. I focus on three main axes: a) maternities in the organization of care and the rearrangement of gender and generational relations in transnational families; b) maternities as migrant women facing the interpellation of the states of origin, transit and destination and c) maternities facing the externalization of borders by international organizations.

*Keywords:* migrant maternities; politicity; socialization of maternity.

En últimas tres décadas las mujeres migrantes como primer eslabón de su cadena migratoria familiar, tuvieron transformaciones en sus roles, lugares sociales y en el ejercicio de la maternidad lo cual fue puesto en debate en diferentes ámbitos — familiares, políticos, laborales, educativos, sanitarios y mediáticos — tanto en los lugares de origen como de destino (PEDONE, 2006a). Aunque, algunas miradas sobre su condición de mujeres migrantes lograron estigmatizarlas, a muchas de ellas las condujeron a poner en disputa en el ámbito público su maternidad migrante, sus formas de ejercerla y de organizar el cuidado familiar en en disímiles territorialidades migratorias transnacionales. En estos años han pasado por diversos, extenuantes y permanentes procesos de disciplinamiento, tanto ellas como sus hijos/as, interpeladas en el reacomodamiento de sus lugares sociales como mujeres, migrantes y madres.

La feminización de los flujos migratorios a fines de la década de 1990 en el sistema migratorio transatlántico y la actual familiarización de las movilidades en América Latina como una estrategia para preservar la vida, producen una ruptura ideológica y política de la noción hegemónica de la maternidad y el ejercicio de su rol como fijo en una residencia. Desde hace más de dos décadas existe una vasta literatura que analiza, reflexiona y reposiciona estas maternidades migrantes como disruptivas (PEDONE, 2021) e incorporadas a los circuitos transfronterizos de supervivencia como tempranamente los definió Saskia Sassen (2003).

Esta invitación a formar parte del presente Dossier Memoria e Historia me ha permitido realizar un ejercicio de reflexión entre mis primeros estudios sobre esta problemática y mis ámbitos de militancia política transnacional que llevé a cabo a partir de fines de la década de 1990 entre Europa y América Latina, y en la última década a raíz de mi implicación con las migraciones intrarregionales en nuestra región. Así, a lo largo de estas páginas reflexiono sobre la sacralización del rol materno en su centralidad profunda y natural (ROSSI, 1985) tanto en los lugares de origen como de llegada, hasta la reivindicación de este rol como sujeto político en disímiles territorialidades dentro de las geografías de la migración tanto en el sistema migratorio transatlántico como en los desplazamientos intrarregionales y extracontinentales en América Latina. Mediante un trabajo etnográfico de corte longitudinal revelo de qué manera las madres migrantes irrumpen y, en numerosas ocasiones, se apropian de espacios públicos — consulados, organizaciones sociales, negociaciones con estados-nación, organismos internacionales, espacios educativos y sanitarios — para defender la

integridad de sus espacios privados: el derecho a vivir con sus hijos/as, a encontrar a sus hijos/as migrantes con vida, a preservarlos/as de los controles de los regímenes migratorios.

Por ello, en este texto analizo de qué manera se revela la politicidad de las maternidades migrantes a partir de un trabajo co-creado con mujeres migrantes que han luchado y gestionado sus lugares sociales en el ejercicio de la maternidad en contextos migratorios internacionales. Cuando planteo la “politicidad” de las maternidades migrantes parto del postulado feminista que “lo personal es político” (HANISCH, 2006) y cómo en diversos escenarios estas maternidades se hicieron públicas y se convirtieron en un sujeto político (PEDONE, 2021).

Propongo hacer un recorrido histórico de cómo las madres migrantes se posicionaron y fueron posicionadas en la gestión de la migración, desde la naturalización de sus roles, sus lugares sociales y la estigmatización de sus primeras estrategias y trayectorias migratorias hasta su presencia en ámbitos de disputa política a partir de la socialización de sus maternidades. Así, planteo en primer lugar, debatir algunas cuestiones teóricas principalmente apuntando al principio de socialización de la maternidad, postura política de las Madres de Plaza de Mayo (ROSSI, 1985; VÁZQUEZ, 2018), las madres mexicanas del Comité Eureka (MAIER, 1990) y, en el caso de la migración, las Caravanas de Madres Centroamericanas (VARELA HUERTA, 2015), por mencionar algunos ejemplos. El sentido de la maternidad como un hecho político en sí mismo que les permite salir de este rol *naturalizado*, individual y confinado a los límites de los vínculos y del cuidado dentro del grupo y de un espacio doméstico. Con respecto a lo metodológico debatiré los resultados de etnografías, de experiencias de militancia política y de asesoría en políticas públicas transnacionales que he llevado a cabo en los últimos veinticinco años que involucran las migraciones desde y en América Latina, a partir de diálogos continuados en el tiempo, debates académicos y políticos y luchas por los Derechos Humanos de las personas migrantes.

Posteriormente analizaré de qué manera y bajo qué estrategias fue apareciendo paulatinamente la politicidad en estas mujeres a la hora de maternar: a) las maternidades en la organización de cuidado y el reacomodamiento de las relaciones de género y generacionales en familias transnacionales; b) maternar como mujeres migrantes frente a la interpelación de los estados de origen, tránsito y destino y c) maternidades frente a la externalización de fronteras de los organismos internacionales.



## *Las maternidades migrantes: la construcción de un nuevo sujeto político y sus vínculos con otras luchas políticas*

Estas reflexiones longitudinales sobre mis investigaciones y las militancias políticas las planteo en un encuadre teórico que tiene dos ejes: a) vinculado a los debates teóricos y en distintas arenas de disputa política sobre las maternidades migrantes que ya lleva tres décadas, pero que se profundizó en los últimos 20 años, a partir de lo que denominamos la feminización de la migración entre la América andina y la Europa Mediterránea (PEDONE, 2021) y b) reflexionar desde una mirada teórico-política, si las maternidades como sujeto político reafirman el rol tradicional de la maternidad o lo reformulan a partir de la socialización de la maternidad. Para ello, recorro a los planteos vitalísticos de las Madres de Plaza de Mayo, que reivindicaron las maternidades en su carácter de universalidad (ROSSI, 1985; MORALES, 2010; VÁZQUEZ, 2018) y en postulados del feminismo más recientes como los de Verónica Gago y Marta Malo (2020) que rescatan la mirada transnacional como un modo de existencia del feminismo internacionalista impulsado desde los Sures, especialmente desde América Latina impregnado, entre otras acciones, de circuitos transfronterizos de mujeres migrantes que desafían y desobedecen históricamente a los Estados-nación.

Ya transcurrieron tres décadas, cuando a mediados de la década de 1990 desde una perspectiva transnacional y de género, el texto pionero -aún vigente- de Pierrete Hondagneu-Sotelo y Ernestine Avila (1997) daban cuenta del ejercicio transnacional del rol materno que se denomina la “maternidad transnacional”, el cual permitió analizar las implicancias de la migración internacional en las formas de organización del trabajo productivo y reproductivo al interior de las familias migrantes. Además, constituye un punto de partida para poner énfasis en las dinámicas familiares como problemáticas de investigación y producción de conocimiento sobre los desplazamientos de población (KOFMAN *et al.*, 2011; OSO; RIBAS, 2012).

A principios de la década de los años 2000, se produce la feminización de las migraciones entre países de la América Andina, principalmente Ecuador y Colombia, hacia la Europa Mediterránea, España e Italia, es decir, la mujer como primer eslabón de la cadena migratoria familiar, responsable del envío de remesas y de las reagrupaciones de varones e hijos/as en los lugares de destino y una inserción laboral precaria en los servicios de proximidad, por mencionar algunas características, y con

ello los primeros abordajes desde la perspectiva de género en este contexto transnacional (OSO; RIBAS, 2012). Esta producción científica enfatizó en las renegotiaciones de las relaciones de género y generacionales, cómo impactaron en las pautas de crianza y, de qué manera se consolidaron los procesos de transnacionalismo familiar y eventuales retornos (ECHEVERRI; PEDONE; GIL ARAUJO, 2012), que incluso rebatió algunos postulados iniciales más generalistas de la perspectiva transnacional (PEDONE, 2020b). No obstante, en esas épocas donde el foco estaba puesto en los procesos migratorios transatlánticos, las maternidades migrantes como sujeto político y la politicidad de las maternidades migrantes eran discutidas más en los ámbitos políticos, educativos, sanitarios, organizativos y de defensa de los derechos humanos de las personas migrantes, que en los ámbitos académicos. Así los estados de inmigración, construyeron -a partir de programas de gestión de la migración- a las mujeres migrantes como sujetos políticos, *mujeres extracomunitarias*, susceptibles de ser alfabetizadas, disciplinadas moralmente, y las responsables de establecer el nexo entre origen y destino para garantizar la adaptación familiar en los lugares de destino (AGRELA, 2009; PEDONE; AGRELA ROMERO; GIL ARAUJO, 2012).

A partir del año 2008 con la irrupción de la crisis socioeconómica mundial, asistimos a una reconfiguración de los flujos migratorios en el sistema migratorio transatlántico y un mayor dinamismo de las migraciones intrarregional y extracontinentales en América Latina, con la consolidación del corredor migratorio de América Central-México-Estados Unidos y nuevas dinámicas en el corredor migratorio del Oeste en América del Sur. En este contexto, mi propio retorno como mujer migrante y trabajadora de la academia, me conduce a poner el foco en las transformaciones y complejas dinámicas migratorias en América Latina, donde los procesos de transnacionalismo familiar adquieren otras complejidades y requieren amplios desafíos teóricos-metodológicos. Durante veinte años la producción científica en torno a la organización transnacional del cuidado puso foco en el análisis de los vínculos, en cambio, en los corredores migratorios de América Latina, las territorialidades aparecen como una categoría de análisis preponderante en las propuestas analíticas (PEDONE, 2020a). Estas territorialidades adquieren un sentido de lugar por el encuentro de multiplicidad de trayectorias (MASSEY, 1991) y las estrategias y luchas de población migrante, en general, y las maternidades, en particular, van creando y acuerpando politicidades que definen actualmente las nuevas geografías de la movilidad en la región (VARELA HUERTA, 2015, 2020).

Abordar las maternidades desde esta perspectiva crítica, es asumir un choque estructural entre “lo natural” y “lo político”. Acordamos con Laura Rossi (1985), cuando define la presencia de las Madres de Plaza de Mayo en el campo de la disputa política, socializar la función de madre significa convertirla en su función social, las madres se hacen cargo de funciones sociales por excelencia a descargo del Estado, así la universalización de las madres rompe con la responsabilidad individual de cada madre con cada hijo, desnaturaliza el rol de la madre y los devuelve a la sociedad.

En este sentido, los actuales procesos de familiarización en los corredores migratorios, de prácticas de resistencia y organización colectiva, más o menos institucionalizada, vinculadas con la población migrante evidencian agencia de estas madres y sus familias para subvertir controles de los regímenes migratorios, aún en contextos de extrema precariedad y persecución (VARELA HUERTA, 2020). En algunos países de la región – México, Argentina, Brasil, Chile, Ecuador, por mencionar algunos – el vínculo entre las luchas migrantes y los movimientos feministas están evidenciando una politicidad desde uno de los postulados del feminismo: lo personal es político, y así, las maternidades y juventudes migrantes han subvertido el orden político, socioeconómico que dentro de los procesos migratorios familiares los había relegado al ámbito de lo doméstico-privado y abordados principalmente desde la vulnerabilidad. La politicidad de mujeres y jóvenes migrantes en disímiles contextos migratorios transnacionales: rastreadoras, buscadoras, sostenedoras del aislamiento comunitario, jóvenes que reivindican identidades múltiples, dreamers, crean espacios de activismos políticos (PEDONE, en prensa).

A partir de visitar etnografías y militancias políticas que he llevado y llevo a cabo en disímiles territorialidades migratorias transnacionales intento poner en debate la politicidad de las maternidades migrantes desde épocas donde su presencia pública estaba marcada por su rol *naturalizado* y era funcional tanto para ellas como para el poder político, como en etapas más actuales donde desafían al poder otorgando una *politicidad* a sus maternidades que se enmarcan en las luchas migrantes.

## *Etnografías longitudinales: una mirada de largo aliento sobre las maternidades migrantes*

Los hallazgos discutidos en este artículo provienen de las investigaciones que he realizado sistemáticamente en los últimos veinticinco años sobre migraciones latinoamericanas hacia Europa y, en la última década, sobre la reconfiguración de los flujos migratorios en América Latina, desde las perspectivas transnacional y de género en los primeros trabajos y posteriormente, desde la interseccionalidad.

Las líneas de investigación desarrolladas ponen énfasis en la articulación y dinámica de las cadenas y redes migratorias, relaciones de género y generacionales, familias transnacionales, la incidencia de las políticas migratorias en las estrategias de las familias migrantes, corredores migratorios en América del Sur. Las etnografías de corte longitudinal y transnacionales, han sido construidas a partir de trabajo de campo y un trabajo político con especial énfasis en los lugares de inmigración (España, Italia, Argentina) y de emigración (Colombia, Brasil) y Ecuador como lugar de origen, tránsito, espera y llegada.

El análisis y reflexiones que discuto en este texto, deviene de distintas posicionalidades (HARDING, 1996) como mujer migrante, etnógrafa, formadora en temas migratorios en ámbitos políticos, educativos y sanitarios, asesora en el diseño e implementación de políticas públicas sobre la migración familiar tanto en contextos de inmigración como de emigración y con una cercanía e implicación personal y política en esta problemática, mediante un vínculo continuado con madres migrantes en los últimos 25 años.

Los estudios longitudinales son aquellos que han desarrollado estrategias metodológicas para introducir sistemáticamente el cambio no sólo como una dimensión analítica, sino como un eje articulador del proceso investigativo y apuntan a lo procesual y contextual con el manejo preeminente de la dimensión temporal (BLANCO, 2011). Según Stephen Farral (2006) se pueden distinguir tres tipos de estudios longitudinales: a) una investigación continua con el mismo grupo, sobre un mismo problema de investigación, a lo largo de varios años; b) estudios periódicos en intervalos de tiempo, regulares o irregulares y c) re-estudiar el mismo tema/problemática en un mismo sitio y con la misma unidad de observación, después de transcurrido un periodo largo de haber realizado el primer estudio.

En este planteo metodológico, de corte etnográfico y longitudinal, recupero hallazgos de diferentes investigaciones realizadas entre los años 1998 y 2022, en España e Italia, Ecuador y Argentina con etnografías presenciales y contactos periódicos mediante netnografías. En relación con los cortes temporales, pongo énfasis en mis estudios con población migrante (un mismo grupo), centrada preferentemente en las desigualdades en las relaciones de género, las negociaciones en las relaciones generacionales, maternidades transnacionales, procesos y etapas en las reagrupaciones familiares, la incidencia de las políticas de migración familiar en un contexto transnacional; posteriormente apunto al segundo tipo de estudios de corte longitudinal, investigaciones periódicas en intervalos de tiempo, regulares o irregulares sobre la misma problemática en diversos territorios y épocas distintas, aquí me centraré en las continuidades y rupturas en torno a la concepción de las maternidades migrantes y su socialización frente al accionar de los estados-nación de origen, tránsito y destino y organismos internacionales y sus concepciones acerca de la población migrante.

Para abordar las primeras interpelaciones desde diversos ámbitos sobre las maternidades migrantes me centré en la trayectoria migratoria de Lorgia Rogel<sup>3</sup>, una migrante pionera ecuatoriana que emigra a principio de los 90s a Europa y tengo un primer encuentro con ella en una mesa redonda en Barcelona en el año 2000, donde se daban los primeros debates y se ponía en tela de juicio el tipo de familias -transnacionales- que se estaban conformando a partir de la migración encabezada por mujeres. Desde ese momento hasta el 2016, trabajamos y militamos juntas, ella era líder de una amplia cadena y red migratoria procedente de Loja y El Pindal, al sur de Ecuador (PEDONE, 2006a, 2006b, 2011, 2012). Nuestro trabajo conjunto me permitió co-crear la definición de maternidades transnacionales y mantener un trabajo etnográfico transnacional (origen y destino) y longitudinal que culminó entre 2014 y 2016 cuando ambas como mujeres migrantes latinoamericanas retornadas, trabajamos arduamente en los procesos de retorno de familias ecuatorianas en el sur de país. Además, en este análisis incluyo etnografías realizadas entre 2014 y 2015 con madres migrantes ecuatorianas en Italia frente a la pérdida de tutela de sus hijos/s bajo el estado de este país europeo (PEDONE, 2018).

3 En este caso específico el nombre verdadero como una forma de reconocimiento al conocimiento co-creado durante casi dos décadas.

Para los últimos dos puntos que analizo me centro, también en etnografías multisituadas, pero de un periodo más reciente, un trabajo de campo que llevo a cabo de manera longitudinal desde 2014 hasta la actualidad en el corredor migratorio del Oeste en América del Sur. Las entrevistas en las cuales me baso las he realizado en Buenos Aires (2018-2023) con aproximadamente 20 mujeres venezolanas y en Quito (2017-2018) en la Oficina de Movilidad Humana del Gobierno de Pichincha, dos grupos de discusión, 18 entrevistas en profundidad y contactos periódicos mediante las redes sociales virtuales con algunos/as de los/as migrantes entrevistados/as para poder seguir los cambios en las trayectorias y estrategias migratorias, preferentemente a mujeres procedentes de las migraciones intrarregionales (Colombia, Venezuela y Haití) y extracontinentales (Libia, Yemen, Palestina, Siria y Afganistán). Actualmente, mi trabajo de campo se centra específicamente en las trayectorias y estrategias migratorias transnacionales de la población venezolana en el corredor migratorio del Oeste. Por último, a estos hallazgos que proceden de mis investigaciones se suma mi militancia política, donde he participado en debates y prácticas y durante décadas hemos no sólo debatido, sino también hemos llevado a cabo acciones en torno a la politicidad de las maternidades migrantes en disímiles territorialidades migratorias transnacionales. En síntesis, las reflexiones que aquí expongo provienen de los hallazgos de etnografías multisituadas y longitudinales entre países de América Latina y la Europa Mediterránea y de las migraciones intrarregionales en el periodo comprendido entre 1998 y 2023.

### *La maternidad migrante en la organización del cuidado transnacional: el rol naturalizado adquiere politicidad?*

A fines de la década de 1990, asistimos a la feminización de las migraciones latinoamericanas, principalmente desde países andinos como flujos pioneros hacia la Europa Mediterránea, las nuevas formas de organización familiar, los reacomodamientos en las relaciones de género y generacionales, las maternidades y sus negociaciones en el ámbito de las familias transnacionales fueron ámbitos de investigación académica y debates políticos y mediáticos que desde las perspectivas teórico-metodológicas

del transnacionalismo y de género realizaron una sistemática producción científica transatlántica durante aproximadamente quince años (PEDONE, 2011).

En un primer momento los mayores esfuerzos investigativos se orientaron con vehemencia a visibilizar el rol de las mujeres en la inserción laboral en Europa, como las iniciadoras y pioneras del proyecto migratorio familiar, los inicios del ejercicio de la maternidad transnacional, las responsables económicas y afectivas de los procesos de reagrupación y la consolidación de los procesos de transnacionalismo familiar y la organización del cuidado (HONDAGNEU-SOTELO, 2011).

En esas épocas abordar las maternidades migrantes iba desde el debate académico entre la “naturalización” de la maternidad y las mujeres y madres migrantes como sujetas de políticas públicas, en una necesidad de alfabetizarlas y adecuarlas para la labor de la “integración de los varones y su familia” en los lugares de destino<sup>4</sup>. Este hecho generó una categoría de mujeres migrantes extracomunitarias que las convertía en “beneficiarias” de planes y proyectos sociales tanto de estados de inmigración como de organismos internacionales como UE, Cruz Roja, Cáritas (AGRELA, 2009). Por otro lado, poco se debatió sobre la presencia de estas mujeres-madres migrantes en debates políticos, mediáticos, educativos, sanitarios, donde no sólo prestaban su testimonio, sino que planteaban debates y reflexiones sobre las transformaciones que habían sufrido los lugares sociales que ocupaban en su ámbito familiar y socioeconómico a partir de encabezar el proyecto migratorio familiar.

De estos vínculos entre la academia y la militancia política sobre Derechos Humanos para la población migrante, tanto en algunos países de origen – Ecuador y Colombia – y en países de destino – España e Italia – surgieron algunos posicionamientos inspirados en las aproximaciones del “maternalismo político”, es decir, una concepción desde el Estado, que construye a la mujer como la reproductora simbólica de la nación y a través de la cual se diseñan políticas públicas que institucionalizan la maternidad (NARI, 2004). En el caso de las maternidades migrantes se generaban debates y acciones participativas no exentas de estigmatizaciones y discriminaciones que surgían en cada uno de los extremos de las cadenas y redes migratorias

4 <sup>2</sup> Para un estado de la cuestión sobre las maternidades transnacionales entre América Andina y a Europa Mediterránea consultar Pedone (2021).

sobre el rol naturalizado de las madres que habían encabezado el proyecto migratorio familiar, y las posteriores desigualdades que fueron apareciendo entre mujeres a la hora de gestionar la crianza y las remesas en los hogares transnacionales (PEDONE, 2006a, 2008; HERRERA, 2011, 2013). En este contexto, Lorgia inició su migración a mediados de la década de 1990, fue madre transnacional durante casi una década, llegó a Bélgica, luego se trasladó a Madrid y, posteriormente, logró reagrupar a toda su familia en Barcelona. En el año 2012 decidieron el retorno a Ecuador, en un primer momento a la provincia de Loja de lugar de origen de toda la familia, desde allí iniciaron una migración interna a Manta -costa ecuatoriana- para invertir sus ahorros en la gestión turística de un hotel y un restaurante, pero el terremoto del año 2016 ocasionó la pérdida total de sus recursos y junto a su pareja decidieron re-emigrar esta vez a Suiza, donde residen actualmente. Sus tres hijos/a y nietos/a permanecen en Ecuador a partir del retorno. El proyecto migratorio familiar que inició a mediados de la década de 1990, **aún mantiene una gestión de vida transnacional, el trabajo continuado con esta familia tanto en los lugares de origen y de destino, y el compromiso sociopolítico que tenían dentro de sus cadenas y redes migratorias se extendió por un periodo de casi dos décadas en la consolidación un espacio social transnacional.**

Nos conocimos en el año 2001 en una mesa redonda organizada en un Centro Cívico de un barrio de la Ciudad de Barcelona, donde nos convocaron a reflexionar y debatir sobre las familias migrantes y sus procesos de “integración en España”. En los inicios de la década de los años 2000, tanto en España como en Italia, la preocupación mayor era la “integración” socioeducativa de los hijos/as e hijas estaban siendo reagrupados/as, por lo cual las mujeres eran señaladas como las únicas responsables de mantener la estabilidad emocional de la familia (principalmente del varón proveedor) y que sus hijos/as logaran la acomodación en los lugares de destino, sin mayores conflictos y sin acechar como “sujetos peligrosos” (QUEIROLO PALMAS; TORRE, 2005). Estos espacios de discusión no estaban exentos de miradas estereotipadas y estigmatizadoras sobre las familias migrantes. Aquí era donde Lorgia militaba incansablemente. Su principal preocupación era brindar información a sus connacionales para “adaptarse mejor” en los lugares de destino y explicar de manera sistemática en ámbitos políticos, educativos, sanitarios y mediáticos, las causas de la salida masiva desde el Ecuador, las pautas de crianza y de qué manera las condiciones precarias jurídicas, laborales y de vivienda en España habían cambiado estas prácticas



originando nuevas formas de organización familiar y complejos procesos de reagrupación familiar (PEDONE, 2008).

Desde mi experiencia como madre de tres hijos, dos hijos nacidos y criados en Ecuador, un hijo nacido en España y criado en Ecuador durante sus primeros años y un nieto nacido y criado en España, quisiera comentar que cuando hablamos de culturas estamos hablando de culturas muy diferentes, de sitios opuestos, en todos los sentidos, desde una expresión hasta un hecho.

Hablar de madres en mi país, también, hay una división entre las madres solteras y las casadas, es bien visto una madre casada, está más protegida hasta por su familia. Pero todavía vivimos “del que dirán”, la vergüenza de que el hijo no tiene un apellido, la familia se siente avergonzada y en casos extremos es aislada socialmente, las expulsan de casas como desvergonzadas, la madre lo que hace es hundirse y esconderse y, ahora, en ocasiones, migrar.

Queremos que siempre tome el pecho, sin interesarnos el horario de cada tres horas, el pecho es el mejor nexo íntimo que tenemos, le hablamos mucho no nos importa los años que tenemos que darle de lactar uno dos tres años, no acostumbramos al chupete.

Cuando nace un niño nos sentimos muy arropadas por la familia, nos lo hacen todo en la casa, nos cuidan tanto que no debemos levantarnos de la cama, solo nos dedicamos a descansar. Cuando nos toca el parto aquí, en España, es importante recalcar lo afectivo que nos hace falta, nos sentimos solas, deprimidas, cuando uno comparte sale con otra persona se ve que la visitan, se siente más la soledad, nuestra cabeza da vueltas, si yo estuviera en mi país otra cosa fuera, pienso que todas estas soledades, tristezas hace que uno reaccione poco comunicativa, todo se lo come y no tiene ganas de nada ni de hablar. Cuando nos referimos al cuidado de la embarazada, nos alimentamos bien porque tenemos que comer por dos personas, somos fuertes tenemos que seguir trabajando, hasta trabajos fuertes como labrar la tierra, nos movemos mucho dentro y fuera de casa, los cuidados y las atenciones son más en el postparto.

Pensemos que aquí hace falta más información a la madre inmigrante por el mismo hecho de ser de otra cultura, tenemos poca información, faltan contactos, ayuda para poder salir adelante con el embarazo, creemos que nos vamos a morir de hambre, hacer sufrir un niño. La madre se siente acorralada sin

saber que hacer en unos casos se lo tiene aquí y luego después de unos tres meses se lo envía a nuestro país para que cuiden los abuelos, ellos lo reciben encantados es una compañía y un recuerdo de su hija que está en el extranjero, las abuelas es una manera de ayudar a su hija lo toma con normalidad. Normalmente cuando las madres son jóvenes se encargan las abuelas de esa nueva maternidad, le quitan una responsabilidad por que se creen que tienen que disfrutar de su corta juventud.

Cuento una anécdota que un día hablando con una amiga que tiene investigaciones sobre emigración se refirió al término “maternidad transnacional” me hizo gracia, porque es un término muy apropiado, quiere decir todo lo que yo he hablado, las madres que tienen sus hijos en Ecuador, los hijos que nacen aquí y se lo envía al país, otros en proceso de reagrupación, la emigración va conjunta con lo transnacional, eso es lo que somos (Lorgia Rogel, profesora de Geografía e Historia, procedente de la provincia de Loja, El Pindal, migró como primer eslabón de la cadena familiar a principios de la década de 1990. Este texto es parte de su exposición en un taller sobre los cambios en la concepción de la maternidad organizado por Cáritas de Barcelona en septiembre de 2005.

El texto reproducido más arriba lo escribió Lorgia con la finalidad de exponer su mirada sobre la maternidad en un contexto migratorio transnacional, para aquellas ocasiones en las que participaba de talleres que organizaban ONGs, en tiempos donde tenían una alta exposición como madres migrantes y eran continuamente interpeladas en los lugares de destino. Las pautas de crianza, la formas de ejercer la maternidad y organizar el cuidado a distancia era puestas en tela de juicio, tanto en origen como en destino, y eran convocadas continuamente para dar cuenta de sus negociaciones y arreglos familiares, desvinculando nuevas organizaciones del cuidado de la precariedad jurídica, económica y social a las que eran sometidas ellas y sus hijos/as en estas demandas del capitalismo que articula la transferencia transnacional del trabajo reproductivo como una de las tantas formas de asegurar lo productivo. Estas miradas estigmatizantes y racializadas se evidenciarían en numerosas políticas públicas y decisiones gubernamentales en los contextos de inmigración (PEDONE; AGRELA ROMERO; GIL ARAUJO, 2012) y como analizaremos en el próximo apartado fue crítico para el caso de madres e hijos/as migrantes ecuatorianos/as en Italia.

En algunos espacios académicos surgen algunas voces críticas a esta producción que insistía en que el rol de las maternidades migrantes desde patrones universales y esenciales que relacionan a todas las mujeres, en su capacidad de concebir con el ejercicio de la maternidad, la categoría “maternidad transnacional” quedaría reducida en su capacidad para mostrar cómo se construyen las desigualdades de género (GREGORIO GIL, 2012). No obstante, en ámbitos de activismos políticos donde se daban debates entre mujeres migrantes con diferentes niveles educativos y con diversos proyectos migratorios familiares, se planteaban discusiones y acciones en la defensa de los Derechos Humanos (talleres, charlas informativas, participación en espacios políticos por la lucha de la regularidad jurídica, inserción educativa de hijos e hijas de la migración), comenzamos a ver las primeras señales de la socialización de la maternidad, si bien desde su rol *naturalizado*, en estos contextos era una manera de dar batalla e interpelar a los poderes y micropoderes que las construían como sujetas pasivas, exclusivamente reproductoras y susceptibles de ser “integradas” mediante diversas políticas públicas. Todo este conocimiento situado, posteriormente, permitiría - principalmente para el caso de la recuperación de hijos e hijas de familias ecuatorianas en Italia- evidenciar las problemáticas que enfrentaban las familias migrantes, de qué manera el sistema dominante y las restricciones jurídicas, laborales y habitacionales que se encontraban en destino, determinaban la consolidación de los procesos de transnacionalismo familiar y ampliaban los periodos de separación entre madres e hijos/as (PEDONE, 2008).

No obstante, a pesar de toda la producción científica y las acciones políticas generadas en el sistema transatlántico migratorio durante 15 años, aún persisten estas estigmatizaciones a la hora de abordar los lugares sociales de las mujeres/madres migrantes desde las políticas públicas, los ámbitos educativos y sanitarios, que se reflejan en las dinámicas migratorias, actualmente en nuestra región.

*“Las fronteras no nos van a detener”*: maternar como mujeres migrantes frente a la interpelación de los estados de origen, tránsito y destino

En este apartado me voy a referir a algunas estrategias que las mujeres migrantes ponen en marcha para salir de las definiciones de la maternidad migrante estigmatizada y vulnerable y ponerla en el centro del debate político desde la lucha por los derechos humanos en contextos migratorios muy diferentes, y a partir de posturas sociopolíticas claras frente a las acciones de algunos estados involucrados en la gestión de la migración que las ha conducido a interpelar a los aparatajes burocráticos estatales. Estas acciones políticas aparecen entre los intersticios de la desidia y ausencia de algunos estados y el ejercicio punitivo de otros con las mujeres migrantes y sus hijos/as.

En el año 2013 una madre migrante ecuatoriana se encadenó en las puertas del Consulado de Roma para protestar porque el estado italiano había dejado bajo su tutela a sus cuatro hijos, posteriormente, en una de las visitas del ex-presidente Rafael Correa por los lugares de emigración, también en Italia, algunas madres ecuatorianas lo interpelaron al grito de “nos están quitando a nuestros hijos”. No faltaron quienes en la sociedad de destino las tildaran de “locas”. Una vez más socializar la maternidad en ámbitos públicos, sacarla de los espacios privados para protestar frente a los atropellos de un estado, ponía en tela de juicio la salud mental de estas madres, como en la década de 1970, ocurría con las Madres de Plaza de Mayo, cuando la dictadura militar (1976-1983) las construyó como las “Locas de la Plaza” (BOUSQUET, 1983).

En el año 2014, estos dos actos de socialización política de la maternidad en un lugar de inmigración como Italia, condujeron en ese entonces al Gobierno de Ecuador a crear un Comité de Crisis que dependería del Ministerio de Relaciones Exteriores del Gobierno del Ecuador para presentarse como Estado querellante frente al Estado italiano. Este hecho destapó toda una trama política y económica en torno a los tutelajes de menores, principalmente inmigrantes o de origen inmigrante, basado principalmente en la estigmatización y castigo hacia las madres migrantes.

A pesar que ellos me quitaron a mi hija, ella salía de la comunidad y venía a mi casa. Cuando mi hija salió embarazada, mi hija estuvo 1 año conmigo, en un año la policía no la buscó. La asistente social me preguntaba si sabía algo de ella. Luego llamaron las asistentes sociales a la comunidad... Me llamaron la atención que, como un mes que mi hija se desaparecía yo andaba con fotos por todo Génova, le dije yo menos mal justo llamé y mi hija apareció. Les había dicho que si no aparecía pasaba las fotos por televisión para ver quien la ha visto. Y de ahí comenzaron a tenerme un poco de venganza, porque yo le dije ‘cualquier cosa que pase con mi hija, yo las denuncio’. La responsabilidad era de ellas (las responsables de la casa de acogida). Por suerte recuperé la tutela de mi hija y la mandé a Ecuador, porque la habían amenazado que como había vivido en comunidad, cuando tuviera al bebé, se lo iban a quitar y a dejar bajo tutela de los servicios sociales (MADRE con una hija recuperada retornada al Ecuador, Génova, Nov. 2015).

Esta crítica situación, obligó al Estado ecuatoriano a tomar una postura más comprometida y crítica en relación a qué significaba las familias transnacionales y al reconocimiento de otras formas de ejercer la maternidad y organizar el cuidado en las familias migrantes, que nada tenían que ver con “familias rotas”, la “tragedia de la migración”, “familias disfuncionales” o “madres abandonadas”, como fue el discurso estatal, mediático, educativo y sanitario, sostenido en el tiempo desde la feminización del flujo migratorio ecuatoriano hacia el Europa Mediterránea a partir de la década del 2000 (HERRERA, 2011; PEDONE, 2018).<sup>5</sup>

Lo que me interesa destacar en esta oportunidad, es la necesidad de cambiar la mirada política catastrófica que Rafael Correa tenía sobre la migración familiar, para poder realizar una estrategia de transnacionalismo político y, así, asumir la defensa de las familias migrantes frente a los tribunales de menores italianos. Por otra parte, en esta estrategia se debió romper un muro de desconfianza por parte de las madres migrantes que no se habían sentido contenidas por un gobierno de origen desde que había comenzado la migración y frente a las acciones políticas de un estado de

5

<sup>3</sup> Para un análisis detallado de este caso consultar: Pedone, 2018.

destino que cuando se acercaban a los servicios sociales para buscar ayuda y apoyo para conciliar la vida familiar con la laboral, entraban a un sistema punitivo que terminaba con el retiro de niños, niñas y adolescentes de sus hogares para depositarlos en casa de acogidas, susceptibles de ser adoptados por familias italianas.

Si bien el detonante fue la protesta de una madre, en este caso las acciones políticas por parte del Estado ecuatoriano realizaron un acompañamiento de madres e hijos/as en los juicios de tenencia. Pero también es preciso, destacar que la lectura política de la socialización de las maternidades se realizó desde el Comité de Crisis conformado por mujeres investigadoras feministas, especialistas en temas de familia, niñez migrante y litigio estratégico para confrontar los estigmas y discriminaciones de las cuales estaban impregnadas las sentencias. En cuanto a mi conocimiento situado, fue una acción de asesoría de acuerdo a mis principios políticos e ideológicos, que luego se transformó en un texto académico a partir de un proceso vinculado a lo que denominamos antropología por encargo (SEGATO, 2015, 2018) y de acompañamiento (BARJA, 2019; JORGE BARBUZANO; MONDAY; ANTOLÍNEZ DOMÍNGUEZ, 2021) que confrontan a la historia hegemónica y dominante.

Posteriormente, en la reconfiguración de los flujos migratorios intrarregionales en América Latina, los hallazgos de mis investigaciones reflejan situaciones similares en otras épocas y otras territorialidades. Entre los años 2018 y 2023 comencé un trabajo de campo con población venezolana en Ecuador y Argentina, y los viejos patrones de roles naturalizados de las madres migrantes, emergen nuevamente desde ámbitos familiares como políticos, educativos, sanitarios, y mediáticos, la interpelación sobre sus lugares sociales como mujeres autónomas y el ejercicio responsable de su maternidad.

Recuerdo que una tarde estaba en la computadora, mis padres en la cocina, volteo y les digo me voy pa' Argentina. Dejé a mi niña de 5 años con mis padres. Recién la traje cuando le podía dar la misma calidad de vida que tenía allá. Llegamos un miércoles y el jueves mi hija fue a su primer día de escuela, yo había hecho los trámites antes de irme y ya la estaban esperando. En la escuela fue muy fácil me pidieron partida de nacimiento y pasaporte, los llevé a la escuela y no me pidieron más nada, entré casi finalizando el año. Ella salió de Venezuela en tercer grado, le

hicieron el examen y la pasaron a quinto grado. Mi mamá es educadora así que la hizo leer y escribir desde muy pequeña. La maestra que tenía en esa escuela aplicó la xenofobia al máximo. En Venezuela tú escribes con lapicera cuando quieres, pero aquí a partir de tercer cuarto grado ya no escribes con lápiz. Marcela escribía con lápiz, la maestra le pega en la mesa y le dice estás en Argentina no en Venezuela y aquí se escribe con lapicera. Y por mi parte... Una vez me llaman de una oficina del Estado, y me dicen usted no está garantizando la alimentación de su hija y yo les digo ¿de dónde sacan eso? Aquí el Estado te da una bolsa de comida mensual. Yo me imagino que los datos lo sacaron del colegio y era porque era migrante, y que la tengo que retirar porque es la única manera que tiene el Estado argentino para garantizar que los menores de edad extranjeros están siendo bien alimentados y si no la retiras pueden hacer una visita, fue muy impactante, nosotros no precisamos comida (CORO, 31 años, procedente de Valencia, Venezuela, entrevista realizada en abril de 2018).

La población venezolana ha sufrido un claro y abrupto proceso de desclasamiento social no sólo material, sino también, simbólico que impacta en las relaciones familiares y las formas de vincularse con funcionarios/as públicos, personal docente y sanitario, en los lugares de destino y desde una matrilocalidad social en la sociedad de origen, se ven confrontadas e interpeladas en los contextos de inmigración en las nuevas maneras de ejercer sus maternidades a partir de sus movilidades internacionales.

En otras territorialidades de la región, emergen luchas políticas de mujeres/madres que buscan a sus hijos/as en el Corredor América Central-México-Estados Unidos. En el mes de mayo de 2022 participé de un seminario sobre maternidades migrantes organizado por Amarela Varela Huerta para el *Proyecto (In)movilidad en las Américas*<sup>6</sup>. En esa oportunidad compartí mesa redonda con una madre hondureña que desde hace una década busca en territorio mexicano a su hijo que “se lanzó al camino” rumbo a Estados Unidos. Ella relató de qué manera con otras madres en la misma situación debieron abandonar sus lugares de origen para enfrentarse a la desidia política

6

<http://www.inmovilidadamericas.org>

del Estado mexicano que, en este caso, actuaba como estado de tránsito en el corredor migratorio de América Central hacia Estados Unidos.

Iniciamos desde 2020 formalmente, porque en todos estos años las personas me contactaban de forma directa, personal y yo les buscaba apoyo para la búsqueda. Pero no es lo mismo como estar organizadas, entonces en plena pandemia, para las familias, fue más difícil y más doloroso que nos dijeran que nos quedaríamos en casa y pensando nuestros familiares dónde estaban, dónde están, tendrán una casa donde quedarse? Y cómo me quedo yo encerrada en casa para buscar a mi hijo? Iniciamos con unas familias nicaragüenses, dos mamás que migraron a España y ellas no tenían ninguna organización ni un colectivo. Lo primero que hemos empezado a trabajar con ellas es que desde el inicio vayan reconociendo los derechos, porque si no sabemos no exigimos y desafortunadamente para las autoridades mientras menos sabemos mejor. Con las denuncias tenemos un problema muy fuerte, porque la Fiscalía Nacional de la República (México) se niega a abrir la investigación, lo primero que argumentan es que no encuentran un delito para abrir una carpeta, y no es así, tienen que conocer la Ley de Víctimas, que muy claro lo dice toda desaparición es un delito y tiene que ser investigado. Lo que hacemos nosotras es trabajar detenidamente, que nos cuenten su historia y de acuerdo a ello hacemos un registro y lo presentamos a la Fiscalía, pero con muchas dificultades, esto se agrava con las familias que están lejos, pero como decimos siempre, *las fronteras no nos van a detener*, vamos a seguir buscando a nuestros hijos. Hay que recordar también que *detrás de cada desaparecido hay un responsable, por eso exigimos verdad y justicia*. (Madre activista hondureña, radicada en México).<sup>7</sup>

Estas luchas se llevan a cabo sin intermediarios que hablen por los y las migrantes y las familias afectadas, la Caravana de Mujeres Migrantes

7 Fragmentos de la presentación de la Madre Activista Hondureña de la Red Regional de Familias Migrantes fue previamente consensuado con ella y la organizadora del Seminario. Fui autorizada a publicar partes de su exposición para discutir la socialización y universalización de la maternidad en este texto, problemática que abordamos en el encuentro.



Centroamericanas, las Rastreadoras del Fuerte<sup>8</sup> llevan adelante una lucha política en la búsqueda de sus familiares desaparecidos y con escasos recursos se organizan para resistir en estas esperas y rastreos que, en algunos casos, llevan más de una década.

Esta problemática es de larga data en el Corredor migratorio de América Central-México-Estados Unidos, y del mismo modo que en el caso anterior, aparece la idea de la universalización de la maternidad como un hecho político, donde la lucha se enfoca en desapariciones, apropiaciones y recuperaciones, en algunos tramos, son acompañadas por mujeres feministas activistas que proveen recursos, realizan parte del camino y visibilizan en diferentes ámbitos públicos estas luchas, hasta que las nuevas generaciones de la migración tomen la palabra (VARELA HUERTA, 2015, 2020). Así, en estas rutas se conforman en extensas familias y se organizan comunidades de cuidado para enfrentar la precariedad y el desamparo (REA, 2021; ÁLVAREZ VELASCO; VARELA HUERTA, 2022).

En algunas estrategias, como el caso del transnacionalismo político del Estado ecuatoriano frente al Estado italiano, la lucha fue más solitaria y familiar e implicó un proceso de aprendizaje de las familias migrantes para relacionarse en los contextos de inmigración con las acciones y burocracia del estado de origen y de destino. Las actuales luchas frente a la búsqueda de sus hijos/as desaparecidos/as en el camino hacia Estados Unidos, nos muestran estrategias políticas sin interlocutores, con una formación a conciencia de los pasos y procesos jurídicos y reivindicativos que deben construir, con todos los ejemplos, podemos concluir que estas maternidades salen de la casa a la calle.

El “dolor reúne” en palabras de una madre perteneciente a las Rastreadoras de Frente, “las fronteras no nos van a detener” palabras de una madre hondureña de la Red Regional de Familias migrantes y “nos están quitando a nuestros hijos” de la madre ecuatoriana encadenada al Consulado del Ecuador en Roma, son expresiones que revelan de qué manera se acuerpa una lucha por la preservación de la vida y por ejercer el derecho de vivir en familia. Estas acciones y rebeldías frente a la inmovilidad que pretenden los estados junto a sus concepciones de maternidades fijas en un hogar, nos

8 <sup>4</sup> Hoy en México es común saber de historias de mujeres que en distintas partes del país buscan en campo a sus familiares desaparecidos. Pero en el año 2014 cuando las Rastreadoras escarbaban la tierra, era una cosa inusual (REA, 2021).

muestran la politicidad de las maternidades migrantes en sus diferentes facetas de socialización, y vuelven a demostrar que la socialización de la maternidad, lejos del rol naturalizado, siguen constituyendo un acto político revolucionario, como lo hicieron las pioneras en la década de 1970 en América Latina.

### *Maternidades de alta movilidad: la lucha por la supervivencia y sus relaciones con los organismos internacionales*

Los organismos internacionales como ACNUR y OIM cumplen un rol estructurante en el intento del cumplimiento del Pacto Global de las Migraciones y en la externalización de las fronteras de los países del Norte. Así los controles migratorios y fronterizos producen una “ilegalidad” migrante (DE GENOVA, 2002) en contextos nacionales específicos. Por otra parte, existe un despliegue de acciones y narrativas “humanitarias” en los procesos de control de las migraciones principalmente en aquellas territorialidades donde se definen las “crisis migratorias”. En definitiva, como ya denuncian algunos/as investigadores e investigadoras, se utilizan fundamentos humanitarios en el control de la migración y en los procesos de externalización de las fronteras y construyen a la población migrante como víctimas y sujetos vulnerables (HERRERA; BERG, 2019; DOMENECH; HERRERA; RIVERA SÁNCHEZ, 2023). Ecuador ha sido interpretado como un espacio de producción de migrantes ilegalizados o mano de obra barata en ruta hacia Estados Unidos (ÁLVAREZ VELASCO, 2020) y algunos estudios etnográficos (PEDONE, 2020b) y sobre políticas migratorias confirman que ha habido un corrimiento de una política con enfoque de derechos a uno de seguridad basado en la figura del gobierno humanitario (RAMÍREZ, 2020).

Entre los años 2017 y 2018 realicé un trabajo de campo en Quito que sobre los nuevos flujos interregionales e intercontinentales. Uno de los lugares donde realicé etnografías y entrevistas fue la Oficina de Movilidad Humana del Gobierno de Pichincha (OMHGP), con sede en Quito, Ecuador. La mayoría de la población entrevistada pretendía ser beneficiaria del Programa de Reasentamiento en Tercer País, controlado y gestionado por ACNUR. La aplicación de los propios mecanismos del Sistema de Protección

Internacional y Regional en América Latina, en numerosas ocasiones, genera efectos contraproducentes, al (re)producir poblaciones vulnerables, controlables, despolitizadas y en perpetua precariedad y estas poblaciones vulnerabilizadas por el desplazamiento forzoso no siempre obtienen la protección jurídica y social y por consiguiente deben enfrentar situaciones como la discriminación, la pobreza, la irregularidad jurídica, la deportación o la apatridia (GÓMEZ MARTÍN; MALO, 2019).

A partir de extensas charlas con madres migrantes y desplazadas donde reconstruimos los periplos extracontinentales y regionales. Algunas de ellas sus trayectos los habían realizado por tierra con sus hijos/as en brazos y otras procedían de países asiáticos, en sus lugares de origen procedían de élites y clases medias altas, que recibían recursos desde el exterior, aunque con profundos procesos desclasamiento social material y simbólico. Tanto las quienes tenían trayectorias de extrema precariedad, como aquellas que tenían un asentamiento residencial adecuado y la subsistencia garantizada, todas estaban atravesadas por la espera y la incertidumbre,

Acordamos con Mallimaci y Magliano (2020) que en las esperas se evidencia una relación desigual de poder entre quien espera y hace esperar. Y en estas esperas para ser beneficiarias del Programa de Reasentamiento de Tercer País, aparecen una vez más sus maternidades y sus formas de organizar la migración familiar y sus cuidados puestas en tela de juicio. Muchas familias completas llevan un promedio de 3 a 5 años como solicitantes de refugio, lo que de facto no les permite conseguir trabajos estables y seguros.

Los organismos internacionales consideran a la población colombiana como susceptible de ser incorporados por el programa de reasentamiento. No obstante, las entrevistas se demoran mucho tiempo y las posibilidades de llegar al tercer país no llegan a todas las familias, y muchas veces no sé sabe cuáles son los criterios.

No sé en qué se basa ACNUR para decir que uno es beneficiario del reasentamiento o no. A Ecuador le debemos mucho, le debemos la vida, pero no es un país que está capacitado para recibir refugiados ni solicitantes de refugio, no tienen nada, no tiene recursos, y nos toca salir a vivir del rebusque. Por suerte yo encontré una colombiana que me dio el puesto porque se fue a Estados Unidos. En el momento que me tengo una complicación con mi operación, ACNUR me llama que paso a reasentamiento, ya va a hacer un año, me hacen toda la historia en diciembre

del año pasado. En marzo me entrevistó Canadá, me eligió a toda la familia, y mayo empezó el proceso. Nos vamos el 5 de diciembre, tengo tristeza porque se queda mi hija, con mi hermana *no sabemos qué pasa que ella se queda y yo no, pero no nos dan explicaciones*. Nos ofrecen un año de arrendamiento, alimentación, aprender el idioma y de ahí tengo que ubicarme, cualquier cosa será mejor de lo que hemos pasado acá. De lo que he escuchado de los compañeros... porque en el ACNUR es poco lo que le dicen a uno, no te explican muchas cosas, te dicen que a los 6 y 8 meses ay que movilizarse para buscar trabajo. Dicen que la mayor barrera es el idioma, y que después hay trabajo. Según lo que entendí yo es que todo depende del padrino que te acoge, dicen que hay tres tipos de padrinzagos, el Estado, privados y otras son las iglesias, cuando llegás estás en un albergue una semana y luego ellos te dan a escoger un apartamento, el que más le convenga a uno, pero no te dicen que cantidad económica hay para uno. Hay que estar allá para vivir la experiencia y estoy convencida porque aquí estoy demasiado cansado (MARÍA, 41 años, Buenaventura Valle, Colombia, Cali-(Colombia), Quito (Ecuador)).

Los testimonios de las personas entrevistadas solicitantes de refugio hacen referencia a esa sensación de tener la vida suspendida durante años y están poco informadas a la hora de tramitar y gestionar el reasentamiento. En este vínculo entre población migrante y organismos internacionales, las mujeres migrantes deben realizar una serie de *performances*, para convertirse en sujetos vulnerables susceptibles de ser beneficiarias de los programas, la mirada individualista de estas políticas, no toma en cuenta las conformaciones familiares que, a la hora de emprender nuevas rutas quedan desmembradas.

También observamos que existe una impaciencia en la escucha de las beneficiarias y una permanente sospecha sobre la veracidad de sus historias, atravesadas por persecuciones y violencias estructurales donde las mujeres pasan de ser “víctimas” y “vulnerables” a madres irresponsables que no garantizan “migración segura”.

Como adelanté en un texto previo, hay una profunda politicidad en caminar en núcleos familiares – sanguíneos o ensamblados –, los corredores migratorios en América Latina. Los hallazgos de mi trabajo etnográfico evidencian que actualmente las familias que se fugan del neoliberalismo y

su violencia generalizada y la decisión de migrar en familia es una manera de intentar alcanzar mundos habitables (PEDONE; VARELA HUERTA, en prensa).

### *Algunas reflexiones finales*

*Todo está escondido en la memoria*

*Refugio de la vida y de la historia*

*La memoria estalla hasta vencer*

*A los pueblos que la aplastan*

*Y no la dejan ser*

*Libre como el viento*

*La Memoria, León Gieco*

Desde la estigmatización e interpelación política, educativa, sanitaria y mediática de las madres latinoamericanas que encabezaron las migraciones hacia la Europa Mediterránea, pasando por el programa de conexión telefónica que se convirtió en una asamblea radializada de muchas madres centroamericanas que buscaban a sus hijos e hijas migrantes hacia Estados Unidos, y posteriormente, a la conformación de las caravanas que busca a familiares desaparecidos en las rutas migratorias hacia el Norte, al grito de la madre ecuatoriana en Italia “Señor Presidente, nos están quitando a nuestros hijos”, las performances de madres migrantes frente a diferentes estados – origen, tránsito, espera y destino – y organismos internacionales para ser familias perfectamente elegibles para sus programas de “protección internacional”, son todos ejemplos donde se debe vencer el temor y enfrentan prejuicios y situaciones de xenofobia, racismo y violencias estructurales. Estas mujeres migrantes deben atravesar fronteras físicas y simbólicas para *maternar* transnacionalmente, recuperar a sus hijos/as que quedan bajo tutelajes estatales, socializar la maternidad para llevar a cabo la búsqueda de sus hijos/as desaparecidos/as en la migración, en definitiva, luchar por defender el derecho a vivir en familia o huir de persecuciones para salvaguardar la vida.

Historizar las trayectorias de estas mujeres, madres y migrantes, me ha permitido evidenciar en diferentes contextos migratorios transnacionales cómo la politicidad de las maternidades migrantes se ha construido a partir de disímiles procesos. Las maternidades transnacionales generadas entre la migración andina a la Europa Mediterránea se forjaron en medio de desafíos dentro del propio grupo doméstico, reacomodando las relaciones de género, intra e intergeneracionales y frente a las sociedades de destino y de origen se enfrentaron a profundas estigmatizaciones y disciplinamientos morales que combatieron socializando sus maternidades para poder moverse de la mejor manera en los contextos laborales, educativos y sanitarios en pos de la adaptación de sus hijos/as en estos contextos migratorios.

En relación, a las politicidades actuales en los corredores migratorios de nuestra región, esta mirada longitudinal refleja de qué manera persisten estas estigmatizaciones, donde tanto los estados de tránsito, espera y llegada continúan apelando al rol naturalizado de madres para construirlas, cuando es conveniente como vulnerables, y sino como responsables del tipo de movilidades que realizan para ellas y sus hijos/as. No obstante, en estas trayectorias migratorias cada vez son más evidentes de qué manera las madres migrantes se posicionan políticamente y llevan a cabo sus luchas sin interlocutores – ONGs, académicas, instituciones religiosas – posicionando su propia voz y sus estrategias para sacar la maternidad del hecho privado y universalizarla, aquí es donde se cruzan con otras luchas de madres que atraviesan la historia política de nuestra región.

Como en su momento, el accionar de las Madres de Plaza de Mayo, introdujeron la discusión en torno a la naturalización de la respuesta materna frente a la desaparición forzada de personas y la posición contrapuesta, que advertía en su presencia y acciones emergía la construcción de un nuevo sujeto político. En la actualidad, abordar el estudio de esta problemática, supone enormes desafíos, no sólo teóricos-metodológicos, sino también adquirir un compromiso político en evidenciar sus luchas, como un ejercicio para mantener visibles estas luchas y desobediencias de mandatos – históricos, políticos, socioeconómicos, culturales y religiosos – vivas en el tiempo, que dejen de ser una foto instantánea de un momento en sus historias de vida para brindar un testimonio ilustrativo en los estudios migratorios contemporáneos.

Con sus acciones políticas, la participación en la co-creación del conocimiento y en los debates especializados, hoy nos interpelan, y son ellas las principales críticas al extractivismo académico, como bien lo afirma una madre activista hondureña de la Red Regional de Familias Migrantes:

Me da mucho gusto que se traten estos temas en la academia y sé que hay muchos estudiantes que nos están viendo. En realidad, en todo este proceso he tenido muchas experiencias. Cuando algunos estudiantes se han acercado a mí para que les dé una entrevista, quieren conocer el tema para sus estudios, yo creo que a veces salen unas preguntas que son muy incómodas, tenemos que ser muy cuidadosos y me ha pasado por mi propia experiencia, toman la entrevista, toda la información y luego no se vuelve a saber nada de ellos. Mucha gente que se acercó a mí al inicio lógicamente, porque ahora aprendí y ya no me pasa, pero la gente tiene que aprender a comprometerse, toman la información y desaparecen y jamás se vuelve a saber nada de ellos. Entonces, la desaparición de las personas, ahora se sabe mucho más, pero se desconoce el proceso el seguimiento a una denuncia, a un reporte de búsqueda. Por lo tanto, hay que trabajar de forma conjunta tanto estudiantes, académicos y familiares con un compromiso porque es algo que nos preocupa, porque no debería de suceder. Sabemos que nos enfrentamos a un monstruo como es el Estado en México y no sabemos que es la desaparición, y me tocó de la nada con mi hijo, me dejaron sin nada y a partir de ese conocimiento es que apoyo a las familias. (MADRE activista hondureña, radicada en México).

Actualmente, las movilidades por los corredores migratorios de América Latina presentan enormes desafíos y, una vez más, las mujeres con sus hijos/as acuerpan el caminar por territorios letales y persisten en sus resistencias y luchas vitales. La incógnita es si, esta vez, las organizaciones en defensa de los derechos humanos de las personas migrantes, los pocos gobiernos que dicen tener un enfoque de derechos para gestionar las migraciones y la academia estaremos a la altura para reconocerlas y respetarlas en sus prácticas políticas, en lugar de interpelar y esperar *performances* de buenas migrantes.

Esta reconstrucción de la politicidad de las maternidades migrantes en las últimas tres décadas en disímiles territorialidades de las geografías de la migración donde se involucra América Latina como región, me permite resaltar la necesidad imperiosa de la capacidad de escucha que requiere tiempo y presencialidad en los territorios. Asimismo, las miradas longitudinales y la profundización de los vínculos políticos en la generación de diálogos, debates y co-creación de conocimientos que traspase los límites geográficos nacionales, son imprescindibles si realmente asumimos una lucha feminista, antirracista y transnacional.

## Referencias

AGRELA, Belén. De los significados de género e inmigración (re)producidos en las políticas sociales y sus consecuencias para la acción e integración social. En: CACHÓN, Lorenzo; LAPARRA, Miguel. *Inmigración y políticas sociales*. Barcelona: Bellaterra, 2009. p. 239-267.

ÁLVAREZ VELASCO, Soledad. Ilegalizados en Ecuador, el país de la “ciudadanía universal”. *Sociologías*, v. 22, p. 38-170, 2020.

ÁLVAREZ VELASCO, Soledad; VARELA HUERTA, Amarela. En el camino ¿si nosotras no cuidamos, quién entonces? Mujeres, epidemiología popular migrante y economía del cuidado en los corredores migratorios de las Américas en tiempos de COVID-19. *Tramas y Redes. Revista del Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales*, Buenos Aires, v. 2, p. 23-53, jun. 2022.

BARJA, Joselín. *En este mar de absurdas persecuciones: Presencias migrantes centroamericanas en contextos de violencia*. Tesis (Doctoral) - México: Universidad Autónoma Metropolitana, Unidad Iztapalapa, División de Ciencias Sociales y Humanidades, 2019.

BLANCO, Mercedes. El enfoque del curso de vida: orígenes y desarrollo. *Revista Latinoamericana de Población*, México, v. 5, n. 8, p. 5-31, jun. 2011.

BOUSQUET, Jean-Pierre. *Las locas de la Plaza de Mayo*. Buenos Aires: El Cid, 1983.

DE GENOVA, Nicholas. Migrant “illegality” and deportability in everyday life. *Annual Review of Anthropology*, Stanford University Press, v. 31, n. 1, p. 419-447, oct. 2002.

DOMENECH, Eduardo; HERRERA, Gioconda; RIVERA SÁNCHEZ, Liliana. Introducción. Los estudios migratorios en América Latina: movilidades, fronteras y ciudadanía. En: RIVERA SÁNCHEZ, Liliana; HERRERA, Gioconda; DOMENECH, Eduardo. *Movilidades, control fronterizo y luchas migrantes*. Colección Miradas Latinoamericanas. Buenos Aires/México: CLACSO/Siglo XXI, 2023. p. 9-74.



ECHEVERRI, María Margarita; PEDONE, Claudia; GIL ARAUJO, Sandra. “Entre la estigmatización y la restricción”. Políticas migratorias y discursos políticos sobre familia, migración, género y generación en países de inmigración y emigración: España y Colombia. *Revista PALOBRA*, Cartagena de Indias, Colombia, n. 13, p. 84-107, 2012.

FARRALL, Stephen. *What is Qualitative Longitudinal Research?* Papers in Social Research Methods. Qualitative Series. London: London School of Economics and Political Science Methodology Institute, 2006.

GAGO, Verónica; MALO, Marta. La Internacional Feminista. Luchas en los territorios y contra el neoliberalismo. En: GAGO, Verónica; MALO, Marta; CAVALLERO, Luci. *La Internacional Feminista: luchas en los territorios y contra el neoliberalismo*. Buenos Aires: Tinta Limón, 2020. p. 9-22.

GÓMEZ MARTÍN, Carmen; MALO, Gabriela. Un recorrido por la literatura sobre refugio y desplazamiento forzado en América Latina y el Caribe. Abordajes principales y nuevos ejes críticos de estudio. *PÉRIPLoS, Revista de Investigación sobre Migraciones*, Brasilia, v. 3, n. 2, p. 4-21, 2019.

GREGORIO GIL, Carmen. Tensiones conceptuales en la relación entre género y migraciones. Reflexiones desde la etnografía y la crítica feminista. *Papers, Revista de Sociología*, v. 97, n. 3, p. 569-590, 2012.

HANISCH, Carol. *The Personal Is Political: The Women’s Liberation Movement classic with a new explanatory introduction*, 2006. Disponible en: *The Personal Is Political: the original feminist theory paper at the author’s web site* (carolhanisch.org). Consultado en: 20 sep. 2022.

HARDING, Sandra. *Ciencia y feminismo*. Madrid: Morata, 1996.

HERRERA, Gioconda. La familia migrante en las políticas públicas en Ecuador: de símbolo de la tragedia a objeto de intervención. En: FELDMAN-BIANCO, Bela *et al.* (Comps.). *La construcción social del sujeto migrante en América Latina. Prácticas, representaciones y categorías*. Quito: CLACSO-FLACSO-Univ. Alberto Hurtado, 2011. p. 181-202.

HERRERA, Gioconda. “*Lejos de tus pupilas*”. *Familias transnacionales, cuidados y desigualdad social en Ecuador*. Quito: FLACSO-Ecuador/ONU Mujeres, 2013.

HERRERA, Gioconda; BERG, Ulla. “Migration Crises” and Humanitarianism in Latin America: the case of Ecuador. En: SORENSEN, Nina; PLAMBECH, Sine. *Global Perspectives on Humanitarianism*. Copenhagen: Danish Institute for International Studies, 2019. p. 31-50.

HONDAGNEU-SOTELO, Pierrete. Gender and Migration Scholarship: An Overview from a 21<sup>st</sup> Century Perspective. *Migraciones Internacionales*, México, v. 6, n. 3, p. 219-233, 2011.

HONDAGNEU-SOTELO, Pierrete; ÁVILA, Ernestine. I’m Here but I’m Not There’: The Meanings of Latina transnational Motherhood. *Gender and Society*, v. 11, n. 5, p. 548-571, 1997.

JORGE BARBUZANO, Esperanza; MONDAY, Akhere; ANTOLÍNEZ DOMÍNGUEZ, Inmaculada. *Decálogo de Huellas*. Valencia: Editorial Tirant Humanidades, 2021.

KOFMAN, Eleonore, KRALER, Albert.; KOHLI, Martin; SCHMOLL, Camille. Issues and debates on family-related migration and the migrant family: A European perspective. En: KRALER, Albert; KOFMAN, Eleonore; KOHLI, Martin; SCHMOLL, Camille. *Gender, Generation and the Family in International Migration*. Amsterdam: Amsterdam University Press, 2011. p. 13-54.

MAIER, Elizabeth. La madre como sujeto político. *Estudios Latinoamericanos*, n. 9, p. 69-75, 1990.

MALLIMACI, Ana; MAGLIANO, María José. Esperas y cuidados. Reflexiones en torno a la gestión del tiempo de mujeres migrantes en dos espacios urbanos de Argentina. *REMHU, Rev. Interdisciplinaria de Movilidad Humana*, v. 28, n. 59, p. 161- 176, 2020.

MASSEY, Doreen. A Global Sense of Place. *Marxism Today*, p. 24-29, jun. 1991

MORALES, María Virginia. *De la cocina a la plaza: la categoría “madre” en el discurso de las Madres de Plaza de Mayo y su repercusión en la esfera de lo político*. Villa María: Euvim, 2010.

NARI, Marcela. *Políticas de maternidad y maternalismo político*. Buenos Aires: Editorial Biblos, 2004.

OSO, Laura; RIBAS, Natalia. De la sorpresa a la incertidumbre: abriendo etapas en el estudio de la temática sobre género y migración en el contexto español. *Papers, Revista de Sociologia*, v. 97, n. 3, p.511-520, 2012.

PEDONE, Claudia. *Estrategias migratorias y poder. Tú siempre jalas a los tuyos*. Quito: ABYA-YALA, PCMD, 2006a.

PEDONE, Claudia. Los cambios familiares y educativos en los actuales contextos migratorios ecuatorianos: una perspectiva transatlántica. *Athenea Digital. Revista de Pensamiento e Investigación Social*, Barcelona, n. 10, p. 54-171, 2006b.

PEDONE, Claudia. “Varones aventureros” vs. “Madres que abandonan”: reconstrucción de las relaciones familiares a partir de la migración ecuatoriana. *REMHU, Revista Interdisciplinaria de Movilidad Humana*, v. 16, n. 30, p. 45-64, 2008.

PEDONE, Claudia. Familias en movimiento. El abordaje teórico-metodológico del transnacionalismo familiar latinoamericano en el debate académico español. *Revista Latinoamericana de Estudios de Familia*, Colombia, v. 3, p. 223-244, ene.-dic. 2011.

PEDONE, Claudia. Familias que trascienden fronteras. estrategias de retorno de migrantes procedentes de Ecuador y Colombia (33-41). En: PEDONE, Claudia; GIL ARAUJO, Sandra (Eds.). *Políticas públicas, migración familiar y retorno de la población migrante latinoamericana en Cataluña: una perspectiva transnacional*. Barcelona: CIIMU-Área de Migración. Barcelona: CIIMU, 2012. p. 33-41.

PEDONE, Claudia. Madres ecuatorianas bajo la lupa del Estado italiano: miradas discriminatorias de las relaciones de género y generacionales de las familias migrantes. En: TAMANINI, Marlene; HEIDEMANN, Francisco G.; PORTES VARGAS, Eliane; ARAÚJO, Sandro Marcos Castro de (Coords.). *O cuidado em cena. Desafios políticos, teóricos e práticos*. Florianópolis: UDESC, 2018. p. 99-138.

PEDONE, Claudia. Reconfiguración de los flujos migratorios en América del Sur. Desafíos teóricos y metodológicos desde las perspectivas transnacional e interseccional. En: GALAZ, Caterine; GISSI, Nicolás; FACUSE, Marisol (Eds.). *Migraciones Transnacionales: inclusiones diferenciales y posibilidades de reconocimiento*. Santiago de Chile: Editorial Universitaria, 2020a. p. 265-286.

PEDONE, Claudia. Nuevos flujos, nuevas rutas, nuevas territorialidades en Quito-Ecuador. En: DE OLIVEIRA, Márcio; RIBEIRO, Luiz Carlos. *Sociedades em movimento: dimensões nacionais nos fluxos internacionais*. Brasil: Universidade Federal do Paraná, 2020b. p. 205-230. 2020b.

PEDONE, Claudia. Maternidades transnacionales latinoamericanas en Europa. A dos décadas de la feminización de las migraciones. En: BECERRIL, Ofelia; SÁNCHEZ, Ángeles. *Maternidades en debate en el siglo XXI*. México: UAM-Xochimilco y El Colegio de Michoacán, 2021. p. 179-214.

PEDONE, Claudia. Transgresoras y Creativas. Una reflexión sobre la presencia de las mujeres en los corredores migratorios de América Latina. En: DOMÍNGUEZ, Pilar; MORA QUIÑONES, Nidia Gloria; MONTAÑO GARCÉS, Mónica; LÓPEZ RODRÍGUEZ, Irene. *Feminismos y Migraciones: Investigaciones sobre Estudios Feministas, Desarrollo y Cooperación Internacional*. Huelva: Agencia Andaluza de Cooperación Internacional y Desarrollo-Universidad de Huelva. (en prensa)

PEDONE, Claudia; AGRELA ROMERO, Belén; GIL ARAUJO, Sandra. Políticas públicas, migración y familia. Una mirada desde el género. *Papers, Revista de Sociología*, v. 3, n. 97, p. 541-568, 2012.

PEDONE, Claudia; VARELA-HUERTA, Amarela. La familia migrante como sujeto político colectivo en los sistemas migratorios desde y en América Latina. *Revista Interdisciplinaria de Estudios de Género de El Colegio de México* (en prensa)

QUEIROLO PALMAS, Luca; TORRE, Andrea. *Il fantasma delle bande. Genova e i latinos*. Genova: Fratelli Frilli, 2005.

RAMÍREZ, Jacques. De la ciudadanía suramericana al humanitarismo: el giro en la política y diplomacia migratoria ecuatoriana. *Estudios Fronterizos*, n. 21, p. 1-23, 2020.

REA, Daniela. Comunidades de cuidado: en la búsqueda y en la enfermedad. *Blog Piedepagina*, 2021. <https://piedepagina.mx/>. Publicado el: 23 ago. 2021.

ROSSI, Laura. Las Madres de Plaza de Mayo o como quitarle la careta a la hipocresía burguesa. *Revista Alternativa Feminista*, Buenos Aires, v.1, n.8, p.6-11, 1985.

SASSEN, Saskia. *Las contrageografías de la globalización. Género y ciudadanía en los circuitos transfronterizos*. Madrid: Traficantes de Sueños, 2003.

SEGATO, Rita. *La guerra contra las mujeres*. Madrid: Traficantes de Sueños, 2015.

SEGATO, Rita. *Contra-pedagogías de la crueldad*. Buenos Aires: Prometeo, 2018.

VARELA HUERTA, Amarela. Caravana de Madres Centroamericanas, un ejemplo de las nuevas luchas migrantes. En: VÁZQUEZ, Luis Daniel; ESTÉVEZ, Ariadna (Coords.). *Derechos humanos y transformación política en contextos de violencia*. México: UNAM/FLACSO, 2015. p. 315-352.

VARELA HUERTA, Amarela. Apuntes para un feminismo antirracista después de las caravanas de migrantes. En: GAGO, Verónica; MALO, Marta; CAVALLERO, Luci. *La Internacional Feminista: luchas en los territorios y contra el neoliberalismo*. Buenos Aires: Tinta Limón, 2020. p. 75-91. 2020.

VÁZQUEZ, Inés. *La maternidad política de las Madres de Plaza de Mayo como límite al genocidio*. Tesis (Maestría en Antropología Social) - Facultad de Filosofía y Letras, Universidad de Buenos Aires, Buenos Aires, 2018.

ENVIADO EM: 21/08/2023  
APROVADO EM: 20/10/2023

ENTRE O REMEMORAR E A ESCRITA:  
OLHARES SOBRE A HISTORIOGRAFIA DO TEATRO  
OFICINA – SP (DÉCADA DE 1960)

*Between remembering and writing:  
Views on the historiography of Teatro Oficina – SP  
(1960s)*

---

*Rosângela Patriota Ramos<sup>1\*</sup>*

**RESUMO**

O Teatro Oficina de São Paulo, na década de 1960, é o objeto da reflexão deste artigo. A partir desta importante experiência estética e histórica, procuramos evidenciar a maneira pela qual depoimentos, entrevistas e/ou análises de importantes protagonistas tornaram-se, ao longo dos anos, as bases interpretativas para as produções historiográficas. Em virtude disso, essas interlocuções contribuíram para a construção de uma memória histórica sobre a trajetória do Teatro Oficina nos anos 1960.

*Palavras-chave:* Teatro Oficina; História; memória histórica.

**ABSTRACT**

The Teatro Oficina in São Paulo, in the 1960s, is the object of reflection in this article. From this important aesthetic and historical experience, we seek to highlight the way in which testimonies, interviews and/or analyzes of important protagonists have become, over the years, the interpretative bases for historiographical productions. As a result, these dialogues contributed to the construction of a historical memory about the trajectory of Teatro Oficina in the 1960s.

*Keywords:* Teatro Oficina; History; historical memory.

1 \* Pesquisadora do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e Professora Titular aposentada da Universidade Federal de Uberlândia. Atualmente é Professora Assistente no Programa de Pós-Graduação em Educação, Artes e História da Cultura, da Universidade Presbiteriana Mackenzie. Contato: patriota.ramos@gmail.com

Antes de Droysen e depois dele, outros pensadores exploraram o “pequeno x”. Como se forma? É inato? Todos os seres humanos o têm? Deve ser integrado à história? Inicialmente, a abordagem está estreitamente ligada a uma reflexão sobre a nação: como veremos, a propósito de Johann Gottfried Herder, as particularidades dos povos envolvem as características pessoais. Depois ela se anima, na segunda metade do século XIX, no curso de uma discussão complexa sobre o estatuto epistemológico das ciências humanas. Não se trata de um debate estruturado, bem definido, com uma data inicial e uma final, mas antes de um diálogo difícil, indireto, incessantemente interrompido, que atravessa as fronteiras nacionais e que injustamente caiu no esquecimento. Em parte, por ser pontuado por certos termos obsoletos e perigosos como “herói” e “grande homem” (LORIGA, 2011,14).

## I

O fragmento acima, escolhido como epígrafe desta reflexão, é extremamente instigante no sentido de apresentar os impasses e as mediações que envolvem a prática da pesquisa, quando se escolhe investigar temas desafiadores, no que se refere à interlocução entre *indivíduo* e *coletivo*, visto que esse diálogo é imprescindível para estabelecer caminhos interpretativos.

Ademais, essa estratégia é um dos recursos fundamentais para estudiosos que se debruçam sobre o binômio História e Teatro, especialmente quando seus objetos privilegiados articulam diálogos entre autor e obra, no caso de dramaturgos/dramaturgia, de diretores e/ou atores, quando a atenção se volta para as companhias e seus espetáculos. Sem dúvida, esta observação possui um caráter muito amplo, pois estabelecer um escopo em torno dos desdobramentos entre História e Teatro é algo que possui inúmeras implicações frente à extensão e à diversidade cênica existente no país e no exterior.

Diante da complexidade e das inúmeras possibilidades contidas no percurso a ser adotado neste artigo, não entraremos em meandros metodológicos, tendo em vista que, nesse momento, interessa-nos alguns aspectos específicos, a saber: a utilização da memória dos protagonistas como base para a constituição de uma historiografia sobre trajetórias individuais, grupos e companhias.

No que concerne ao binômio História e Teatro, a partir do objeto selecionado, a documentação poderá ser composta por registros atinentes à dramaturgia, à iluminação, à cenografia, aos figurinos, à trilha sonora, à interpretação, às encenações, à diversidade de propostas dramáticas, às concepções cênicas, além de depoimentos, autobiografias, biografias, críticas teatrais, fotografias etc.

Nesse aspecto, embora existam inúmeras investigações profícuas e variadas que se utilizem de depoimentos orais, haja vista a relevância da Associação Brasileira de História Oral na academia brasileira, os desdobramentos dessa perspectiva metodológica não serão alvos de nossa discussão, porque os depoimentos (entrevistas, biografias e/ou autobiografias) são concedidos por profissionais que, geralmente, buscam controlar a narrativa, com vistas a contribuir com a fixação de imagens e de interpretações acerca de sujeitos e acontecimentos específicos.

Aliás, especialmente na última década, tem sido recorrente, nos cursos de Artes Cênicas, a figura do *artista-pesquisador*, isto é, são profissionais que desenvolvem dissertações de mestrado e teses de doutorado sobre suas próprias atuações profissionais<sup>2</sup>, assim como estão disponíveis obras, confeccionadas fora do circuito acadêmico, nas quais profissionais organizaram a temporalidade e a hierarquia de suas próprias realizações.<sup>3</sup>

2 Um exemplo significativo, mas não o único, desta perspectiva de trabalho remete ao Teatro da Vertigem, da cidade de São Paulo, sob a direção de Antônio Araújo. Este profissional obteve seus títulos de Mestrado e de Doutorado debruçando-se sobre sua própria experiência profissional com os seguintes trabalhos:

ARAÚJO, Antônio. *A encenação no coletivo: desterritorializações da função do diretor no processo criativo*. Tese (Doutorado em Artes Cênicas) - Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

ARAÚJO, Antônio. *A gênese da Vertigem: o processo de criação de O Paraíso Perdido*. São Paulo: Perspectiva, 2011.

Além do Teatro da Vertigem, Araújo atua como curador de mostras e festivais, além de ser docente dos cursos de graduação e de pós-graduação da ECA-USP.

Outro trabalho que ilustra as reflexões de artista-pesquisador é a dissertação de mestrado da atriz Miriam Rinaldi, que integrou o Teatro da Vertigem.

RINALDI, Miriam. *O ator do Teatro da Vertigem: o processo de criação de Apocalipse 1.11*. Dissertação (Mestrado em Artes Cênicas) - Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

3 Existem vários grupos, como a Companhia Armazém de Teatro, Companhia do Latão, Companhia dos Atores, Núcleo Bartolomeu de Depoimentos, entre outros, que têm, por intermédio de seu coletivo ou de seus integrantes, apresentado ao público sínteses de suas criações. Entre elas, estão:

MOREIRA, Eduardo. *Grupo Galpão: tempos de viver e de contar*. São Paulo: SESC-SP, 2001.

CORDEIRO, Fábio. *Na Companhia dos Atores*. Rio de Janeiro: SENAC-RJ, 2006.

CARVALHO, Sérgio. *Ópera dos Vivos: estudo teatral 4 atos da Companhia do Latão*. São Paulo: Expressão Popular, 2014.

<sup>2</sup>PIACENTINI, Ney. *O ator dialético: vinte anos de aprendizado na Companhia do Latão*. São Paulo: Hucitec, 2018.



Apesar de atualmente existir essa predominância, não podemos ignorar que as bases de uma historiografia do Teatro no Brasil se constituíram a partir de relevantes contribuições, como as do Teatro Brasileiro de Comédia (TBC), Teatro de Arena e Teatro Oficina, entre outras. Elas foram, ao longo dos anos, objetos de reflexões acadêmicas e, em sua maioria, foram elaboradas a partir de depoimentos concedidos por seus protagonistas.

Como já mencionado, guardadas as devidas especificidades metodológicas e interpretativas, pode-se depreender que as memórias dos participantes se tornaram condutoras de interpretações elaboradas sobre essas experiências artísticas e culturais. Com isso, ao longo dos anos, parcelas importantes dessa produção de *memórias históricas* passaram a ser identificadas como a *própria trajetória dos acontecimentos*.

Relativamente ao Teatro de Arena de São Paulo, muitos de seus integrantes, ao longo de sua existência (1953-1972), concederam entrevistas e depoimentos, que foram registrados em forma de texto, em vídeo ou áudio, em épocas e circunstâncias distintas.<sup>4</sup> No entanto, várias dessas memórias foram reelaboradas pela interpretação histórica concebida por Augusto Boal, *a posteriori*, no capítulo “As etapas do Teatro de Arena de São Paulo, que integra o livro *Teatro do oprimido e outras poéticas* (2019).

O forte impacto dessa síntese interpretativa conseguiu fazer com que os próprios protagonistas reelaborassem suas recordações e, em virtude disso, incorporaram as conclusões de Boal às suas próprias experiências artísticas e sociais. Aliás, esse processo foi discutido, à luz do conceito de *memória histórica*, no texto “A escrita da história do teatro no Brasil: questões temáticas e aspectos metodológicos”.<sup>5</sup>

Embora o papel que Augusto Boal adquiriu na constituição de uma história e de uma historiografia do Teatro de Arena tenha sido extremamente singular, isso não significa dizer que outras companhias não tiveram aportes no campo da memória e da sistematização de ideias para elaborar interpretações sobre suas trajetórias. Um exemplo disso foi a experiência artística, na década de 1960, do Teatro Oficina que, de agora em diante, será o centro de nossas discussões.

4 Para os que se interessam pelo tema, poderão assistir *Arena conta Arena 50 anos*. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=lqWwxydp2OI>

5 PATRIOTA, Rosângela. A escrita da história do teatro no Brasil: questões temáticas e aspectos metodológicos. *História*, São Paulo, v. 24, n. 2, p. 79-110, 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/his/a/6qCxyMtxXzs7ttS39yfv/abstract/?lang=pt>

## II

O Teatro Oficina nasceu nas arcadas da Faculdade de Direito do Largo São Francisco, da Universidade de São Paulo (USP), e teve entre seus fundadores José Celso Martinez Corrêa, Renato Borghi, Luiz Roberto Salinas Fortes, Fauzi Arap, Amir Haddad, Carlos Queiroz Telles, Ronaldo Daniel, entre outros.

Como companhia teatral, manteve-se em contínua atividade. Fez teatro a domicílio. Realizou parcerias com o Teatro de Arena e acolheu diversos atores e atrizes, como Raul Cortez, Célia Helena, Ety Frazer, Beatriz Segall, entre muitos outros profissionais. No entanto, mencionar todos que ali estiveram, incluindo cenógrafos, iluminadores, diretores de palco, nos levaria a fazer um exaustivo catálogo e isso, sem dúvida, não é nossa intenção.

Por esse motivo, no que diz respeito ao lembrar, serão consideradas somente as ponderações de José Celso Martinez Corrêa, Fernando Peixoto, Ítala Nandi e Renato Borghi que foram, a um só tempo, administradores e protagonistas de espetáculos memoráveis, no decorrer dos anos 1960.

Iniciaremos esse mapeamento de memórias com as considerações apresentadas por Ítala Nandi (1989) em seu livro *Teatro Oficina: onde a arte não dormia*, no qual são narradas, sob seu ponto de vista, experiências estéticas, políticas e existenciais, vivenciadas entre 1963 e 1970.

Oriunda de Porto Alegre (RS), Ítala chegou a São Paulo em 1962, junto com Fernando Peixoto, à época seu marido. Apesar de exercer a profissão de atriz no Sul, empregou-se no Teatro Oficina como contadora. Foi no espetáculo *Quatro num Quarto* que fez sua estreia nos palcos paulistanos, em substituição à atriz Rosamaria Murtinho, que adoecera.

Mesclando sua trajetória particular com os momentos mais significativos do grupo, Ítala procurou destacar situações importantes, com o intuito de dar a dimensão e o significado histórico dos trabalhos do Oficina, das pesquisas realizadas e dos laboratórios para a construção dos espetáculos. Narra os primeiros sucessos, o reconhecimento da crítica e a situação do grupo após o golpe de 1964, quando assumiu a direção dos negócios, visto que Zé Celso, Renato Borghi e Fernando Peixoto estavam nas listas dos procurados pelo regime militar.

Ao lado de diversos detalhes referentes ao dia a dia do grupo, Nandi expõe seu ponto de vista sobre os processos criativos de alguns espetáculos.

Acerca do trabalho sobre a montagem de *Os inimigos* (Máximo Gorki), escreveu:

Zé Celso sempre conseguia nos dirigir sem parecer que a direção já estivesse pronta em sua cabeça. Ele gostava de descobrir o melhor caminho, criando em conjunto com os atores. Naturalmente esse método de trabalho funciona melhor quando é realizado com os atores da casa, quer dizer, com quem já estamos habituados a contracenar; com quem se tenha intimidade bastante. Só assim perdemos a vergonha e nos permitimos errar quantas vezes forem necessárias. Também, quando o ator está cansado, perde resistências racionais, segue um caminho mais emocional, mais intuitivo e descobre novos sons, novos gestos e emana novas emoções que estão escondidas lá dentro, bem no fundo de sua alma. Por fim, acabamos deixando os mais profundos sentimentos aflorarem. [...]. Zé Celso e nós, no Oficina, colocávamos em prática um novo estilo de dirigir, uma vez que éramos atores-autores de nós mesmos (NANDI, 1989, p. 53).

Em meio ao lembrar dos laboratórios e exercícios para a construção dos espetáculos e, em particular, para a encenação de *O Rei da Vela*, a atriz revela as referências literárias do grupo:

O livro de Caio Prado Junior, *A Revolução Brasileira*, passava de mão em mão. Celso Furtado, Mário da Silva Brito, Régis Debray, Artaud, Maiakovski, circo, teatro, ópera, avacalhão, deboche. Da chanchada a *Terra em Transe*, de Glauber, que seria nosso homenageado no programa da peça, tudo nos distrai, enquanto corações despedaçados procuravam sobreviver (NANDI, 1989, p. 82).

Evidentemente, como o documento é, antes de tudo, um livro de memórias, existem vários episódios relativos a vivências ocorridas fora do país, ao lado de opiniões sobre acontecimentos que ultrapassam o Oficina. Todavia, devido aos limites desse artigo, serão destacadas somente as

considerações que remetam ao Oficina propriamente dito, pois, mesmo que superficialmente, encontram-se, por exemplo, impressões sobre o momento político do país, assim como o impacto causado pelo assassinato de Che Guevara, na Bolívia.

No decorrer do ano de 1968, em relação ao Oficina, a atriz rememora os preparativos do espetáculo *Galileu Galilei*, além de observações sobre o público e a recepção crítica. Porém, acerca dos ensaios propriamente ditos, considerou:

Durante os ensaios de *Galileu*, acontece o meu primeiro desentendimento grave com Zé Celso, e diante de todos. O despotismo e [a] irracionalidade já despontavam com fervor e, pela primeira vez, tivemos um bate-boca rápido, mas concreto. Eu disse que aquela era a última vez que trabalhávamos juntos. Mas ainda não seria. [...]. Discordo também da luta de classes que ele acirrava dentro do elenco, colocando uns contra os outros – os “representativos”, que seríamos nós, os atores com nome, e o “coro” formado pelos novos que entram no grupo e que passavam a ser privilegiados por Zé Celso. Isso me irritava terrivelmente, afinal essa “representativa”, que era eu, continuava a desempenhar diversas funções, sobrecarregada de responsabilidades, enquanto Zé vinha com essa frescura?! Convenhamos. Eu me sentia “usada” dentro do grupo, dando mais do que recebia, vivendo em função do Oficina, que ocupava todos os meus horários, meus pensamentos, minha vida pessoal. E eu queria escrever. [...]. Em *Galileu*, Brecht expõe a luta do Novo contra o Velho. Isso era compreendido internamente de forma completamente infantil, com Zé Celso estimulando e achando engraçadíssimo, por exemplo, que os nossos jovens atores do “coro” tomassem de assalto o bar do subsolo do teatro, explorado por um pobre velho comerciante, como se ele fosse um representante do pior dos capitalistas... Realmente era preciso ter paciência. Como se não bastassem as questões e pressões externas, conviver com esse tipo de “esquerdismo” era insuportável (NANDI, 1989, p. 124-125).

Em meio a essas questões, a atriz recorda o início dos ensaios de *Na Selva das Cidades*, em Curitiba, durante as apresentações de *Galileu Galilei*.

Se em *Galileu e O Rei da Vela* fizemos uma economia absoluta de laboratórios de interpretação, com a *Selva* ocorreu o oposto: foram seis meses de muitos ensaios e laboratórios exacerbados, extenuantes, buscando as mais recônditas e escondidas memórias. Ao mesmo tempo que líamos Brecht, aplicávamos também muito mais o Stanislavski do 2º volume (quase ninguém lê, mas é o melhor), em que ele estuda o gestual teatral, e, ainda, Grotowski, muito relaxamento com a professora Eloá R. Teixeira, kung fu, karatê, capoeira. Procurar novas expressões. Fora do teatro, na rua, em todos os cantos das cidades do país, apareciam cartazes com o rosto dos “subversivos” procurados, como nos filmes de faroeste americano. Em qualquer lugar se lia: “Brasil: ame-o ou deixe-o”. Uma vergonha. No cenário da *Selva*, assinado por Lina Bo Bardi, ela deixou à mostra toda a estrutura do teatro e, nos muros, fez pichações de frases que os seus operários de obras lhe diziam, como “Lua não dá pra índio!” ou *slogans* da cidade, como “São Paulo, cidade que se humaniza”, acompanhados de um símbolo: uma pá e uma flor. Esse era o período de construção do “Minhocão”. [...]. Não podíamos ser piedosos conosco. *Na Selva das Cidades* era um grito de socorro (em muitos momentos até conformado) mostrando uma grande impotência frente a uma realidade tão dura. Se não tivéssemos encontrado esse texto e usado em momento tão oportuno, o grupo teria fatalmente se desfeito antes. É que a peça discutia a situação metafísica que se instalara dentro do próprio grupo – o niilismo, de um lado, e, do outro, a consciência da necessidade de lutar. Vivíamos sob a perseguição da polícia (que agia com toda truculência) e dos bons moços reacionários da classe artística e dos meios de comunicação, que nos catalogaram como malditos. Mas quais eram as nossas armas? Ridículo. Não éramos nós os belicosos. Esses estavam usando mal o poder. Recordo quando, um ano antes, correspondentes estrangeiros, que achavam que entre a nossa resistência estavam infiltrados cubanos, maóistas, russos, vietnamitas, sei lá quem mais, tentaram confirmar se os estudantes brasileiros usavam “as mais modernas técnicas de guerrilha urbana”. Vladimir Palmeira, numa entrevista coletiva, responde: “*Tudo o que nós sabemos, aprendemos com a polícia*”. Estávamos aprendendo a ser piores, desconfiados, dedos-duros, falsos e mais pobres culturalmente – a ditadura instalava-se sobre nós com seu braço forte (NANDI, 1989, p. 134-136).

Nesse processo, Nandi propõe uma síntese dos encaminhamentos políticos, estéticos e existenciais.

A “violência” que existia no país infiltrara-se até em nosso palco. Os atores perdiam a noção do que faziam: Samuka e Flávio Santiago viravam bichos a cada espetáculo. Havia uma cena em que eu era currada e eles me seguravam pelos pés, e me rodavam. Numa sessão de domingo à tarde, fui jogada na terceira fila da plateia. Os espectadores, assustados, sem entender nada, me ajudaram a voltar para o palco, com a roupa toda rasgada e sangrando nas costas por causa de um arranhão enorme, que deixou cicatriz até hoje. Eu estava tão transtornada e indefesa que não sabia o que fazer. Ao sair de cena, falo com Zé Celso – ele não me ouve. Estava cego e surdo e achava que aquilo era natural e que eu era fresca. Eu estava diante de um estranho inimigo. Então, para me defender, armo um bafafã enorme. Exijo que o ator seja denunciado ao Sindicato dos Artistas. E eu só desejava que aquela peça acabasse. Eu queria fugir dali, do Oficina, de todos. Eu sabia que tão cedo não faria mais teatro. E foi o que aconteceu (NANDI, 1989, p. 149, 159, 160).

Os relatos de Ítala Nandi apresentam interpretações elaboradas por intermédio de vivências pessoais em diálogo com análises formuladas, muitas vezes, por Fernando Peixoto e Zé Celso, como poderemos ver mais à frente.

Nesse momento, a fim de dar continuidade à exposição do material, nos debruçaremos sobre depoimentos de José Celso Martinez Corrêa, que se exilou do país em 1974 e retornou em 1978. Aos poucos, retomou suas atividades artísticas, na antiga sede do Teatro Oficina, na qual, pouco a pouco, gestou o embrião de sua nova companhia, o Teatro Oficina Usyna Uzona<sup>6</sup>, com espetáculos de grande relevância para a cena teatral contemporânea,

6 Teatro Oficina Usyna Uzona é uma das mais importantes companhias em atividade atualmente no país. Embora, em muitas descrições, sua trajetória apareça vinculada às experiências do Teatro Oficina da década de 1960, em nossa avaliação essa ideia de continuidade, salvo melhor juízo, se apresenta somente pela manutenção da sede do Teatro Oficina, haja vista que o Usyna Uzona se localiza na Rua Jaceguai, 520, Bela Vista, São Paulo, bem como pela liderança de Zé Celso. Fazemos essa ressalva porque, em nossa avaliação, o Teatro Oficina e o Teatro Oficina Usyna Uzona são estética e culturalmente distintos.

tais como: *Hamlet, As boas, Para dar um fim no juízo de Deus, Cacilda, Os Sertões, As bacantes, Esperando Godot* etc.

Embora o nome Oficina e a sua sede tenham permanecido, nos dias de hoje, seguramente, é possível dizer que, à exceção da figura de Zé Celso, as experiências da década de 1960 são totalmente distintas das que são levadas a público nas primeiras décadas do século XXI. Por esse motivo, nosso recorte está circunscrito somente ao período anterior (anos 1960).

Com efeito, selecionamos entrevistas e depoimentos do referido diretor publicados pela Editora 34, sob a organização de Ana Helena Camargo de Staal. Sobre o início das atividades do Oficina, Zé Celso recordou:

Montamos então uma peça no Arena, *Fogo frio*, de Benedito Ruy Barbosa, e fui assistente de direção do Boal. Era o Arena naquele estilo dele, brasileiro, realista, falando acaipirado, imitando povo. No fundo, essa linha dramática não me dizia nada. Esse estilo de *Eles não usam black-tie* (que abria com a célebre frase: “Você gosta de eu?”), essa falsa ingenuidade me irritava ao máximo. Mas, enfim, com o Boal eu aprendi muita coisa. Ele tinha vindo dos Estados Unidos trazendo o método Stanislavski, o que racionalizava a ação e botava uma certa ordem naquela emoção toda. Porque nós, do Oficina, éramos acusados (com *A Incubadeira*) de muito psicologismo, de emocionalismo, de rejeição dos problemas políticos e sociais em troca da expressão exclusiva de nossas emoções pequeno-burguesas. Na realidade, o nosso teatro era literalmente emocionante, comovente mesmo! E, para o Boal, “esse troço”, quer dizer, o Oficina, era algo secundário na vida dele: não passávamos de um grupinho amador que ele estava ajudando temporariamente. Na realidade, ele não dava muita força para a gente e acabava me deixando muito livre porque tinha sempre que sair para fazer as coisas sérias dele. Eu ficava no teatro como assistente e ia trabalhando sem ele. Os atores acabaram gostando demais do que eu fazia. Finalmente, a peça estreou e fez muito sucesso também. Mas o Arena nos explorava. Nós amadores, eles profissionais: “Vocês são amadores, não precisam de nada. Peguem uns vinte ou dez por cento de bilheteria e basta”. A gente não pegava nada e acabou se rebelando contra aquilo. Cortamos com eles, nos afastamos. Começamos a saber que queríamos levar nossas ideias a sério e que estava chegando a hora do curso de Direito terminar. Alguns de nós tinham dinheiro, mas nem todos. Eu, por exemplo, não tinha nada. Era urgente nos definir profissionalmente (CORRÊA, 1998, p. 24-25).

Zé Celso, à medida que rememora, faz questão de estabelecer demarcações com vistas a diferenciar suas expectativas daquelas advogadas pelo Teatro de Arena e, em especial, por Augusto Boal, tanto estética quanto tematicamente.

Ao lado disso, o diretor desloca o debate ideológico para a questão da sobrevivência, no sentido da profissionalização. Mesmo estabelecendo essas ressalvas, o diretor recordou ainda o impacto que Jean-Paul Sartre e o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) tiveram em sua formação intelectual, assim como reitera, de forma contínua, os elementos diferenciais do Oficina em relação a outras companhias teatrais.

Ora, geralmente, tanto o TBC quanto o Arena seguiam uma linha mais exterior. O Teatro de Arena era feito pela classe média para o povo, com protótipo de povo, para “conscientizar o povo”. O TBC era um teatro para oferecer modelos para a burguesia, uma burguesia aliás supercafona, de primeira leva; um teatro que imitava a classe dominante europeia e ensinava o espectador a tomar uísque, a usar *smoking*, vestido de gala, a sentar, a levantar. A burguesia se ilustrava através das peças do TBC. A classe média mostrava o povo através do Arena e pagava com essa moeda aquele seu eterno tributo de culpabilidade que ela sempre teve em relação aos problemas sociais. O Oficina fazia um tipo de trabalho diferente, em que cada um se punha tal qual. Mas isso só ficou claro para nós quando encenamos *Pequenos Burgueses*, de Máximo Gorki, porque era uma peça sobre nós mesmos, mostrando ao mesmo tempo o nosso lado mais próximo da radicalização e o nosso lado mais escuro, o lado que a gente tinha e que a gente ia jogar logo na latrina. Assim, o processo de libertação do Oficina começou desde *A Incubadeira*, tentando quebrar o clichê do corpo, o clichê do palco italiano, o clichê da família. Com essa peça nós estávamos nada mais nada menos, quando se quebrava no palco do Teatro de Arena uma farmacinha de vidro, quebrando com a família. Esse tema era a obsessão de muita gente que queria renascer e que sentia uma contradição, um verdadeiro abismo entre si mesma e a família de onde saíra [...] (CORRÊA, 1998, p. 33-35).



Ao mesmo tempo que os espaços vão sendo demarcados, o diretor irá alicerçar o diferencial do Oficina nos ensinamentos sobre Stanislavski do ator Eugênio Kusnet para a formação interpretativa do elenco. Em outros termos: a qualidade teatral da companhia teve no trabalho do ator a sua grande pilastra.

O lembrar de José Celso Martinez Corrêa é muito prolífico em passagens e em interpretações, especialmente pelo fato de que, continuamente, ele está no centro da narrativa como eixo desencadeador, no sentido de se sobressair perante os demais, como em relação à montagem de *O Rei da Vela*.

Senilidade mental nossa? Modernidade absoluta de Oswald? Ou, pior, estagnação da realidade nacional? Eu havia lido o texto há alguns anos e ele permanecera mudo para mim. Me irritava mesmo. Me parecia moderno e futurista. Mas mudou o Natal e mudei eu. Depois de toda a festividade pré e pós-golpe esgotar suas possibilidades de cantar a nossa terra, uma leitura do texto em voz alta para um grupo de pessoas fez saltar para mim e meus colegas do Oficina todo o percurso de Oswald na sua tentativa de tornar obra de arte toda a sua consciência possível de seu tempo. E *O Rei da Vela* (viva o mau gosto da imagem) iluminou um escuro enorme do que chamamos realidade brasileira numa síntese quase inimaginável. E ficamos bestificados quando percebemos que o teto desse edifício nos cobria também, era a nossa realidade brasileira que ele ainda iluminava. Sob ele encontramos o Oswald grosso, antropófago cruel, implacável, negro, apresentando tudo a partir de um *cogito* muito especial: *Esculhambo, logo existo*. E esse esculhambar era o meio de conhecimento e de expressão de uma estrutura que a sua consciência captava como inviável. Pois essa consciência se inspirava numa utopia de um país futuro, negação do país presente, de um país desligado dos seus centros de controle externo e consequentemente do escândalo de sua massa marginal faminta. Para captar essa totalidade era preciso um superesforço. Tudo isso não cabia no teatro da época, apto somente para exprimir os sentimentos brejeiros luso-brasileiros. Era preciso reinventar o teatro. E Oswald reinventou o teatro (CORRÊA, 1998, p. 85).

As ponderações sobre *O Rei da Vela*, ao mesmo tempo em que estabelecem um marco entre o *antes* e o *depois*, desenvolvem uma perspectiva interpretativa para o texto de Oswald de Andrade a fim de contextualizá-lo nos embates constituídos no âmbito dos setores progressistas no período pós-1964, que se materializará, em 1968, em sua entrevista a Tite de Lemos.

Depois de ajudar a mistificar a boa consciência burguesa, antes e imediatamente após o Golpe, qual poderia ser a eficácia política do teatro hoje? O que poderia atuar politicamente sobre a plateia dos teatros progressistas, vinda majoritariamente da pequena burguesia em lenta ascensão ou da camada da “alta burguesia” da classe estudantil? O que vai exatamente procurar esse público que, dentro de uma certa instabilidade de opções, beneficia-se aos poucos das raras e magras possibilidades oferecidas pelo subdesenvolvimento brasileiro? No teatro, e no caso de toda a nossa cultura, esse público, em geral, tem procurado consumir as justificativas da mediocridade de soluções que o seu *status* proporciona enquanto participação na vida nacional. Justificativas ideológicas que têm girado em torno de um maniqueísmo que o coloca como vítima (emocionada ou gozadora) das pedras do seu caminho. Isto é: os militares, os americanos, o burguês “reacionário” (o adjetivo é necessário). Essas “desculpas” estão impedindo sua realização e uma participação mais profunda no processo brasileiro; ao teatro se vai para rir ou chorar por causa delas. A justificativa moral: “Nós somos o bem e não temos nada com isso”. Ou então a justificativa historicista: “Essa situação medíocre de hoje é um momento do processo. Nós somos os termos de uma contradição, mas como canta Vinícius de Moraes: um dia virá e eu nem quero saber o que este dia vai ser, até o sol raiar”. Bom... vamos esperar por esse dia... Ou então essa ideologia pode ainda beneficiar-se da imagem mística do homem brasileiro “sempre de pé”: “o sertanejo antes de tudo é um forte”; o carcará que “pega, mata e come”. E não se dá uma transformação social. Esse é o público mais progressista. Não me refiro ao outro: o que economicamente decide o teatro em São Paulo (provindo do TBC), a burra e provinciana burguesia paulista que quer que o teatro lhe forneça ainda a ilusão de sua grandeza. Essa classe, que tem em Primo Carbonari seu mais fiel retratista, continua esperando que a mistifiquem através de subliteratos e dignas Antígonas, ou de fresquíssimas mulheres de branco ao lado de homens de *smoking*, assexuados e com

belas vozes empostadas, tomando chá ou guaraná nas garrafas de uísque estrangeiro, soltando leves plumas, conversando sobre o que a burguesia julga ser de “bom gosto” (CORRÊA, 1998, p. 95-96).

Novos espaços de demarcação se constituíram pela interpretação de Martínez Corrêa, em especial aquele estabelecido entre *reformistas* e *revolucionários*. Como sujeito do processo, estabelece um método de desqualificação das escolhas políticas e artísticas de seus contemporâneos, com o intuito de se apresentar como porta-voz de novas práticas nos âmbitos social, político e cultural, ao mesmo tempo em que chama para o seu trabalho e para o Oficina a bandeira da *cena política*, especialmente quando se debruça sobre a montagem de *Galileu Galilei*.

Hoje, conforme for montada a peça, ela poderá ser uma peça conformista. Pois não há uma luta palpável contra o que se poderia (mal) comparar ao nazismo, aqui no Brasil. *Galileu* levaria o espectador a uma supercrença no poder mágico da dialética, na própria tese engendrando a antítese, nas contradições caminhando por aí; na crença de que há realmente um fenômeno espontâneo de reação histórica ao atual estado de coisas. Enquanto na realidade não há oposição. Esta tem que ser suscitada, provocada, não mistificada e nem fantasiada. O importante não é somente denunciar os generais e os americanos. É mostrar que, enquanto nós nos entregarmos ao nosso oportunismo, somos beneficiários do estado de coisas que eles criaram. E não adianta chorarmos ou rirmos no teatro em que isso é mostrado. Estamos colaborando. A eficácia do teatro político hoje está no que Godard colocou a respeito do cinema: a abertura de uma série de Vietnãs no campo da cultura — uma guerra contra a cultura oficial, a cultura do consumo fácil. Pois com o consumo não só se vende o produto, mas também se compra a consciência do consumidor. [...]. Um filme como *Terra em transe*, dentro do pequeno público que o assistiu e que o entendeu, tem muito mais eficácia política do que mil e um filmecinhos politizantes. *Terra em transe* é positivo exatamente porque coloca quem se comunica com o filme em estado de tensão e de necessidade de criação neste país (CORRÊA, 1998, p. 97-99).

As problematizações oferecidas por Zé Celso são inúmeras e vão adquirindo complexidade, especialmente pelo fato de agregar ao seu lembrar realizações de grande relevância, no sentido de associá-las ao seu movimento de memorização. Nesse movimento, o espetáculo *O Rei da Vela* associa-se ao filme *Terra em transe*, de Glauber Rocha, e às produções identificadas como *tropicalistas*. Contudo, para não perdermos o foco em relação ao Oficina, faremos aqui uma indicação de leitura útil sobre esse assunto.<sup>7</sup>

Em virtude disso, recortamos as ponderações por ele feitas, com relação ao trabalho apresentado em *Na Selva das Cidades*, nas quais são expostas ideias em torno do *fazer teatral*.

Na *Selva* a nossa entrega subjetiva foi total. Começamos a pesquisar muito o corpo, através de muitos laboratórios. A *Selva* era literária, sem dizer uma palavra... silêncio absoluto, buscando uma linguagem do corpo. Muitos resultados foram conseguidos assim; mas, quando tentamos receber subvenções para pagar os atores, então é que começamos a perceber que, no fundo, a peça possuía uma estrutura caríssima, estrutura de empresa, a mais arcaica possível. Era uma contradição evidente: denunciávamos um tipo de teatro dentro de uma companhia teatral inapta para realizar as mudanças que a própria força criadora dessa companhia tinha gerado. A companhia também tinha que se modificar: tudo o que nós criamos durante um ano inteiro de trabalho violento nós mesmos teríamos que destruir em função dos “interesses da empresa Oficina”; da manutenção dessa empresa, considerada a maior companhia teatral do Brasil... Um grupo todo harmonioso começou a se dividir. O pessoal novo brochou totalmente e não rendia mais nada uma vez embalado e estampilhado “Cia. Oficina” (CORRÊA, 1998, p. 169).

Ao lado dessas ideias e elaborações, há que se recordar que Zé Celso é o único artista que participou de todos os momentos do grupo e, sob esse aspecto, a sua trajetória e as suas opiniões, na maioria das vezes, são tratadas

7 RAMOS, A. F.; PATRIOTA, R. “Terra em transe” e “O Rei da Vela”: estética da recepção e historicidade. *Confluente. Revista Di Studi Iberoamericani*, v. 4, n. 2, p. 124-141, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.6092/issn.2036-0967/3436>

como posições “oficiais”, ou seja, como a mais qualificada, a de maior autoridade.

Ele também apresentou suas considerações sobre *Gracias Señor* (1972), além das divergências que estabeleceu com críticos como Décio de Almeida Prado, Sábado Magaldi, Roberto Schwartz e Anatol Rosenfeld, que também serão abordados em outras oportunidades.

Outrossim, há que se destacar: os documentos arrolados no livro citado (CORRÊA, 1998) apresentam uma dimensão muito significativa das interpretações de Zé Celso sobre o período 1958-1974. Articulando preocupações específicas, relativas à área teatral, com análises que procuram dimensionar questões que diziam respeito ao cenário brasileiro e internacional, ele sintetizou questões teóricas e estéticas que estimularam realizações do período. Em meio a esse manancial de informações e ideias, Zé Celso relatou processos de criação de trabalhos como *As Três Irmãs* (A. Tchecov), entre outros.

Consta, ainda, desta publicação um manifesto intitulado *S.O.S.*, elaborado no início da década de 1970, quando o teatro foi invadido por forças policiais e integrantes do grupo, além do próprio diretor, foram presos. Após estes acontecimentos, Zé Celso exilou-se em Portugal, viajou pela Europa e pela África, onde, em Moçambique, realizou o filme 25.

Outro membro de extrema importância na trajetória do Teatro Oficina foi Renato Borghi. Em depoimento concedido a Tania Brandão, o ator falou sobre o grupo, sobre seu trabalho e a importância dos mesmos na conjuntura brasileira dos anos 1960 e início de 1970. Também vêm à tona, em seu depoimento, dados que estão presentes nos testemunhos dos demais participantes, a saber: a importância do ISEB e a perspectiva em construir um trabalho diferenciado do Arena. Porém, é importante ressaltar, em seu relato, o processo que resultou na encenação de *O Rei da Vela*, de Oswald de Andrade.

Durante as apresentações no Rio de Janeiro, no *Teatro Maison de France*, como a gente só trabalhava de noite, fizemos uma base de estudos. Um dia, era filosofia com Leandro Konder. Era discussão sobre nosso trabalho. E era Luís Carlos Maciel fazendo, duas vezes por semana, um laboratório que a gente descobriu lá com ele. Era um laboratório de comportamento que foi de uma utilidade incrível. Era uma técnica que o Brecht usava muito, de imitar o comportamento das pessoas, dos profissionais, dos tipos. O comportamento dos intelectuais da época, dos críticos, as pessoas do cinema, os gestuais todos. Vinham atores

que nem estavam na companhia. [...]. Isto nos deu uma grande dimensão de liberdade, de repente brincar com elementos da vida, do concreto, da camada social a que você pertence. Foi de uma utilidade incrível. E eu comecei a pensar num trabalho em que este tipo de pesquisa estivesse presente. Era hora de falar numa dramaturgia brasileira, nossa dramaturgia estava muito universal. Nós não tínhamos uma dramaturgia nacional ao nosso alcance, como acontecia com o Arena, que tinha um seminário de dramaturgia. Aí apareceu uma peça que estava na minha estante, *O Rei da Vela*. [...]. Foi uma batalha que eu ganhei. [...] Oswald tinha essa coisa devoradora, era devorar o Brasil e vomitar no palco. Era um vômito em cena. Batia demais com meu temperamento na época. Era um tipo de pensamento muito bonito, que Zé Celso também tinha, que era uma coisa de não ter medo de pensar, não ter medo de dizer o que estava pensando; quando fosse o caso, esculhambar. Era esculhambar mesmo, descer o pau nas coisas que a gente não gostava. E a peça permitia também devolver vomitada a ditadura que a gente estava vivendo há três anos (BRANDÃO, 1982, p. 275-276).

Renato Borghi foi o último do grupo original, excetuando José Celso Martinez Corrêa, a deixar o Oficina. Ao comentar a sua saída, o autor fez questão de enfatizar que não era um árduo defensor do que se denominava *discurso racional*, mas se viu impelido por divergências a se desligar do grupo.

Quando chegamos a São Paulo de volta dessa maratona, estávamos com muito material para fazer o “trabalho novo” em São Paulo e Rio, que seria *Gracias Señor*. Mas quem pensava o trabalho e quem defendia em nível de ator eram as pessoas mais experientes. As pessoas novas, que representavam o homem do futuro, não estavam preparadas. Eram frágeis, despreparadas. Algumas, que se juntaram ao grupo durante a excursão, simplesmente não aguentavam a barra de São Paulo. Piravam. [...] E era considerado pecado mortal sentir-se frágil, as pessoas eram julgadas por isto. [...] O espetáculo foi retirado de cartaz, existiu um mundo de

denúncias contra ele. Agentes de segurança assistiam às apresentações, nossos passos eram seguidos por tiras do DOPS. Propus a montagem de *As Três Irmãs*, do Tchecov, para dar um tempo e conseguir dinheiro. [...] Fizemos a peça num clima muito difícil, onde se considerava importante não a capacidade de representar, mas a contribuição da pessoa dentro do grupo. Então os ensaios foram muito difíceis, houve trocas dolorosas de papéis pelas quais fui responsável, pois algumas pessoas não tinham condições de trabalho. [...] No dia 31 de dezembro de 1972, o espetáculo seguia e pessoas da comissão de teatro assistiam para liberar ou não verbas para o grupo. À meia noite comemorou-se a passagem do ano. Fui para o camarim para recomeçar a segunda parte. De repente ouvi uma coisa antiga “Corrente — firma”. Quando voltei não era mais o espetáculo que estava em cena, as pessoas estavam fazendo corrente com a plateia como em *Gracias Señor*. E o que estava em jogo nem era mais dinheiro de salário, era dinheiro para comer. Cheguei e disse que tinha que seguir o espetáculo até o fim. Eu estava sendo odiado, as pessoas queriam me matar. Antes do fim instaurou-se novamente a tentativa de transformar tudo num *happening*. Então, ponderei: “o que é que estou fazendo aqui? No máximo o que posso estar fazendo é amarrando um processo que talvez tenha que seguir seu curso. Tenho que experimentar minhas coisas por própria conta, o que não posso é experimentar dentro de um lugar em que eu sou um elemento que entrava o processo. Eu sempre fui uma pessoa que jogou o processo para a frente; como, agora, vou levar o processo para trás? Existe uma discordância total, clara e nítida. Hoje é o dia que vou decidir, vou embora”. Foi onde declarei que saía pela porta em que entrara, seguia meu caminho e deixava o teatro nas mãos do Zé desejando boa sorte, que ele realmente fizesse o trabalho dele (BRANDÃO, 1982, p. 278-279).

Por fim, Fernando Peixoto, ao contrário dos demais colegas, concedeu poucas entrevistas e/ou depoimentos sobre sua atuação no Oficina. No entanto, se, por um lado, são escassas suas manifestações, no sentido de lembrar, de outro ele foi o integrante que mais confeccionou interpretações acerca do processo, que se tornaram bibliografia de inúmeros trabalhos que versaram sobre a companhia. Por esse motivo, essas produções serão apresentadas no nosso próximo item.

Contudo, em meio a esses escritos, Peixoto, em certa ocasião, não se furtou em se pronunciar sobre realizações das quais participou e sobre sua posterior saída do Teatro Oficina.

O Zé Celso era diretor do Teatro Oficina, mas os nossos espetáculos eram criações coletivas. A sensibilidade do Zé, como diretor, permitiu que ele aproveitasse muito bem as sugestões dos atores. Ele incorporava e organizava a forma como cada um tratava o seu personagem.

[...]. Quando me separei do Oficina, foi muito claro: não queria ficar aceitando coisas que não concordava, nem ficar criando problemas com tudo que acontecia. Nós não éramos mais juntos e várias pessoas foram saindo pouco a pouco, porque a personalidade do Zé Celso se desenvolveu segundo uma trajetória pessoal que não nos agradava. O Arena trabalhava muito com textos brasileiros, porque o seu coletivo era formado por muitos autores. Todo mundo escrevia feito louco. Já no Oficina isso não acontecia. Nós íamos buscar textos estrangeiros e, através da linguagem da encenação, procurávamos “abrasileirar” no sentido de dar pela interpretação, pela linguagem cênica, um conteúdo que fosse uma reflexão com a realidade brasileira daquele momento. Buscávamos textos de Máximo Gorki, Brecht, Max Frisch. De repente, encontramos um texto da década de 30 de Oswald de Andrade para corresponder à realidade imediata do período. Havia essa coisa de coletivo. Trabalhávamos com Gorki, com Brecht, como se eles estivessem ao nosso lado ou fossem companheiros de trabalho (PEIXOTO, 1997).

A apresentação dos fragmentos acima teve o intuito de expor, mesmo que de forma sucinta, depoimentos e/ou entrevistas concedidos pelos que, a um só tempo, administraram e protagonizaram os espetáculos



mais representativos do Teatro Oficina na década de 1960. Com isso, nossa intenção foi a de evidenciar essas memórias individuais que se tornaram as principais pilstras sobre as quais foi construída uma historiografia atinente a essa companhia teatral.

### III

Em diálogo direto com o item anterior, que procurou evidenciar *memórias individuais*, este tópico vai expor pesquisas que buscaram, em algum nível, apresentar uma *visão de conjunto* da atuação do Teatro Oficina, no decorrer da década de 1960.

Nesse sentido, inúmeros trabalhos deixarão de ser abordados aqui porque, em alguns casos, suas análises foram verticalizadas, ou dissertando acerca de um espetáculo específico, ou tratando de situações significativas, assim como não foram consideradas, neste artigo, investigações que dizem respeito a realizações artísticas desenvolvidas pelo Usyna Uzona (denominação adotada pelo Teatro Oficina a partir de 1984).

Feitos esses esclarecimentos, iniciaremos essa sistematização bibliográfica com o clássico *Panorama do Teatro Brasileiro*, de Sábato Magaldi, a fim de localizar o *lugar* ocupado pelo Oficina neste painel e, com isso, observou-se que ele não foi objeto de reflexão, exceto pela menção ao diretor teatral José Celso Martinez Corrêa, no seguinte contexto: “[...] depois de banhar-se na adolescência que busca uma afirmação individual autêntica (*A Incubadeira*), passa na adaptação de *A Engrenagem* sartreana (juntamente com Augusto Boal) para os amplos painéis sociais, prometendo obra de fôlego” (MAGALDI, 1997, p. 278).

É evidente: nessas palavras há o limite histórico do texto, escrito em 1962. No entanto, a 3ª edição, de 1997, foi revista e ampliada, tendo sido acrescentados a ela dois textos. No apêndice I (*O Texto no Teatro Moderno*), sobre a peça *O Rei da Vela* (Oswald de Andrade), há considerações sobre o texto escrito em 1933. Já no que se refere à encenação, é feita a seguinte observação: “*A Morta* espraia-se em generosidade de criação poética, à espera apenas da ressonância em um encenador de alma irmã, como a violência tropical de *O Rei da Vela* ecoou na imaginação de José Celso Martinez Corrêa”

(MAGALDI, 1997, p. 297). A referência a essa obra é muito importante, porque ela foi e, acreditamos, continua sendo uma referência fundamental para os estudos de teatro no Brasil. Um forte indicador disso é o número de citações recebidas: 868 (conforme Google Acadêmico – março/2023).

Feitas essas ponderações, devemos nos voltar para a dissertação (1977), de Sônia Goldfeder (*Teatro de Arena e Teatro Oficina: o político e o revolucionário*), a fim de sistematizar suas considerações sobre o Teatro Oficina.

A autora arrolou espetáculos com a finalidade de elaborar uma síntese histórica, respeitando a cronologia dos acontecimentos. Entremendo informações sobre as peças, são apresentadas as perspectivas de interpretação dos atores, em particular, o desenvolvimento de um trabalho no âmbito do realismo psicológico, a partir da presença de Eugênio Kusnet e dos escritos de Stanislavski.

Feito esse preâmbulo, Goldfeder destacou a montagem de *Andorra* e sua crítica à omissão e à indiferença, que se valeu de um despojamento cênico e deu ênfase ao trabalho corporal.

Após registrar o incêndio (ocorrido em 31/05/1966), que destruiu o Oficina, e tratar da retrospectiva do grupo no Teatro Cacilda Becker, a autora retomou da encenação de *O Rei da Vela*. Na sequência, surgem as encenações de Brecht (*Galileu, Galilei e Na Selva das Cidades*), de Tchecov (*As Três Irmãs*), entre outros, até chegar à criação coletiva *Gracias Señor*.

Nesse processo, depois de evidenciar a ausência de uma cena pedagógica no Teatro Oficina, Goldfeder se voltou para o trabalho de direção que, para ela, definiu o *grande projeto estético e consequentemente ideológico* do grupo, na medida em que Zé Celso buscou não a unanimidade, mas o exercício crítico, como destacou no espetáculo *Na Selva das Cidades*:

A montagem da *Selva* é talvez a única resposta formulada pelo teatro profissional do período ao avanço dos organismos de censura. Não uma resposta que apresentasse uma alternativa em termos políticos: não visava propor soluções e nem projetos de superação da situação sociopolítica que estava se definindo. Tratava-se de “fotografar” a realidade que passava por uma reformulação imposta por um sistema que se fechava em vista de uma radicalização das forças de contestação, neste momento, restrita aos setores da classe média: estudantes, intelectuais, artistas. “Fotografar o caos” que se anunciava para os próximos

anos, talvez [fosse] a proposta central deste espetáculo ao mesmo tempo que um alerta à própria autodestruição do indivíduo dentro deste sistema e o esfacelamento do próprio grupo teatral atuante (GOLDFEDER, 1977, p. 206).

O segundo trabalho a ser apresentado intitula-se *Oficina - O trabalho da crise*, de Tania Brandão (1983), que inicia tecendo considerações teóricas sobre o fenômeno teatral entre os séculos XIX e XX e, a partir deste introito, passa a circunstanciar a História do Teatro na qual o Oficina deve se inserir.

Ao Oficina coube sem dúvida a melhor compreensão produtiva. E isto se faz numa modalidade de processo sem sujeito, atuação de trabalhadores no espaço da produção, onde não se deve localizar a figura de indivíduos visionários como força motriz, mas a figura do trabalho de arte como produção. Nenhuma análise histórica pode negar, aliás, o sentido do percurso profissional do grupo encerrado numa evidente metáfora: a oficina é o lugar do trabalho, o trabalho começa com vento forte para papagaio subir a ponte. Compreender o Oficina só é possível a partir de uma certa análise do TBC e do Arena, portanto (BRANDÃO, 1983, p. 21).

Para isso, a autora elaborou um panorama sobre as críticas sofridas pelo TBC, por parte de membros do Teatro de Arena e do Teatro Oficina, pois estes, imbuídos da vontade de demonstrar suas contribuições para a arte teatral brasileira, minimizaram a importância das atividades do Teatro Brasileiro de Comédia (TBC). Assim, em meio a este contexto histórico, Tania Brandão recupera o surgimento do Oficina e a sua proximidade inicial com o Arena, sem deixar de lado os seus distanciamentos.

Para discutir algumas premissas do grupo, a autora se reportou a espetáculos como *Pequenos Burgueses*, *Andorra*, *Os Inimigos* e *O Rei da Vela*, com ênfase maior ao primeiro e ao último textos, por meio de Stanislavski e Brecht. A análise dessas encenações, junto com depoimentos, textos e entrevistas, busca explicar o porquê dessas escolhas.

Em meio a esse percurso, no que diz respeito ao repertório intelectual do Oficina, Brandão levantou várias hipóteses de trabalho que, embora não tenham sido resolvidas, são muito instigantes, como a que se segue:

No segundo caso, a questão da negação do moderno no trabalho, trata-se de um “projeto-Brasil” que é antes de mais nada indivíduo. Indivíduo que pensa, reflete, busca, procura e debate-se sempre no interior da questão. Poder-se-á até mesmo dizer, num certo sentido, que o Oficina se estrangulou pela impossibilidade de responder — chegou ao limite de sua arte, sua “virtude” produtiva acabou em “prisão”. Um outro trabalho poderia traçar em termos epistemológicos a trajetória: compreende no mínimo a localização de Aristóteles, Hegel, Marx, Sartre, Nietzsche, Brecht e Artaud (BRANDÃO, 1983, p. 29).

A pesquisa seguinte é uma referência fundamental aos estudos sobre o Teatro Oficina. De autoria de Armando Sérgio da Silva, *Oficina: do Teatro ao Te-Ato* tem o mérito de sistematizar importante documentação, em especial em relação a críticas teatrais.

A obra está dividida em duas partes. A primeira denomina-se *História*, enquanto a segunda intitula-se *Análise Crítica* e está subdividida em dez capítulos. Nesse material localiza-se um movimento presente em outros trabalhos: descrição dos espetáculos, interlocução com Stanislavski e Brecht, entre outros, ao lado do impacto da encenação de *O Rei da Vela*.

Dando continuidade na busca de um fio condutor, o autor se voltou para o espetáculo *Roda Viva* (Chico Buarque), que foi, na verdade, uma direção de Zé Celso fora do grupo. Ao arrolar este trabalho como uma realização do Oficina, Armando Sérgio da Silva deseja discutir não só o impacto de *Roda Viva* no cenário cultural e político do Brasil nos anos 60, mas, sobretudo, tem como objetivo perceber de que maneira a história individual de Zé Celso se confunde com a história do grupo, ou seja, Armando Sérgio acaba contribuindo para que seja reforçada essa identificação entre as perspectivas estéticas de Zé Celso e o Teatro Oficina, diminuindo a importância de outros participantes.

A próxima abordagem de Armando Sérgio voltou-se para o espetáculo *Galileu Galilei*, visto como hiato entre espetáculos em direção ao *irracionalismo*, pois, ancorado em uma conferência realizada no Teatro Aliança Francesa, em 1977, de Fernando Peixoto, o autor enfatiza o conflito entre *representativos e ralé*.

A cena do Carnaval passou então a ser um problema para nós, atores, que não concordávamos com ela. Para mim, por exemplo, era um absurdo frente à proposta que nós estávamos defendendo nas outras cenas. Era muito difícil, para nós todos, fazer a cena seguinte à do Carnaval, porque quando nós entrávamos no palco já estava tudo revirado. Não tinha mais ninguém num canto, estava todo mundo do outro lado, sei lá. Era uma salada de movimento de pessoas. Eles faziam o que queriam. Para nós, era difícil voltarmos a estabelecer a racionalidade, a reflexão científica... Era uma divisão muito estranha dentro do elenco. Por exemplo... quando Caetano Veloso viajou para Londres, nos deu uma mesa de pingue-pongue, mesa essa que passou a ser usada, pouco antes de começar o espetáculo, de uma forma estranhíssima... Nós ficávamos todos ao redor da mesa de mãos dadas. Eu, que já era profundamente ateu militante, ria de tudo aquilo, mas ria por dentro, por fora ficava com uma cara de idiota. Um dia, José Celso me disse: “Está acontecendo alguma coisa horrível, o espetáculo está começando sempre mal”. Daí eu respondi: — “Mas, claro que está começando mal. A gente está entrando em cena quase dormindo de sono”. Daí, subversivamente, sugeri que, em vez da gente ficar em volta da mesa de mãos dadas, a gente jogasse pingue-pongue. Foi ótimo, esquentava, todo mundo entrava em cena animado, alegre. Era uma grande forma de nos dar vitalidade para entrar em cena. Essa divisão entre “ralé” e “representativos” começou a se radicalizar e isso começou a pesar dentro do grupo” (SILVA, 1981, p. 177).

Assim, ancorado neste depoimento de Fernando Peixoto, Armando Sérgio conclui:

Parece-nos ter ficado claro, portanto, que o impasse enfrentado pelo Teatro Oficina, durante as apresentações finais de *Galileu*, não se constituiu, simplesmente, em uma luta de grupelhos dentro de um conjunto de teatro. Na verdade, era a discussão, em termos estéticos, das divergências existentes entre as grandes linhas contestatórias da década de sessenta. Era o aparecimento, dentro do grupo paulista, da “contracultura”. Os que defendiam a racionalidade de Brecht contestavam apoiados no marxismo (SILVA, 1981, p. 177-178).

Por fim, são apresentados documentos relativos às encenações de *Na Selva das Cidades*, *Don Juan* (direção de Fernando Peixoto) e o percurso em direção ao Te-Ato, as viagens pelo Nordeste, a busca de um trabalho coletivo que passasse a envolver a população de uma cidade ou a plateia. Em verdade, uma ousada tentativa de redimensionar a relação palco/plateia, mesmo que isso significasse o fim desta última e, por consequência, o surgimento de uma nova maneira de conceber a arte teatral.

O próximo ensaio a ser analisado é de autoria de Fernando Peixoto, sob o título *A fascinante e imprevisível trajetória do Oficina (1958-1980)*<sup>8</sup>, que narra a trajetória do grupo a partir de suas encenações. Esse texto, publicado em 1982, possui uma função particular no volume 26 da Revista *Dionysos*, porque sistematiza os trabalhos do grupo, organiza informações e dados importantes sobre os espetáculos e, nesse aspecto, orienta a leitura dos documentos de época que também compõem o volume. Não bastasse essa contribuição, o autor apresenta algumas ideias importantes para se avaliar a importância do Oficina, tanto do ponto de vista estético quanto histórico e cultural.

Hoje nem mesmo a questionada rebeldia de José Celso (sejam quais forem seus erros, sincera e apaixonada) consegue recusar uma verdade: o Oficina é um patrimônio cultural do país. Mas um patrimônio que se sustenta inclusive porque constantemente procura dinamitar-se a si mesmo. Duas virtudes ninguém pode deixar de reconhecer: do princípio até hoje o grupo entregou-se, com acertos e erros, a um trabalho de confronto com a realidade mais imediata (soube inclusive responder a 64, conheceu o desespero inconformado depois de 68, desceu aos infernos sem perder a consciência, nunca silenciou nem mesmo quando fez uma opção de trabalho que privilegiava o indivíduo em detrimento da análise crítica do processo social e ainda pôde, ninguém ignora isso, retomar uma parcela de liderança no processo cultural do país, pois seus planos hoje incluem tudo menos a submissão); e, finalmente, lutou com unhas e dentes para não permitir que fosse assimilado e anestesiado pelo sistema, um dragão que revelou

8 Este texto possui uma versão abreviada, que foi publicada na coleção “Tudo é História”, da Editora Brasiliense, sob o título *Teatro Oficina (1958-1982): trajetória de uma rebeldia cultural*. São Paulo, 1982.

inesgotável capacidade de cooptação da intelectualidade. [...]. Em muitos instantes fez da liberdade de criação uma conquista irreversível. Pagou o preço desta coragem. Inclusive cometendo erros. Mas não deixou de contribuir de maneira muitas vezes decisiva e inesperada para o processo cultural do país. Devorou e deglutiou Stanislavski, depois Brecht, depois Grotowski e Artaud, na busca de identificação de uma linguagem cênica específica. Em certos instantes chegou a fazer mais do que aqueles que estavam com os pés fincados na realidade objetiva, mas circunstancialmente paralisados. O Oficina sonhou o impossível, mas não aceitou algumas armadilhas do sistema. Caiu em outras, o que certamente foi inevitável (PEIXOTO, 1982, p. 38-39).

Na sequência desta sistematização bibliográfica, trataremos do estudo de Edélcio Mostaço (*Teatro e política: Arena, Oficina e Opinião – uma interpretação da cultura de esquerda*), com a preocupação de resgatar a interpretação realizada sobre a trajetória do Teatro Oficina, considerado pelo autor a *mais importante ensemble teatral do país*.

O leitor que se debruçar sobre essa pesquisa observará um esforço em matizar intelectual e socialmente o repertório encenado pelo Teatro Oficina, com destaque para o Golpe de 1964, visto como momento chave nessa trajetória artística. Para Mostaço, uma das respostas aos impasses do Golpe foi a montagem de *O Rei da Vela*.

Ainda que marcadas por um calor da época e [pelo] momento em que tais declarações vieram à luz, a importância das efetivas realizações concretizadas em cena demonstram ser *O Rei da Vela* um marco divisório claro, sob muitos aspectos, com a política e a prática teatral que se fazia no país. Por irônico destino (“o anarquismo de minha formação foi incorporado à estupidez letrada das semicolônias”, O. de A.) ou a declarada incompetência dos analistas locais, salvo algumas raras exceções que não desmentem a regra. [...]. Retomar as melhores constituintes do espírito de 22 foi a capital tarefa do Oficina para as novas gerações, com sua encenação desabusada de Oswald de Andrade. Discurso insurrecional, *O Rei da Vela* não deixaria mais o mesmo teatro brasileiro na consciência das novas gerações. Se a montagem,

dedicada ao Glauber de *Terra em Transe*, capitalizou uma série de inquietações geracionais que andavam pelo ar, representou por tudo e para todos o nascimento do tropicalismo. Caetano Veloso confessou ter escrito *Tropicália* sob a influência da montagem, bem como inúmeros outros criadores culturais passaram a referenciar-se em antes e depois de *O Rei da Vela*. Retomada do melhor espírito de projeto da Semana de Arte Moderna, o tropicalismo constituiu-se num discurso abrangente dentro da cultura brasileira recente, ainda não totalmente decodificado em sua enorme ressonância. O rompimento do Oficina, como se vê, é total. Na melhor tradição de Oswald (o contrário do burguês não é o proletário, mas o boêmio), o Oficina mostrava a burguesia já não mais da perspectiva da própria burguesia (como fizera em *Os Inimigos*), mas de marginais. Sem encampar o “falso proletário” em voga nas diatribes do Opinião e do “povo de pé” exortado pelo Arena, o Oficina não apenas recusa continuar “companheiro de caminho” de propostas estético-políticas equivocadas e disparatadas, rompendo com violência o quadro ideológico da *cultura de esquerda*, posicionando-se numa terceira via. Distante da burguesia e das esquerdas instituídas, o Oficina e o geral dos tropicalistas optaram pela marginalidade em relação ao sistema, cientes de que possuíam táticas desestabilizadoras em seu programa e seu projeto muito próximas da verdadeira luta que, ainda camufladamente, já começava a se agitar nas entranhas do país (MOSTAÇO, 1982, p.101-104).

Com o intuito de enfatizar o caráter de ruptura do Oficina em relação aos demais grupos e a outras propostas estético-ideológicas, o autor rebateu Augusto Boal como crítico do tropicalismo, assim como se debruçou sobre as demais montagens do Oficina, além de refletir sobre o fim da companhia no início dos anos 1970.

Por fim, para encerrar este brevíssimo balanço historiográfico, mencionamos a pesquisa de Daniel Martins Valentini (2016), *História e memória do Teatro Oficina nos anos 1960 e 1970*, na qual o historiador visa desenvolver uma análise conjuntural da sociedade brasileira, especialmente no que diz respeito às circunstâncias vivenciadas a partir do Golpe de 1964. Vale ressaltar: o autor apresenta a trajetória artística do Teatro Oficina para, em um capítulo específico, apresentar o uso de narrativas na história da companhia.



Como já tivemos a oportunidade de discutir em inúmeras outras publicações, em especial no que se refere ao Teatro Contemporâneo, depoimentos e processos de lembrar são matéria-prima para a construção de bases documentais para investigações da área de Artes Cênicas e de áreas afins.

Nesse sentido, o capítulo da obra de Valentini, destinado a apresentar os depoimentos coletados, com vistas a mostrar convergências, dissonâncias e a perspectiva de outras memórias, se alicerçou em premissas instigantes sem, contudo, enfrentar a construção de uma memória histórica sobre o tema.

#### *IV*

Chegamos ao momento de estabelecer algumas sínteses com relação ao material que foi aqui apresentado. Em primeiro lugar, como foi destacado acima, depoimentos, entrevistas, biografias e autobiografias, ao lado de críticas, fotos e, nos dias de hoje, registros fílmicos, são suportes documentais para pesquisadores que se voltam para fenômenos da cena. Aliás, tais procedimentos, via de regra, fazem parte da rotina de qualquer investigador que se coloca diante da tarefa de recompor processos histórico-culturais.

Feitas essas pequenas ressalvas, voltemo-nos para as questões principais que compõem este artigo. Em relação aos depoimentos selecionados, cabe, primeiramente, esclarecer os motivos pelos quais foram privilegiadas as declarações de José Celso Martinez Corrêa, Ítala Nandi, Fernando Peixoto e Renato Borghi.

De fato, é inegável que o Teatro Oficina, ao manter atividades ininterruptas por mais de uma década, acolheu inúmeros profissionais, que estabeleceram distintas relações com a companhia, isto é, existiram aqueles que atuaram em apenas um, ou em vários espetáculos, fosse para desenvolverem novos interesses, fosse por outros compromissos profissionais. Vários deles concederam depoimentos e/ou entrevistas sobre a experiência vivenciada, em uma dimensão específica, sem abarcar o processo em seu conjunto.

Como o nosso intento é evidenciar as estratégias adotadas, para que se constitua a periodização, que se traduz em trajetória profissional do Teatro Oficina, as escolhas recaíram sobre aqueles que estiveram envolvidos na administração, na concepção, no processo criativo e na interpretação dos espetáculos, que foram vistos e tidos como marcos do próprio grupo e da história cultural da cidade de São Paulo na década de 1960.

A unificação de percepções divergentes advindas de fontes opostas, que se chocaram, confluíram ou se anularam no processo mesmo da luta, torna-se essencial para a possibilidade de construção da ampla temporalidade característica da memória do vencedor. Aceito e estabelecido este tempo peculiar, a sequência de fatos, temas, crise e marco legitimador/definidor (base a permitir a organização de todo o conjunto) torna-se atrativa por si só, recebendo e absorvendo quaisquer novas informações ou estudos. Estabelecem-se núcleos orientadores de memórias, em torno de questões, de problemas, a atraírem as análises e a proporem revisões. Podem ser recuperados por aquele conjunto abrangente, de modo que também se integrem naquela ampla memória, no seu tempo (e sua cisão, em dois momentos maiores), mesmo quando trazidos por participantes vencidos ou descartados no conjunto do processo, por autores saídos de grupos que efetivamente se envolveram com a história (VESENTINI, 1997, p.163).

É cristalino: essas observações de Vesentini dizem respeito a um momento muito específico do processo histórico brasileiro: Revolução de 1930 e seus temas. No entanto, as implicações teórico-metodológicas dessas ideias são extremamente significativas e amplas. Por isso, abrem possibilidades de questionamento da periodização já cristalizada e que, com o passar dos anos, transformou-se no próprio acontecimento.

Buscando inspiração nas ideias de Vesentini, expostas acima, é possível observar que, do ponto de vista político, os projetos do Teatro Oficina foram derrotados, já que se vinculavam aos denominados segmentos progressistas. Porém, no que se refere à história do teatro no Brasil, eles se tornaram marcos vitoriosos no processo de memorização e, ao mesmo tempo, capazes de redefinir propostas de questionamento em distintas perspectivas, estimulando o palco e diferenciadas imagens do país.

Tais interpretações historiográficas, alicerçadas nesse processo de memorização, adquirem força reforçando acontecimentos e/ou encenações, graças aos depoimentos e/ou entrevistas de seus participantes, embora a diversidade de depoentes seja menor. Não obstante, a quantidade de entrevistas e de reflexões produzidas por alguns integrantes, como José Celso Martinez Corrêa, possibilitou a construção de um referencial teórico e histórico das atividades do Oficina.

Nesse sentido, se as entrevistas e/ou depoimentos de Zé Celso trouxeram uma riqueza de informações e análises, o mesmo também pode ser observado no relato de Ítala Nandi que, evidentemente, privilegiou os eventos dos quais participou e a percepção que deles teve. Ao lado desse lembrar, a atriz nos forneceu informações valiosas sobre o repertório cultural, as atividades realizadas internamente e as leituras feitas, com o intuito de conferir maior consistência ao trabalho dos envolvidos no processo de criação.

Em meio ao material apresentado, deve-se destacar o depoimento de Fernando Peixoto, bem como os fragmentos da conferência largamente utilizada por Armando Sérgio da Silva em sua dissertação de mestrado. Cabe observar, ainda, que, além de vários depoimentos, Fernando Peixoto escreveu ensaios e livros, em que construiu interpretações sobre a trajetória do Oficina que, posteriormente, foram utilizados por seus colegas do Oficina e pela historiografia produzida sobre o Teatro Oficina.

Sob esse prisma, quando se buscam referências *mais objetivas* sobre as atividades do grupo, via de regra os trabalhos que procuram analisar o Oficina têm como notas de rodapé as investigações de Fernando Peixoto. Por sua vez, quando são buscados *elementos explicativos* que permitam compreender as *opções estéticas* dos trabalhos da companhia, na maioria das vezes, a voz de autoridade é de José Celso.

As diferenças existentes entre os estudos dizem respeito, inicialmente, à utilização da documentação: ora privilegiam as críticas existentes sobre os espetáculos, ora destacam os depoimentos e as análises dos participantes. No entanto, independentemente da opção feita, o que se evidencia é a ausência de um *tratamento crítico do corpus documental*. Isto pode ser dito porque, na maioria das vezes, a documentação é usada como se fosse portadora (sem maiores esforços analíticos) das interpretações corretas sobre os acontecimentos. Em outros casos ilustram, com maior riqueza de detalhes, os eventos.

Esse procedimento pode ser encontrado na historiografia relativa ao Teatro Oficina. As críticas realizadas à época dos eventos e as análises

feitas pelos membros do grupo são, mais uma vez, utilizadas como *vozes de autoridade* para compreender o significado histórico e estético das atividades da companhia.

Sob esse prisma, uma discussão a ser enfrentada diz respeito aos *testemunhos* e às *interpretações*. Carlos Alberto Vesentini, ao problematizar essa questão, recorreu à distinção entre *história tradicional* e *história moderna ou revisionista*, discutindo os argumentos de Emília Viotti da Costa.<sup>9</sup>

A Autora nota as dificuldades envolvidas nos “fatos conhecidos”, como até mesmo a possibilidade do desaparecimento de quaisquer fatos, a favor da interpretação – “esquemas novos”. Análises vazias, saídas do puro esquema, no ar, seriam um grande risco. E o fato perderia sua historicidade, sequência necessária. Outro lado do mesmo problema, para Viotti da Costa, seria lastrear esses estudos renovadores, numa insuficiente crítica das fontes e dos fatos delas saídos, herdando-se, nesse caso, elementos de uma imagem deformada, superficial e imediata dos acontecimentos. O que não significa recusa. O caminho parece aberto e, nele, enfrentar esses senões torna-se uma tarefa prática.

Agora, o ponto específico trazido por essa distinção e colocado à prática do especialista, algo como seu ofício, estaria na felicidade e na técnica necessárias para clivar a interpretação do fato, de forma muito refinada. Não se trata mais, a meu ver, de fato e ideia: aqui a análise nova se entende por interpretação, surge *a posteriori* e implica ciência. O arsenal tecnológico de nosso ofício elaboraria num grau superior fontes e fatos em bruto, como que dando-lhes certa qualidade científica, liberando-os daquele mundo de paixões e percepções parciais, interessadas, de forma a garantir à análise, desde então e sobre aquela base, pontos firmes de apoio. E versões contemporâneas, friso, em que a disputa turva e, mais, impede a visão de conjunto. Isolá-las, cotejá-las, depurá-las, seria equivalente, suponho eu, a abrir caminho à ciência e às suas interpretações. Nestas, lastreadas, residiria o conhecimento. Existem duas nuances que comentarei neste momento, a me parecerem problemáticas nesta distinção classificadora, a partir

9 O autor utilizou dois artigos, “Sobre as origens da República” e “A Proclamação da República”, que originalmente tinham sido publicados nos *Anais do Museu Paulista*, tomos XVIII e XIX, respectivamente. Estes textos foram republicados no livro *Da Monarquia à República: momentos decisivos*. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.

deste ponto especial, visto logo acima. A primeira delas já foi apresentada. Expulsar roupagens subjetivas, a ideia imediata do fato, é uma pretensão extremamente complicada. Se advém de pensar em separado, como distintos, ideia e fato, pelo qual ela apenas o “invadiria”, no decorrer das ações, por quem as vive, a complicação só aumenta. Esta subjetividade da ideia não se coloca como exterioridade, “fora” e colada a ele. Ou ela *reside no próprio interior do fato*, constituindo-o, ou ele não nos aparece como fato. Em segundo lugar, como decorrência, salvo pelo gongo do nosso esforço, esse procedimento se encontra com o movimento próprio ao fato, no caminho da unicidade, a partir da qual toma certo ar despido, de coisa bruta. Poderíamos, ironicamente, por isso mesmo, cair na sua força de atração, gravitando em torno dele. Nenhuma novidade, mas ainda não o tínhamos visto precisamente neste terreno da ciência (VESENTINI, 1997, p. 84-85).

A partir da complexidade presente nas discussões que envolvem *testemunhos e interpretações*, será necessário, em outras oportunidades, analisar como os *testemunhos* foram, na história do teatro no Brasil, incorporados às interpretações, contribuindo, assim, para a elaboração de uma percepção unitária do processo.

No caso do Teatro Oficina, existe, na maioria das abordagens, uma cronologia de espetáculos que se organiza a partir de obras que são consenso entre os quatro depoentes, e todas sob a direção de Zé Celso, sem considerar, por exemplo, as montagens dirigidas por Fernando Peixoto na companhia: *Poder Negro* (LeRoy Jones), em 1968, e *Don Juan* (Molière), em 1970. Esse dado é de extrema importância na medida em que foi possível, até o momento, observar que um tratamento mais adequado, do ponto de vista teórico-metodológico, a esta questão pode, futuramente, abrir possibilidades de construir percepções mais plurais do processo histórico vivenciado pelo Teatro Oficina.

Os historiadores sempre procuram se mostrar críticos com relação aos documentos com os quais trabalham e, quando pensamos nos materiais consultados anteriormente, essa afirmação se reforça ainda mais. O questionamento das metodologias se apresenta, pois, como algo necessário e incontornável. Por fim, vale enfatizar: trazer a público as nuances do pequeno *x* e dos diálogos entre *coletivo* e *indivíduo* é um estimulante desafio para a escrita da história no mundo contemporâneo.

## Referências

ARAÚJO, Antônio. *A encenação no coletivo: desterritorializações da função do diretor no processo criativo*. Tese (Doutorado em Artes Cênicas) - Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

ARAÚJO, Antônio. *A gênese da vertigem: o processo de criação de O Paraíso Perdido*. São Paulo: Perspectiva, 2011.

BOAL, Augusto. *Teatro do oprimido e outras poéticas*. São Paulo: Editora 34, 2019.

BRANDÃO, Tania. Depoimento do ator Renato Borghi sobre o Teatro Oficina. *Dionysos*, Rio de Janeiro: MEC/SEC - SNT, n. 26, jan. 1982.

BRANDÃO, Tania. Oficina - O trabalho da crise. In: *Monografias/1979*. Rio de Janeiro: MEC/SEC/INACEN, 1983. p. 11-62.

CARVALHO, Sérgio. *Ópera dos Vivos: estudo teatral 4 atos da Companhia do Latão*. São Paulo: Expressão Popular, 2014.

CORDEIRO, Fábio. *Na Companhia dos Atores*. Rio de Janeiro: SENAC-RJ, 2006.

CORRÊA, José Celso Martinez. Romper com a família, quebrar os clichês (trechos de depoimentos gravados no Teatro Eugênio Kusnet, São Paulo, 1980, e no Museu da Imagem e do Som, Curitiba, 1981). In: STAAL, A. H. C. (org.). *Primeiro Ato: Cadernos, Depoimentos, Entrevistas (1958-1974)*. São Paulo: Editora 34, 1998.

GOLDFEDER, Sonia. *Teatro de Arena e Teatro Oficina: o político e o revolucionário*. Campinas, 1977. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/his/a/6qCxyMtxXzs7ttS39qyfv/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 01 de março de 2023.

LORIGA, Sabina. *O pequeno X: da biografia à história*. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

MAGALDI, Sábato. *Panorama do Teatro Brasileiro*. São Paulo: Global Editora, 1997.

MOREIRA, Eduardo. *Grupo Galpão: tempos de viver e de contar*. São Paulo: SESC-SP, 2001.

MOSTAÇO, Edélcio. *Teatro e política: Arena, Oficina e Opinião - uma interpretação da cultura de esquerda*. São Paulo: Proposta Editorial, 1982.

NANDI, Ítala. *Teatro Oficina: onde a arte não dormia*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1989.

PATRIOTA, Rosângela. A escrita da história do teatro no Brasil: questões temáticas e aspectos metodológicos. *História* (São Paulo), v. 24, n. 2, p. 79-110, 2005.

PEIXOTO, Fernando. A fascinante e imprevisível trajetória do Oficina (1958-1980). *Dionysos*, Rio de Janeiro: MEC/SEC/SNT, n. 26, jan. 1982.

PEIXOTO, Fernando. *Um encontro com Fernando Peixoto: o teatro brasileiro em questão*. Depoimento concedido a Rosângela Patriota e Alcides Freire Ramos, em 1997, no Teatro de Arena de São Paulo. Mimeo.

PIACENTINI, Ney. *O ator dialético: vinte anos de aprendizado na Companhia do Latão*. São Paulo: Hucitec, 2018.

RAMOS, Alcides Freire; PATRIOTA, Rosângela. “Terra em transe” e “O Rei da Vela”: estética da recepção e historicidade. *Confluente. Revista Di Studi Iberoamericani*, v. 4, n. 2, p.124-141, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.6092/issn.2036-0967/3436>. Acesso em 01 de março de 2023.

RINALDI, Miriam. *O ator do Teatro da Vertigem: o processo de criação de Apocalipse 1.II*. Dissertação (Mestrado em Artes Cênicas) - Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, São Paulo 2007.

SILVA, Armando Sérgio da. *Oficina: do Teatro ao Te-Ato*. São Paulo: Perspectiva, 1981.

VALENTINI, Daniel Martins. *História e memória do Teatro Oficina nos anos 1960 e 1970*. Tese (Doutorado em História Social) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2016.

VESENTINI, Carlos Alberto. *A teia do fato*. São Paulo: Hucitec/História Social, USP, 1997.

ENVIADO EM: 02/06/2023  
APROVADO EM: 22/10/2023

# ARQUIVO, MEMÓRIA E DITADURA EM TRÊS DOCUMENTÁRIOS SUBJETIVOS

## *Archive, memory and dictatorship in three subjective documentaries*

---

Laecio Ricardo de Aquino Rodrigues<sup>1\*</sup>

Sara Rebeca Paulino de Brito<sup>2\*\*</sup>

### RESUMO

Neste artigo, analisamos três filmes que se inserem na tradição do documentário em primeira pessoa — vertente na qual o diretor deixa os bastidores, ocupa a cena e partilha conosco algumas de suas aflições/inquietações, num transbordamento subjetivo surpreendente. São eles: *Person* (2007), de Marina Person; *Diário de uma busca* (2010), de Flávia Castro; e *Os dias com ele* (2013), de Maria Clara Escobar. São obras dirigidas por filhas que, pela via cinematográfica, desejam reencontrar algo da trajetória dos seus pais; são produções que, com intenções e resultados diferentes, recorrem às *imagens de arquivo* para reelaborar uma memória familiar e assim recuperar histórias de vida que, em maior ou menor grau, sofreram reviravoltas com a instauração do regime militar no Brasil em 1964.

*Palavras-chave:* Documentário em primeira pessoa; arquivo imagético; ditadura militar.

1 \* Professor de Cinema na Universidade Federal de Pernambuco, com experiência em Comunicação e em estudos da imagem (História e Teoria do Cinema, Estética e Teoria do Documentário). Atualmente coordena o projeto de pesquisa *Documentário e escritas de si: intimidade partilhada e transbordamento subjetivo*, desde 2019. Contato: laecioricardo@gmail.com . Pesquisa viabilizada com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

2 \*\* Graduada em Jornalismo pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e Especialista em Estudos Cinematográficos pela Universidade Católica de Pernambuco (Unicap). Áreas de interesse: teoria crítica feminista do cinema, cinema de mulheres, representação da mulher no cinema, subjetividades. Atualmente é assistente de produção executiva na organização não-governamental Vídeo nas Aldeias. Contato: sararebecabrito@gmail.com



## ABSTRACT

In this paper, we analyse three movies considered as first-person documentaries. In this tradition, the filmmaker leaves the backstage, occupy the scene and share with us (beholders) some of his personal concerns, revealing a surprisingly subjective overflowing. The movies are: *Person* (2007), by Marina Person; *Diário de uma busca* (2010), by Flávia Castro; and *Os dias com ele* (2013), by Maria Clara Escobar. These titles are works accomplished by daughters who, through the cinema, intend to rediscover something of their fathers; works that, with different intentions and results, resort to the archival images to reelaborate a family memory and, thereby, to recover some personal histories that, to a greater or lesser degree, were compromised after the establishment of a military dictatorship in Brazil in 1964.

*Keywords:* First-person documentary; archival images; military dictatorship.

Pelo menos desde a década de 1970, como indicam Michael Renov (2004) e Laura Rascaroli (2009), dentre outros, desponta no documentário uma vertente marcada pelo triunfo da enunciação em primeira pessoa, articulada majoritariamente pelo diretor cuja presença física (voz e/ou corporalidade) se afirma na tomada. Nesta tradição, o documentarista não é mais um mediador; ele é alguém que deixa o *antecampo*, ocupa a cena e partilha conosco algumas de suas aflições/inquietações, num transbordamento subjetivo por vezes surpreendente.

Se, como aponta Renov (2004), certa expressão subjetiva sempre caracterizara o documentário desde sua gênese (ou seja, de algum modo os diretores externalizaram suas visões de mundo nas obras, burlando a ilusão de que esta prática fílmica seria objetiva)<sup>3</sup>, a reviravolta observada no presente — a aproximação do documentário daquilo que o campo literário designa de *escritas de si* — é um fato notável. Afinal, historicamente, este domínio não se codificara enquanto obra autorreferenciada. Deste modo, a novidade sublinhada é uma exposição mais enfática da intimidade do cineasta via

3 Uma subjetividade que se afirmava no enquadramento, na delimitação das fontes abordadas, nos comentários em voz *over* e na montagem, dentre outras variáveis que facultavam tal prática (RENOV, 2004).

uma construção enunciativa com pendor confessional. Tal tendência tem se expandido no documentário contemporâneo, embora encontre desafios relevantes.<sup>4</sup>

Feita esta introdução, reiteramos que os três títulos cotejados no artigo — *Person* (2007), de Marina Person; *Diário de uma busca* (2010), de Flávia Castro; *Os dias com ele* (2013), de Maria Clara Escobar – se inserem nesta tradição.<sup>5</sup> São filmes onde o falar de si não é apartado do esforço de reelaboração de uma memória familiar, mas também (inter)geracional; são obras que, com intenções e resultados diferentes, recorrem às *imagens de arquivo*; são histórias de vida que, em menor ou maior grau, sofreram reviravoltas em virtude do regime militar instaurado no Brasil em 1964. E são produções dirigidas por filhas que, pela via cinematográfica, desejam reencontrar algo da trajetória dos seus pais, retirando-os também de certo *anonimato histórico*, uma vez que o convívio familiar fora sustado pelo caráter intempestivo daqueles dias de instabilidade política ou mesmo por circunstâncias trágicas.

Em *Diário de uma busca*, a diretora Flávia Castro, de início, se coloca como investigadora da morte do pai, Celso Afonso Gay de Castro, um militante esquerdista que falecera em circunstâncias misteriosas

4 O primeiro deles diz respeito a certa imprecisão conceitual para se referir a esta prática fílmica, a exemplo de *documentário em primeira pessoa*, *documentário subjetivo*, *documentário autobiográfico* e *documentário performático*. Apesar do uso contínuo, esta terminologia, como aponta Teixeira (2012), está longe de se converter em sinonímia, apresentando mais diferenças do que convergências entre si. O segundo desafio decorre da indagação: de que modo, nestes filmes, a *autorreferencialidade* possibilita igualmente o envolvimento de diferentes trajetórias e a promoção de múltiplos engajamentos, evitando que a obra culmine num exercício narrativo autocentrado e ensimesmado? Ou seja, como conectar outras alteridades num discurso marcado pela explicitação do íntimo?

5 Lembremos que a proliferação das práticas autobiográficas na contemporaneidade – no cinema e em suportes diversos –, é convergente com a ambiência mapeada por Sibília (2008), o chamado “show do eu”. Haveria assim uma conjuntura histórico-social, impulsionada pelas práticas comunicativas oriundas da internet, que fomentaria um “falar de si” excessivo, ao mesmo tempo em que estimularia o desejo de consumo pela intimidade alheia, uma *conduta voyeur*. Alguns intelectuais se alarmam com este quadro no qual as capacidades criativas são estimuladas nas redes sociais e, em certa medida, apreendidas, cooptadas. Como ilustração, citamos os ensaios do filósofo Byung-Chul Han, dentre os quais *Sociedade do Cansaço*, *Sociedade da Transparência* e *No exame*, que apresentam um diagnóstico crítico do tempo presente, sobretudo dos poderes que, amparados nas comunicações digitais, promovem efeitos cognitivos deletérios, minando nossas competências transformadoras.

quando ela era adolescente.<sup>6</sup> Gradualmente, a investigação é deixada em segundo plano e a obra se converte numa narrativa que revisita a trajetória e os engajamentos do pai, além de nos projetar na ambígua experiência do exílio (de sua família, mas também de outros militantes que enfrentaram a diáspora). Já em *Person*, a atriz e ex-VJ Marina Person entrelaça os depoimentos de familiares e de colegas de profissão do seu pai, o cineasta Luiz Sérgio Person, no intuito de edificar uma memória possível do diretor, morto num acidente automobilístico em 1976, quando a filha tinha seis anos. Autor de obras relevantes do cinema brasileiro, a exemplo de *São Paulo S/A* (1965) e *O caso dos irmãos Naves* (1967), Person, por ocasião de sua morte, parecia distante da atividade cinematográfica, oscilando entre trabalhos no teatro e no segmento publicitário. O documentário, assim, contribui para uma reavaliação do seu legado artístico.

Em *Os dias com ele*, Maria Clara ambiciona fazer um filme sobre o seu pai, Carlos Henrique Escobar, dramaturgo, filósofo e ex-presos político do regime de 1964, que reside em Portugal numa espécie de exílio voluntário.<sup>7</sup> Como ela explicita no antecampo, seu desejo é fazer uma obra que recupere a memória de Escobar, sua militância e que, neste exercício, também revele algo da sua história pessoal (de Maria Clara), bem como da história recente do Brasil — as arbitrariedades do governo militar. No caso de *Os dias com ele*, o pai da diretora é um sobrevivente e o documentário (seu corte final) é articulado majoritariamente com as (tentativas de) entrevistas realizadas pela filha com Escobar. Assim, o filme possível se constrói na tensão entre as diferentes expectativas de cada polo: Escobar prefere discorrer sobre sua herança intelectual e artística; já a diretora deseja ouvir sua experiência como preso político e torturado, conhecer “aquela parte de sombra” que não se deseja visitar e que o pai afirma ser impossível lembrar. Embate intensificado pelo fato de que Maria Clara e Escobar, embora sejam familiares, não tiveram convívio próximo — ao contrário, a trajetória da realizadora é

6 Como recapitula Flávia, a versão policial sugere que o pai e outro colega teriam invadido o apartamento de um ex-diplomata alemão, Rudolf Goldbeck, no intuito de assaltá-lo. Ante o cerco dos oficiais, um dos “invasores” teria matado o parceiro e se suicidado. Tal versão predominar na cobertura jornalística da época, embora alguns repórteres e peritos entrevistados no presente filme questionem a veracidade do relato — a hipótese do suicídio não é consensual e o passado do proprietário do imóvel, seu provável vínculo com o nazismo, não é esclarecido.

7 Embora o exílio desponte como gesto voluntário, não podemos deduzir que a opção de Escobar pelo anonimato (sua abdicação da vida profissional) é igualmente espontânea.

marcada pela ausência paterna. Traçando um rápido paralelo com o filme de Marina, talvez pudéssemos dizer que, em ambos, as filhas elegem o cinema como instrumento de aproximação familiar e de recuperação da memória paterna. Mas em *Person*, se trata de *reencontrar* o pai através dos seus filmes (como sugerem alguns entrevistados, tal legado nos aproximaria do indivíduo *Person*); já em *Os dias com ele* se trata de *inventar* um pai com o cinema<sup>8</sup>, uma vez que são escassos os arquivos de uma vivência familiar.<sup>9</sup>

Embora no ensaio privilegiemos a *convocação dos arquivos* feita pelas diretoras, com resultados particulares em cada obra, uma tendência que não é nova no documentário, mas que se acentua na contemporaneidade desta prática (BARON, 2014), é preciso não negligenciar o fato de que os três títulos indicados se inserem plenamente na tradição dos “documentários em 1ª pessoa” (LEBOW, 2012), ou do que identifiquei como *escritas de si no cinema*. Em tais filmes, é evidente a enunciação subjetiva articulada pelo diretor, cuja presença física (voz e/ou corporalidade) se afirma na tomada — ele é alguém que deixa o *antecampo* e partilha algumas de suas inquietações, investindo num relato marcado pela *exposição do íntimo*. Evidentemente, tal escolha impõe desafios, sendo um dos principais, conforme destacamos anteriormente, a necessidade de *abertura da narrativa*: ou seja, de que modo, nestas obras, a *primazia do eu* possibilita igualmente o envolvimento de diferentes trajetórias e a promoção de múltiplos engajamentos, sem culminar — o filme — num trabalho demasiadamente autorreferenciado? Ou seja, como converter este *relato de si* também em uma *narrativa de outros*?<sup>10</sup>

Se no presente texto não nos detivemos amplamente neste aspecto estrutural dos filmes, isto se deve, dentre outras coisas, ao limite físico para a escrita do ensaio. Por outro lado, entendemos também que a avaliação

8 Este *insight* originalmente é de Cezar Migliorin, professor e pesquisador da UFF, embora não consigamos localizar sua referência com precisão.

9 Para uma ficha técnica dos filmes, remetemos o leitor aos anexos deste trabalho.

10 Apesar da dificuldade evidente neste desafio, é surpreendente perceber como, em algumas obras, seus diretores conseguem se esquivar do exercício confessional autocentrado e promover deslizamentos entre a memória individual e a memória social, entre a trajetória pessoal e a experiência coletiva, entre o privado e o público, entre a micronarrativa e a grande História. Ou seja, constroem um movimento de saída, um *fora*, que afasta a obra do *ensimesmamento radical*. Por fim, a título de complementação, é importante ressaltar que, de um ponto de vista político, esta prática documentária amparada na primeira pessoa também possibilitou a emergência de filmes que, tributários de uma espécie de militância do diretor (vínculos com a comunidade LGBT, com o movimento negro e o feminismo, por exemplo), terminam por se constituir em discursos afirmativos destas minorias e em contradiscursos (narrativas dissensuais e de resistência) frente às construções hegemônicas na sociedade, que, não raro, são parciais e tradicionalmente excludentes.

do emprego dos arquivos e a explicitação do modo como as diretoras *comparecem à cena*, de forma sempre implicada e pessoal, inevitavelmente confirma a vinculação dos filmes a esta tradição, ao mesmo tempo em que atesta a complexidade do uso da primeira pessoa na experiência audiovisual — como aponta Renov (2004), num trocadilho talvez mais eficaz na língua inglesa, *ser sujeito no e do documentário*. Por outro lado, ressaltamos que o privilégio concedido à resignificação dos arquivos no ensaio não deve ser compreendido como se, nesta tríade, tal expediente fosse o mais relevante. Trata-se apenas de uma chave de acesso às obras (outra chave, portanto, poderia ter sido acionada prioritariamente). Afinal, não podemos nos esquecer de que uma das características mais notáveis do documentário, na contemporaneidade, se refere à complexidade das práticas filmicas que, não raro, conjugam diferentes procedimentos numa única obra, o que restringe qualquer esforço analítico e classificatório rigoroso. Assim, se optamos aqui por alguma demarcação, se trata tão somente de um recurso didático para facilitar o percurso do leitor, posto que os títulos investigados entrelaçam mais de uma vertente em sua urdidura.<sup>11</sup>

## *Notas sobre os arquivos*

O que é um arquivo e um filme de arquivo? O que podemos vislumbrar nos registros do passado como uma espécie de mensagem endereçada ao futuro? Em instigante ensaio, Arlette Farge (2009) nos diz que o arquivo nos atrai e nos desconcerta pelos seus efeitos simultâneos de realidade e de opacidade. Diante dele, um olhar destreinado poderia julgar ter descoberto uma “verdade plena”; mas, como ela alerta, o arquivo é apenas uma brecha

11 Esta observação nos conduz a outra, igualmente relevante: se no contexto do documentário clássico e moderno (de 1920 a 1970), era relativamente seguro mobilizar um arsenal teórico para nos aproximarmos dos filmes com finalidade investigativa, deduzimos que, na contemporaneidade, esta “convocação às armas” é mais desafiadora. Ou seja, já não basta nos vincularmos a um ou outro autor somente, tampouco em nos fiarmos apenas à teoria do cinema; para estarmos à altura das provocações instigadas por estas obras, é preciso expandir o diálogo com outros campos artísticos e diferentes disciplinas, como a filosofia, a história da arte e a antropologia, dentre outras. Portanto, se trata agora de ampliar o referencial analítico para não mensurarmos os filmes “por baixo”.

no tecido dos dias e não um continente de sentidos. Portanto, todo arquivo implicaria “falta”, exigindo do pesquisador o seu cotejo com diferentes fontes para nele vislumbrarmos novas possibilidades de leitura. Assim, se ele é indício e evidência, a euforia pela sua descoberta não pode nos apartar da cautela no seu manejo. Por isso, Farge (2009) nos dirá que o arquivo é aquilo que nos invade com aparentes certezas para depois instalar desconfiças. E que, no seu manuseio, é preciso atentar não apenas para o que desponta de modo explícito; devemos avaliar também os vetos e interditos que ele supõe, bem como as resistências que engendra.

Feitas estas considerações, o que seria um filme de arquivo? São obras que insuflam e revigoram imagens/sons produzidos por outros e em tempos passados; registros esmaecidos, talvez esquecidos, confinados nos acervos das cinematecas e emissoras. Portanto, são produções que injetam vitalidade nas tomadas do pretérito, nelas vislumbrando diferentes arranjos e camadas de sentidos (*o trabalho de resignificação*), e assim promovendo novos entendimentos históricos.

Uma imagem, lembremos, é um campo de conflitos semânticos, passível sempre de novas atualizações; ela não é um objeto cujos sentidos são controlados pelo seu produtor e que se cristalizam de forma definitiva (ela sofre oscilações semânticas com o transcorrer do tempo, modificações que carecem de sedimentação e de outros olhares para serem percebidas). Para descobrir estas latências não evidentes no contexto de sua produção ou primeira veiculação, é preciso questioná-las, colocá-las em outros fluxos e enfrentar sua opacidade. Didi-Huberman (2015) sugere, assim, que apenas na montagem novos sentidos e conexões podem ser estabelecidos. Esta tarefa de remontagem, contudo, não visa teleologias; em outros termos, pode-se sempre retomar uma imagem e redistribuí-la em novos arranjos, vislumbrando assim leituras inéditas. Em um ensaio interessante, Bernardet (2004) utilizará a expressão “migração das imagens” para destacar o que existe de indeterminado numa imagem e suas infinitas possibilidades de recombinação.<sup>12</sup>

Como já apontamos, fragilidade e inexactidão não são atributos exclusivos da imagem; antes, seriam propriedades comuns aos arquivos do

12 Didi-Huberman (2015) insistirá também no caráter profético das imagens: elas portariam mensagens endereçadas ao futuro, reveladoras dos anseios não concretizados pelas gerações passadas. Por isso, a prática da montagem para ele deve ser conjugada com um trabalho de *imaginação histórica*.

passado. Devemos, pois, aceitar a lacunaridade de qualquer documento — ou seja, entender que *o arquivo é falta* e nunca a recuperação integral de um evento ou trajetória. Por isso mesmo, o cuidado no seu manuseio é essencial para que distorções e excessos sejam evitados. Em se tratando do registro audiovisual, esta cautela é fundamental. Afinal, como nos alerta Sylvie Lindeperg (2015), são comuns as manipulações indevidas das imagens do passado, sobretudo em atendimento às demandas contemporâneas de visibilidade. Dentre as práticas mais censuráveis, a historiadora menciona a colorização, a inserção de sons inexistentes, o reenquadramento, a celeridade da montagem e a indistinção na retomada dos arquivos (situação na qual registros institucionais, privados e publicitários, por exemplo, são mesclados indevidamente). Tais procedimentos anulariam a referencialidade do documento e o despojariam de sua condição de artefato histórico, obrigando-o a supostamente revelar aquilo que, na verdade, ele não poderia comunicar.<sup>13</sup>

De partida, observemos: os três títulos mencionados não podem ser rotulados apenas como *filmes de arquivo*, ou pelo menos não se restringem a esta categoria. Em outros termos, para além dos registros do passado incluídos em sua tessitura, há neles tomadas apreendidas no presente e originalmente endereçadas ao filme. No entanto, em cada um deles o recurso aos arquivos desponta de modo singular, nos ajudando a compreender um pouco mais a figura paterna que se busca perscrutar, o trauma familiar e a conjuntura política da época.

Sobre os filmes, cabem ainda outras informações. Pelo menos dois títulos (*Diário de uma busca* e *Os dias com ele*) integram um espectro mais amplo — de obras que despontam com a abertura política no Cone Sul, procurando refletir o passado ditatorial da região, e que se intensificam na contemporaneidade com a adição do ingrediente intergeracional (SELIPRANDY, 2018). Ou seja, com o ingresso de filhos de ex-militantes à frente das produções, as obras participam, assim, da arena de disputas narrativas sobre o período, recuperando trajetórias familiares dispersas e demandando reparações. Como aponta Seliprandy (2018), esta safra filmica

13 Em resumo, o arquivo não deve ser acolhido como transparência, mas aceito na sua opacidade (naquilo que revela e oculta). Ele não deve ser sacralizado, mas problematizado e continuamente remontado. Em se tratando da imagem, a observação é igualmente válida: ela revelaria algo, ao mesmo tempo em que encobriria outras informações.

desponta de modo pioneiro nos países vizinhos — Chile e Argentina, sobretudo. Entre nós, seu florescimento foi tardio. Segundo ele, a “conciliação democrática” preconizada pela *Lei da anistia* de 1979 e a abertura política dos anos de 1980 fizeram com que as demandas por justiça dos familiares de mortos e desaparecidos perdessem espaço na agenda da esquerda. No entanto, os termos desta conciliação, hoje o sabemos, foram marcados pelo “perdão” aos assassinos e torturadores. Deste modo, numa sociedade que se organizava em torno do consenso da impunidade, o luto pelos familiares ficara relegado à esfera privada, sem maiores debates.

Ainda sobre a tríade fílmica, é importante não perder de vista algo já aventado: os três documentários são obras feitas por familiares, neste caso filhas, que conviveram ou conheceram muito pouco os seus pais. Assim, cada produção desponta como uma chance de reaproximação e de entendimento, mas também uma tentativa de retirá-los de uma situação de esquecimento (Escobar, por exemplo, é um intelectual em autoexílio e afastado do circuito universitário; e Celso, um ex-militante cujo passado de engajamentos fora tragado pelas circunstâncias da sua morte), ou mesmo de um desconhecimento artístico para as novas gerações (caso de Person, cuja produção fílmica permanecera inacessível antes da sua reedição em DVD).

### *Ponderar a dispersão familiar e o fim das utopias através do cinema*

Detenhamo-nos agora no uso dos arquivos em cada uma destas obras. Para efeito didático, nos concentraremos em um filme de cada vez. Iniciemos com *Diário de uma busca*. Neste título, pelo menos em sua introdução, predomina o material jornalístico impresso — dezenas de matérias que abordam a morte de Celso, referindo-se ao caso como uma tentativa de assalto. Apesar do suposto compromisso factual, percebemos pelos desdobramentos do filme que as reportagens e a versão policial são inconsistentes. Gradualmente, porém, a obra se descola da investigação e adquire maior abrangência ao entrelaçar a autobiografia de Flávia e sua família com a crônica da diáspora dos exilados do período da ditadura (1964-1985). Neste processo, a diretora se dedica à recuperação da memória de



Celso, militante comprometido com a causa esquerdista, pai e companheiro amoroso, mas que, ao voltar para o Brasil no contexto da anistia, não consegue se readaptar. Digamos então que a *busca* do filme estampa a derrota do projeto revolucionário; sua curva narrativa vai da utopia ao desencanto — da euforia pré-golpe, dos treinamentos e exílios pela América Latina, da vida menos atribulada na França até a difícil reintegração no Brasil. Esta leitura desencantada ou sóbria desponta não apenas nas avaliações da mãe de Flávia, Sandra Macedo, cuja inclinação estoica é de uma sinceridade surpreendente<sup>14</sup>, mas também nas últimas cartas de Celso, às quais voltaremos à frente.

Para recapitular a errância familiar, Flávia se utiliza de arquivos da época, entrelaçados com depoimentos de parentes e de ex-militantes, mas também opta por percorrer, no presente do filme, os endereços que lhes serviram de abrigo ou esconderijo (ruas e casas) no Chile, na Argentina, na França e no Brasil, procurando identificar lugares esquecidos e encontrar os vestígios de uma infância vivida na clandestinidade. Trata-se, assim, de reelaborar a memória paterna, mas também a própria trajetória pessoal, pulverizada por tantos destinos e deslocamentos.

Neste exercício, como ressaltam Andréa França e Patrícia Machado (2014), desponta no filme uma primeira infância colorida e cheia de aromas, vivida no Brasil antes do AI5, e outra cinza e triste, marcada pela clausura e as sucessivas mudanças. Associados à primeira, temos a imagem bucólica da árvore carregada de flores vermelhas em frente à residência dos avós e o relato de reuniões festivas, repletas de amigos. Da segunda, vivida no exterior, nos deparamos com cômodos escuros e com janelas sem paisagens — aqui, Flávia opta por filmar *brinquedos sem brincantes*, apresentados na sua materialidade, a exemplo de parques vazios e de soldadinhos enfileirados no parapeito (sobre estes últimos, podemos aventar outra hipótese: seriam também uma referência à intensificação da perseguição militar à família durante o segundo exílio argentino?). Na banda sonora, as memórias da diretora e do seu irmão — João Paulo Castro (Joca) — evocam uma vida de relativo confinamento, de crianças que não podiam ir à escola, nem falar

14 As falas de Sandra sobre o passado de engajamento não parecem alimentar inclinações nostálgicas. Ao contrário, portam uma sobriedade e sugerem até certa crítica para o que hoje poderíamos designar como uma espécie de militância inconsequente da época. E assim se convertem num testemunho interessante exatamente por se despir das paixões e apontar algumas contradições de seus pares.

o nome dos pais, que se recolhiam em esconderijos<sup>15</sup> e que, para parte da militância, eram um “estorvo” para os adultos.

Porém, a nosso ver, o mais notável recurso arquivístico empregado no filme consiste na retomada das correspondências de Celso Castro — missivas originalmente endereçadas às companheiras, aos filhos e aos parentes próximos. Relidas no presente do documentário pelo irmão de Flávia, que confere à leitura uma entonação adequada (afetuosa e sem afetação), elas nos dão acesso às agitações internas da alma de Celso, à sua subjetividade em deriva. Em outros termos, a partilha das cartas porta um efeito de real sedutor, já que suas linhas são repletas de detalhes e confissões. Tal efeito, claro, não deve ser fetichizado; afinal, as cartas também não apreendem a complexidade do vivido. Mas, se considerarmos a morte trágica de Celso, acreditamos que este expediente faculta o acesso a parte das suas memórias, além de nos projetar melhor nas angústias do personagem.

Assim, as cartas nos sugerem um olhar pessoal da militância, da experiência do exílio e do retorno ao Brasil, e atestam um viés crítico que vai se afirmando paulatinamente. Se, no decorrer do filme, os colegas e as companheiras de Celso delineiam um painel positivo de sua personalidade e engajamento (são comentários que reforçam o seu comprometimento político), posteriormente esta positividade é nuançada pela releitura das cartas. Aos poucos, elas revelam alguém mais cabisbaixo e incrédulo quanto aos rumos da esquerda e do País — se, de início, elas nos dão a ver o militante convicto e o pai amoroso, posteriormente atestam sua desilusão política.

Sua apreciação da anistia, por exemplo, é de uma lucidez amarga. No filme, o tema desponta após 1h26min de projeção. Flávia, no *off*, fala da visita ao pai em Paris neste contexto de incipiente reabertura política no Brasil. Ela menciona também a aquisição de uma máquina fotográfica e que as fotos tiradas pela família com o novo aparelho *saíam sem foco*. Ao que ela complementa, apontando uma espécie de premonição, que “a falta de nitidez das fotos parece fazer sentido”. Assim, tais imagens — incluídas na montagem — espelhariam a indecisão quanto aos rumos da família (Sandra que ir para o Rio; Celso, para São Paulo) e as dúvidas sobre a anistia, o receio

15 Sobre esta reclusão, Seliprandy (2018) faz uma observação interessante: para ele, os endereços e residências dos Castros no exílio portam uma ambiguidade intrigante, porque eram espaços de certa intimidade familiar, mas também palco de operações e reuniões políticas. Nas palavras do autor, eram “lares-aparelhados” que abrigavam crianças, mas também escondiam armas.

de voltar. Incerteza reiterada em outro arquivo impressionante inserido no documentário, uma entrevista concedida por Flávia, aos 14 anos, ao jornalista Roberto d'Ávila, na qual a jovem, de modo assertivo, reafirma sua hesitação e desconfiança com a transição política no Brasil. Concluída a entrevista, a banda visual do filme insere imagens do retorno de alguns exilados — faixas, cartazes, abraços e lágrimas são recorrentes. A anistia se consolida. Mas para Celso não há motivos para entusiasmo. Em nova carta, ele reitera que a anistia é uma concessão do poder e das forças conservadoras e não uma vitória da esquerda (“se nos permitiram voltar, é porque fomos derrotados”; “se houve uma abertura, é porque eles foram vitoriosos”).

Aproximamo-nos do desfecho do filme e do ciclo de Celso. A esta altura, os depoimentos dos antigos companheiros falam de uma existência com dificuldades financeiras e de certa dependência química (cocaína). A militância do personagem é mitigada pelas engrenagens da história; a readaptação no Brasil, impossível; a revolução não virá. O texto da penúltima carta é cortante: “Não tenho mais aquele empurre de antes. Não me passa mais pela cabeça formar um grupo político. Não consigo imaginar que eu possa ter uma ação política mais ativa, mais combativa, com a criação de um grupo de esquerda radical dentro de um dos partidos existentes. Não vou conseguir. Pra mim, não foi possível”. Na banda visual, no lugar do enquadramento instável e do flerte com a abstração (recurso presente no filme), nos deparamos com uma paisagem estável e figurativa — um horizonte em crepúsculo, como se a imagem acompanhasse o ocaso da vida paterna e o fim da utopia.

### *Celebrar a memória paterna com o cinema*

Passemos a outro título. O documentário de Marina Person se inicia com muitos registros domésticos, cenas de aniversário, reuniões familiares, passeios à praia, brincadeiras infantis — tomadas que despontam em diferentes momentos do filme, não apenas na sua introdução. Trata-se de um recurso recorrente na evocação de memórias do passado e de pessoas já falecidas — ou seja, o retorno às imagens captadas em *tempos de vida*. Assim, em *Person*, nos deparamos de imediato com estes registros, entrelaçados na

montagem com as lembranças da infância de Marina e da irmã Domingas, procedimento afetivo que nos sugere um sentimento particular (ou uma *idealização*) sobre o que foram os curtos dias de convívio da dupla com o pai.

Esta sensação de proximidade ou de reencontro facultada pelas imagens já fora prenunciada desde os tempos do cinematógrafo, como pode ser visto em resenha do jornal francês *La Poste*, de 1895: “quando todos puderem fotografar os entes queridos, não mais na sua forma imóvel, mas em seu movimento, em suas ações, em seus gestos familiares, a morte deixará de ser absoluta” (*apud* LINS; BLANK, 2012, p. 59). Assim, haveria algo de hipnotizante e misterioso nessas imagens que parecem captar tão fielmente os trejeitos de alguém, a vida que exalou daquela pessoa.<sup>16</sup> A sensação é a de quem observa o passado, mas é impedido de tocá-lo, e desta forma se vê obrigado a contemplá-lo de fora, como uma vitrine cujas portas estão cerradas. Pois, embora seja um vestígio do real, também se trata de um signo de ausência.

Embora tenham sido produzidos no seio da família de um cineasta, os filmetes avistados em *Person* mantêm, pois, a característica do registro doméstico — eles não foram registrados com a intenção de serem exibidos para um público externo.<sup>17</sup> Seguindo a reflexão de Farge (2009), poderíamos dizer que a ausência de intencionalidade (em termos de circulação) intensifica assim o *efeito de real* destas tomadas, favorecendo o nosso contato com a intimidade familiar. Afinal, os olhares para a câmera (para o cinegrafista) também se dirigem ao espectador. Quem os assiste recebe um sorriso, um aceno, partilha desta comunhão.

Retomadas no documentário, porém, tais imagens revelam novos sentidos. Como sugerem Lins e Blank (2012, p. 56), elas “deixam de estar a serviço da memória familiar para se tornar testemunhas da história, produzindo experiências inéditas para um público de anônimos”. Assim,

16 Para Lins e Blank (2012), as tomadas destes filmes portam a marca da *intimidade* — nestes registros, o cinegrafista (e a câmera, por conseguinte) é interpelado, recebe cumprimentos, sorrisos e olhares, pois é alguém próximo ao núcleo filmado. Assim, uma proximidade evidente transborda nas imagens.

17 Podemos distinguir a peculiaridade destes registros se os compararmos com os vídeos pessoais realizados no presente, num contexto de tecnologias portáteis acessíveis e de proliferação das redes sociais. Assim, os “vídeos íntimos” produzidos na contemporaneidade nada apresentam da reserva do passado (algo destinado ao consumo doméstico); ao contrário, são concebidos com a finalidade de circular e de angariar popularidade (SIBILIA, 2008).

em *Person*, elas nos sugerem outras possibilidades de leitura. No contexto de sua produção, representavam uma família feliz, em seus instantes de lazer e intimidade. Na retomada realizada por Marina, paira sobre elas a certeza de que aquela alegria não durará, pois conhecemos o destino do pai, sabemos que são os últimos momentos das crianças com a figura paterna (BARTHES, 1984).

A montagem intercala ainda fragmentos da obra de *Person*, entrevistas com colaboradores e pessoas próximas e trechos de uma longa entrevista concedida pelo diretor em 1975, um ano antes de sua morte, para o programa “Luzes, câmera”, da TV Cultura. De caráter revisionista, no programa ele comenta sua obra. Sua avaliação verbalizada no passado se mescla à leitura que os amigos fazem no presente do filme. A convergência de opiniões contribui para edificar uma imagem positiva do diretor para o público contemporâneo — uma positividade que não se confunde com a aclamação de uma exemplaridade. Afinal, *Person* é um artista elogiado e celebrado, mas também um sujeito intempestivo e de uma franqueza ímpar, cuja sinceridade, por vezes, provocava alguma irritação e constrangimento no seu entorno. Já os trechos de sua filmografia, retomados no documentário, também nos aproximariam da personalidade do cineasta, uma vez que, como enfatizam os entrevistados, eles explicitam sua visão de mundo.

Mas ao buscar se reaproximar do pai pelas vias do cinema, Marina não procura traçar uma ampla biografia paterna — nos deparamos, no máximo, com um retrato do diretor à sua época (sua inserção artística e o diálogo com seus pares). Assim, do ponto de vista geracional, são reveladores os depoimentos que insinuam a diferença entre *Person* e a turma carioca do *Cinema Novo*, falas que rebatem na velha polarização SP *versus* RJ, tanto em termos políticos quanto artísticos. De modo que, nas palavras de um dos entrevistados, “a chegada do golpe não lhe surpreendeu [a *Person*]. [Ele] estava preparado”; ou seja, *Person* não amargara a frustração encarada pelos intelectuais e entusiastas cinemanovistas que confiavam numa suposta aliança da esquerda com setores progressistas da burguesia. Mas, diferentemente de Glauber e sua turma, bem como das figuras paternas abordadas nos outros dois documentários, o diretor paulista não sofreu perseguições, prisões ou torturas, nem passou pela experiência do exílio durante o regime militar. O que não significa dizer que a ditadura não lhe trouxe revezes. Como sugere uma fala do ator Paulo José, “o AI-5 teria acabado com o cinema exuberante dos anos 60” — com seu pendor político e vigor estético.

Entendemos, porém, que é preciso ponderar e contextualizar tal colocação. Não se trata de afirmar que a produção cinematográfica brasileira teria minguado na década de 1970, refutação comprovada pelos muitos títulos viabilizados pela Embrafilme (alguns com grande êxito de bilheteria) ou a rica produção do cinema marginal que, mesmo sem financiamento institucional, nos presenteou com dezenas de obras de notável irreverência e ousadia estética. Entendemos, assim, que a fala de Paulo José se refere à dispersão geracional do *cinema novo* e, obviamente, a certo arrefecimento de suas possibilidades criativas, uma vez que novos projetos são censurados<sup>18</sup>, ou em virtude da adesão pela *via alegórica* (exemplificada por *Os herdeiros*, 1970, de Cacá Diegues; *Os inconfidentes*, 1972, de Joaquim Pedro; e *Como era gostoso o meu francês*, liberado em 1973, de Nelson Pereira dos Santos), que provoca maior distanciamento entre as obras/artistas e o público. É preciso lembrar que o próprio Glauber Rocha, figura central desta geração, parte em “exílio voluntário”, filmando com cada vez menor frequência (e quase sempre produções internacionais improvisadas). Person, figura paulista do movimento, ainda que indiretamente, também é atingido por este contexto (lembremos que seus filmes mais aclamados são anteriores ao AI-5).<sup>19</sup> Assim, com o acirramento do regime e problemas financeiros agravados, o cineasta precisa se readequar profissionalmente — e, a contragosto, ingressa no mercado publicitário.

Sobre o documentário, caberia um último apontamento que nos parece relevante. Se *Diário de uma busca* é um filme do desencanto, já que ele finda com a constatação do esfacelamento do projeto político da esquerda e com a morte física do pai (o tom da obra é quase elegíaco), *Person* é celebrativo e quase apologético — as falas sobre o diretor são positivas, as memórias revolidas são afetuosas e, não raro, bem-humoradas. Assim, não há lágrimas, austeridade ou pesar nos relatos; tampouco nos deparamos

18 A título de ilustração, podemos mencionar como exemplo de obras cinemanovistas, ou dirigidas por cineastas com afinidade ao movimento, que foram censuradas na década de 1970, os seguintes títulos: *São Bernardo* (1972), de Leon Hirszman, cujos entraves ainda provocaram a falência da sua produtora (a Saga Filmes); *Iracema, uma transa amazônica* (1976), importante título de Orlando Senna e Jorge Bodanzky, liberado apenas em 1981; e *O país de São Saruê* (1971), de Vladimir Carvalho, lançado apenas em 1979.

19 Deste modo, um filme como *Cassy Jones – o magnífico sedutor* (1971), à época considerado leve e irreverente, hoje pode ser relido como um esforço de Person para exercitar sua verve artística, ao brincar com as convenções do cinema de gênero, e ao mesmo tempo tentar driblar o rigor pós AI-5. Em outros termos, este seria um falso filme ingênuo, cuja leveza atestaria os limites impostos ao trabalho criativo.

com entrevistados cabisbaixos. E quando migramos para a esfera familiar, as conversas entre mãe e filhas ocorrem num ambiente bucólico, conciliam sorrisos, atestam a superação da dor — não há dilaceramentos. O filme não é, portanto, um *lamento*; a vida doméstica da família Person, embora curta, fora marcada pela unidade, pelo afeto explicitado nas imagens caseiras e lembranças verbalizadas; um convívio sem mudanças súbitas, sem silêncios ou proibições típicas dos que viveram na clandestinidade (a exemplo do que vemos em *Diário de uma busca*) e que não fora maculado pela distância paterna (*Os dias com ele*). Prova desta positividade é a homenagem a Person no desfecho do filme, durante a apresentação dos créditos, com a exibição de uma sequência de fotografias que recapitulam a trajetória intensa do diretor (do nascimento à maturidade), acompanhada pela bela composição de Jorge Ben Jor, *Meu glorioso São Cristóvão*, espécie de canto-oração de ritmo festivo, que parece servir de despedida ao cineasta e, ao mesmo tempo, demandar seu descanso espiritual.<sup>20</sup>

### *A ambivalência do testemunho apreendida pelo cinema*

Avançemos para o último documentário. Em *Os dias com ele*, como o projeto almejado por Maria Clara não se consolida, o que lhe resta é extrair algo das disputas travadas com Escobar. Se a aproximação da filha com o pai se dá de modo vacilante, Escobar, por sua vez, manifesta uma postura desconfiada e até inquisidora. Com sua habilidade retórica e inteligência, ele demanda explicações sobre a finalidade do filme e as intenções da filha, atestando ciência do que significa ser filmado, bem como dos limites e implicações do testemunho. Como destaca Feldman (2016), o filme possível se constrói na tensão entre os âmbitos público e privado, entre cena e vida, campo e antecampo, em permanente litígio. Às provocações e esquivas do pai, a diretora responde com as armas disponíveis — preserva na edição as negociações e tensões que antecedem o início do *take*.

20 Neste sentido, alguns trechos da letra são explícitos: “Livrai-nos do pecado, da perdição e conduzimo-nos a Deus até o Porto Seguro da felicidade eterna”.

Se a decisão suscita um questionamento ético, também nos possibilita compreender a complexidade de suas *mise-en-scènes* e das propostas filmicas ambicionadas por ambos, bem como os embates que presidem a realização de uma entrevista. Como observa Feldman, Escobar anseia ser construído como um personagem importante e público; já Maria Clara faz questão de colocá-lo no lugar de pai, de personagem privado e de reivindicar seu testemunho. Mas a disputa, ressalta a pesquisadora, é interessante e em nada mesquinha ou narcisística: diferentemente da febre autobiográfica e do viés confessional evidentes em certa prática cinematográfica, ““Os dias com ele” faz da opacidade do relato, da precariedade dos meios e das fraturas afetivas um lugar de confronto, mas também de vital encontro”. Em outros termos, conclui Feldman (2016), este não é um documentário sobre a superação da filha, traumatizada pelo abandono paterno, nem sobre a superação do pai, maculado pela tortura (e o extraviado de seu projeto revolucionário). “Tampouco é um filme que demanda reparação, como tantos filmes testemunhais cujo limite de ação é o gesto da denúncia” (FELDMAN, 2016). Parcialmente inviabilizada em sua proposta original (o relato de Escobar sobre a tortura não se efetiva plenamente, pelo menos em *termos confessionais*; o reencontro com o pai é marcado pelo distanciamento), digamos que a obra termina por se converter numa espécie de estudo sobre o protocolo da entrevista e sobre a complexidade do testemunho.<sup>21</sup>

Em interessante artigo, Carla Maia nos lembra que o filme de Maria Clara se insere numa vertente peculiar do cinema brasileiro recente (e talvez pudéssemos dizer *latino*): obras que, de modo mais ou menos explícito,

21 Nos embates registrados, Escobar mantém certa esquivia e resiste à confissão demandada pela filha. E quando consente em falar abertamente sobre a tortura, seu tom é austero, sem lágrimas. O testemunho nos alcança mais pela sobriedade do que pela emoção. E, claro, algo da trajetória do personagem aflora nestes relatos (sua condição de exilado e sua vida pública anterior, com destaque para a experiência acadêmica). Para um observador atento, contudo, é possível enxergar mais. Como avalia Maia (2014), o “testemunho errático” de Escobar, *a priori*, pouco ofereceria sobre o trauma vivido (seria apenas o vestígio de uma experiência). Porém, se o relato não “alcança” a intensidade da tortura, haveria outra verdade presente nas suas constantes recusas. E este seria o paradoxo do testemunho: sua limitação, mas também sua força e evidência, está na claudicação da testemunha, na fala ora minuciosa, ora imprecisa, nas interrupções, na gestualidade peculiar... Tudo isso se converte em índice de algo forte e indizível, presente na memória, mas de difícil verbalização (o testemunho estaria, pois, entre a hesitação e alguma precisão). Só então perceberemos, diz Maia (2014), que Escobar esteve testemunhando desde o começo do filme, mesmo quando se negava a falar sobre a tortura ou na sua análise protocolar sobre a limitação do testemunho... Assim, é necessário observar o que, embora não verbalizado, se revela no modo como Escobar comparece à cena: sua surdez, suas pernas agitadas, seus olhos cansados, seu silêncio... atestam o que ele sofreu em decorrência da tortura.



abordam a ditadura militar, dirigidas por mulheres que almejam, nestes projetos, recuperar a memória de parentes muitas vezes desaparecidos. Como reitera a pesquisadora, são filmes que falam em nome dos seus fantasmas, num esforço de ressuscitá-los na tela, aos modos de uma homenagem ou de um acerto de contas com o passado; portanto, são obras fundadas sobre a falta, daquilo que é irrecuperável ou que está para sempre perdido. Assim, o movimento ensaiado por estes títulos não seria o de restituir ou de preencher tal lacuna, mas o de explicitá-la, num exercício de rememoração que agiria contra o esquecimento (MAIA, 2014). Não obstante suas diferenças, esta lista incluiria ainda os seguintes filmes: *Diário de uma busca* (2010); *Marighela* (2012), de Isa Ferraz; e *Em busca de Iara* (2014), de Mariana Pamplona e Flávio Frederico. Obras precedidas pelo pioneiro *Que bom te ver viva* (1989), de Lúcia Murat. Em muitos destes títulos, lembra Maia, é recorrente o uso de imagens de arquivo para referir-se ao passado, aos personagens desaparecidos, à unidade familiar desfeita pela perseguição política.

Tal expediente, portanto, também é evidente em *Os dias com ele*, porém, de uma forma intrigante e com resultados estéticos singulares, que adicionam novas camadas de sentido ao documentário. Em determinado trecho, por exemplo, Maria Clara pergunta ao pai (quase aos 15min) sobre a relação entre ambos na sua infância e o porquê de sua ausência. Escobar justifica dizendo que haveria um clima hostil em relação a ele por parte de sua família. E finaliza com a indagação: “o que que se poderia fazer?”. Na banda visual, a montagem responde com a inclusão de filmes domésticos que mostram um bebê dando seus primeiros passos inseguros, crianças brincando na piscina ou na praia. Elas estão acompanhadas por mulheres (suas mães?), mas não há sinal de uma figura paterna. A não ser no último plano do bloco, no qual avistamos, brevemente e a distância, uma fisionomia masculina movendo-se em direção à câmera. Nesta sequência, as imagens são mudas — não há inclusão de comentários, nem de trilha sonora, o que aprofunda o sentido da *falta*. Algo (ou alguém) não está ali.

Algum tempo depois (23min45s), nos deparamos com mais um bloco de filmes caseiros. Agora, todas as imagens nos apresentam pais e filhos. Os planos são acompanhados pela voz de Maria Clara que, a cada inserção de um novo registro (e de novas famílias), afirma insistentemente: “Esse não é o meu pai”. Para ela, tudo nessas imagens é falta. Aqui, não se trata de lamentar ou de refletir sobre a perda trágica e precoce da figura paterna (como em *Diário de uma busca* e *Person*), mas de, ao vislumbrar os registros de outras famílias, *sustentar o peso da ausência*; enfim, de constatar

que Escobar nunca esteve presente. Deste modo, podemos concluir que, em *Os dias com ele*, o arquivo não tem caráter de documento ou prova (não é índice); ao contrário, como sugere Carla Maia (2014), ele é principalmente metáfora — registros que nos convocam a pensar na imagem inexistente: um pai de mãos dadas com a filha.

Mas o debate sobre os arquivos no filme não se restringe à inclusão das imagens domésticas. Naquela que é a sequência mais delicada do documentário — a discussão no extracampo enquanto uma cadeira vazia permanece enquadrada (sequência que se inicia por volta de 1h28min13s) —, Maria Clara resgata um documento do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) que determinava a prisão do seu pai durante o regime militar. Ela pede que Escobar leia o arquivo. Escobar não é favorável e questiona a decisão. À época, lembremos, o documento tinha caráter oficial; no presente da filmagem, ele se converte em instrumento de opressão produzido por um governo que torturou seus oponentes. Para Escobar não faz sentido destacar uma ordem de prisão individual, quando mais de dez mil adversários políticos foram presos — seria algo redutor, insuficiente. Em síntese, para ele, este arquivo ou vestígio pouco diz ou esclarece das arbitrariedades cometidas se ponderarmos a realidade mais ampla e complexa do País após o AI-5. No limite, o arquivo atesta apenas que Escobar fora vítima do regime. E nada mais. Ele não se refere às outras prisões, torturas e desaparecimentos.

Como avalia Maia (2014), a filha, com impulsos de arquivista, acha importante incluir um documento que confirme a perseguição sofrida pelo pai. Escobar, inclinado à filosofia, alega que não é a leitura do arquivo (ou a presença de uma prova) que ajudará na reabilitação da história. “Seria antes pelo não dito, pela impossibilidade, pela irrepresentabilidade (como a prisão de um pode falar pela de 10 mil?) que se pode dizer algo”, pondera Maia, quase em diálogo com Escobar. Para o pai, a informação vulgariza a memória do que ocorrera, nada acrescenta. Assim, após lançar mais uma de suas provocações à filha (“acho que você não sabe o que está filmando”), Escobar acrescenta com lucidez: “*Sua saída é fazer isso virar uma coisa estética, não o documento*”, para em seguida encerrar a conversa.

O que se passa, então, surpreende: o pai se retira, a filha entra em quadro e lê o documento. O que é lido, de fato, importa pouco. Como destaca Maia (2014), é o ato de ler que interessa “*enquanto ato de desobediência e coragem*” (*grifo no original*). Coragem de se expor em sua teimosia de filha, coragem de ir contra o desejo de seu pai (sua personagem!), desafiando os parâmetros éticos do documentário. “Ao desobedecer o pai, porém, Maria

Clara demonstra justamente ter dado ouvidos a tudo que foi dito e defendido por ele”, aponta Maia. “Finalmente, cria-se uma relação de pai e filha e Escobar pode deixar seu legado, seu testemunho/testamento: face ao poder e a lei (do pai ou da pátria), é preciso não se acomodar, ousar, contrariar, correr o risco”, destaca a pesquisadora, para em seguida concluir: “inventado o pai, inventada a cineasta, o filme pode, enfim, testemunhar não apenas sobre os dias com ele, mas sobre os nossos dias”.<sup>22</sup>

### *Considerações finais*

Como apontam autores diversos (SELIPRANDY, 2018; VARGAS, 2018; FRANÇA; MACHADO, 2014), o documentário brasileiro contemporâneo tem buscado driblar a escassez de documentos sobre a ditadura militar de modo criativo, produzindo obras que, conciliando o gesto performático, o recurso aos arquivos e o esforço memorialístico, solicitam do espectador uma reflexão sobre este vazio e quase apagamento dos vestígios oficiais. Assim, nestes filmes, episódios traumáticos, trajetórias familiares dispersas e arbitrariedades fomentadas pelo regime são revisitados, de modo a nos possibilitar outros entendimentos do passado. Porém, como observam França e Machado (2014), os títulos que investem neste esforço não devem privilegiar leituras unívocas ou didáticas e tampouco ser acolhidos como revelação ou evidência. Afinal de contas, não se contorna a lacunaridade que eles almejam denunciar com a aclamação de novas versões pautadas em *transparências*.

Assim, amparadas em Walter Benjamin e Didi-Huberman, as autoras concluem: se a experiência se revigora quando partilhada no presente, estes documentários (que portam um claro desejo de partilha) nos

22 Reconhecemos que, na apreciação de *Os dias com ele*, mobilizamos maiores referências analíticas, o que contribuiu para a construção de uma tapeçaria crítica talvez mais coesa do que a dos dois filmes anteriores, ainda que um tanto quanto diferenciada. Tal escolha tem suas justificativas. O filme de Maria Clara, vencedor da edição do *Festival de Tiradentes*, em 2013, possui uma fortuna analítica bem maior (acadêmica, principalmente), sobretudo se comparada com *Person*, o que tornava difícil não cotejar parte desta “herança”. Além disso, nos projetos atualmente em desenvolvimento pelos autores deste artigo, ele ocupa uma posição investigativa central; portanto, se trata de um trabalho e de uma herança crítica bastante familiar à dupla.

indicam que narrar e curar são ações que se tangenciam e se efetivam no mesmo movimento. Uma convergência evidente no corpo que performa, na imagem que teatraliza e no emprego da montagem como interrupção das teleologias da história (FRANÇA; MACHADO, 2014). Em outros termos, tais filmes demonstram que narrar, além de elucidar o passado, favorece a cura (contribui para romper com aquilo que nos aprisiona e nos adocece).

Acreditamos que, em maior ou menor grau, os títulos aqui analisados se encaixam neste perfil, ao propor novas legibilidades históricas, ao abrandar dores antigas e ao reatar laços afetivos — ou forjar alguma ponte onde inexistia uma relação consistente (caso de *Os dias com ele*). Entre as obras, claro, há afinidades, mas também particularidades. Nelas, como já ressaltamos, o recurso aos arquivos é constante, embora com finalidades específicas. Em dois dos filmes, o contato pai e filha, embora tenha sido efêmero em vida, desponta como uma memória positiva e afetiva; o cinema aqui propicia uma plataforma de reencontro com a figura paterna — é apologético, no caso de *Person*, e elegíaco, em *Diário de uma busca*. Já no documentário de Maria Clara, embora Escobar esteja vivo, predominaria a distância e certa formalidade no tratamento, uma vez que inexistem memórias em comum.

E ainda que as três narrativas sejam afetadas pelo regime militar, também o impacto da ditadura é diferente para cada núcleo familiar. Em *Diário de uma busca*, a perseguição política provoca o exílio compulsório da família Castro, que passa a residir em diferentes endereços, quase sempre na clandestinidade. Aqui é preciso lembrar que a errância dos Castros faz parte de uma narrativa mais ampla do exílio vivida por muitos militantes latinos — é onde o relato particular tangencia outras histórias e memórias. No caso de Escobar, e no presente de *Os dias com ele*, o desterro é voluntário — mas seu relato sobre a tortura, ainda que austero, é igualmente representativo da tragédia de outros presos políticos. *Person*, como observamos no filme de Marina, não sofreu perseguições ou se viu obrigado a deixar o País; no seu caso, o acirramento político provocado pelo AI-5 resultou numa espécie de dispersão geracional (o esfacelamento cinemanovista) e cerceamento artístico — projetos abandonados, escassez de financiamentos, migração para o campo publicitário.

Por fim, para concluir, gostaríamos de mensurar um expediente empregado amplamente nos três filmes — a prática da entrevista. Embora presente na tríade, penso que apenas em *Os dias com ele* o uso deste recurso enseja uma reflexão, sobretudo se ponderarmos a condição espectral.

Nesta obra, a partir do material tradicionalmente eliminado na montagem (e que é quase o único que resta a Maria Clara), a cineasta edita um documentário que nos expõe as tensões e as expectativas entre os que participam de um polo e outro da entrevista. Neste mesmo gesto, o documentário nos revela que a entrevista, mesmo entre aqueles que partilham vínculos afetivos e/ou familiares, não é uma prática necessariamente marcada por convergências, acolhimento, sintonia. Ao contrário, envolve enfrentamentos. Assim, em vez de disponibilidade, Maria Clara encontra resistências — os dias vividos com ele, o pai, são dias de lenta aproximação e eventuais recuos. Na cena possível e sempre instável, se cruzam duas vontades pouco compatíveis: ela tem uma proposta filmica, à qual ele não se submete; ele demarca uma distância que ela não consegue desfazer. O que vaza são as negociações, as disputas e o entendimento de que o testemunho não é uma via abertamente consentida.

Mas se pensarmos em situações de enfrentamento e de pouca convergência, acreditamos que *Diário de uma busca* também nos proporciona dois exemplos singulares para ponderarmos as (in)disponibilidades numa entrevista — certa colisão de vontades e anseios. Referimo-nos aqui às duas entrevistas realizadas pela diretora com alguns dos policiais que participaram do cerco a Celso durante a invasão do apartamento do ex-diplomata alemão.<sup>23</sup> Aos 30min13s de projeção, acompanhamos a entrevista de Flávia com um dos oficiais da ação policial (o inspetor João Itacir Pires). Enquanto ingressa no local do encontro, ela explicita no *off* que não informara ao investigador sua condição de filha de um dos supostos assaltantes; ela tampouco revela sua motivação durante a conversa (pelo menos na sequência editada). Notamos igualmente certo desconforto do policial, uma espécie de vigilância; na banda sonora, ele diz que também tem dúvidas, que deseja fazer perguntas e que tem curiosidades sobre o interesse da diretora. A entrevista prossegue quase como tateio — um encontro regido pela cautela. Num momento delicado da abordagem, Itacir pergunta se Flávia sabe que os “dois invasores” participaram de treinamentos de guerrilha... Não sabemos o que a diretora responde, pois a edição finda com a provocadora pergunta.

A segunda entrevista desponta na montagem com quase 1h20min de visionamento do documentário. Flávia aborda o ex-delegado Jorge

23 Os dois exemplos devem ser entendidos na proposta articulada por Comolli (2008) de *filmar o inimigo*. Embora não tenhamos espaço no contexto do artigo para recapitular os apontamentos do ensaísta francês, indicamos a referência como leitura complementar.

Mafra, que acompanhara a ocorrência. Curiosamente, a fala de Mafra é mais contida e menos assertiva do que a de Itacir. Aliás, surpreendem em suas respostas a hesitação e o viés nada conclusivo. Como bem nota Eduardo Escorel (2011), sua impressionante sucessão de esquivas (“não posso afirmar”, “não lembro”, “essa é a versão que temos”, “é difícil distinguir entre boato e realidade” — conjunto coroado pela afirmação “muitas vezes você não tem como provar nada e fica no terreno das hipóteses”) porta um incômodo paradoxo. Afinal, cabe ao delegado reconhecer a dificuldade para se apontar qualquer verdade em torno do episódio, ainda que a polícia e a grande mídia tenham investido na versão que rotula Celso e seu colega como “assaltantes”. Talvez possamos ponderar a conduta de Mafra a partir do contexto de realização do filme — *Diário de uma busca* foi finalizado entre 2009/2010, final do segundo governo de Luiz Inácio Lula da Silva, um período mais favorável à condenação das arbitrariedades do regime militar. Basta lembrarmos que, em 2011, e já no governo de Dilma Rousseff (também ela uma ex-presa política), seria criada a Comissão Nacional da Verdade<sup>24</sup>. Decorreriam daí o constrangimento, as vacilações, a contenção do delegado. Em contrapartida, aventamos outra hipótese: e se Mafra fosse entrevistado hoje, com a emergência do conservadorismo e em pleno mandato de Jair Bolsonaro, notório entusiasta do período militar? Como teria reagido às perguntas de Flávia? Incurriria em esquivas? Findamos com esta indagação.

24 Colegiado instituído pelo governo federal, por intermédio da Lei 12.528/2011, para investigar as violações de Direitos Humanos ocorridas entre 1946 e 1988, com o apoio do Estado brasileiro, e praticadas por agentes públicos e/ou pessoas a seu serviço.

## Referências

BARON, Jaimie. *The archive effect*. New York: Routledge, 2014.

BARTHES, Roland. *A câmara clara*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.

BERNARDET, Jean-Claude. A migração das imagens. In: TEIXEIRA, Francisco Elinaldo (Org.). *Documentário no Brasil – Tradição e transformação*. São Paulo: Summus, 2004.

COMOLLI, Jean-Louis. *Ver e poder – A inocência perdida: cinema, televisão, ficção, documentário*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

DIDI-HUBERMAN, Georges. *Imagens apesar de tudo*. Lisboa: KKYM, 2012.

DIDI-HUBERMAN, Georges. *Diante do tempo*. Belo Horizonte: EDUFMG, 2015.

SCOREL, Eduardo. Diário de uma busca – uma crônica do exílio feita de memórias de família. *Revista Piauí*, edição 60, set. 2011. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/materia/diario-de-uma-busca>. Acesso em: 28 out. 2019.

FARGE, Arlette. *O sabor do arquivo*. São Paulo: EDUSP, 2009.

FELDMAN, Ilana. “Os Dias com Ele” é filme corajoso sobre lacunas na relação com pai. Texto publicado na seção “Ponto Crítico” da *Ilustríssima*, no jornal “Folha de São Paulo”, em 20 de março de 2016. Versão on-line disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2016/03/1751556-os-dias-com-ele-e-filme-corajoso-sobre-lacunas-na-relacao-com-pai.shtml>. Acesso em: 22 ago. 2019.

FRANÇA, Andréa; MACHADO, Patrícia. A imagem-excesso, a imagem-fóssil, a imagem-dissenso: três propostas cinematográficas para a experiência da ditadura no Brasil. *Estudos da Língua(gem)*, Vitória da Conquista-BA, v. 12, n. 1, p. 135-156, junho/2014. Disponível em: <http://periodicos2.uesb.br/index.php/estudosdalinguagem/article/view/1244/1070>. Acesso em: 25 set. 2019.

LEBOW, Alicia. *Cinema of me: The self and subjectivity in first person documentary*. Nova Iorque: Columbia University: Wallflower Press, 2012.

LINDEPERG, Sylvie. Imagens de arquivos: imbricamento de olhares. Entrevista concedida a Jean-Louis Comolli. In: *Catálogo Forum.doc*. Belo Horizonte: Filmes de quintal, 2010.

LINDEPERG, Sylvie. O destino singular das imagens de arquivo. *Revista Devires*, Belo Horizonte, v. 12, n. 1, p. 12-27, ago. 2015. Disponível em: <http://www.fafich.ufmg.br/devires/index.php/Devires/article/view/342>. Acesso em: 12 jun. 2019.

LINS, Consuelo; BLANK, Thais. Filmes de família, cinema amador e a memória do mundo. *Significação - Revista de Cultura Audiovisual*, São Paulo, n. 37, p. 52-74, 2012. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/significacao/article/view/71254>. Acesso em: 07 jul. 2019.

MAIA, Carla. História e, também, nada. O testemunho em *Os dias com ele*, de Maria Clara Escobar. *Cinêmas d'Amérique Latine*, p. 140-151, out. 2014. Disponível em: <https://cinelatino.revues.org/882>. Acesso em: 14 jun. 2019.

RASCAROLI, Laura. *The personal camera: subjective cinema and the essay film*. New York: Wallflower Press, 2009.

RENOV, Michael. *The subject of documentary*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2004.

SCHEFER, Raquel. *El autorretrato en el documental*. Buenos Aires: Editorial Catálogos, 2008.

SELIPRANDY, Fernando. *Documentário e memória intergeracional das ditaduras do Cone Sul*. Orientador: Marcos Francisco Napolitano de Eugênio. Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH), Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 2018.

SIBILIA, Paula. *O show do eu: a intimidade como espetáculo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

TEIXEIRA, Francisco Elinaldo. *Cinemas não narrativos: experimental e documentário – passagens*. São Paulo: Alameda, 2012.

VARGAS, Mariluci Cardoso de. *O testemunho e suas formas: historiografia, literatura e documentário (Brasil, 1964-2017)*. Orientadora: Cláudia Wasserman. Tese (Doutorado em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, 2018.



## ANEXO

### *Ficha técnica dos filmes*

*Person* (2007). Direção de Marina Person. Produção executiva: Maria Ionescu. Direção de produção: Bianca Villar. Fotografia: José Roberto Eliézer. Som direto: Fernanda Ramos. Edição: Sérgio Mekler e Cristina Amaral. Lançado em DVD (75 min) pela Bretz Filmes/Videofilmes.

*Diário de uma busca* (2010). Direção de Flávia Castro. Coprodução Brasil e França. Produção: Flávio Ramos Tambellini, Estelle Fialon e Flávia Castro. Roteiro: Flávia Castro. Som: Valéria Ferro. Fotografia: Paulo Castiglioni. Montagem: Flávia Castro e Jordana Berg. Lançado em DVD (108 min) pela Bretz Filmes/Videofilmes.

*Os dias com ele* (2013). Direção de Maria Clara Escobar. Fotografia e som: Maria Clara Escobar. Produção: Filmes de Abril. Produção executiva: Paula Pripas. Edição: Júlia Murat e Juliana Rojas. Edição de som e mixagem: Ricardo Cutz. Lançado em DVD (107 min) pela Videofilmes.

ENVIADO EM: 09/02/2020  
APROVADO EM: 18/08/2020

# ENTRE MEMÓRIAS E MONUMENTOS: UMA ANÁLISE DAS RELAÇÕES DA SOCIEDADE CAMPO-GRANDENSE COM OS BENS PATRIMONIAIS

*Between memories and monuments: an analysis of the relations of Campo Grande society with heritage assets*

---

Alyson Matheus de Souza<sup>1\*</sup>

Andrey Minin Martin<sup>2\*\*</sup>

## RESUMO

O presente trabalho tem como proposta analisar o estabelecimento de bens patrimoniais e monumentais em Campo Grande/MS e a relação da sociedade campo-grandense com o espaço e a memória, a partir da ideia de “marcos oficiais de fundação da cidade”, tendo como mote os chamados “Obelisco” e “Carro de Boi”. Nossa proposta é problematizar como estes monumentos têm se inserido no cotidiano dos campo-grandenses por meio de atos e intervenções que possibilitam sua ressignificação a partir de questões do tempo presente. Amparada em um debate histórico e antropológico, a presente investigação analisa como as relações entre pessoas, espaço, materialidades e memórias influenciam na construção de sentidos sobre a cidade e sua história, evidenciados em documentos do poder público local e veículos eletrônicos de notícias. Busca-se, portanto, entender como os monumentos analisados, projetados para presentificar o passado, podem ser considerados materialidades envolvidas em disputas e tensões, propensas a transformações simbólicas e materiais, a depender dos acontecimentos ocorridos em seus entornos.

*Palavras-chave:* Patrimônio; memória; Campo Grande-MS.

1 \* Doutorando em Antropologia Social pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional/UFRJ. Membro do Grupo de Antropologia da Devoção (Museu Nacional/UFRJ), do Laboratório de Antropologia do Lúdico e do Sagrado (Museu Nacional/UFRJ) e do Grupo de Estudos Fronteiriços (UFMS). Contato: alyson.stn15@gmail.com

2 \*\* Doutor em História pela Universidade Estadual Paulista/UNESP, com estágio de pesquisa/FAPESP na University of Tennessee-EUA. Mestre em História pela Universidade Estadual de Maringá/UEM e Graduado em História pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul/UFMS. Tem experiência no ensino Básico e Superior. Atualmente é docente no curso de História na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) e membro do Mestrado Profissional em Ensino de História/ProfHistória. Contato: andrey.martin@ufms.br

## ABSTRACT

The present work proposes to analyze the establishment of heritage assets and monuments in Campo Grande/MS and the relationship of Campo Grande's society with space and memory, based on the idea of "official landmarks for the foundation of the city." Based on the so-called "Obelisco" and "Carro de Boi," we problematize how these monuments were inserted into the daily life of the Campo Grande's population with acts and interventions that allow their resignification with questions of the present time. Supported by a historical and anthropological debate, the present investigation analyzes how the relationships between people, space, materialities, and memories influence the construction of meanings, from the present to the past, about the city and its history, evidenced in documents of the local public power and electronic news. Therefore, we seek to understand how the analyzed monuments, designed to present the past, can be considered materialities involved in disputes and tensions, prone to symbolic and material transformations depending on the events in their surroundings.

*Keywords:* Heritage; memory; Campo Grande-MS.

## *Introdução*

Diversas cidades brasileiras, como grande parte das metrópoles mundiais, possuem diversos monumentos inseridos em sua paisagem, visando narrar a história da sua população e do seu país. Ligados comumente a marcos fundadores, como pessoas e famílias ilustres, buscam manter vivos aspectos seletivos de um passado glorificado marcados no tempo presente. E no caso da cidade em análise não é diferente.

Campo Grande, capital do estado de Mato Grosso do Sul, possui atualmente cerca de vinte monumentos espalhados por diferentes localidades visando destacar diferentes eventos históricos que marcam, por exemplo, a fundação da cidade, assim como a presença de diferentes povos na região. Grupos indígenas, quilombolas, bolivianos, paraguaios e japoneses são traduzidos nestes espaços no sentido da construção da urbe heterogênea, plural e migrante. Assim, para quem percorre a cidade, a capital sul-mato-grossense é compreendida como uma zona de intenso diálogo entre diferentes culturas e povos.

Porém, um exame mais minucioso dos últimos anos sobre ocorrências ligadas a estes monumentos nos revela distintas posições e interpretações em relação a sua presença. Emaranhadas a notícias sobre atos de depredação, em diferentes formas, ou mesmo opiniões expressas em distintos veículos de comunicação, se escondem inúmeras possibilidades de entender como tais monumentos se inserem no cotidiano de sua população. Desta forma, nossa proposta é analisar os processos históricos de formação da cidade de Campo Grande e as relações da população com a memória local a partir de seus monumentos.

Foram analisados dois monumentos instalados na cidade, Obelisco e Monumento Carro de Boi, popularmente conhecido somente como Carro de Boi, que também recebe outras denominações: Monumento aos Desbravadores, Monumento aos Pioneiros e Monumento aos Migrantes. Neste trabalho será adotada a forma popular de mencioná-lo: Carro de Boi. São observados a partir de um conjunto de relações/interações que operam no tempo presente da cidade, entre atos de pichação e depredação, classificados pela mídia local e o poder público como vandalismo, mas que podem tanto configurar formas de destruição dos monumentos como mecanismos de (re) inscrição dos mesmos no tempo presente.

Assim, inserida no debate sobre patrimônio, cidades e memória (LE GOFF, 1996; CHOAY, 2000; FABRE, 2019 [2002]; GONÇALVES, 2005; 2012; PATERMAN, 2015; VELHO, 2006), a temática abrange uma ampla gama de aspectos que devem ser levados em consideração, no entendimento de que, além dos aspectos inerentes à monumentalidade, os atos e ações ocorridos em seu entorno — como nos casos que aqui serão analisados — não podem ser traduzidos de uma forma homogênea e generalizante, cabendo, portanto, serem encarados como elementos constituintes da própria existência do monumento (GIUMBELLI, 2013; LUKINOVIC, 2019).

Desta forma, serão abordadas análises realizadas entre os anos de 2020 e 2022 a partir de um mote documental amplo e conectado à bibliografia em questão, na observação de aspectos que permeiam a conservação e políticas públicas relacionadas aos monumentos, bem como uma discussão sobre a destruição dos mesmos, desencadeando nuances da ocupação do espaço público por diferentes grupos.

Ao longo de todo o trabalho, buscou-se entender como a cidade e sua população estabelecem relações com seus monumentos, sem pensá-los enquanto formas estáticas, imutáveis; pelo contrário, o objetivo perseguido foi lançar luz sobre a instabilidade que permeia os monumentos,

a sua capacidade de transformação constante. Isto posto, serão percorridos possíveis caminhos de problematização sobre as materialidades da memória na cidade, as narrativas e as representações construídas pela população local.

Diante disso, o estudo aqui levado a cabo busca se inserir no contexto das discussões que contemplam patrimônios culturais na contemporaneidade e estudos relacionais à memória e a sua inscrição no espaço público.

### *Campo Grande: história, memória e monumentos*

Campo Grande, capital do estado de Mato Grosso do Sul, foi fundada por volta dos anos de 1870. Acredita-se que o surgimento da cidade resulte da povoação da região por uma comitiva de migrantes com origem no estado de Minas Gerais, liderados por José Antônio Pereira, personificando, como em outros locais, no tempo presente a ideia dos “pioneiros” e “desbravadores”. Este grupo se estabeleceu na confluência dos córregos Prosa e Segredo, onde desenvolviam atividades agropastoris. Cabe salientar que, de acordo com a historiografia local, suspeita-se ter havido no mesmo período a presença de outros grupos na mesma região<sup>3</sup>, o que torna o processo de fundação da cidade um evento histórico complexo e heterogêneo — além de diferir, em certa medida, do discurso oficial sobre o surgimento da cidade, que enfoca o protagonismo dos migrantes mineiros e de José Antônio Pereira.

Para tratar de Campo Grande torna-se necessário retomar a criação do estado de Mato Grosso do Sul, no qual a cidade encontra-se situada. O estado foi criado em 1977, em razão da divisão do antigo estado do Mato Grosso. As movimentações para a emancipação política tiveram início ainda na década de 1930, protagonizadas pelas elites econômica e política que habitavam a região

3 De acordo com Weingärtner (1995, p. 4), a localidade onde se encontra Campo Grande já era habitada por outros grupos antes da chegada da comitiva chefiada por José Antônio Pereira. A autora cita que havia “na região, o poconeano João Nepomuceno e algumas famílias camapuanas fixadas ao longo do córrego Prosa, onde cultivavam suas roças”. Além deste grupo, também migrou para a região outra comitiva oriunda de Minas Gerais, esta chefiada por Manuel Vieira de Souza. Por fim, Weingärtner diz que “a história oral admite que José Antônio Pereira não é o primeiro desbravador a instalar moradia na confluência dos córregos Prosa e Segredo; ela aponta, também, a existência de uma comunidade negra, no Cascudo, hoje Bairro São Francisco, contemporânea à chegada dos primeiros desbravadores descendentes dos portugueses” (p. 4-5).

sul do antigo Mato Grosso, onde estava localizada Campo Grande. Estes grupos projetavam a cidade como símbolo da modernidade, aberta ao desenvolvimento e ao progresso, sendo um contraponto à cidade de Cuiabá (capital do Mato Grosso) e à região norte do antigo estado, apontada pelos residentes da região sul do estado como símbolo do “atraso” (DAL MORO, 2015, p. 8).

Por volta dos anos 1930, Campo Grande era considerada polo econômico e político do antigo Mato Grosso, reunindo diversos grupos econômicos do estado, como pecuaristas, industriais, agricultores, artesãos, comerciantes (WEINGÄRTNER, 1995, p. 8), que estavam intimamente envolvidos com as tomadas de decisões políticas. O desenvolvimento da cidade esteve por muito tempo atrelado, principalmente, à atividade agropastoril, considerada a base da economia de toda a região (WEINGÄRTNER, 1995, p. 9).

A relevância do labor rural para a consolidação da autonomia do Mato Grosso do Sul frente a seu vizinho ao norte não estava refletida somente em aspectos econômicos e políticos, mas também naqueles de natureza sociocultural. A criação de um “novo estado” ligava-se ao surgimento de um “novo povo”, engajado em se reafirmar como um grupo específico, com identidade e cultura próprias, inspirado, sobretudo, pela ruralidade.

Durante esse processo de “invenção” da sua cultura (WAGNER, 2017), a população campo-grandense demonstrava manter estreita ligação com as características culturais remanescentes do seu passado rural. Os elementos rústico e caipira predominavam — e ainda predominam — como forma de identificação da sociedade em questão e o “modo de ser campo-grandense” sustentava-se através da cultura caipira, a qual estima-se ter chegado à região ainda em fins do século XVIII (REIS, 2002). Conforme aponta o autor, “a principal característica dessa cultura consistia na rusticidade, resultado do encontro de padrões culturais europeus, no caso específico de espanhóis e portugueses, com os de etnias indígenas, modelando esses últimos, em grande parte, o modo de ser da população local” (p. 42).

Além da influência da ruralidade e do “modo de ser caipira”, expressão um tanto pejorativa por muito tempo adotada para a região, Campo Grande buscava se diferenciar de seus vizinhos ao norte recorrendo a elementos culturais oriundos de outros povos que também ocupavam a cidade, como os fronteiriços (bolivianos e paraguaios), indígenas (guarani-kaiowá, kadiwéu, terena, entre outros), imigrantes/migrantes (árabes, alemães, italianos, japoneses, bem como baianos, gaúchos, mineiros, paulistas, entre outros) e, também, pantaneiros. Com isso, a formação da sociedade local projetava a multiplicidade cultural, étnica e identitária presente na região.

Atualmente, é possível identificar, por meio de aspectos como o artesanato, a culinária, a dança, a moda e a música, indícios da contribuição dos diferentes povos que coabitam a cidade. Junto a isso, em pontos espalhados pela urbe, podem ser visualizadas homenagens aos povos e às culturas que contribuíram com a construção da identidade e da cultura campo-grandenses. São monumentos e locais culturais e históricos construídos com o objetivo de relembrar constantemente à população as suas origens.

Campo Grande possui diversos bens materiais culturais, históricos e memorialísticos. São materialidades que homenageiam tanto figuras, grupos e eventos históricos — ligados ao surgimento e desenvolvimento da cidade e de sua população — como patrimônios ambientais. Segundo a Secretaria Municipal de Cultura e Turismo (SECTUR), a cidade dispõe de dezessete bens culturais considerados patrimônio cultural em nível municipal, que podem ser divididos em três grupos: patrimônio material (doze bens materiais tombados), patrimônio paisagístico (três bens naturais tombados) e patrimônio imaterial (dois bens imateriais registrados) (Tabela 1).

<b>TABELA 1. Patrimônios culturais da cidade de Campo Grande/MS (entre parênteses constam os anos de tombamento/registro de cada bem cultural).</b>	
Patrimônio Material	Obelisco (1975); Museu José Antônio Pereira (1983); Morada dos Baís (1986); Conjunto dos Ferroviários (1996); Colégio Osvaldo Cruz (1997); Escola Municipal Isauro Bento Nogueira – Sítio Histórico de Anhanduí (2003); Loja Simbólica Maçônica Estrela do Sul nº 3 (2004); Igreja de São Benedito (1996); Monumento Símbolo da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (2006); Loja Maçônica “Oriente Maracaju” (2007); Imóvel sede do Rádio Clube (2012); Conjunto arquitetônico do Santuário Nossa Senhora do Perpétuo Socorro (2019).
Patrimônio Paisagístico	Árvore da rua da Paz quase esquina com a rua Rio Grande do Sul (2009); 22 árvores da espécie <i>Ficus microcarpa</i> e os canteiros centrais da avenida Mato Grosso, entre a rua Pedro Celestino e a avenida Calógeas (2011); Canteiro central e das árvores octogenárias da avenida Afonso Pena (2019).
Patrimônio Imaterial	Prato típico “Sobá” (2006); Feira Central de Campo Grande (2017).

FONTE: SECTUR/Campo Grande.

Além dos patrimônios em nível municipal, Campo Grande dispõe de cinco patrimônios em nível estadual, a saber: Acervo de Artes Plásticas de “Lydia Baís” (1998); antigo prédio do Quartel-General da 9ª Região Militar (1994); Casa do Artesão (1994); Escola Estadual “Maria Constança de Barros Machado” (1998); Igreja São Benedito “Tia Eva” (1998); e Loja Maçônica “Oriente Maracaju” (2007).

Existem vários outros monumentos espalhados pela cidade e que não obtiveram seu tombamento. São obras artísticas que ressaltam a diversidade cultural da cidade e prestam homenagem, por exemplo, aos imigrantes japoneses (Monumento da Imigração Japonesa – 1979; Monumento do Sobá – 2009); às comitivas mineiras (Monumento Carro de Boi – 1996); às populações indígenas (Monumento à Zarabatana – 1993; Monumento aos Cavaleiros Guaicurus – 2004; Escultura Índia Terena – 2012); à comunidade negra/quilombola (Estátua do Preto Velho – 1995); às forças armadas (Monumento Histórico da Força Expedicionária Brasileira – inaugurado em 1999); e aos Maçons (Monumento ao Maçom – inaugurado em 2005). Há também monumentos voltados à fauna regional/pantaneira (Monumento das Araras – 1964; Monumento Pantanal Sul – 2000), além de obras arquitetônicas históricas, como residências e prédios comerciais, entre diversos outros.

Neste trabalho, nos debruçaremos particularmente sobre a interação da população campo-grandense com dois monumentos, o Obelisco e o Monumento Carro de Boi, os quais podem ser considerados “marcos oficiais de fundação da cidade”. O primeiro é considerado patrimônio cultural de Campo Grande, sendo o primeiro bem material tombado da cidade; já o segundo, popularmente conhecido como Carro de Boi, integra o conjunto de monumentos não patrimoniados da cidade. Ambos os monumentos possuem em comum o caráter de homenagem aos migrantes “pioneiros” no desbravamento da região conhecida hoje como Campo Grande, sendo projetados para perpetuar ao longo do tempo a imagem e a memória referentes àqueles sujeitos.



## *Obelisco*

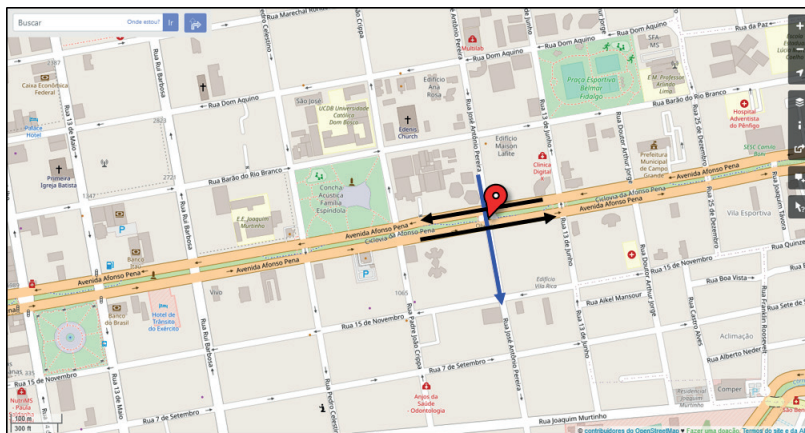
O Obelisco integra um conjunto de monumentos que visam homenagear José Antônio Pereira<sup>4</sup>, figura marcante da ocupação do território onde hoje está situada Campo Grande. Este monumento está localizado no cruzamento da Avenida Afonso Pena, principal via da capital, com a Rua José Antônio Pereira, na região central (Figura 1). Segundo dados de um texto elaborado por Santos (2020), disponibilizado no sítio eletrônico do Arquivo Histórico de Campo Grande (ARCA), a construção do Obelisco data de 1933, com inauguração no dia 26 de agosto do mesmo ano, data em que se comemora o aniversário da cidade.

Foi concebido durante a gestão do então prefeito Ítório Correa da Costa, sendo projetado pelo engenheiro e militar Newton Cavalcante, comandante da Circunscrição Militar naquele momento. O texto elaborado por Santos também informa que:

O monumento teria sido construído para marcar as comemorações do aniversário da cidade e para a preparação para a 1ª Feira de Amostras, onde seriam comercializados produtos agropecuários e industriais, feira esta que marca bem a posição da cidade como um importante polo da economia agropastoril na época (SANTOS, 2020, s.p.).

4 Vale ressaltar que a cidade conta com outras homenagens a José Antônio Pereira: um busto, idealizado pela colônia libanesa; um museu, alocado onde fora a residência dele e sua família; uma escola estadual que leva seu nome; uma rua na região central da cidade; um edifício na principal avenida da cidade, a Afonso Pena; e uma placa que o indica como patrono da primeira turma de formandos do Colégio Militar de Campo Grande, no ano de 1997.

**FIGURA 1.** Mapa indicando a localização do Obelisco (indicado na cor vermelha), no cruzamento da Avenida Afonso Pena (seta de cor preta) com a Rua José Antônio Pereira (seta de cor azul).



FONTE: Open Street Map.

Na Figura 2 se observa a estrutura do monumento, concebido por um pilar de alvenaria, com uso de tijolos maciços, formato de agulha piramidal medindo sete metros de altura, sobre uma base trapezoidal, totalizando cerca de nove metros de altura. Fixou-se à sua face principal uma efígie com o semblante de José Antônio Pereira, voltada para a avenida Afonso Pena, sobre a qual encontra-se o seguinte escrito: “Aos seus bravos fundadores. Homenagem de Campo Grande”<sup>5</sup> (Figura 3).

5 Obelisco em Campo Grande. Disponível em: <http://www.campogrande.ms.gov.br/arca/artigos/obelisco-de-campo-grande/>. Acesso em: 24 jan. 2022.

**FIGURA 2. Monumento “Obelisco” em Campo Grande/MS.**



FONTE: Reprodução/JD1 Notícias. Data do registro: março de 2018.

**FIGURA 3. Efigie com retrato de José Antônio Pereira, a qual compõe o Obelisco.**



FONTE: <http://www.campograndems.net/monumentos.html>. Acesso em: 22 mar. 2022.

O formato de agulha piramidal do Obelisco remonta a uma representação do falo, seguindo uma tradição grega que se vale de monumentos com esse formato para exaltar a referida parte do corpo, símbolo da masculinidade. A verticalidade do monumento carrega a ideia de “avançar adiante”, sempre em linha reta, rumo ao progresso. Por trás dos elementos que compõem o monumento pode estar encoberto um projeto de desenvolvimento e progresso da cidade inspirado em figuras masculinas, bem como em visões de mundo orientadas pela ruralidade e pela cultura caipira.

Importa enfatizar a participação das forças militares no processo de constituição deste monumento, representadas na figura do então comandante Newton Cavalcante. Tal fato denota a proximidade da administração municipal com grupos militares no período de construção do Obelisco, em torno dos anos 1930. Este suposto elo sugere que a manutenção do poder local estaria atrelada à junção de forças políticas e militares, sendo o Obelisco um símbolo da cooperação entre ambos.

Com isso, evidencia-se uma possível leitura do monumento Obelisco enquanto instrumento de manutenção de poder (LE GOFF, 1996), pois sua construção exprime e reforça instâncias de poder consolidadas na localidade em que foi instalado. Geralmente, a narrativa que justifica a construção de um monumento é fruto de arranjos discursivos de uma parcela da sociedade que ocupa posições de prestígio e possui legitimidade para pontuar o que pode ou não se perpetuar no tempo através das materialidades ligadas à memória. Dessa forma, monumentos como o Obelisco não só comunicam acontecimentos do passado como também reforçam hierarquias sociais, políticas e econômicas, contribuindo para a instituição de poder e a organização das suas dinâmicas.

O Obelisco integra uma série de monumentos construídos em Campo Grande entre os anos 1930 e 1950 sob influência do estilo *art déco*. Foi o arquiteto alemão Frederico João Urllass quem imprimiu o estilo em obras arquitetônicas da cidade. O *art déco* foi uma tendência lançada na Europa em 1925 e se estabeleceu como referência arquitetônica no Brasil até os anos 1940. Caracterizou-se, de acordo com o ARCA, “pelo emprego de formas geométricas, linhas retas, molduras longitudinais retilíneas e figuras estilizadas” (ARQUIVO HISTÓRICO DE CAMPO GRANDE, 2006, p. 14).

Destaca-se que a tendência também serviu de referência para a construção de outras obras históricas na cidade: o Colégio Auxiliadora, em 1931; O Relógio da (rua) 14 de Julho, em 1933 (demolido em agosto de 1970 e reconstruído em 2000, desta vez no cruzamento das avenidas Afonso Pena e Calógeras); o Colégio Dom Bosco, em 1936. Convém também citar os já

demolidos Cine Santa Helena e Cine Alhambra, construídos em 1936, ambos sob influência do *art déco*.

Foi o primeiro monumento a se tornar patrimônio material municipal, cujo tombamento data de 09 de setembro de 1975, mediante aprovação da Lei Legislativa nº 100. O documento, pelo que tudo indica, foi concebido no âmbito da Câmara Municipal de Campo Grande, fruto de uma articulação que parece ter envolvido apenas vereadores, não contando com participação ativa do chefe da administração municipal da época.

O fato que pode ter motivado o tombamento do Obelisco teria ligação com a demolição de outro monumento, o Relógio da 14 de Julho, ocorrida em 1970, em nome da modernização da cidade. Portanto, tornar o Obelisco patrimônio material em nível municipal às vésperas da criação do estado de Mato Grosso do Sul — do qual Campo Grande se consagraria como capital — caracterizaria uma preocupação de figuras políticas da época não somente com as memórias associadas ao monumento, mas também com a destruição de uma materialidade que poderia se consagrar símbolo da identidade e da sociedade campo-grandense após a emancipação política do estado.

Neste sentido, a movimentação política capitaneada pelos vereadores em prol da proteção do Obelisco demonstraria o interesse de valorizar as memórias, os conceitos e os valores ligados àquela sociedade voltada à ruralidade, não negando todos os elementos da modernização em curso que avançava pela cidade, mas que, provavelmente, motivaria a destruição daquele símbolo, hipótese essa levantada por Marques (2006, p. 29):

Apesar das leis inibirem as ações de destruição, não as evitam, nem subtendem-se que serão conservadas ou reformadas, casas velhas continuam a serem demolidas discretamente, sob a conviência da sociedade.

Observe-se a história: em 1941 o Código de Obras e Posturas trazia um artigo que proibia reformas nas edificações com o intuito de prolongá-las, ou seja, oferecia a marreta – posto que a ânsia do novo justificava a destruição. O progresso institucionalizou a demolição de casas antigas, tradição que perpetuou-se no imaginário da cidade, daí perdemos tantos exemplares arquitetônicos, históricos e culturais. O argumento da administração municipal para a demolição do Relógio da 14 (hoje replicado na avenida Afonso Pena, próximo à avenida Calógeras), foi o desejo da população por sua retirada. Até hoje esta sociedade ainda não assimilou sua cultura, identidade e memória.

Ressalta-se que apesar da preocupação com a demolição do Obelisco ter inspirado vereadores a transformá-lo em patrimônio cultural, diretrizes voltadas aos processos de tombamento de bens materiais em âmbito municipal, bem como as práticas de preservação de patrimônios culturais, foram decretadas somente em 16 de junho de 1998, com a promulgação da Lei nº 3.525, que dispõe sobre a proteção de patrimônio histórico, paisagístico e cultural na esfera municipal.

Quando da sua construção, o monumento estava situado no ponto que indicava o limite do perímetro urbano. Atualmente, em decorrência do desenvolvimento da cidade, o Obelisco encontra-se situado no cruzamento de vias com expressivo movimento (a avenida Afonso Pena e a rua José Antônio Pereira). O fato de Campo Grande ter passado por transformações em sua paisagem urbana pode ter acarretado de alguma forma mudanças à estrutura do Obelisco e ao seu entorno, como resultado das práticas de preservação do monumento.

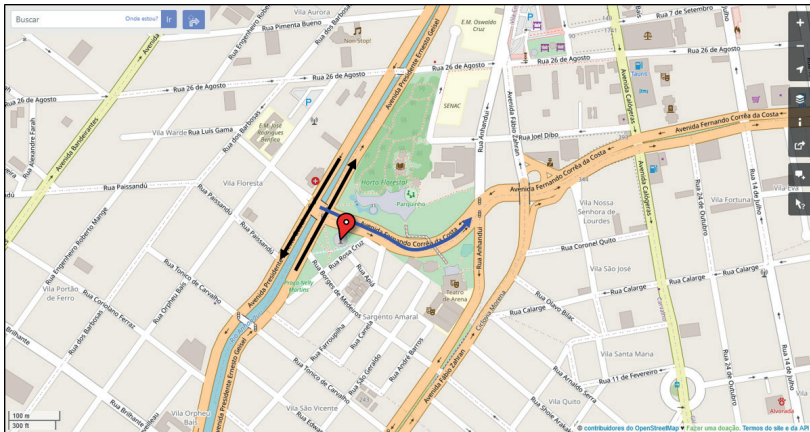
Vale pontuar que a forma do monumento se manteve praticamente a mesma desde a sua construção até os dias atuais e o local em que está situado também é o mesmo do período de sua inauguração. A alteração na estrutura do Obelisco mais evidente foi que, em algum momento da história, ocorreu a remoção de uma escadaria que havia sido instalada em um dos lados do monumento. Muito provavelmente, essa escadaria propiciava a concentração de pessoas que buscavam contemplar o monumento. Contudo, durante a realização deste trabalho não foi possível obter maiores detalhes acerca de tal fato.

## *Carro de Boi*

Assim como o Obelisco, o Monumento Carro de Boi, conhecido popularmente como Carro de Boi, também foi inaugurado no mês de aniversário de Campo Grande, em agosto, no entanto, sessenta anos após o primeiro, no ano de 1995. Foi idealizado pelas artistas plásticas orientais Neide Ono e Maria Oshiro Tibana, construído durante a gestão do prefeito Juvêncio César da Fonseca e instalado na Praça dos Fundadores, esta última próxima ao Parque Florestal Antônio de Albuquerque, localizado no

cruzamento das avenidas Fernando Corrêa da Costa e Ernesto Geisel (Figura 4), também na área central da cidade.

**FIGURA 4.** Mapa indicando a localização do Monumento Carro de Boi (indicador na cor vermelha), no cruzamento das avenidas Fernando Corrêa da Costa (seta de cor azul) e Ernesto Geisel (seta de cor preta).



FONTE: Open Street Map.

O monumento é composto por um painel de granito preto que mede 10 m (L) x 5 m (A); sobre ele estão posicionadas peças metálicas com formas que remetem a um carro de boi, sobre o qual há a figura de uma mulher sentada e é guiado pela figura de um homem. No projeto original, as peças foram instaladas nos dois lados do painel e eram fundidas em alumínio e metal dourado (Figuras 5 e 6). No entanto, após obra de revitalização ocorrida no ano de 2021, capitaneada pela administração municipal em parceria com a iniciativa privada, estes objetos foram trocados por outros, com as mesmas formas — só que desta vez forjados em alumínio —, e foram instalados somente em um dos lados do painel.



**FIGURA 5. Monumento Carro de Boi em sua versão original (lado A).**



FONTE: Saul Schramm/MS Notícias. Data do registro: agosto de 2020.

**FIGURA 6. Monumento Carro de Boi em sua versão original (lado B).**



FONTE: Mário Bueno/Prefeitura Municipal de Campo Grande; Top Mídia News. Data do registro: janeiro de 2016.



O desenho instalado no monumento remete ao período de chegada das comitivas mineiras a Campo Grande, as quais investiram na atividade agropastoril como principal mecanismo de subsistência. Acredita-se que a localidade onde o monumento está instalado — na confluência dos córregos Prosa e Segredo — foi a área escolhida pelos “pioneiros” migrantes no passado para fixar moradia e passou a ser considerada, a partir do ano de 2018, o marco zero da cidade.<sup>6</sup> A localidade marca o início da urbanização de Campo Grande.

O Carro de Boi também recebe outros três nomes: Monumento aos Pioneiros, Monumento aos Imigrantes e Monumento aos Desbravadores. De acordo com uma placa instalada em uma das laterais do painel, consta como nome oficial da obra “Monumento aos Desbravadores”. A data de sua construção gera controvérsia, pois na mesma placa na qual consta seu nome oficial é apontado o mês de agosto de 1995 como data de inauguração (Figura 7), porém, veículos de notícias e demais sítios eletrônicos comumente divulgam o ano de 1996 como data de sua construção.

**FIGURA 7. Placa anexa ao monumento com informações sobre sua construção e inauguração.**



FONTE: Henrique Kawaminami/Campo Grande News. Data do registro: agosto de 2021.

6 “Prefeito aprova Marco Zero em Campo Grande em frente ao monumento ‘Carro de Boi’”. Disponível em: <https://www.campograndenews.com.br/cidades/capital/prefeito-aprova-marco-zero-em-campo-grande-em-frente-ao-monumento-carro-de-boi>. Acesso em: 21 fev. 2022.

Essa obra artística remonta ao período de ocupação das terras planaltinas por comitivas mineiras que migraram para a região centro-sul brasileira. Vale destacar que a região hoje conhecida como Mato Grosso do Sul é fruto também de um movimento mais amplo de colonização pós-Guerra do Paraguai, em que os protagonistas eram povos oriundos das regiões sudeste (em sua maioria mineiros e paulistas) e sul (principalmente gaúchos) do país.

Ademais, a representação artística do boi retrata o gado, uma figura muito importante para o desenvolvimento socioeconômico de Campo Grande e do estado de Mato Grosso do Sul desde o início do século XX, utilizado no transporte, na alimentação, na produção de couro, entre outros. Efeito da atividade agropastoril, a circulação de importantes cifras pela região naquele período propiciou a formação de uma área urbana e o seu povoamento, com vistas a atender demandas de diversos sujeitos que passaram a transitar por ali, como boiadeiros, negociantes de diferentes espécies, fazendeiros, entre outros (REIS, 2002, p. 41-42).

O monumento Carro de Boi também resgata aspectos intrínsecos à formação da sociedade campo-grandense, como a ruralidade e as culturas rústica e caipira. Com isso, ele materializa a memória dos grupos que povoaram a região no passado e presentifica costumes, valores e ideais daquele período encadeados à identidade e à cultura locais ainda hoje, como a importância do labor rural para a economia e a valorização do estilo de vida caipira, expressada em aspectos como a culinária, a dança, a moda e a música.

## *Leituras possíveis dos monumentos Obelisco e Carro de Boi*

Após descrever o processo de concepção do Obelisco e do Carro de Boi, elucidando alguns de seus possíveis significados, gostaríamos de pontuar brevemente aspectos que merecem atenção visando ao aprofundamento das nossas análises. Vale ressaltar que não há o intuito em sermos taxativos nas seguintes explicações e nosso interesse reside na exploração da complexidade que envolve aquelas materialidades e na sugestão de possíveis caminhos interpretativos.

Começamos pelo aspecto da matéria do monumento. Obelisco e Carro de Boi já passaram por revitalizações em diferentes momentos e isso demonstra que ações do tempo e intervenções humanas, tanto sobre o espaço como nos próprios monumentos, afetaram sua estrutura. Revela-se com isso que os monumentos enquanto materialidade da memória (ou memória materializada) são dotados de instabilidade, eles não permanecem intactos e imutáveis ao longo da história.

A visão que encara monumentos como matéria estável se assemelha à noção de memória que permeia as políticas de conservação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) no Brasil, respaldada por uma tese aristotélica sobre a memória (PATERMAN, 2015). Essa tese constitui a memória como “uma espécie de impressão que depende da sustentação em um suporte”, neste caso, “a estabilidade material dos monumentos” (FORTY, 1999 *apud* PATERMAN, 2015, p. 246). Paterman nomeia essa memória como “memória monumental”.

Contudo, a necessidade de constantes manutenções de um monumento nos mostra que essa matéria está em constante processo de (re)construção, (re)elaboração, o que permite indicar a instabilidade material dos monumentos. Diante disso, Paterman (2015) se baseia em outra noção de memória, chamada por ela de “memória cotidiana”, para a qual existe uma relação intrínseca entre memória e matéria, sugerindo que a primeira pode prescindir da estabilidade de um suporte material. O que a autora propõe, de fato, é que assim como diferentes fenômenos da vida social marcados pela dinamicidade e por frequentes mudanças, memória e matéria são igualmente suscetíveis a transformações e que isso não impede os trabalhos de rememoração, mas podem, ao contrário, suscitá-los (PATERMAN, 2015, p. 247).

Outro aspecto implícito nos monumentos analisados está relacionado à dicotomia indivíduo/coletivo. O Obelisco, apesar de possuir em sua estrutura a mensagem em que diz ser uma homenagem aos “Desbravadores”, retrata particularmente a figura de José Antônio Pereira como ícone do desbravamento local, tido, portanto, como uma espécie de representante das agrupações presentes na região, o que colocaria o indivíduo em posição de prestígio. O Carro de Boi, por outro lado, por meio de representações artísticas do homem e da mulher, parece lançar mão do núcleo familiar tradicional e, por conseguinte, da coletividade, como elementos cruciais para um grupo que se encontra em processo migratório.

Sendo assim, é possível visualizar a dicotomia indivíduo/coletivo refletida nestes monumentos e como isso pode expressar um jogo entre distintos projetos de sociedade. Se os monumentos também aparecem como instrumentos de formação social, identitária e cultural, o Obelisco estaria voltado à individualidade e à centralidade da figura masculina na representação coletiva; o Carro de Boi, por sua vez, focalizaria a coletividade e os valores familiares. Contudo, importa dizer que tal hipótese não descarta a possibilidade de esses projetos de sociedade terem, no decorrer do tempo, intercambiado entre si noções de mundo, valores e ideias.

Há, por fim, a questão do tombamento. O Obelisco foi o primeiro bem material a se tornar patrimônio cultural de Campo Grande, tornando-se um dos símbolos históricos e culturais da cidade, enquanto o Carro de Boi não compõe o rol de bens culturais tombados pelo município. Essa diferença suscita alguns questionamentos: se ambos os monumentos prestam homenagens, à sua maneira, aos “pioneiros”, “desbravadores”, por que somente um deles foi tombado? O bem material tombado, o Obelisco, tem maior representatividade para a sociedade campo-grandense que o Monumento Carro de Boi? Há aspectos políticos, econômicos, geográficos e sociais em torno da seleção de qual monumento passará à condição de patrimônio cultural?

Além dos questionamentos, essa diferença resvala em um terreno fértil que diz respeito às negociações e às tensões que orbitam processos de patrimonialização (VELHO, 2006). Apesar dos conflitos de interesses inerentes à seleção de monumentos a serem tombados, no plano geral, isso pode desvelar conflitos e tensões que também marcam a formação de uma sociedade e que podem ser vistos “como um constante e ininterrupto processo de negociação da realidade, com idas e vindas, recuos e avanços, alianças sendo feitas e desfeitas, projetos adaptando-se e alterando-se, com transformações institucionais e individuais” (VELHO, 2006, p. 246).

### *Manifestações políticas e ações transgressoras como formas de interação com o espaço e a memória*

Nesta seção, abordaremos a interação da sociedade campo-grandense com os monumentos Obelisco e Carro de Boi, de modo a esboçar uma análise

da relação dessa população com o espaço e a memória. Apresentaremos a seguir eventos ocorridos a partir do ano de 2013 que podem ser considerados formas de interação entre pessoas e monumentos. Esses eventos giram em torno da realização de manifestações políticas no entorno do Obelisco e atos transgressores, como pichação e depredação, em ambos os monumentos.

Monumentos são materialidades que demandam uma intrínseca relação com o espaço e a memória. Eles se relacionam com as pessoas através de sua exposição pública e de atos que reivindicam o domínio sobre as memórias que suscitam e os espaços em que estão instalados. Podemos dizer que os monumentos constituem “lugares de memória” (NORA, 1993), responsáveis por sustentar ao longo do tempo um passado bastante específico, que “foi localizado e selecionado para fins vitais, na medida em que pode, diretamente, contribuir para manter e preservar a identidade de uma comunidade, étnica ou religiosa, nacional, tribal ou familiar” (CHOAY, 2000, p. 16).

As memórias ligadas a um monumento são frutos de um conjunto de seleções, o que quer dizer que o arranjo discursivo que dá origem à memória coletiva é produto de recortes do passado, uma espécie de seleção de fragmentos históricos que poderão ser repassados às futuras gerações. Neste movimento encontra-se implícito o esquecimento como elemento intrínseco à constituição da memória (POLLAK, 1989), pois certas “partes do passado” são escolhidas para serem lembradas em detrimento de outras, que acabam por se perder no tempo.

De acordo com Fabre (2019, p. 16), citando Alois Riegl, os monumentos são materialidades que estimulam “a partilha de um sentimento de passado enquanto passado, o nascimento de um valor de coisas e de lugares que são percebidos como presenças do passado em nosso presente, na nossa atualidade”. Os vínculos que uma sociedade estabelece com o passado por meio das memórias constituem elementos simbólicos importantes para a construção da coletividade e do sentimento de pertença.

Essas materialidades podem, por exemplo, ser alvos de manifestações políticas, propiciando a concentração de grupos semelhantes que utilizam o monumento como palco para a exposição de discursos políticos e ideológicos. Vale lembrar que há vezes em que os próprios monumentos são alvos de críticas em razão das controvérsias históricas em que estão envolvidas as figuras que o monumento representa.

No caso campo-grandense, a partir do ano de 2013 verificou-se que o Obelisco serviu de palco para diversas manifestações políticas capitaneadas na maioria das vezes por grupos de espectros ideológicos convergentes (Figura 8).

De um modo particular, essas pessoas se utilizaram dessas mobilizações como meio de reivindicação para si do domínio sobre o monumento, sua memória e o espaço em que está inserido.

**FIGURA 8. Manifestações políticas realizadas em torno ao Obelisco, registradas entre os anos 2016-2020.**

**Capital**  
NEWS CONSELHO DE VERDADE

### Obelisco amanhece de verde-amarelo para nova manifestação

Por Paulo Yafuso | 30/04/2016 08:25

O Movimento Reaja Brasil realiza na manhã deste sábado (30) mais uma manifestação a favor do impeachment da presidente Dilma Rousseff. Será no Obelisco, que amanheceu coberto com as cores verde e amarela com a inscrição Reaja Brasil.

No convite distribuído à população assinam a convocação os movimentos Democrático Pró-Impeachment e Pátria Livre, trazendo a frase "Tchau Querida", que marcou a fase em que a Câmara Federal discutia o prosseguimento do processo de afastamento da presidente Dilma.

Durante a manifestação será feita adesivagem, ao som de um trio elétrico, com a participação da Fiems (Federação das Indústrias de Mato Grosso do Sul) e Maçonaria.

Como a Câmara Federal já aprovou o prosseguimento do impeachment da presidente

**As mais lidas**  
NEWS CONSELHO DE VERDADE

### Grupos convocam para ato em apoio à Lava Jato e projetos do governo

Organizadores de movimento realizam adesivagem no Obelisco; manifestação começa no local às 15h em direção à sede do MPF

Por Movimento Henrique e Rodrigo Araújo | 03/02/2018 10:00

Obelisco com as cores da bandeira do Brasil

Manifestação pró-Bolsonaro em maio de 2020 (Pedro Almeida)

JD1 NOTÍCIAS.COM

megaleilões  
www.megaleiloes.com.br/ms

Área Urbana  
50% abaixo do valor

POLÍTICA

### Passeata de apoio a Bolsonaro na capital terá início no Obelisco

Apoiadores do presidente de todo o Brasil se mobilizam neste domingo

12 março 2020 - 17:05 Sarah Chaves

PRESIDENTE ESTAMOS COM VOCÊ

Manifestação pró-Bolsonaro em maio de 2020 (Pedro Almeida)

FONTE: Campo Grande News; JD1 Notícias.

A localização privilegiada na área central da cidade e a notável visibilidade do monumento, junto da relevância histórica e cultural que possui, são elementos que contribuíram para a propagação dos discursos que esses grupos buscaram expressar à sociedade naquele momento. Nestes casos, eles objetivaram inserir o monumento na composição de suas manifestações como um de seus agentes de comunicação.

O uso de elementos como bandeiras e vestimentas nas cores verde e amarela, discursos patrióticos e a defesa de valores conservadores demonstraram as concepções de mundo que essas pessoas possuíam. Ao lançarem mão destes símbolos, tinham como intuito imprimir pela cidade seus valores e ideais, difundindo um sentimento de pertença particular a uma parcela da sociedade.

No fundo, são práticas que buscam associar, de modo artificial, a totalidade da sociedade campo-grandense a preceitos difundidos por determinados grupos sociais. A reivindicação de símbolos históricos e memorialísticos aparece nesse contexto como um mecanismo de atualização dos sentidos do Obelisco a partir de demandas do presente.

Chama atenção o fato de que o monumento Carro de Boi não costuma aparecer nas matérias jornalísticas como alvo de manifestações políticas, assim como acontece com o Obelisco. Este trabalho não se ocupou em desvendar as motivações dessas diferenças, se limitando a sugerir que pesquisas futuras se debrucem sobre os usos políticos de monumentos com foco em grupos e movimentos organizados. Além disso, sugere-se que outras formas de interação com monumentos que não ganharam espaço no presente trabalho, como as comemorações festivas e religiosas e o turismo, também venham a ser abordadas em futuras produções.

Outra recorrente forma de interação da sociedade campo-grandense com os monumentos aqui analisados ocorre por meio de atos bastante controversos. Trata-se de pichações e depredações de monumentos, que configuram ações transgressoras e visam romper com a norma, sendo realizadas por pessoas que, geralmente, não divulgam abertamente suas identidades e que desejam comunicar ideias, valores e visões de mundo à sociedade.

Entre os anos de 2013 e 2016, tanto o Obelisco quanto o Carro de Boi foram alvos de pichação e depredação. O primeiro foi pichado por várias vezes durante o período indicado. Já o segundo foi alvo não só de pichações, mas também de depredações, quando foram retiradas peças que compunham o seu painel.



Veículos de notícias e a administração municipal regularmente classificam estes atos como “vandalismo”. Em diversas matérias jornalísticas, observou-se que as pessoas que realizam esses atos são regularmente chamadas de “vândalos” ou “criminosos”. Nas vezes em que o poder público ou representantes da população se pronunciaram nestes veículos de notícias, os argumentos recorrentes remetiam à falta de segurança na região em que os monumentos se encontravam, bem como ao apelo à punição das pessoas que praticavam os atos. Quando os argumentos dos protagonistas destas ações apareciam nos textos jornalísticos, isso ocorria por meio de agentes do poder, que falavam por eles.

Sobre as pichações em monumentos, são ações bastante conhecidas em diferentes partes do mundo e representam um movimento estreitamente associado a essas materialidades (GIUMBELLI, 2013, p. 8). No contexto latino-americano, há uma espécie de movimento continental em torno da releitura da memória e do passado através de ações transgressoras apontadas como “vandalismo” e esse movimento expressa uma luta contra a dominação histórica e ideológica do espaço público orientada por representantes do poder (LUKINOVIC, 2019, p. 12). Objetiva-se com isso repensar as diretrizes que orientam a espacialidade, bem como inaugurar um debate público em torno das memórias imortalizadas em monumentos.

No Brasil, há casos bastante conhecidos, como as pichações no Cristo Redentor (Rio de Janeiro), no Museu da República (Brasília), no Monumento às Bandeiras e na estátua de Borba Gato (ambos em São Paulo). Nestes casos, a pichação sempre acabou sendo condenada, dentre outras denominações, como “crime” ou “vandalismo”.

No caso campo-grandense, outros monumentos da cidade também já foram alvos de pichações, como o Relógio da 14 e O Aprendiz, além do Carro de Boi e do Obelisco. Em relação ao Obelisco, podemos observar na Figura 9 pichações que versam sobre diferentes conteúdos, como opiniões políticas, assinaturas de pichadores (conhecidas como *tag*) e expressões jocosas. Nestas situações, os autores desses atos parecem recorrer ao monumento como espaço de manifestação de ideias, inscrevendo-o em uma rede de comunicação e imprimindo sobre ele códigos específicos sobre suas impressões da realidade.



**FIGURA 9. Pichações no monumento Obelisco, registradas entre os anos 2013-2014.**



FONTES: Marcos Erminio; Cleber Gellio/Campo Grande News.

As três pichações apresentadas na Figura 9 resultaram de diferentes motivações. As formas da grafia, o conteúdo dos textos, as cores de tintas usadas, a posição escolhida no monumento para efetuar o ato, o momento em que o fato ocorreu, a quem se destina a mensagem da pichação. Todos esses aspectos são capazes de demonstrar a particularidade que possui cada uma das pichações.

Enquanto fenômenos urbanos, se consagram como formas de romper com a norma vigente e surgem como um possível caminho de diálogo com a sociedade. Conforme diz Lukinovic (2019, p. 14), monumentos não costumam suscitar o diálogo ou a transformação (do espaço, da sociedade e da cultura), pois foram erguidos com o intuito de perpetuar o passado e servirem como instrumento de poder.

Portanto, classificar como vandalismo as pichações seria uma forma de os ocupantes do poder e seus semelhantes silenciarem pessoas que lançam mão especificamente deste instrumento de comunicação social

para exprimirem suas concepções de mundo. A escolha do Obelisco pelos autores das pichações como instrumento de comunicação pode sugerir que, independente do conteúdo da pichação, seus realizadores partilham um sentimento de pertencimento à cidade e o interesse comum de repensar a forma como se dão as relações das pessoas com o monumento. A ação sugere que as pessoas podem criar vínculos com os monumentos e o espaço através de ações transgressoras.

Este ponto é central justamente porque contribui para pensar sobre os usos da cidade e de seus ocupantes, ressaltando, por exemplo, um processo de reivindicação de acesso à cidade, entre o pertencimento e a exclusão em suas memórias espalhadas pela urbe, que carregam distintas visões de mundo. Cerceados em expor democraticamente sua presença, tais atos postos como transgressores são deslegitimados sem o entendimento do encontro nestas “fissuras” como uma forma de pertencer, contestar, que geralmente é distinta daquelas disseminadas por grupos dominantes. Partindo desse pressuposto, os pichadores do Obelisco reclamam o direito de interagir com o espaço público por meio do tensionamento de convenções sociais que ordenam as relações locais. Parecem ser movidos pelo interesse de romper com a ideia de que os monumentos são bens materiais intocáveis e estáveis, além de provocar a sociedade a debater a função daquelas materialidades no mundo contemporâneo.

Vale ressaltar também que os efeitos da pichação somente ocorrerão mediante um formato de vandalismo que controle a intensidade de sua destruição, visando preservar em grande parte a integridade do monumento. Ao ser pichada, a estrutura arquitetônica do Obelisco não se encontra totalmente comprometida, pois precisa estar de pé para comunicar à cidade os conteúdos das pichações. A ameaça ao monumento gira em torno, portanto, da estabilidade da teia de significados que atravessa o monumento; da permanência das memórias às quais remete; da manutenção das identidades construídas ao redor das representações de passado que evoca.

Já no caso do Carro de Boi, observou-se casos de pichação e de depredação do monumento. Diferentes peças que compõem seu painel foram retiradas ao longo dos últimos anos e as ações também foram classificadas como vandalismo pela mídia local e pelo poder público. Ao contrário dos eventos ligados ao Obelisco, que envolvem manifestações políticas e pichações, as remoções de peças do Carro de Boi apresentam um vandalismo que almeja a descaracterização material do monumento, resultando na sua destruição parcial ou total (Figura 10).

**FIGURA 10. Monumento Carro de Boi após ser alvo de pichações (à esquerda – registro realizado em dezembro de 2015) e da retirada de peças com o compõem (à direita – registro realizado em outubro de 2020).**



FONTE: Adriel Mattos/G1 MS; Marcos Maluf/Campo Grande News.

Observa-se, em comparação ao Obelisco, que a pichação no Carro de Boi é disforme e não apresenta caracteres nítidos. As peças retiradas do painel que lhe dão forma modificam seu desenho artístico e (re)inauguram um monumento descaracterizado. Nota-se, na figura à direita, que ele fora acometido por ações do tempo, indicando haver ausência de intervenção do poder público no que tange à preservação do monumento.

Vale salientar que a ação de depredação que modifica a forma do monumento pode ter sido realizada por pessoas com problemas financeiros, que vislumbraram a possibilidade de adquirir uma renda realizando a comercialização das peças metálicas. Ainda que sem indícios empíricos que comprovem tal hipótese, o possível fato lançaria luz sobre as desigualdades que atingem a sociedade campo-grandense, tendo uma parcela de sua população como oportunidade última de sobrevivência o cometimento de atos de transgressão à lei.

No presente trabalho, não constitui foco de análise se nestes casos as pichações são polidas ou não, se possuem ou não uma mensagem explícita; o que importa é o efeito deste mecanismo de comunicação na sociedade em relação aos monumentos. Sobretudo, o que está em jogo é a leitura do espaço urbano produzida por essas pessoas e como suas ações manifestam críticas às formas de organização do espaço e da sociedade (GIUMBELLI, 2013, p. 8).

Em geral, ações como estas constituem uma espécie de ameaça, pois intervêm diretamente no bem público. Com isso, nas situações em que

um monumento se encontra em perigo, antes da sociedade que se sintam igualmente ameaçados procuram, através da coletividade, mecanismos de defesa do bem comum.

Cada ataque sofrido por esses monumentos suscita a comoção da sociedade local, que reage reivindicando ações de defesa e de restauração. Essa comoção gira em torno de um resgate e da proteção de um passado “que se torna nosso, que é percebido enquanto bem comum, no momento breve e raro em que uma comunidade se constitui para reencontrá-lo, defendê-lo, intacto em sua beleza comovente, em sua força de coisa fora do tempo” (FABRE, 2019, p. 17).

Outro ponto a ser destacado é que se os monumentos estão constantemente ameaçados pela destruição e, após cada ataque realizado, uma defesa se dará por meio da restauração. Com isso, é possível dizer, seguindo os caminhos indicados por Giumbelli (2013), que as ambivalências ataque/defesa — ou destruição/restauração — fazem parte da existência dos monumentos.

A administração local estimula a sociedade a preservar os monumentos através do atendimento a suas demandas acerca do policiamento e da punição dos autores dos atos transgressores. Soma-se a estas estratégias para a preservação dos monumentos o turismo, por meio do qual o poder público visa criar um ambiente de aproximação da sociedade com os monumentos, a fim de conscientizá-los acerca da importância daquele bem material para a memória e a história da cidade.

Os fenômenos citados também trazem à tona uma reflexão sobre a relação entre sujeitos e objetos. Se a materialidade se concebe enquanto expressão de valores simbólicos de uma sociedade, torna-se imperativo refletir sobre como interagimos com os objetos materiais ao nosso redor, tendo como foco suas implicações nos campos da memória e do patrimônio.

Pesquisadores de diversas áreas do conhecimento (como antropologia, arqueologia, história, museologia e sociologia) têm produzido reflexões focadas em como as pessoas se utilizam dos objetos para inscrever em sua realidade ideais, conceitos, valores e noções ligados à sua cultura. Deste modo, investigar como se dá a relação de uma sociedade com suas materialidades (moradias, joias, roupas, ornamentos corporais, ferramentas, meios de transporte, itens de coleção, monumentos, entre outros) possibilita “entender a própria dinâmica da vida social e cultural, seus conflitos, ambiguidades e paradoxos, assim como seus efeitos na subjetividade individual e coletiva” (GONÇALVES, 2005, p. 6).

A sociedade global agregou ao senso comum a ideia de que a matéria, pensada enquanto objeto, deve ser considerada como mercadoria que integra uma rede de trocas comerciais (KOPYTOFF, 2008), conferindo-lhe um caráter utilitarista. No caso de monumentos, como o Obelisco e o Carro de Boi, podemos trilhar outro caminho para refletir sobre eles. É possível partir de uma proposta que se encontra no bojo de apontamentos elaborados por Kopytoff<sup>7</sup>, voltada a entender as complexidades das materialidades e os agenciamentos de que são capazes perante a organização do espaço e da dinâmica da vida social.

Neste sentido, aquilo que entendemos por objeto — seus usos e desusos, formas de construção e, até mesmo, de destruição — resulta de um processo de categorizações e classificações inerentes a qualquer sociedade, cujo intuito é sistematizar a relação entre sujeito e objeto no desenrolar da vida social (GONÇALVES, 2005). Tal sistematização das materialidades pode variar de acordo com a matriz cultural, o que indica sua plasticidade, estando propensa a constantes transformações. E quais seriam as causas das transformações por que passam os monumentos?

Foi possível observar até aqui que diferentes são as causas que acarretam transformações materiais e ressignificações simbólicas dos monumentos: ações do tempo, práticas de preservação/restauração, manifestações políticas que reivindicam seu domínio e intervenções percebidas como ações transgressoras. A despeito das particularidades de cada fenômeno, todos eles contribuem com as mudanças sofridas pelas materialidades analisadas neste trabalho. Considera-se, como já foi mencionado em outro momento, que os monumentos se encontram em constante (re)construção e que podem ser vistos como “uma matéria instável em transformação” constante (PATERMAN, 2015, p. 250).

Se um monumento pode, então, apresentar certa instabilidade, o que poderia ser dito acerca das possíveis ameaças à sua integridade? Seriam uma forma de transformação controversa a partir da sua instabilidade?

A destruição de monumentos e patrimônios possui diversas nuances e pode ser visualizada em diferentes partes do globo (FABRE, 2019 [2002]; GIUMBELLI, 2013; GOYENA, 2013; LATOUR, 2008; LUKINOVIC, 2019). Entre uma agressão ao monumento e sua restauração, se observam tensões e conflitos entre quem almeja destruí-lo, propondo sua “reinvenção”, e quem pretende restaurá-lo, com o objetivo de conservar tudo aquilo que aquela materialidade representa, sem o mínimo risco de mudança.

Casos como os que foram aqui explicitados podem ser classificados como transgressões, iconoclastia, vandalismo, catástrofe, tragédia, entre outros. Em comum, expressam reconfigurações da dinâmica social de forma extremada a partir de uma intervenção imediata em símbolos da memória. Esses fenômenos suscitam debates, por exemplo, sobre o domínio do espaço público por instâncias de poder e a ocupação da cidade por grupos que se percebem às margens da sociedade (LUKINOVIC, 2019).

Como mecanismo de controle da instabilidade dos monumentos, as políticas de preservação aparecem para evitar o esquecimento daquelas materialidades pela população e valorizar a memória que carregam, buscando revitalizar obras arquitetônicas a fim de manter o passado intacto no tempo presente.

Entretanto, se o esquecimento faz parte da construção da memória, os monumentos também podem ser alvos de seus efeitos. Conforme disse Robert Musil, romancista do início do século XX, “os monumentos”, paradoxalmente, “são máquinas para criar o esquecimento. Presentes sob o olhar, mais do que qualquer outra edificação, são frequentemente tornados invisíveis por esse excesso de presença” (FABRE, 2019, p. 10).

É possível sugerir que através de atos inusitados, como manifestações políticas e atos transgressores, determinados grupos da sociedade propiciem à sociedade uma oportunidade de reconexão com seus monumentos, com seu passado e com sua memória. São ações dotadas da capacidade de ativar diversas camadas simbólicas, como as emoções, a memória, o sentimento de pertencimento. O efeito dos atos considerados vandalismo seria, de forma torta, recolocar o monumento no centro de discussões realizadas no tempo presente acerca de sua relevância para a sociedade.

Em tempo, importa dizer que ampliar o olhar analítico sobre atos como a pichação e a depredação, buscando ir além de discursos que apenas os criminalizam, permite compreender que:

Estas manifestaciones están a la par de las transformaciones sociales y urbanas en las que los ciudadanos buscan, en la medida de sus posibilidades, ser partícipes de su entorno y de generar cambios que permitan la actualización y resignificación de referentes, en pos del reconocimiento de sí mismos y de sus comunidades en el espacio que habitan (LUKINOVIC, 2019, p. 16).

## *Considerações finais*

Neste trabalho, buscou-se analisar o estabelecimento de bens patrimoniais e monumentais em Campo Grande/MS e a relação da sociedade campo-grandense com o espaço e a com memória, evidenciando as disputas pelo domínio do espaço público e as instabilidades que constituem as materialidades da memória.

Os monumentos construídos nessa cidade fazem parte de um conjunto de materialidades da memória que possibilitaram a perpetuação de valores e ideias das sociedades do passado no tempo presente, pois o monumento, enquanto matéria, tenderia a permanecer intacto ao longo dos anos. Com isso, essas materialidades foram pensadas de modo que também pudessem produzir pessoas no futuro.

Entretanto, o Obelisco e o Carro de Boi apresentam certa instabilidade intrínseca à existência de monumentos, pois, enquanto lugares da memória, estão suscetíveis a constantes transformações. O modo de ser campo-grandense sofreu alterações durante o tempo e isso se expressa na forma como as pessoas lidam com os monumentos no presente. Interagir com essas materialidades resulta na busca por discutir a dinâmica do espaço público, além da reinserção dos monumentos e da memória na atualidade.

Ao contrário do que se pensa, manifestações políticas em torno de monumentos e, especialmente, atos como pichação e depredação, discutidos neste trabalho, são realizados por pessoas que se sentem parte da sociedade em que vivem. Essas pessoas lançam mão dessas ações como recursos para reivindicar seu direito à cidade.

Os ataques aos monumentos da cidade devem ser discutidos e formas de prevenção podem ser adotadas. Contudo, por trás destes ataques não parece haver um sentimento de rejeição ou apagamento da memória campo-grandense, mas um movimento de repensar o passado de acordo com as tramas que marcam o presente.

Os atos de pichação e depredação empregados nos monumentos analisados são veiculados sempre de maneira depreciativa e repressiva, como atos que visam sujar a cidade, desrespeitar figuras do passado, além de almejar o descumprimento de regras e o cometimento de crimes. Ao classificá-los dessa forma, a mídia e o poder público locais silenciam os discursos neles implícitos, reforçando o domínio do espaço público que esses setores possuem.

Por fim, conforme sugere Danziger (2014):

Em vez de uma limpeza institucionalizada e mecânica após cada pichação, poderíamos, quem sabe, viver performances coletivas de apagamento dos signos indesejados e que talvez, assim, desencadeassem novas experiências, sentidos e possíveis configurações para os desafios do “ser-em-comum” (DANZIGER, 2014).

Portanto, os atos de vandalismo realizados em monumentos apontam, como diria a autora, para “formas tortas” de busca por cidadania, além de terem a capacidade de reinserção do passado e da memória no debate público contemporâneo. São pessoas atravessadas pela dinâmica da cidade e pelas transformações da sociedade, mas que se sentem provocadas a imprimir pela cidade suas leituras sobre ela, ainda que seus atos tenham sua legitimidade questionada e sejam classificados como ataques à normalidade e a uma memória histórica.

## *Referências*

ARQUIVO HISTÓRICO DE CAMPO GRANDE. A arquitetura na história de Campo Grande. Revista de Divulgação do Arquivo Histórico de Campo Grande-MS, Campo Grande: ARCA, n. 12, p. 3-21, 2006.

CHOAY, Françoise. Monumento e monumento histórico. In: CHOAY, Françoise. A alegoria do patrimônio. Lisboa: Edições 70, 2000. p. 11-27.

DAL MORO, Nataniél. A cidade de Campo Grande nas adjetivações de autores memorialistas. Estudos Históricos [on-line]. Uruguai, n. 15, p. 1-18, 2015. Disponível em: <https://estudioshistoricos.org/15/eh%201501.pdf>. Acesso em: 12 jan. 2022.

DANZIGER, Leila. A invisibilidade dos monumentos. Revista Cult, n. 197, 2014. Disponível em: <https://www.leiladanziger.net/single-post/2014/12/15/A-invisibilidade-dos-monumentos-Cult-197-dezembro-de-2014>. Acesso em: 18 jan. 2022.



FABRE, Daniel. Catástrofe, descoberta, intervenção ou o monumento como evento. *Revista Memória em Rede, Pelotas: UFPEL*, v. 11, n. 21, p. 8-19, 2019.

GIUMBELLI, Emerson. O Cristo pichado. Sacralidade e transgressão de um monumento urbano. *Ponto Urbe [on-line]*, n. 12, 2013, p. 1-16. Disponível em: <https://journals.openedition.org/pontourbe/pdf/586>. Acesso em: 22 jan. 2022.

GONÇALVES, José Reginaldo S. Antropologia dos objetos: coleções, museus e patrimônios. *BIB – Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*, n. 60, p. 5-25, 2005.

GONÇALVES, José Reginaldo S. As transformações do patrimônio: da retórica da perda à reconstrução. In: TAMASO, Izabela M.; LIMA FILHO, Manuel F. (Orgs.). *Antropologia e Patrimônio Cultural: trajetórias e conceitos*. Brasília: Associação Brasileira de Antropologia, 2012, p. 59-73.

GOYENA, Alberto. O sorriso irônico dos Budas: demolição e patrimônio no vale sagrado de Bamiyan. In: GONÇALVES, José Reginaldo S.; BITAR, Nina P.; GUIMARÃES, Roberta S. (Orgs.). *A alma das coisas: patrimônio, materialidade e ressonância*. Rio de Janeiro: Mauad X – Faperj, 2013. p. 19-46.

KOPYTOFF, Igor. A biografia cultural das coisas: a mercantilização como processo. In: APPADURAI, Arjun. *A vida social das coisas: as mercadorias sob uma perspectiva cultural*. Niterói: EdUFF, 2008. p. 89-121.

LATOUR, Bruno. O que é iconoclash? Ou, há um mundo além das guerras da imagem? *Horizontes Antropológicos*, v. 14, n. 29, p. 111-150, 2008.

LE GOFF, Jacques. Documento/Monumento. In: LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. São Paulo: Ed. Unicamp, 1996, p. 462-476.

LUKINOVIC, Jonathan. La guerra de los monumentos en América Latina: iconoclasia y vandalismo en el siglo XXI. *Revista Temas. Cultura, Ideología y Sociedad [on-line]*, Havana: Ediciones Caribe, n. 99, p. 12-19, 2019.

MARQUES, Rubens M. da Costa. Tombamento, Patrimônio Cultural e o Acervo ARCA. *Revista de Divulgação do Arquivo Histórico de Campo Grande-MS, Campo Grande: ARCA*, n. 12, p. 28-29, 2006.

NORA, Pierre. Entre memória e história. A problemática dos lugares. *Projeto História, São Paulo: PUC/SP*, n. 10, p. 7-28, 1993.

PATERMAN, Rachel. A vida de um monumento: arquitetura, memória e transformação. *Revista Antropolítica*, Niterói: UFF, n. 38, p. 245-269, 2015.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento e silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

REIS, Aparecido F. dos. Campo Grande: a formação da sociedade local e o desenvolvimento de sua identidade cultural. *Interações*, Campo Grande, v. 2, n. 4, p. 41-49, 2002.

SANTOS, João H. dos. Obelisco de Campo Grande. *Arquivo Histórico de Campo Grande* [on-line], 2020. Disponível em: <http://www.campogrande.ms.gov.br/arca/artigos/obelisco-de-campo-grande/>. Acesso em: 28 jan. 2022.

VELHO, Gilberto. Patrimônio, negociação e conflito. *Mana*, Rio de Janeiro: Museu Nacional, v. 12, n. 1, p. 237-248, 2006.

WAGNER, Roy. *A invenção da cultura*. São Paulo: Ubu Editora, 2017.

WEINGÄRTNER, Alisolete Antonia dos Santos. Campo Grande. O impulso do desenvolvimento nas rotas de gado, nos trilhos do trem e nos caminhos do Mercosul. *Revista de Divulgação do Arquivo Histórico de Campo Grande-MS*, Campo Grande: ARCA, n. 5, p. 3-9, 1995.

ENVIADO EM: 30/03/2022  
APROVADO EM: 28/08/2022

# PODER DAS MASSAS, IMPOTÊNCIA DO INDIVÍDUO

## *Powerful Masses, Powerless Individuals*

---

*Claudine Haroche*<sup>1</sup>\*

### RESUMO

A partir de intelectuais dedicados ao contemporâneo, procura-se observar os efeitos de um novo sujeito histórico, as massas e seus efeitos sobre o cotidiano. Onde quer que se desenvolva, opera no indivíduo a condição de isolamento, de impotência, de anonimato. Neste artigo, estudam-se dois fenômenos que respondem reativamente a esta indiferenciação e a este medo diante da impotência: o nacionalismo tribal e a procura de pertencimento a pequenas comunidades.

*Palavras chave:* Massas; Nacionalismo; Comportamento político.

### ABSTRACT

Through the work of scholars devoted to the contemporary, we flesh out the effects of a new historical subject, the masses, and their effects on the quotidian. Wherever this new subject is present, the isolation, powerlessness and anonymity of the individual inhere. The present article examines two phenomena that emerge in response to this undifferentiation and powerlessness: tribal nationalism, and the search for belonging within small communities.

*Keywords:* Masses; Nationalism; Political behavior.

1 \* Doutora em Sociologia pela Universidade de Paris VII. Diretora de Pesquisas no Centre National de Recherche Scientifique e membro do Centro Edgar Morin na École d'Hautes Études em Sciences Sociales. Contato: [clharoche@aol.com](mailto:clharoche@aol.com)

Desde a década de 1880 e indo até as vésperas da eclosão da Primeira Grande Guerra, sinais precursores dos acontecimentos que estavam por vir já se faziam notar no império austro-húngaro. Nacionalidades que se sentiam inferiorizadas punham-se em movimento, precipitando, progressivamente, o fim dos partidos tradicionais, a crise e o declínio do liberalismo, e provocando, como resultado, a emergência dos partidos de massa e de uma espécie de nacionalismo tribal.

Alguns souberam pressentir o caráter ameaçador das novas configurações. Muitos, porém, tomados por um despreocupado contentamento e por um desmedido sentimento de segurança, nem ao menos suspeitaram do horror que já batia à porta, a violência que, com o auxílio de novos meios técnicos, cresceria durante os anos da guerra e no pós-guerra, desembocando, adiante, no nazismo, no fascismo e nas sociedades totalitárias.

Stefan Zweig descreveu a atmosfera daquele 29 de junho de 1914, vésperas do conflito. Assim o escritor narrou o clima de calma que encontrou em sua passagem por Baden-Baden: nada parecia abalar aquele “sentimento de segurança”; as pessoas pareciam mais curiosas do que inquietas com a notícia do assassinato do arquiduque em Sarajevo. Para Zweig, parecia-lhes quase impossível compreender as razões da guerra, exceto talvez por uma excessiva vontade de poder: “cada Estado imaginava-se subitamente o mais forte, esquecendo que a mesma impressão alimentava o Estado vizinho; cada qual parecia desejar um pouco mais de poder; estávamos seduzidos justamente por esse sentimento reconfortante: nosso otimismo em comum”. E observou, não sem algum desencanto: “no fundo, não nutríamos ilusões; sabíamos o quanto éramos impotentes contra a grande máquina militar dos Estados Maiores e das autoridades políticas”.<sup>2</sup>

Zweig sublinhou o quão difícil é relatar o clima de uma época: “É mil vezes mais fácil reconstituir os fatos de uma época do que sua atmosfera moral: esta não se manifesta nos eventos oficiais; aloja-se, ao contrário, nos pequenos acontecimentos pessoais”.

É precisamente essa atmosfera moral — difícil de definir, muito frequentemente intangível — que gostaríamos aqui de compreender, retomando certas formulações e certas interrogações que nos parecem ainda hoje essenciais. Desde o final do século XIX, antes, durante e após a Primeira

2 ZWEIG, Stephan. *Le monde d'hier*. Freud, patriota como muitos outros, foi favorável à guerra durante um tempo, antes de tomar consciência de seu horror (*Considérations sur la guerre*).

Grande Guerra, escritores, filósofos, sociólogos e psicanalistas revelaram em seus escritos uma série de impressões, de pressentimentos, buscando compreender questões teóricas cruciais. As desilusões, o desencantamento, o mal-estar, a angústia difusa e abafada eram parte importante dessas questões. O poder das massas modernas, concomitante ao desenraizamento do indivíduo, da consciência de sua impotência, do sentimento de sua insignificância, tornou-se, desde então, objeto de preocupação persistente, de reflexão permanente.<sup>3</sup>

Alguns desses analistas adotaram uma abordagem psicológica e sociológica, como Erich Fromm<sup>4</sup>; outros, uma aproximação mais propriamente política, como se lê em Hannah Arendt<sup>5</sup> que, em busca das origens do totalitarismo, analisou especialmente a questão do nacionalismo tribal. Outros ainda, como Carl Schorske<sup>6</sup>, centraram suas interrogações nas relações entre política, cultura e psique. Max Weber<sup>7</sup>, por sua vez, debruçou-se sobre as relações entre comunidades étnicas; Georg Simmel<sup>8</sup> e Siegfried Kracauer<sup>9</sup>, enfim, revelaram os efeitos da dimensão dos grupos sobre a formação e sobre os tipos de individualidade.

3 Freud reconhece, em um de seus primeiros textos, o poder da criança no “Esquisse d’une psychologie Scientifique” (1895), *Naissance de la psychanalyse*, PUF, reedição de 2002, antes de medir a impotência do indivíduo em “Le moi et le ça” (1923). *Essais de psychanalyse*, Petite Bibliothèque Payot, 1997, e mais tarde em *Malaise de la culture* (1930).

4 FROMM, Eric. *La peur de la liberté* (1941). Paris: Parangon/Vs, 2010.

5 ARENDT, Hannah. *L’impérialisme* (1951). Paris: Éditions de Seuil, 1997.

6 SCHORSKE, Carl Emil. *Vienne fin de siècle* (1961). Paris: Éditions de Seuil, 1983.

7 WEBER, Max. *Economie et société*. T. 2 (1971). Agora Pocket, Plon, 1995. Weber, que foi o primeiro a falar de desencantamento, é um dos raros que qualificou a “etnia” como termo genérico, “inutilizável para uma pesquisa verdadeiramente exata [...]”. Nós nos contentaremos em mostrar brevemente as ramificações dos problemas que se escondem por trás deste fenômeno que se presume como perfeitamente homogêneo. Este conceito de comunidade “étnica” que se volatiliza quando se tenta conceitualizá-lo com precisão corresponde, a este respeito, até certo ponto, desde que buscamos concebê-lo sociologicamente, a um dos conceitos que, para nós, são os mais carregados de sentimentos patéticos: o de “nação” (p. 139), o que não o impedirá de escrever um texto notável sobre as comunidades étnicas, sua relação de rejeição, de ódio ou de submissão e deferência. A considerar que o desenraizamento individual é um dos elementos do advento das massas modernas.

8 SIMMEL, Georg. *Philosophie de la modernité* (1917). Paris: Payot, 1989; *Sociologie* (1905). Paris: PUF, 1999.

9 KRACAUER, Siegfried. *L’ornement de la masse. Essai sur la modernité weimarienne* (1963). Paris: La Découverte, 2008. Capítulo IV (publicado pela primeira vez em 1922).

Certos autores referiram-se às multidões; outros, às massas; outros ainda a comunidades, grupos, círculos.<sup>10</sup> Mesmo se os limites, ou as fronteiras, entre tais termos sejam, por vezes, imprecisos<sup>11</sup>, nem por isso deixam de revelar graves e sinistras tendências: foi o caso da emergência, em torno dos anos 1880, de novas massas que terminaram por minar os partidos liberais, as classes sociais, a eles superpondo-se os partidos de massa, que em breve tenderiam a substituir os primeiros.

Surgidos os movimentos de massa modernos, sua força logo implicou a questão correlata da impotência do indivíduo: confrontado do exterior pela dimensão incomensurável e destrutiva das massas, “o homem das massas” vive, no interior destas, a experiência de abandonar e ignorar as diferenças, as singularidades e, logo, sua própria individualidade. Tal homem — sem especificidade, sem particularidade — revelava o avanço dos níveis, dos conformismos, em detrimento das singularidades: para dizê-lo de modo breve, o advento das massas anunciava o advento do “homem sem qualidades” e, além disso, de um homem privado de uma posição fixa. Nas antigas hierarquias, havia um lugar a ocupar, ainda que na base inferior da escala social: daí por diante, tal posição, qualquer que fosse, seria perdida.<sup>12</sup>

Quais necessidades psíquicas a existência nas massas interditaria aos indivíduos? A necessidade de enraizamento, de pertencimento, de continuidade, de história singular, aquilo que constitui o próprio fundamento da identidade de cada um. Por outro lado, o que tal existência na massa revelou ao indivíduo? Seu isolamento *na* massa, seu desaparecimento *na* massa. A diversidade das massas e seu caráter compacto conduzem à indiferenciação

10 O que é novo são estas questões fundamentais e as noções pelas quais as designamos em sociologia. Assim, Robert Ezra Park, marcado pelos trabalhos de Sighele, Le Bon e os de Simmel, verá neste pequeno grupo uma estrutura original no fundamento da massa. “Estamos, em 1900, num período de pesquisa morfológica da sociologia, ou, segundo o vocabulário simmeliano, numa sociologia que busca formas fundamentais. Interrogamo-nos sobre os agregados iniciais, sobre as formas primeiras, sobre a passagem de uma forma a outra, em suma, segundo a terminologia de Simmel sobre a diferenciação, social [...]. A passagem da multidão ao público é a de uma diferenciação, de um apaziguamento das pulsões, até mesmo de uma inibição, mas também de trocas de oposições recíprocas, [...]. A multidão e o público são agregados fundamentais e opostos de nossa vida social [...] sem que isto seja dito, temos aqui formas de agrupamento do homem marginal, mas também formas de mobilização profundamente novas e metropolitanas” (PARK, Robert Ezra. *La foule et le public*. Préface de S. Guth. Lyon: Parangon, 2007. p. 16-17-18).

11 As diferenças entre as multidões e as massas às vezes se atenuam: enquanto as multidões são mais efêmeras, lábeis e mais frouxas, as massas modernas tendem a ser mais densas e persistentes na duração.

12 Ver HAROCHE, Claudine. *L'avenir du sensible*. Paris: PUF, 2008, em particular o capítulo IV, “O direito à consideração”.

dos indivíduos, sua fusão em um conjunto. Daí decorre a sensação que cada qual experimenta de fazer parte de um único corpo e o sentimento de força e poder oriundo de sua inclusão na própria massa. “Súbito, tudo se passa como no interior de um mesmo corpo”.<sup>13</sup>

### *Desenraizamentos individuais e poder das massas*

Elias Canetti não precisou mais que algumas linhas, em *Massa e poder*, para sublinhar o essencial das propriedades e dos funcionamentos das massas: o estado da massa é “um estado de igualdade absoluta”; a massa não conhece intervalos, distâncias e espaços internos, ela “ama a densidade”, tende ao compacto. A massa ignora a individualidade e, ao mesmo tempo, saberá paradoxalmente protegê-la do mundo exterior, quando a individualidade estiver “no interior da massa”. O poder da massa não apenas apaga a singularidade individual; também permite que o indivíduo nela se dissimule, protegido em seu anonimato, e assim experimente uma força desprovida de limites. Canetti anotou, enfim, que a direção única, o movimento coletivo, externo a cada indivíduo, “fora de cada indivíduo [...], idêntico para todos”, interdita os fins privados, os projetos singulares “que significariam a morte da massa”.<sup>14</sup>

É, portanto, da perspectiva de uma história intelectual de visada antropológica que tentaremos aqui apreender, no clima cultural, social e político que precedeu a Grande Guerra, os efeitos psicológicos e sociológicos relacionados aos vínculos dos indivíduos à massa: antigas formas de sensibilidade viram-se postas em causa, ao passo que se esboçavam aspectos até então inéditos, novas maneiras de sentir, de se exprimir e de se calar.

Em 1941, em *Escape from freedom [O medo da liberdade]*, Erich Fromm retrçou os lentos processos de emancipação que, vindos do século XVI, resultaram bem mais tarde no isolamento e no sentimento de impotência individual.<sup>15</sup> “Nosso objetivo”, escreveu,

13 CANETTI, Elias. *Masse et puissance* (1960). Paris: Gallimard, 1966. p. 12.

14 *Ibid.*, p. 28.

15 A obra de Fromm lembra, sob alguns aspectos, aquela que Paul Hazard consagrou à *Crise de la conscience européenne -1680-1715*. Paris: Fayard, 1961.

é demonstrar em que medida a estrutura da sociedade moderna afeta o homem de duas formas, simultaneamente: por um lado, ele se torna mais independente, mais autônomo e mais crítico e, por outro lado e ao mesmo tempo, vê-se mais isolado, mais solitário e desenvolve mais ansiedades.<sup>16</sup>

Fromm empreende então sua análise, lembrando o avanço gradual da impotência do indivíduo, uma sensação persistente, manifesta sob as formas mais diversas na história moderna. A partir do século XVI, o indivíduo, ao mesmo tempo em que se liberava das diferentes formas de autoridade, perdia também, pouco a pouco, os raros benefícios da proteção de que ainda dispunha: a autoridade do Estado virá então acompanhada de uma autoridade mais interior, mais recôndita, aquela da consciência. Fromm, finalmente, observa que “no nosso tempo, esta última vem sendo substituída pela autoridade anônima do senso comum e da opinião pública, como ferramentas da submissão”.<sup>17</sup> O sujeito conheceria então um sentimento de impotência difuso e profundo, diferente do que experimentara sob a arbitrariedade do poder absoluto. Sua crescente independência carregou consigo formas de dependência mais indiretas, menos visíveis, nascidas de um “isolamento cada vez maior” que lhe provoca “sentimentos de insignificância individual e de impotência”.<sup>18</sup> Daí conclui que, no exato momento em que se via liberto das autoridades tradicionais, o homem moderno tornava-se um indivíduo<sup>19</sup>, independente e impotente a um só tempo.<sup>20</sup> Fromm sublinhou, enfim, que “tal impotência pode favorecer tanto [...] o caráter autoritário quanto uma compulsão normativa, transformando o indivíduo isolado em um autômato que perde seu Eu...”.<sup>21</sup>

Ao lado da autonomia nasciam muitos outros sentimentos: a dúvida, a inquietude, o medo, a ansiedade. Encorajavam novas formas de vínculos, de

16 FROMM, *op. cit.*, p. 104.

17 FROMM, *op. cit.*, p. 239.

18 FROMM, *op. cit.*, p. 43.

19 FROMM, *op. cit.*, p. 254.

20 Sob diversos aspectos, encontramos aqui os argumentos de Roland Gori em sua última obra *Faut-il renoncer à la liberté pour être heureux?* Paris: Les Liens qui Libèrent, 2013.

21 FROMM, *op. cit.*, p. 228. Próximo de algumas observações de Adorno em *Études sur la personnalité autoritaire* (2008), ou ainda de Günther Anders em *L'obsolescence de l'homme* (2002), Fromm conclui, a propósito da psicologia do nazismo, que “a grande maioria da população se encontrava enfim tomada por um sentimento de insignificância individual e um sentimento de impotência” (FROMM, *op. cit.*, p. 206).



submissão ao grupo, dado por protetor, induzindo ao “desejo de conformidade” e à “atividade compulsiva”, que terminarão por produzir efeitos psicológicos de monta, relacionados à questão da identidade, do sujeito psicológico, da personalidade.

Outros autores, entre os quais Arendt e Schorske, debruçaram-se sobre estes novos liames tecidos entre o político, o indivíduo e as massas, desenvolvendo argumentos próximos: ambos sublinharam a questão crucial do movimento específico das massas e de sua intrusão na interioridade de cada um, do desenraizamento do indivíduo provocado pela força que a massa exerce sobre ele.

As massas modernas pouco a pouco viriam a desestabilizar os pertencimentos de classe, provocando consequências políticas e psicológicas paradoxais: os indivíduos, esmagados pela massa, experimentam, contudo, ao abrigo delas, uma sensação de poder ilimitado. Pois as massas serão definidas pelo movimento que as conduz e que as transborda. Para o indivíduo, o sentimento de pertencimento é assim posto em causa pela vacilação da imobilidade e das representações que dela decorrem. O desenraizamento e o isolamento nas e pelas massas perturbam as ancoragens tradicionais fundadas em territórios e comunidades, a percepção costumeira dos ritmos do tempo.<sup>22</sup> De fato, eles revelam, induzem e reforçam o déficit de pertencimento.

### *As dimensões tribais do nacionalismo*

Assiste-se, assim, por volta da Primeira Guerra mundial, ao advento de modelos de comportamentos que inibem a reflexão, entravando a hesitação ou a dúvida, conduzindo rápido à violência física: esboçam-se então tipos de personalidade marcados por uma ferocidade inédita. Nascidos, ao mesmo tempo, da brutalização das sociedades europeias<sup>23</sup> pela guerra e dos desenvolvimentos permitidos pelos avanços tecnológicos, tais modelos de

22 Como mostrou Eugen Weber em *La fin des terroirs: la modernisation de la France Rurale 1870-1914* (1976). Paris: Éditions Fayard, 2011.

23 Ver MOSSE, George. *De la grande guerre au totalitarisme. La brutalisation des sociétés européennes* (1990). Paris: Hachette littératures, Pluriel, 2008.

comportamento subvertem os laços entre os indivíduos, impõem formas de submissão e, em particular, formas de concorrência até então desconhecidas nos modos de organização do trabalho.<sup>24</sup>

Arendt aí discerniu outro elemento: a atmosfera de indiferença em que se viram imersos os indivíduos. Sublinha que o termo “massa” aplica-se apenas às pessoas a quem — “seja por causa de seu simples número, seja por indiferença, seja pelas duas razões” — se interdita “integrar alguma organização fundada sobre o interesse comum”.<sup>25</sup> Debruçada sobre a Alemanha, Arendt buscará em particular elucidar certos funcionamentos do nacionalismo tribal, preocupada como estava com seus efeitos psicológicos sobre o indivíduo.

Sublinhou primeiramente “uma origem tribal comum como condição essencial da identidade nacional, formulada pelos nacionalistas alemães durante e após a guerra de 1914”<sup>26</sup>, anotando a razão pela qual esse tipo de nacionalismo emergira. Do ponto de vista político, foi esse mesmo nacionalismo tribal que “proclamou um povo único, particular, irredutível a todos os outros, e [que] nega em seu princípio a própria possibilidade de um gênero humano, de uma humanidade comum a todos os povos”.<sup>27</sup> O racismo, o antissemitismo em particular, portanto, se verão com isso consideravelmente reforçados. E é mais uma vez nesse mesmo cadinho que as reivindicações e as políticas identitárias encontram ainda hoje sua fonte.

É preciso lembrar: “toda nação democrática comporta dimensões étnicas”.<sup>28</sup> Tal herança muito pesou na história europeia do século XX: desde o final do século XIX, “opõe-se a nação cívica ao *Volk*, o Estado-Nação (*Staatnation*) à ‘nação cultural’ (*Kulturnation*), o povo dos cidadãos ao povo dos ancestrais, a vontade política à nação orgânica, a nação eletiva à nação étnica [...], o civismo ao populismo”.<sup>29</sup> Ora, a nação democrática, estruturada pelos ideais de cidadania, ambicionou “criar uma sociedade política que transcendesse, pela cidadania, os enraizamentos concretos, as fidelidades

24 Ver COHEN, Yves. *Le siècle des chefs. Une histoire transnationale do commandement et de l'autorité* (1890-1940). Paris: Éditions Amsterdam, 2013.

25 ARENDT, *op. cit.*, p. 178.

26 ARENDT, *op. cit.*, p. 177-178.

27 SCHNAPPER, Dominique. Verbete “Nation”. In: MESURE, Sylvie; SAVIDAN, Patrick. *Le dictionnaire des Sciences Humaines*. Paris: PUF, 2006. p. 812.

28 *Ibid.*

29 *Ibid.*

particulares e as desigualdades sociais entre seus membros”.<sup>30</sup> Pode-se assim discernir duas regras essenciais no fundamento das nações democráticas: a primeira é aquela da “transcendência das realidades étnicas pelo princípio cívico”<sup>31</sup>; a segunda é o fato de que a apropriação por parte de cada um de sua história singular e única não poderia de modo algum encontrar resposta na reivindicação de uma identidade coletiva.

Ora, Arendt acentuou precisamente a ignorância desses dois princípios quando anotava o aparecimento de uma peculiar

identificação da nacionalidade do indivíduo com sua alma, este orgulho introvertido que, doravante, não diz respeito somente aos assuntos públicos, mas impregna e permeia todas as fases da vida privada, a tal ponto, por exemplo, [como se dizia na Polônia], que “a vida privada de cada polonês (é) a vida pública da alma polonesa, da *polonidade*”.<sup>32</sup>

O étnico — considerado como natural ou inevitável — refere-se a certa concepção de família, mas também de proximidade, de vizinhança, de calor humano, podendo dar lugar a todas as formas de apoio mútuo, mas também de barbárie. O étnico persiste assim de forma dominante, explícita, reivindicada ou velada. Quando o cívico tenta se instaurar e fazer prevalecer formas de mediação, de distanciamentos, nele se reprova frequentemente a frieza e a insensibilidade, e é assim facilmente posto em xeque.

Schorske buscou mesclar política, cultura e psique em sua interrogação a respeito das primícias da Guerra de 1914 no império austro-húngaro e na Rússia czarista, antes de 1914, ali onde “o sistema de dominação que repousava”, segundo ele, “sobre a opressão de nacionalidades, tinha suscitado por si só um ‘nacionalismo tribal’”<sup>33</sup>. O estudo de Schorske frisou, de fato, que a busca pelo poder nascia da vontade das comunidades étnicas e das nacionalidades inferiorizadas de participarem do jogo político,

30 *Ibid.*

31 *Ibid.*

32 ARENDT, *op. cit.*, p. 177, citando G. Cleinow, *Die Zukunft Polens*, Leipzig, 1914, II, p. 93 e seguintes.

33 SCHORSKE, *op. cit.*, p. 191.

contribuindo com isso para a emergência dessas novas massas. O historiador observou que os valores liberais tenderam, então, a desaparecer, minados como foram pelas sentimentalidades do nacionalismo tribal e, em particular, aquele dos movimentos da juventude. Com os valores liberais, desenhara-se uma “cultura do sentimento [que modelara] a mentalidade dos intelectuais e artistas burgueses [e aguçara] sua sensibilidade: foi ela também [essa mesma cultura] que criou seus problemas”.<sup>34</sup> Viu nas nevroses, na angústia, na ansiedade, “no medo, na impotência, na consciência aguda da brutalidade das relações sociais [...], os sentimentos que predominavam naquele momento”.<sup>35</sup>

Com a emergência dessa espécie de nacionalismo tribal, novos perigos anunciavam-se: se a emancipação pelo Estado-Nação preservava a interioridade, o nacionalismo tribal e as comunidades étnicas constituíam para esta, ao contrário, uma ameaça direta. Arendt observava que para “o velho regime da burocracia” a vida interior do indivíduo pouco interessava; a burocracia totalitária, advertiu, deu mostra, ao contrário, de um interesse renitente pela psicologia de cada um e “intrometeu-se no mundo privado do indivíduo e em sua vida interior com igual brutalidade”.<sup>36</sup>

Transformados em “movimentos”, os partidos sairão fortalecidos, desenraizando cada um de seus membros. O movimento tornou-se um elemento central de intrusão na vida interior dos indivíduos.<sup>37</sup>

É preciso verdadeiramente surpreender-se com isso, em uma época, como observado por Arendt, “em que os homens, levados pela desintegração da comunidade e pela atomização da sociedade, querem a todo custo pertencer a algo”?<sup>38</sup> Isso, porém, não deve nos levar a enxergar ameaças em todo e qualquer agrupamento humano. Em 1893, Durkheim enfatizava, em *Da divisão do trabalho social*, a importância das corporações, dos agrupamentos profissionais, que “respondem a necessidades duradouras e profundas”.<sup>39</sup> Exercem, pensava o sociólogo, uma influência moral necessária, instalam

34 *Ibid.*, p. 26.

35 *Ibid.*, p. 22.

36 ARENDT, *op. cit.* p. 207. Ver igualmente BERADT, Charlotte. *Rêver sous le III<sup>ème</sup> Reich* (1981). Paris: Payot, 2002, em particular “La transformation des personnes privées”, ou “La vie sans lurs”.

37 KLEMPERER observa que o movimento é a essência do nazismo, a ponto de se designar como “o movimento”. LTI, *La langue du troisième Reich* (1947), Paris, Albin Michel, Agora, 2007.

38 ARENDT, *op. cit.*, p. 174.

39 DURKHEIM, Émile. *De la division du travail social*. 10 ed. Paris: PUF, 1978. Prefácio da 2. ed., p. XII.

certo elo no interior do grupo profissional, são capazes “de manter no coração dos trabalhadores um vivo sentimento de solidariedade e de impedir que a lei do mais forte se aplique tão brutalmente”.<sup>40</sup> Abandonar-se, esquecer-se de si mesmo, em nome da moral republicana democrática ou em nome das associações profissionais, certamente não significava, para Durkheim, nada de inquietante.<sup>41</sup>

### *Necessidade de pertencimento a comunidades*

Em 1919, Max Weber apresentava algumas das questões abordadas mais tarde por Arendt e Schorske: o papel desempenhado pelas comunidades no clima social e político do final do século XIX e o sentimento de pertencimento conferido pelo nacionalismo tribal. A massa adquire força eliminando a individualidade, ao passo que a comunidade a restitui (ao menos, certo tipo de individualidade). Weber evocava assim a necessidade de pertencimento aos pequenos círculos e agrupamentos: as relações pessoais, as interações humanas permitidas pelas comunidades integram necessidades duradouras e profundas e se opõem ao poder que exercem as massas sobre os indivíduos. O que de fato ocupava Weber por essa época era o estudo de certas formas de comunidades e, entre estas, as relações entre comunidades étnicas.<sup>42</sup>

É preciso então distinguir entre a força compacta, mecânica, unitária das massas e as formas de vida em pequenos grupos, relacionadas à união entre irmãos, celebrando os valores de lealdade na família patriarcal: estes tinham desaparecido sob a massa, apagando-se no corpo a corpo e na fusão grupal. Viram-se, porém, restaurados nas comunidades e nos pequenos grupos, erigidos contra o universal, por um lado, mas também, por outro lado, contra o que se apresentava como singularidade, diferenças individuais

40 *Ibid.*, p. XX.

41 É preciso assinalar que os pequenos grupos — enquanto tais — não são todos ameaçadores: Michel Pollack observa assim que “a elaboração da novidade passa por o recuo sobre o pequeno grupo consolidado por um projeto estético comum...”. “Les origines de la modernité viennoise”, *Vienne au tournant du siècle* (sob a direção de F. Latraverse e W. Moder), Albin Michel, 1988, p. 30.

42 WEBER, Max. *Economie et société* (1921). T. 2, cap. 4. Paris: Plon, 1995. “Les relations communautaires ethniques”. (Coleção Agora Pocket).

e juízos críticos. Tais reagrupamentos revelam-se, no entanto, historicamente instáveis: as formas de resistência à centralidade dos poderes se prestarão também, sob o jugo fascista ou totalitário, a serem mobilizados pelo poder. Weber mostrou-se particularmente sensível ao aspecto ameaçador que certas comunidades podem revelar, muito particularmente os movimentos de juventude e as fraternidades tecidas no mundo universitário. Soube apreender sua emergência e discernir o peso que tiveram na origem da guerra de 1914 e, depois, na ascensão do nazismo.<sup>43</sup> Weber e Freud bem pressentiram o problema, isto é, o caráter profundamente ambíguo dos modelos de comportamentos e dos valores agindo no interior desses movimentos de juventude nascidos na Alemanha.<sup>44</sup> Seus membros viam-se inclinados, por fidelidade ao movimento, ao abandono de si: valorizavam, sobretudo, a lealdade, o devotamento ao líder<sup>45</sup>, não importa qual fosse o conteúdo anunciado, a renúncia aos interesses privados. O fato pode ser entendido como um anseio por sentimentos e experiências de proximidade fusional, certa sede de poder, um conformismo manifesto, a submissão ao grupo, o medo ou a angústia. Os pequenos grupos provocam evidentes efeitos sobre os corpos e sobre as personalidades individuais, segundo um modelo que não deixa de lembrar a feudalidade, a relação entre senhores e vassalos ou, ainda, a dominação patriarcal do pai sobre os filhos. De fato, a necessidade de pertencimento e o dever de submissão que acompanham tais modelos reativam e perpetuam, na modernidade, arcaicas formas de angústia.

Tais movimentos não preparavam os jovens para “uma cidadania ativa”; faziam-nos aceder, ao contrário, a uma espécie de pertencimento tribal. Assim, seus professores e seus líderes, como sublinhou Walter Lacqueur, ensinavam-lhes o latim e o grego, mas “negligenciavam em geral [a necessidade] de lhes ensinar que o conhecimento das humanidades significava também a crença nos direitos do indivíduo, na dignidade universal; não apenas os direitos dos membros de seu grupo particular, mas de todo ser humano...”.<sup>46</sup> Os jovens aspiravam a se tornar homens enérgicos e duros. O que buscavam era o prestígio, que constituía a finalidade de suas vidas,

43 WEBER, Max. *Le savant et le politique* (1919). Paris: Plon, 1959. p. 95-96.

44 Na história dos movimentos de juventude é preciso distinguir uma primeira fase, a dos *wandervogel*, que se estende de 1896 a 1919, de uma segunda, o *Bund*, que terminará em 1933.

45 LACQUEUR, Walter. *Young Germany. A history of the German youth movement* (1962). New Jersey: Transaction Book, 1984. p. VII.

46 LACQUEUR, *op. cit.*, p. 41.

magnificadas por “certas palavras, como, por exemplo, *Gemeinschaft* — comunidade —, [que soava] a seus ouvidos [como] uma invocação mágica”.<sup>47</sup> É assim que pequenos grupos ameaçadores (Weber) e o individualismo germânico (Simmel) revelavam uma grande regressão, sonhando com um retorno ao arcaico, originado do grande medo, o medo da modernidade.

Se as massas tendem a suprimir a própria ideia de individualidade, as comunidades, por seu lado, ocupam-se de restaurá-la, sob certas condições. Weber demonstrou que uma comunidade, para existir, deve ser “subjetivamente experimentada”. A personalidade nela não desaparece; torna-se, ao contrário, absolutamente necessária, formatada, enquadrada, educada, oferecendo a vantagem de carregar uma “característica comum” ao grupo.<sup>48</sup>

É assim, à sua maneira, que a comunidade reconhece a individualidade: ela compensa a frieza e a indiferença que tantas vezes se denuncia na democracia<sup>49</sup>, o isolamento e a vulnerabilidade que esta impõe aos indivíduos.

Voltemos ao que nos ocupa: o pertencimento a que os indivíduos acediam nesses grupos e comunidades mencionados supunha o abandono de si, o retraimento, o enclausuramento, o abrigo no interior do próprio grupo; ao mesmo tempo, experimentavam com isso um sentimento de superioridade, que implicava a rejeição, a estigmatização, a exclusão do outro, daquele que era, então, definido como estrangeiro. Weber via no funcionamento próprio às comunidades uma atividade “puramente negativa [que] se exprime pela segregação e pelo desprezo ou, ao contrário, manifesta-se pelo temor supersticioso daqueles que, de maneira flagrante, são de outra espécie”.<sup>50</sup>

O que há nas proposições de Weber que nos convida a refletir ainda hoje? O sentimento de pertencimento a tais comunidades não poderia existir, alerta, sem que houvesse, por parte de seus membros, o mais intenso

47 GAY, Peter. *Le suicide d'une République. Weimar, 1918-1933* (1968). Paris: Gallimard, 1995. p. 105.

48 WEBER, *Economie et société*, “Les relations communautaires ethniques”, *op. cit.*, p. 124.

49 Ver RIESMAN, D.; GLAZER, Nathan; DENNEY, Reuel. *Lonely crowd: a Study of the Changing American Character*. (1950) New Haven, Connecticut: Yale University Press, 2001; BELLAH, Robert N.; MADSEN, Richard; SULLIVAN, William M.; SWIDLER, Ann; TIPTON, Steven M. *Habits os the Heart: individualisme and comitment*. Berkeley: University of California Press, 1985. Weber acrescenta então: “o indivíduo indiferente [...] é, de todo modo, desprezado enquanto tal ou vice-versa; ele é adorado supersticiosamente (permanecendo) constantemente em estado de superioridade. Todavia, a repulsa é a atitude primária e normal” (*Economia e sociedade*, *op. cit.*, p. 124). Ver igualmente Simmel, *Sociologie*, *op. cit.*, capítulo IV, “Le conflit” e o capítulo IX, “Excursus sur l'étranger”.

50 WEBER, *Economie et société*, *op. cit.*, p. 124.

investimento. Weber nos põe, assim, em guarda: teme, como Freud, os clãs, o espírito clânico, sectário, tudo o que é suscetível de se voltar contra a democracia de forma negativa, radical e destrutiva.

### *Dimensão do grupo e individualidade: formar certo tipo de personalidade*

Vimos enfatizando a importância que há em distinguir entre nacionalismo tribal e cívico, comunidade étnica e pertencimento democrático. É precisamente a isso que se ateu Georg Simmel, interrogando a questão do indivíduo e de sua relação com o grupo, com os círculos, e depois com a massa e a multidão. Simmel percebeu, de fato, os mecanismos profundos que trabalham a modernidade de seu interior, suas transformações, suas novidades, suas crises. No contexto do avanço dos nacionalismos europeus no período anterior à Primeira Guerra Mundial<sup>51</sup>, e não obstante sua perspectiva algo assemelhada aos escritos acerca da psicologia dos povos, Simmel foi dos primeiros sociólogos a analisar a filosofia da modernidade, a escrever sobre o Eu, o individualismo, a solidão, a cidade, e o fez com uma originalidade incomum. Se seus antecessores, preocupados com a multidão, não viam aí mais que a intensificação dos laços entre indivíduos que se fundem na massa, Simmel soube nela discernir uma série de “debilitações”, “de reservas”, de “repulsas”:

51 Simmel, portanto, encontra aqui, à sua maneira, a marca das dimensões étnicas nas formas e valores da vida urbana e vê a personalidade alemã se exprimir de modo diferente da personalidade latina. Isto o leva, assim, a distinguir duas formas de individualismo, uma que qualifica de “germânica”, outra de “latina”. “O alemão, que não pode se mostrar senão pela ação — que ela seja criação, negócio ou comportamento característico — é privado de um tal alargamento da individualidade [...] que permanece como numa concha de onde o outro, em particular o estrangeiro, não pode extrai-lo”. Não se vê a personalidade alemã, ela permanece escondida, interior, inefável, ela não se mostra; ele não se diz, não se relata, não se manifesta a não ser por meio da ação, de expressões ritualizadas, codificadas por modelos de comportamentos. Simmel o distingue muito claramente de um individualismo latino, no qual, na sua opinião, “fica sempre esta esfera supraindividual como suporte e ambiente para seu ser e [...] uma amabilidade pronta para convidar e uma cultura acolhedora brilham no lugar em que procuramos propriamente uma personalidade” (*Philosophie de la modernité, op. cit.*, “L’individualisme”, p. 290).



Além das antipatias diretas que podem de certo modo provocar a proximidade física, a causa aqui é, sobretudo, o declínio ou o desmentido das idealizações que se cola ao parceiro, representado mais ou menos de forma abstrata. Outra causa se encontra na afirmação necessária do distanciamento interno quando falha a distância externa: o espaço pessoal é então delimitado, rejeita-se qualquer intimidade dada por despropositada.<sup>52</sup>

Encontram-se em Simmel observações raramente lidas na literatura a respeito das multidões e das massas, tal qual elaborada nas últimas décadas do século XIX e na passagem ao século XX: ali, onde a quase totalidade das análises das massas humanas não vê na multidão mais que fusão, densidade compacta, confusão dos corpos individuais em um único corpo coletivo, Simmel nos revela aquilo que a experiência humana confirma nas aglutinações corporais: constrangimentos, embaraços, desgostos, repulsas. A ambivalência da presença do indivíduo na multidão deve ser lembrada: revela que não há, de fato, nada de natural nem de fatal no fato de uma multidão comportar-se como um corpo, e no fato de os indivíduos se agregarem. Indicar essa ambivalência lembra, ao mesmo tempo, que a incorporação dos indivíduos na massa vem historicamente constituindo a base dos regimes políticos autoritários, e por vezes também daqueles totalitários.<sup>53</sup>

Simmel, nem sempre diferenciando as massas das multidões, sublinha, no entanto, que o indivíduo dispõe de mais liberdade de movimento nas multidões urbanas do que nos grupos restritos: a dimensão e a finalidade do grupo ao qual se pertence modificam a forma pela qual as experiências são vividas. Percebe-se, nas multidões urbanas, o caráter ativo, enérgico da individualidade — uma vida rápida, agitada, frequentemente acelerada: a sociedade, a cidade oferece múltiplas escolhas ao indivíduo.

52 SIMMEL, *Sociologie, op. cit.*, capítulo IX. “L’espace et les organisations spatiales de la société”, p. 645.

53 Aqui é necessário distinguir, na cidade, o homem que, mesmo sendo sedentário, se desloca livremente, do homem sem vínculo. “No conjunto, parece que quanto mais nos aproximamos do período moderno, mais a posição sedentária é favorável face ao seu adversário obrigado ao movimento. E isto se explica pelo fato de que os deslocamentos são mais fáceis. Pois isto implica que mesmo aquele que é sedentário por natureza pode a todo momento ir a qualquer lugar, logo, que, além de sua sedentariedade, ele recebe cada vez mais todas as vantagens da mobilidade, enquanto o homem sem vínculo, móvel por natureza, não recebe, no mesmo grau, os benefícios da sedentariedade” (SIMMEL, *Sociologie, ibid.*, p. 662).

Naquilo que Simmel chamou de “alargamento da individualidade”, o tipo de comportamento, o caráter da personalidade, a relação com o outro, com os outros, variam em função da dimensão dos círculos de pertencimento do indivíduo. O autor começa sua análise apresentando, de forma bastante geral, “o estilo da vida moderna” para insistir em seguida no ““aplainamento” de uma infinidade de especificidades até então conservadas, [o que] conduziu a um nivelamento inaudito das formas de personalidades”.<sup>54</sup>

Para Simmel, no entanto, essa inserção do indivíduo moderno nos agrupamentos sociais conserva uma instabilidade fundamental, uma variação permanente, movida por múltiplos estímulos, laços e contatos marcados pela fugacidade dos laços e contatos.<sup>55</sup> Simmel foi, sem dúvida, dos maiores analistas da transição para a vida moderna e a sociedade de massas do início do último século. Mas foi muito mais que isso: nelas discerniu, prefigurando em certos aspectos os escritos de Walter Benjamin, a transformação de traços fundamentais da personalidade moderna, a forma pela qual esta veio se distanciando dos modos de vida tradicionais, ritmados pelos trabalhos e pelos dias. “Quanto mais a vida procede com regularidade, imóvel, menos as sensações extremas se distanciarão do nível médio, e menos o sentimento da personalidade ganhará força”.<sup>56</sup>

Conclui assim, com grande profundidade, embora com certa generalidade um tanto imprecisa, permitindo toda espécie de interpretação, que “se a vida num círculo expandido”, e “a ação recíproca com este”, quer se trate de comunidades, quer de grupos, “produz [...] mais consciência da personalidade que em um círculo reduzido, isso se deve antes de tudo ao fato de que a personalidade se faz sentir precisamente pela transformação dos diversos sentimentos, pensamentos e ocupações”.<sup>57</sup>

Kracauer, que foi aluno de Simmel, prolongará e aprofundará alguns desses argumentos. Distinguiu e de fato opôs “a riqueza da vida do Eu privado” aos modos de existência da individualidade em certos grupos,

54 SIMMEL, *Sociologie, op. cit.*, capítulo 10, “L’élargissement du groupe et le développement de l’individualité”, (1890). p. 732.

55 Ver BENJAMIN, Walter. *Paris, capitale du XIX<sup>e</sup> siècle. Le livre des passages*. Paris: Cerf, 2009, em particular “Le flâneur”; SIMMEL, *Philosophie de la modernité, op. cit.*, “Les grandes villes et la vie de l’esprit”.

56 SIMMEL, *Sociologie, op. cit.*, p. 732.

57 *Ibid.*, p. 732.

“pobre de traços singulares e de aspirações”.<sup>58</sup> Kracauer explicou o fato por aquilo que falta à vida grupal: “o fundamento psíquico, fértil, criador, que difunde a partir de si mesmo uma multiplicidade de conteúdos, inapreensíveis racionalmente”.<sup>59</sup> Kracauer prossegue: seria vão nela buscar “as transições suaves, os sentimentos indefiníveis”, a multiplicidade dos matizes que atravessam a experiência singular. A individualidade em tais grupos “conhece o movimento apenas em uma direção”<sup>60</sup>, ela o sofre e padece, não pode a ele esquivar-se: ignora as hesitações, as dúvidas, as pausas e as recusas.

Kracauer atribui a tal Eu grupal a “propriedade de unidimensionalidade”, “necessariamente ligada também a certa rigidez e rudeza”.<sup>61</sup> Arendt, Schorske, Gay ou ainda Lacqueur também perceberam características semelhantes na análise que nos legaram a respeito dos pequenos grupos e dos movimentos de juventude, extremamente ativos na origem do nacionalismo tribal e do avanço das sociedades totalitárias.

Exatamente o que encontraremos mais tarde nas análises de Mossé e Canetti: “o indivíduo pode perfeitamente, como indivíduo, pensar e sentir o que quer e como quer; a partir do momento que se torna membro de um grupo”<sup>62</sup>, contudo, ele se transforma em “individualidade de grupo (que) tenderá sempre a uma ilimitada afirmação de si e a se defender contra todas as tentativas de desmantelá-la”.<sup>63</sup> Assim se alimenta, como percebera Freud<sup>64</sup>, a onipotência, a força das massas diante da impotência do indivíduo. “O eu-em-grupo [...] não possui uma consciência. Pode afirmar-se, mas não limitar-se por si mesmo”.<sup>65</sup> Tal *ilimitação* seria doravante um dos elementos que permitirão o exercício da vontade de poder na modernidade contemporânea, o próprio fundamento, a base, do poder das massas.

58 KRACAUER, *op. cit.*, p. 130.

59 *Ibid.*, p. 130.

60 *Ibid.*, p. 130.

61 *Ibid.*, p. 130.

62 *Ibid.*, p. 136.

63 *Ibid.*, p. 143.

64 Ver FREUD, Sigmund. *Essais de psychanalyse*. Paris: Payot, 1997. “Considérations actuelles sur la guerre e sur la mort” (1915), (1920), “Psychologie des foules et analyse du Moi” (1921), “Le Moi et le Ça” (1923); FREUD, Sigmund. *Malaise de la culture*. Paris: PUF, 1930.

65 *Ibid.*, p. 143.

## *Tornar-se massas*

1880, 1900, 1914... Passado um século, seria ainda possível estabelecer alguma relação entre o nacionalismo tribal do final do século XIX, como evocado particularmente por Arendt e Schorske, o despertar das comunidades anotado por Weber e o ressurgimento contemporâneo de formas de tribalismo na globalização? Não seria hoje o momento, novamente, de se perguntar, com Arendt, se “as ambições frustradas dos países que não puderam tomar parte da expansão dos anos 1880, [não teria feito surgir] o tribalismo como uma espécie de nacionalismo dos povos que não participaram da emancipação nacional e não atingiram, portanto, a soberania do Estado-nação”?<sup>66</sup> A emergência das massas naquele contexto e sua perenidade podem, enfim, esclarecer algo do contexto contemporâneo? Da mesma forma que, então, não seria o retorno à comunidade, respondendo à necessidade de pertencimento, o que permitiria apaziguar o desenraizamento e o que explicaria os processos em marcha na mundialização contemporânea?

Há talvez outra maneira de colocar o problema, sugerida pela situação em que nos encontramos hoje: haveria de fato momentos históricos em que seria quase inelutável o ressurgimento de um nacionalismo tribal? Quando o sentimento de pertencimento, que conheceu na história modalidades de expressão comedida, não se exprimiria senão sob sua forma mais intensa? Esse anseio de pertencimento pretenderia assim vingar as humilhações sofridas, reencontrar o ideal perdido de respeito às identidades, restaurar dignidades ultrajadas. Tal sentimento, no coração da violência de reivindicações identitárias, busca *suprimir na formação de uma massa o sentimento de impotência ressentido por cada um*.

Voltemos uma vez ainda a Canetti e ao problema das massas, pois, de certa maneira, sua obra interroga questão semelhante. Como nasce uma massa? Canetti enxerga em sua emergência súbita e totalmente imprevisível um fenômeno

66 ARENDT, *op. cit.*, p. 178: “as massas não são unidas pela consciência de um interesse comum, ela os opõe às “classes que se exprimem pela busca de objetivos precisos, limitados e acessíveis” (p. X).

[...] tão enigmático quanto universal, a massa que subitamente surge onde antes nada havia. Pode ser que algumas pessoas se encontrem reunidas, cinco ou dez ou doze, não mais. Nada é anunciado nem esperado. Subitamente, tudo preteja de gente, de toda parte outros afluem [...]. Muitos ignoram o que se passou, mas se apressam em estar ali onde está a multidão.<sup>67</sup>

Encontra-se, no entanto, em Canetti outra interrogação, que prolonga a primeira e problematiza a violência das massas, “a formação da massa guerreira”, a origem, nos diz novamente Canetti, de sua “coesão inquietante” e de sua duração. Há, na massa, algo que insiste em permanecer massa, que incita à agregação, que recusa a dispersão. Por que, então, as guerras (e mais geralmente as violências coletivas) permanecem, quando deveriam ter cessado há muito tempo, pergunta Canetti, e sua questão é uma questão de peso ainda hoje. É que “se as guerras podem durar tanto tempo, se elas prosseguem mesmo quando já estão perdidas, é porque elas dizem respeito ao instinto mais profundo da massa, aquele que a impulsiona [...] a não se desintegrar, a permanecer sendo massa”.<sup>68</sup>

Em uma interrogação coletiva que quer questionar a modernidade histórica da Grande Guerra, seus signos precursores, a violência inaudita de sua deflagração, seus efeitos de “brutalização” a longo prazo, como não entender ao mesmo tempo a advertência e a conclusão trágica que Canetti soube formular, depois de ter observado as massas guerreiras: o sentimento de pertencimento à massa “é por vezes tão forte que se prefere correr para o abismo, ao invés de reconhecer a derrota e conhecer assim a desintegração de sua própria massa”.<sup>69</sup>

As massas foram, muito frequentemente, ao longo desse século que acaba de terminar e ainda na aurora deste que se inicia, um espaço de ameaças constantes. Permitiram por vezes pressagiar o futuro o mais sombrio, todo o mal-estar e os infortúnios da civilização:

67 CANETTI, *op. cit.*, p. 12.

68 *Ibid.*, p. 73-74.

69 *Ibid.*, p. 74.

O perigo mortal para a Civilização não é mais, doravante, um perigo vindo do exterior [...]. O perigo está em que uma civilização global, coordenada em escala universal, se ponha um dia a produzir bárbaros, nascidos de seu próprio seio, à força de ter imposto a milhões de pessoas condições de vida que, a despeito das aparências, são as condições de vida de selvagens.<sup>70</sup>

Não se trata de negar os perigos dos quais as massas foram portadoras na expansão imperialista e nos sistemas totalitários. Mas podemos de fato, a partir dessa história das violências contemporâneas de massa, predizer, como o fez Hannah Arendt, seu eterno retorno? Pois se lermos bem “a predição” anunciada pela autora alemã, discerniremos facilmente não tanto o futuro que nos seria prometido, mas um passado já vivido.

Certas formas de reconforto, vimos, respondem à necessidade de pertencimento. Certos valores em funcionamento nos modelos de comportamento e de sentimentos induzidos ou impostos por uma comunidade particular têm alvos e efeitos política e ideologicamente perniciosos. A radicalidade própria a certos pequenos grupos certamente se opõe com violência às diferenças e aos matizes nascidos da história e da singularidade de cada indivíduo. Trata-se certamente de pesada tendência, de graves consequências, mas pode também tratar-se de modalidades de revolta e de recusa.

O desejo de pertencimento e a constituição de grupos, restritos ou amplos, conduzem, necessariamente, à formação de multidões violentas ou de massas mortíferas? E, por outro lado, o sentimento de impotência do indivíduo diante do grande número deveria inelutavelmente conduzir à resignação ou à radicalização? As reivindicações de orgulho identitário não devem constituir a única resposta às vulnerabilidades do isolamento e do anonimato. A força das massas não pode por si só explicar a impotência do indivíduo. Muitas servidões não podem ser tomadas por inelutáveis e permanecem sendo, em certos casos, servidões voluntárias.

Podemos “escapar do sentimento de [nossa] própria impotência diante do mundo que nos é exterior, destruindo-o”.<sup>71</sup> Mas podemos também

70 ARENDT, *op. cit.*, p. 292.

71 FROMM, *op. cit.*, p. 171.

dele nos afastar. Lembremos aquele filme em que um burocrata da Alemanha Oriental dos anos 80 entregava-se, a serviço do regime da época, a escutas telefônicas da *vida dos outros*:<sup>72</sup> numa cena sóbria e magnífica, com gestos lentos, o homem retira seus fones, coloca-os sobre a mesa de trabalho e se distancia, abandonando-a definitivamente. Em silêncio. Eis uma expressão esplêndida do que pode ser a recusa e a resistência.

## Referências

- ADORNO Theodor W. *La personnalité autoritaire* (1944). Paris: Allia, 2008.
- ANDERS, Günther. *L'obsolescence de l'humain. Sur l'âme à l'époque de la deuxième révolution industrielle* (1956). Paris: Éd. de l'Encyclopédie des nuisances, 2002.
- ARENDDT, Hanna. *L'impérialisme* (1951). Seuil: Points Politique 1997.
- BELLAH, Robert N.; MADSEN, Richard; SULLIVAN, William M.; SWIDLER, Ann; TIPTON, Steven M. *Habits of the Heart: individualisme and comittement*. Berkeley: University of California Press, 1985.
- BENJAMIN, Walter. *Paris, capitale du XIX e siècle. Le livre des passages*. Paris: Editora Cerf, 2009.
- BERADT, Charlotte. *Rêver sous le III<sup>ème</sup> Reich* (1981). Paris: Payot, 2002.
- CANETTI, Elias. *Masse et puissance* (1960). Paris: Gallimard, 1966.
- COHEN, Yves. *Le siècle des chefs. Une histoire transnationale do commandement et de l'autorité* (1890-1940). Paris: Ed. Amsterdam, 2013.
- DURKHEIM, Émile. *De la division du travail social* (1893). 10. ed. Paris: PUF, 1978.
- FREUD, Sigmud. Esquisse d'une psychologie Scientifique. In: FREUD,

72 *A vida dos outros* (2006) é um filme (alemão) de Florian Henckel sobre a Alemanha do leste dos anos 1980.

Sigmund. *Naissance de la psychanalyse* (1895). Paris: PUF, 2002.

FREUD, Sigmund. Le moi et le ça (1923), Considérations actuelles sur la guerre e sur la mort (1915), (1920), Psychologie des foules et analyse du Moi (1921), Le Moi et le Ça (1923). In: FREUD, Sigmund. *Essais de Psychanalyse*. Paris: Petite Bibliothèque Payot, 1997.

FREUD, Sigmund. *Malaise de la culture* (1930). Paris: Flammarion, 2019.

FROMM, Erich. *La peur de la liberté* (1941). Paris: Parangon/Vs, 2010.

GAY, Peter. *Le suicide d'une République Weimar, 1918-1933*. (1968). Paris: Gallimard, 1995.

GORI, Roland. *Faut-il renoncer à la liberté pour être heureux?* Paris: Éd. Les Liens qui Libèrent, 2013.

HAROCHE, Claudine. *L'avenir du sensible*. Paris: PUF, 2008.

HAZARD, Paul. *Crise de la conscience européenne -1680-1715*. Paris: Fayard, 1961.

KLEMPERER, Victor. *L.T.L., la langue du troisième Reich* (1947). Paris: Albin Michel; Agora, 2007.

KRACAUER, Siegfried. *L'ornement de la masse. Essai sur la modernité weimarienne* (1922). Paris: La Découverte, 2008.

LACQUEUR, Walter. *Young Germany. A history of the German youth movement* (1962). New Jersey: Transaction Book, 1984.

MOSSÉ, George. *De la grande guerre au totalitarisme. La brutalisation des sociétés européennes* (1990). Nova York: Hachette Littératures; Pluriel, 2008.

PARK, Robert Ezra. *La foule et le public*. Preface de S. Guth. Lyon: Parangon, 2007. (Collection Situations & Critiques).

POLLACK, Michel. Les origines de la modernité viennoise. In: LATRAVERSE, François; MOSER, Walter (Dir.). *Vienne au tournant du siècle*. Paris: Albin Michel, 1988.

RIESMAN, David; GLAZER, Nathan; DENNEY, Reuel. *Lonely crowd: A Study of the Changing American Character* (1950). New Haven, Connecticut: Yale University Press, 2001.



SCHNAPPER, Dominique. Verbete “Nation”. In: MESURE, Sylvie; SAVIDAN, Patrick. *Le Dictionnaire des Sciences Humaines*. Paris: PUF, 2006. p. 812.

SCHORSKE, Carl Emil. *Vienne fin de siècle: politics and culture* (1961). Paris: Éditions de Seuil, 1983.

SIMMEL, Georg. *Philosophie de la modernité* (1917). Paris: Payot, 1989.

SIMMEL, Georg. *Sociologie* (1905), Paris: PUF, 1999.

SIMMEL, Georg. *Les grandes villes et la vie de l'esprit*. Paris: Payot, 2013. (Collection Petite Bibliothèque Payot).

WEBER, Eugen. [1976] *La fin des terroirs: La modernisation de la France rurale 1870-1914*. Paris: Éditions Fayard, 2011.

WEBER, Max. [1919] *Le savant et le politique*. Paris: Plon, 1959.

WEBER, Max. [1921] *Economie et société*. T. 2, Cap. 4. Paris: Plon, 1995. (Coleção Agora Pocket).

ZWEIG, S. *Le monde d'hier: Souvenirs d'un Européen*. Paris: Librairie Générale Française, 1996.

ENVIADO EM: 11/08/2023  
APROVADO EM: 22/10/2023

# O DEBATE SOBRE O APARTHEID ISRAELENSE À LUZ DO CASO SUL-AFRICANO E DO DIREITO INTERNACIONAL. A PERTINÊNCIA E OS LIMITES DE UMA ANALOGIA DUAL\*

*The debate on israeli apartheid in light of the south  
african case and international law. The relevance and  
limits of a dual analogy*

---

*Fábio Bacila Sald¹\**

## RESUMO

O presente artigo faz uma revisão bibliográfica e documental crítica do já amplo debate sobre a possível prática de apartheid pelo Estado de Israel. Embora as acusações sejam antigas, ganharam corpo no novo milênio, diante do fracasso do processo de paz. Não se pretende esgotar a discussão, apenas apresentar criticamente as duas principais abordagens. Lugar de destaque é dado à tese de Dugard e Reynolds, formulada a partir do direito internacional e da tipificação penal de apartheid, contraposta a reflexões fundadas nas ciências humanas. Subjacente a esse debate específico sobre o caso palestino-israelense está uma questão teórica mais ampla: as especificidades e intersecções possíveis de dois campos distintos do saber, conformando um debate dual.

*Palavras-chave:* Apartheid; Israel; Territórios Palestinos Ocupados.

## ABSTRACT

This article makes a critical bibliographical and documentary review of the already wide debate on the possible practice of apartheid by the State of Israel. Although the accusations are old, they grew up in the new millennium, given the failure of the peace process. It is not intended to exhaust the discussion, only to critically present the two main approaches.

1 \* Doutor pelo programa interdisciplinar “Humanidades, direitos e outras legitimidades”, da Universidade de São Paulo (USP). Autor de textos sobre identidade, violência, política e direitos humanos e internacionais no Oriente Médio. Professor adjunto da Universidade Federal do Maranhão, Campus Bacabal. Contato: fabiobacila@hotmail.com

A prominent place is given to the thesis of Dugard and Reynolds, based on international law and the criminal classification of apartheid, opposed to reflections based on the human sciences. Underlying this specific debate on the Palestinian-Israeli case is a broader theoretical issue: the specificities and possible intersections of two distinct fields of knowledge, shaping a dual debate.

*Keywords:* Apartheid; Israel; Occupied Palestinian Territories.

É fundamental e urgente problematizar o léxico utilizado, assim como os paradigmas interpretativos da situação na Palestina/Israel. Devemos seguir falando em Territórios Palestinos Ocupados (TPO) se “ocupação”, conforme o direito internacional, deve ter um caráter temporário e, no caso em questão, já dura mais de meio século, além de apresentar aspectos de colonização e anexação? Devemos falar em “guerra”, de modo a conotar partes simétricas envolvidas em um infundável “processo de paz”, quando a realidade é de um único Estado soberano em todo o território, que é hegemônico por um dos grupos étnicos para avançar seus interesses, com a Autoridade Palestina gozando de uma versão limitadíssima de soberania, sendo comumente comparada aos bantustões sul-africanos? Ou seria mais adequado utilizar a tipificação penal ou o conceito sociológico de “apartheid” por apresentarem maior precisão ou correspondência na interpretação da realidade? Se sim, quais seus limites? Eis questões que o presente artigo se dedica a elucidar, recorrendo para tal a uma revisão bibliográfica e documental crítica e comparativa, cruzando distintas abordagens da situação de violação sistemática de direitos humanos e do direito internacional na Palestina/Israel.

Fato é que, no início do século XXI, gradativamente, a definição de apartheid se tornou cada vez mais relevante e difundida para compreender também o caso em questão, fruto de entendimentos jurídicos, reflexões intelectuais, iniciativas militantes e de esforços institucionais e internacionais. Exemplos são, além de um profícuo debate acadêmico, a declaração final do encontro de ONGs, ocorrido em paralelo com a Terceira Conferência Internacional de Combate ao Racismo, à Xenofobia e à Discriminação Racial, realizada na cidade sul-africana de Durban, em 2001, e o relatório do Conselho de Pesquisas em Ciências Humanas da África do Sul (CPCH-AS),

publicado em 2009, sob coordenação de Virginia Tilley. Se essa analogia é antiga (WINSTANLEY, 2021), ganhou proeminência da Segunda Intifada em diante, quando o fracasso dos Acordos de Oslo se tornou flagrante e acadêmicos, jornalistas, políticos, militantes, ONGs (mais recentemente, B'Tselem e Human Rights Watch) e relatórios formulados dentro do sistema da ONU passaram a recorrer a ela. É o caso de Miguel Brockmann que, em 2008, então presidindo a Assembleia Geral da ONU (AG-ONU), defendeu a importância do uso dessa tipologia para descrever as políticas israelenses. Até ex-membros de governos israelenses e ex-diplomatas recorreram a ela, além de proeminentes lideranças, tanto do superado regime quanto da oposição antiapartheid na África do Sul, afora membros de seu novo governo (DUGARD; REYNOLDS, 2013; PAPPÉ, 2015; WEISS, 2021).

Os diferentes autores envolvidos nessa discussão estiveram em permanente interlocução, figurando em publicações comuns. Apesar de divergências consideráveis em suas interpretações das trajetórias e das práticas israelenses e sul-africanas, via de regra, comungam da defesa da pertinência de se utilizar a tipificação penal de apartheid para classificar também o caso médio-oriental. Obviamente o debate é muito mais amplo e envolve também sujeitos que tentaram refutar a validade da comparação.<sup>2</sup> Dada a dimensão limitada de um artigo, a abordagem aqui está restrita às diferenças nas interpretações (ou, antes, nas metodologias) daqueles que constataram que Israel pratica apartheid, em consonância com a já consistente, plural e multidecenal documentação produzida por diversas ONGs e relatores especiais em torno do caso. Richard Falk (2014, p. 449), jurista e ex-relator designado pelo Conselho de Direitos Humanos da ONU (CDH-ONU) para apurar as violações nos TPO, é um dos interlocutores centrais desse debate. Para ele, as alegações semelhantes de vários autores<sup>3</sup> e de vários documentos

2 Para uma introdução e crítica da argumentação mais bem formulada para desabonar a analogia, conferir Ran Greenstein (2015).

3 Em 2014, Falk (2014, p. 448-449) arrolou os seguintes autores, dentre os defensores dessa tese: Anthony Löwstedt, Virginia Tilley, Uri Davis, The Russell Tribunal, Ben White, Suraya Dadoo and Firoz Osman, Hazem Jamjoum, Dror Green, Mats Svensson, Azmi Bishara, John Dugard, Eron Davidson and Ana Nogueira, Petra Wild, Jimmy Carter, Desmond Tutu, Edward W. Said, Ronnie Kasrils, Shulamit Aloni, Nicola del Vecchio, Edward S. Herman, Ilan Pappé, Hanan Chehata, Mazin Qumsiyeh, Oren Ben-Dor, Ali Abunimah, Noam Chomsky, Omar Barghouti, Marwan Bishara, Joe Catron, James Bowen, Eitan Felner, Arjan El Fassed, Neve Gordon, Flore de Préneuf, Amira Hass, Gideon Levy, Michel Warszawski, Chris McGreal, Amos Schocken and Tanya Reinhar. A esses agregamos, dentre outros, Achille M'Bembe, Luciana Cocconi, Ran Greenstein, Ronie Kasrills, Na'em Ijeenah e Jon Soske e Sean Jacobs.

apontando para o cometimento do crime de apartheid “não podem mais ser descartadas como erro, acusação ou analogia irresponsável, partidária ou unilateral; é, ao invés, questão de fundamentada identificação e razoável avaliação”. Inclusive, já estaríamos chegando ao ponto segundo o qual “essa afirmação tem um caráter tão bem evidenciado que estaria para além de qualquer dúvida razoável”, convergindo para isso iniciativas múltiplas (intergovernamentais, jornalísticas, intelectuais, jurídicas, de direitos humanos, das humanidades etc.). Desse modo, “o ‘apartheid israelense’ não pode ser refutado como mero preconceito ou propaganda hostil; é questão de fato comprovado e de responsável interpretação e avaliação jurídica” (FALK, 2014, p. 449), sendo as alegações em contrário antes políticas do que científicas.

Para Jon Soske e Sean Jacobs (2015), que organizaram uma obra sobre o caso reunindo vários autores africanos, estariam em curso dois debates separados. O primeiro, uma disputa sobre definições legais, tendo como eixo a pertinência de classificar as ações de Israel nos TPO como apartheid e colonialismo, conforme o direito internacional. O segundo concerne a uma comparação mais ampla entre as trajetórias de Israel e África do Sul à luz das ciências humanas, iluminando convergências e divergências ou até onde suas histórias podem ser justapostas e a luta palestina por igualdade e liberdade poder se valer da experiência africana. Aqui, o conceito de *settler colonialism* (colonialismo de povoamento) é central. Ambas as abordagens implicam uma mudança de paradigma interpretativo do conflito, influenciando os termos do debate pela comunidade internacional, como ao colaborar para superar pressupostos e acusações infundadas, como a comparação ser expressão de antissemitismo ou a situação estar restrita aos TPO e implicar dois povos ou lados equivalentes, sendo Israel uma democracia cercada, defendendo sua existência contra a ameaça do terrorismo, o que justificaria suas ações como temporárias e defensivas. Nessa perspectiva, os TPO seriam territórios externos e ocupados, contrariando todas as evidências em contrário, como a colonização que se aprofunda, gradativamente, e foi oficialmente reconhecida, em 2018, como de “interesse nacional” por uma Lei Básica de Israel (criticada por muitos como oficializando o apartheid) que, ademais, enfatizou o caráter judaico do Estado e seu direito exclusivo à autodeterminação no território, inclusive retirando da língua árabe o estatuto de idioma oficial, junto com o hebraico (NASSAR, 2018; WOOTLIF, 2018).

Para melhor abordar o objeto e realizar as devidas comparações, Soske e Jacobs (2015) propõem a avaliação das práticas e dos objetivos

de longo prazo das políticas israelenses como Estado hegemônico, averiguando sua adequação à categoria de apartheid do direito internacional e as consequências legais, morais e políticas disto (fragmentar e anexar territórios, originando, inevitavelmente, resistência, entendida assim como legítima defesa). Defendem remontar as interpretações às origens coloniais do projeto sionista de fundar um Estado-nação judaico, expropriando e expulsando os palestinos “nativos”. Para eles, os paralelos com o caso sul-africano seriam inequívocos, como a origem comum “a partir de um processo de conquista e colonização justificado, amplamente, em bases religiosas e de nacionalismo étnico”, com ambos implementando um “programa legalizado, de ampla escala” para desenraizar seus habitantes anteriores, instituindo “uma variedade de leis discriminatórias fundadas em preceitos raciais ou étnicos”. Seriam equivalentes “a reivindicação sionista da identidade nacional judaica de Israel” e “a afirmação de uma África do Sul branca pelo apartheid”, sendo a primeira “inseparável da negação dos direitos palestinos, da mesma forma que [a segunda] pressupôs o desenraizamento e a privação de direitos da maioria africana”. Inclusive, na África, as comparações seriam amplamente aceitas e quase incontroversas, sendo este, grosso modo, também o entendimento dos autores reunidos na obra coletiva, que defendem a utilidade da analogia “em diferentes graus e de modos variados”. A consequência política seria a inevitabilidade, como medida resolutive prévia, da retirada e da desarticulação da infraestrutura de colonização (SOSKE; JACOBS, 2015, p. 13-16).

Para aprofundar a compreensão desses entendimentos jurídicos e abordagens comparativas, a seguir, exporemos os fundamentos da tese já difundida de que Israel pratica o crime de apartheid nos TPO, recorrendo à reprodução da argumentação utilizada, sobretudo, por John Dugard e John Reynolds. Na sequência, ampliando as perspectivas em debate, traremos as ponderações de outros autores, que não ficaram restritos à análise dos TPO e nem ao direito internacional como referência. Enfatizar-se-á a argumentação de Ran Greenstein (mas sem se limitar a ela), que buscou superar a interpretação de Dugard, não questionando sua constatação para os TPO, mas sim os limites teóricos e geográficos de sua abordagem. Ao invés de uma polêmica sobre o cometimento ou não do crime de apartheid por Israel, ou sobre a utilidade dessa tipologia para compreender a situação médio-oriental, a questão é de uma profícua discussão teórica e metodológica, travada na fronteira entre dois campos de saber que recorrem à categoria de apartheid: o direito e as ciências humanas. Relatórios produzidos sobre o tema também

serão inseridos na discussão, para uma melhor compreensão de seus termos. Acerca da fundamentação e da inserção desse debate no campo específico da disciplina histórica, enquadra-se na história do tempo presente e remete à sua intersecção com os direitos humanos. Sobre a última, Antoon de Baets (2010) defende que, estando os historiadores também sujeitos aos tratados internacionais de direitos humanos e a suas tipologias, é necessário que ou partam delas ou justifiquem o uso de alternativas conceituais, demonstrando por que seriam mais adequadas aos casos estudados. Intentamos, justamente, apresentar os termos do debate sobre a possível pertinência do apartheid como tipificação penal e “tipo ideal” analítico ou chave teórica a ser adotada.

### *Introduzindo: a abordagem legal do crime de apartheid nos TPO*

O jurista sul-africano John Dugard é um dos personagens centrais na utilização da tipologia de apartheid do direito internacional (definida em convenção específica da ONU, de 1973, e no Estatuto de Roma, de 1998) também para o caso médio-oriental, revalorizando-a após o desuso que se seguiu ao final do regime em África. Na condição de relator especial designado pelo CDH-ONU para averiguar as violações nos TPO, publicou, em 2007, um relatório de enorme repercussão. Nele recomendou que a Corte Internacional de Justiça apurasse a pertinência da acusação de que Israel comete o crime de apartheid, afirmando ele próprio a existência de elementos da ocupação que constituem “formas de colonialismo e apartheid”, contrariando o direito internacional (DUGARD, 2007, p. 2). Com base nesse documento, a chancelaria sul-africana requereu ao CPCH-AS uma averiguação detalhada do caso, sendo incumbida a professora Virginia Tilley que, em 2009, publicou extenso relatório, referendando o entendimento de Dugard e também analisando a situação a partir do colonialismo, tal como tipificado pelo direito internacional. Em 2010, seu sucessor na relatoria especial, Richard Falk, mencionando ambas as referências, corroborou suas constatações, o que fez de modo mais bem acabado em seu último relatório à frente do cargo, em 2014, no qual aprofundou a hipótese com um inquérito preliminar, também sugerindo uma apuração pelas cortes internacionais.

Dugard, em 2013, revisitou o tema, agora como acadêmico da área de direito internacional e em parceria com John Reynolds, publicando o artigo: “Apartheid, International Law and the Occupied Palestinian Territory”. Neste, avaliaram a adequação da tipificação às práticas israelenses exclusivamente nos TPO, melhor embasando a conclusão de que está sendo cometido o crime contra a humanidade de apartheid. A interpretação semelhante haviam chegado, em 2011, o Tribunal Russell e várias ONGs israelenses e palestinas, que passaram a enviar relatórios paralelos ao comitê guardião da Convenção Internacional para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial que, por sua vez, em 2012, censurou Israel pela violação de seu artigo terceiro, justamente o concernente à segregação racial e apartheid. Dugard e Reynolds (2013, p. 871-873) apontam que a maioria das objeções questiona a pertinência dessa interpretação jurídica ou da comparação histórica para “o regime dentro de Israel, ao invés de para os TPO”, e que eles próprios não adentrariam nesse debate sobre a possível maior abrangência do apartheid. Expressam não ignorar “os problemas inerentes à prescrição de tal compartimentalização territorial pela lei internacional quando os próprios governos israelenses legalmente não fazem essas demarcações simplistas”. Também fazem ponderações sugestivas em outras passagens, como ao afirmar que o direito ao voto garantido aos palestinos com cidadania israelense, por si só, não descarta a existência de um sistema de apartheid, ainda mais em um contexto no qual, diferentemente da África do Sul, o “grupo dominante não constitui uma minoria demográfica”. Ainda, mencionam leis israelenses afetando os palestinos como um todo e afirmam que um sistema legal fundado na “noção de ‘nacionalidade judaica’”, que privilegia tal grupo em detrimento dos não judeus, fundamenta políticas discriminatórias “tanto dentro de Israel quanto nos TPO”. É central a ponderação de que não há “nacionalidade israelense”, somente “judaica”, e, assim, “um sistema de duas camadas de *status* civil entre os cidadãos israelenses é criado, com os nacionais judeus privilegiados em relação aos cidadãos não judeus, que permanecem subordinados”. Dugard e Reynolds (2013, p. 876; 883) já mencionam, em rodapé, os debates sobre um projeto de lei (aprovado em 2018), privilegiando o caráter judaico do Estado, em detrimento do democrático, e assim modificando o que até então seria um “equilíbrio horizontal” entre essas duas partes da fórmula (“Estado judaico e democrático”), criando-se uma verticalidade, com o topo da escala constitucional ocupado pelo princípio étnico. Logo, a “ideologia discriminatória” fundamentando a dominação e opressão nos TPO vigora



e provém, originalmente, de Israel. Mas, de fato, não se aprofundam (ou, ao menos, não se posicionam de modo conclusivo) acerca da possível vigência de apartheid também “em Israel”, limitando-se a apontamentos demasiadamente sugestivos, que valem ser citados:

Então, enquanto os palestinos com cidadania israelense perfazem cerca de 20% da população e podem votar como cidadãos, estão rigidamente restringidos em áreas críticas, como uso de terras, acesso a recursos naturais e a serviços fundamentais, excluídos de leis e instituições de planejamento e sistematicamente discriminados nos âmbitos municipais e nacionais no campo dos direitos econômicos, sociais e culturais. Nacionais judeus, cujos interesses exclusivos são atendidos por instituições paraestatais como a Agência Judaica e o Fundo Nacional Judaico, têm acesso exclusivo à maioria do território estatal e a reivindicar direitos extraterritoriais e privilégios nas áreas controladas por Israel. Tais benefícios materiais emanam da Lei de Retorno, de 1950, que define o que é judeu para fins do sistema legal e garante cidadania a cada judeu emigrado para Israel (e os TPO, desde 1967) [...] Então, palestinos residentes desde muito tempo, que foram deslocados à força durante a Guerra de 1948, foram legalmente impedidos de retornar a suas casas e ter cidadania no Estado recém-criado, enquanto a outros, sem conexões prévias com Israel, foi garantida cidadania com base em uma construída nacionalidade judaica. Essa situação de cidadania privilegiada está inscrita nas leis constitucionais de Israel, com várias leis básicas codificando Israel como “o Estado do povo judeu”. Assim, a premissa de Israel como Estado judeu resulta em mais do que mero simbolismo, fundamentando boa parte de seu sistema legal. A propósito, é notória a Lei Básica: Terras de Israel (1960), que prescreve que propriedades reais (“terra, casas, construções e qualquer coisa fixada de modo permanente na terra”) possuídas pelo Estado de Israel, a Autoridade de Desenvolvimento e o Fundo Nacional Judaico “não devem ser transferidas tanto por venda quanto de outra maneira”, pois devem permanecer de modo perpétuo em benefício do povo judeu. Conforme fontes governamentais, “93% da terra em Israel está sob domínio público, isto é, ou propriedade do Estado, ou do Fundo Nacional Judaico ou da Autoridade de Desenvolvimento,

então, não pode ser cedida ou comprada por não judeus, mesmo cidadãos de Israel não judeus. A codificação da nacionalidade judaica é igualmente significativa para a situação nos TPO, onde a legislação israelense é canalizada de modos variados para garantir a colonos judeus privilégios comparáveis em relação aos residentes palestinos [...] Raça e nacionalidade estão, de algum modo, combinados (ou confundidos), com a discriminação presente não só entre cidadãos israelenses e palestinos não cidadãos, mas entre aqueles definidos pela lei israelense como nacionais judeus (no caso, aqueles candidatos a obter cidadania sob a Lei de Retorno) e aqueles que não o são [...] A fundamentação garantida pelo conceito de nacionalidade judaica para um sistema institucionalizado de discriminação e dominação está evidenciada de modo mais explícito por esse duplo sistema legal em vigor na Cisjordânia, por meio do qual os colonos judeus estão sujeitos a um conjunto legal e judiciário inteiramente distinto dos palestinos (DUGARD; REYNOLDS, 2013, p. 904-907).

Ou seja, se no começo do artigo afirmaram que só falariam de “Israel em si” e de suas leis quando fosse útil para entender os TPO, quando o fizeram aportaram reflexões relevantes para fundamentar a impossibilidade de separar completamente as situações e subsidiar a hipótese de que o regime de apartheid abarca todo o território. De todo modo, eles se mantêm fiéis ao seu recorte espacial e não assumem as implicações de admitir abertamente a ampliação de seu escopo, até porque isso exigiria fundamentar melhor o texto, ampliando-o para além de limites razoáveis para um artigo já extenso (47 páginas). A breve síntese que fazem do caso africano também se caracteriza por uma demarcação bem delimitada, circunscrevendo-o ao período de 1948 a 1994, ainda que reconheçam os antecedentes coloniais de muitas de suas práticas, leis e concepções, que foram amadurecendo ao longo de três séculos de colonização até serem sistematizadas para garantir uma sólida dominação branca. O apartheid foi um sistema legalmente institucionalizado (um regime com leis, políticas e instituições sancionadas pelo Estado) e assentado em três pilares (discriminação, fragmentação territorial e repressão política), distinto das demais formas de discriminação racial. Reforçado por convenções sociais e por práticas, teria sido o caráter institucionalizado, sistemático e opressivo que tornou a versão sul-africana

explícita e particularmente ofensiva para a comunidade internacional. Tipificado como crime contra a humanidade em diferentes instrumentos, ao mesmo tempo em que foi derivado da experiência sul-africana, tornou-se independente dela.

Após longa contextualização, Dugard e Reynolds passam a analisar, exclusivamente, as práticas israelenses nos TPO, tendo por base a tipificação feita na Convenção Internacional de Supressão e Punição do Crime de Apartheid, mais especificamente os “atos desumanos” mencionados em seu segundo artigo que, praticados em conjunto e de modo sistemático para manter a dominação e a opressão racial, configuram apartheid. Ao invés de uma avaliação pormenorizada, apresentam conclusões sintéticas com base na extensiva documentação preexistente e disponível sobre o caso, produzida por ONGs e órgãos da ONU. Constatam que os “efeitos cumulativos de tais consistentes e abrangentes violações” são tais que conformam um padrão de domínio e opressão sistemática, em benefício do grupo dominante que perpetua sua posição privilegiada. Se reconhecem que nem todos os “atos desumanos” mencionados na Convenção seriam relevantes no contexto palestino (ênfatizando que também não o foram no caso sul-africano), afirmam que para se configurar apartheid não se requer que isso ocorra. Tal regime “é definido pelo cometimento de tais atos de um modo suficientemente extensivo para o qualificar como dominação sistemática e institucionalizada”. Seria o caso de Israel, que nega o direito à liberdade e à nacionalidade, assim como viola persistentemente outros direitos básicos (tanto políticos e civis quanto sociais, econômicos e culturais), praticando censura, detenções arbitrárias e em massa, maus-tratos e tortura de modo sistemático e como meio de repressão, controle e domínio, perseguindo e suprimindo qualquer oposição também por meio de restrições de liberdades e de assassinatos extrajudiciais sistemáticos. Ademais, palestinos e israelenses judeus são tratados de modo discriminatório em vários campos (judicial, acesso à terra, comida, água, habitação, recursos naturais, cidadania, residência, unificação familiar), estando a população segregada em linhas raciais, o que se reflete em espacialidades fragmentadas e apartadas, similares às reservas nativas, com os colonos e o Estado de Israel se apropriando ilegalmente de terras e inviabilizando, deliberadamente, a unidade territorial palestina. À medida que avançam a colonização e a expropriação ou “judaização” do território, as áreas palestinas vão sendo restringidas e separadas entre si, inclusive recorrendo-se a demolições de casas e deslocamentos forçados, em consonância com planos governamentais e de organizações paraestatais.

Não seriam “atos aleatórios e isolados, mas parte de um regime opressivo mais amplo, institucionalizado e sistemático”, fundado em uma ideologia discriminatória, culminando o conjunto também no crime de perseguição, executada por meio de uma “rede de ordens e regulamentos militares relativamente obscura e inacessível”, combinada com “restrições burocráticas que são, frequentemente, racializadas na implementação e não no papel”. Exemplificam essa “engenharia social e fragmentação territorial” as colônias, os *checkpoints*, o Muro da Separação e as estradas exclusivas, além da atuação fundamental de “instituições nacionais judaicas” paraestatais, que fortalecem as diretrizes étnicas das políticas públicas e, ao terceirizarem a discriminação, dificultam deliberadamente a apreciação do quadro. Na África do Sul, em contrapartida, sua “legislação explicitamente racista e amplamente conhecida” tornava o regime de apartheid “em algum sentido mais ‘honesto’ em sua intenção discriminatória” assumida (DUGARD; REYNOLDS, 2013, p. 895-904). Outros autores não citados no artigo definem essa situação como “política de caos e ofuscação” (WEIZMAN, 2007; ZERTAL; ELDAR, 2007) ou como voltadas a manter uma “fachada democrática” (YIFTACHEL, 2006), ocultando a natureza racista de políticas públicas.

No final, Dugard e Reynolds (2013, p. 911-912) equivalem explicitamente os regimes, afirmando a reprodução dos três pilares da tipificação de apartheid por Israel e que, em alguns casos, o país adotaria práticas até piores do que as sul-africanas, como também reconhecido por Mandela e Desmond Tutu. O *status* legal privilegiado “daqueles definidos como nacionais judeus pela Lei de Retorno de 1950” seria semelhante ao garantido aos brancos pela “Lei de registro populacional de 1950 na África do Sul”, que demarcou os distintos grupos raciais. Considerando a “natureza sistemática e institucionalizada da dominação racial existente, há, de fato, fortes evidências para concluir que um sistema de apartheid foi implementado nos TPO”, ao arpejo da interdição legal internacional. As implicações são significativas. Tal tipificação garante uma interpretação holística de um aparato sistemático e metódico, conectando as violações implicadas em um todo ordenado e, assim, contrastando com “manipulações e distorções nas narrativas que buscam justificar certas ações” como supostas “necessidades militares” de modo a, deliberadamente, fragmentar o conjunto das políticas e práticas voltadas a manter a opressão e o domínio sistemático de um grupo sobre outro. Ou seja, os autores apontam como contribuição do uso da tipificação para classificar a situação avançar nas interpretações legais

acerca dos TPO, superando “o ‘foco habitual em ações específicas adotadas no contexto da ocupação como distintas da natureza da ocupação como regime normativo’”, facilitando a avaliação de seus efeitos cumulativos ao longo de mais de meio século.

Se Leila Farsakh (2015, p. 150; 161) não adentra na seara das definições legais, ela também centraliza sua abordagem nos TPO, ainda que reconheça a existência de um regime único em todo o território e parta dessa premissa. Se seu recorte espacial são os TPO, o temporal é dos Acordos de Oslo em diante. Estes são apresentados como fundamentais na consolidação do regime de apartação, tendo promovido a bantustanização dos palestinos, reduzindo-os a enclaves com autonomia limitada, inviabilizando a criação de um Estado ao institucionalizar e consolidar a fragmentação territorial e a separação populacional, inaugurando “uma nova forma de dominação”, “um regime de apartheid de controle”. Até então, o contexto colonial de fundação de ambos os Estados fundamentou várias semelhanças (pretensão de separação populacional e controle territorial exclusivo, expropriação de terras já habitadas por colonos e expulsão, concentração e privação de direitos básicos dos “nativos”). Mas, Israel e África do Sul também seguiram uma trajetória colonial distinta em outras dimensões, especialmente nos campos econômico e demográfico, com o primeiro consolidando uma maioria judaica e a independência da força de trabalho indígena. De todo modo, dos anos 1990 em diante, Israel passou a reproduzir a lógica e práticas sul-africanas, perseguindo o intento comum de garantir um “desenvolvimento separado”, sendo muito mais eficaz em naturalizar e legitimar isso perante a comunidade internacional, o que (juntamente com a colonização ensejando a fragmentação) seria a especificidade de sua versão ainda mais violenta de apartheid. Se não pretendeu ser um Estado de apartheid, como a África do Sul oficialmente o foi, estabeleceu um “apartheid de fato e, mais especificamente, uma realidade de bantustões na Cisjordânia e em Gaza”. A semelhança nas estruturas políticas erigidas é explicada como resposta às lutas “indígenas” contra os estados coloniais e suas práticas, de modo a tentar resolver as demandas políticas por meio de regimes de autonomia parcial, que não comprometem a supremacia dos colonizadores. Oslo seria “uma versão revisada dos bantustões” e da política de separação e essa compreensão é apresentada como fundamental para explicar os desdobramentos e prospectos da situação.

## *A maior amplitude do apartheid israelense, ou a colaboração das ciências humanas*

Revisando as analogias feitas até então, o sociólogo Ran Greenstein (2015) busca fundamentar melhor as abordagens comparativas, diferenciando aquelas com maior rigor empírico e teórico de meras afirmações políticas feitas por ativistas e movimentos para negar ou validar os paralelos. Destaca o que seriam três passos ou distinções fundamentais para abordar adequadamente a questão, evitando um uso conceitual superficial: definir de qual Israel se está falando (quais fronteiras), diferenciar o apartheid histórico na África do Sul de sua noção genérica e tipificação penal, e averiguar similaridades e diferenças entre o caso africano e o médio-oriental. Considerando a tipologia internacional, bem como as especificidades dos dois casos, chega à seguinte definição sintética de apartheid: “um conjunto de políticas e práticas de discriminação legal, exclusão política e marginalização social, baseado em origens étnicas, nacionais ou raciais”, devendo o foco da análise recair sobre as práticas estatais ao invés do grau de similaridade com a situação sul-africana pretérita. Se, da perspectiva legal, seria correta a compreensão de que Israel pratica apartheid, sua versão seria historicamente específica e distinta da sul-africana. Trata-se de caracterizar o “apartheid histórico”, sua versão “genérica” ou jurídica, e o caso palestino-israelense como de “tipo especial”.

Em suas considerações bibliográficas, Greenstein (2015; 2020) critica a conclusão compartimentalizada feita por Dugard e Reynolds de que Israel comete o crime de apartheid nos TPO por, supostamente, constituir uma abordagem demasiado restritiva, que dificulta a observação de um todo interligado. O problema estaria na distinção feita entre “Israel em si” e os TPO, que Dugard reiterou em livro autobiográfico recente, resenhado por Greenstein (2019). Se seria compreensível ele partir dessa diferenciação por corresponder aos termos restritos do mandato da ONU que exerceu, por dois motivos teria se equivocado em insistir nela. Primeiro, Greenstein enfatiza a discriminação sofrida pelos cidadãos palestinos de Israel, que, embora possam votar, têm “negada a igualdade e pertença à comunidade nacional”, o que ficou ainda mais explícito após a lei básica de nacionalidade, aprovada em 2018, reafirmando e privilegiando o caráter exclusivamente judaico de Israel no concernente a seu *ethos*, símbolos, linguagem e missão (encorajar a imigração e a colonização), além de restringir o direito à autodeterminação

aos judeus. A segunda crítica a Dugard concerne a invisibilizar outro grupo palestino, o dos refugiados de 1948, cuja condição lembraria o preço pago pela criação de Israel às custas do “povo nativo”. Não foram só privados de direitos básicos, como “experimentaram uma desapropriação pior do que qualquer coisa testemunhada na África do Sul do apartheid”. Assim, para se ter o necessário “quadro completo do Estado de Israel como um regime de apartheid” é preciso considerar as três dimensões: a limpeza étnica ou *Nakba* de 1948, a ocupação de 1967 e o *status* marginalizado dos palestinos que têm cidadania israelense, o que desafia a própria noção de “Israel em si como entidade separada que pode ser analisada à parte dos demais aspectos do sistema geral de domínio sobre os palestinos” (GREENSTEIN, 2019, p. 365).

Uma ressalva deve ser feita a essa crítica generalizada acerca da restrição do apartheid aos TPO, onde a correspondência jurídica e os paralelos históricos ficariam mais óbvios. A se considerar o artigo que Dugard publicou com Reynolds, a delimitação da abordagem é antes uma questão metodológica justificada, de recorte temático ou do fato jurídico a ser analisado, do que a assunção de uma posição que ignora as implicações e a maior abrangência do apartheid (transcendendo as fronteiras apagadas de 1967), que estão sugeridas em seu texto, mas fogem de seu escopo analítico. Os autores admitem que o objetivo de sua análise restrita aos TPO não é negar suas implicações maiores, mas responder aos críticos que buscam, justamente, enfatizar e generalizar a situação a partir de “Israel em si”, negando a analogia. Abordagem comparativa semelhante é feita por Virginia Tilley no relatório apresentado ao CPCH-AS, no qual não refuta a pertinência de se estender a validade da definição de apartheid também para “Israel *per se*”; apenas opta, por questões metodológicas, por um enfoque minucioso na questão específica dos TPO, tomando-os como recorte espacial arbitrário a fim de, igualmente, responder aos críticos da analogia. Do mesmo modo que Dugard e Reynolds sugerem elementos que sustentam a validade da comparação também para Israel, Tilley (2009) interpreta a ocupação da Namíbia e a dos TPO como “episódios, e consequência inevitável, na história de ‘colonialismo de povoamento’ e parte da natureza de ambas as sociedades”. A questão é que Greenstein (2019) coloca em xeque a própria possibilidade de se pensar em “Israel propriamente dito” como pressuposto teórico, pois seria indissociável da questão dos refugiados palestinos e dos TPO, com a longevidade dessa falsa distinção (apesar de todas as evidências em contrário) testemunhando não só a continuidade da resistência palestina,

mas também o sucesso da estratégia hegemônica de externalizar os TPO de seu corpo político enquanto retém sobre ele controle efetivo. Ademais, também reconhece que essa diferenciação é utilizada como ponto de partida por quem refuta a adequação do termo para definir a situação, mas, ao invés de explorar especificamente a situação nos TPO para se contrapor a eles, desconstrói ou desnaturaliza a territorialidade, mostrando como emana de relações históricas de poder e hegemonia.

Subsidiando suas considerações, Greenstein (2015) menciona outros críticos que também questionam o “Israel em si” como pressuposto, como Meron Benvenisti, Yehouda Snehav, Ariella Zoulay e Adi Ophir<sup>4</sup>, aos quais podemos, ainda, acrescentar a definição de Israel como etnocracia feita pelo geógrafo israelense Oren Yiftachel (2006; 2012), no cerne da qual está a indivisibilidade entre Israel e os TPO. Em outros textos, o sociólogo fundamenta melhor a suposta impossibilidade de se compreender as práticas soberanas isoladamente. Seu apartheid implicaria políticas inter-relacionadas, que seguem negando direitos fundamentais aos distintos subgrupos de palestinos, divididos pela própria engenharia social do poder soberano como estratégia de criar e manter a dominação e a opressão. Inicialmente, grande parte foi tornada refugiada, submetida a um processo de desnacionalização, não sendo reconhecida mais como vinculada à terra. Suas propriedades fundiárias (representando cerca de 90% do total) foram desapropriadas em massa e transferidas para a “nação judaica” por meio de leis específicas e do funcionamento das agências paraestatais. Eles formariam parte imprescindível da “Grande Palestina” (conceito antes

4 Para Benvenisti, a ocupação se tornou irreversível e definir os TPO como tal e em separado é enganoso e auxilia a manter o *status quo*, pois foram incorporados no sistema de controle israelense, prevalecendo uma relação de coexistência étnica marcada pela assimetria, pelo domínio e pela opressão. Snehav é também crítico do “Paradigma da Linha Verde de 1967”, segundo o qual “Israel, um Estado-nação democrático do povo judeu com uma minoria de cidadãos palestinos é separado dos TPO”, sendo estes uma “anomalia” em situação de “ocupação temporária” até um acordo final, com as violações de direitos que implicam não afetar a “natureza democrática de Israel em si”. Apesar dessa perspectiva associada à solução de “dois Estados” ter ganho hegemonia internacional, não condiz com a realidade concreta criada pela ocupação e pela colonização, nem com os interesses de vários grupos, palestinos ou judaicos. Se Azoulay e Ophir fazem uma distinção dos dois lados da Linha Verde, é para compreender como ambos são governados por um único regime, internamente diferenciado, que tem um “duplo caráter” ou “dualidade”, combinando democracia com opressão brutal e negação de direitos. Portanto, não se pode falar de Israel das fronteiras anteriores a 1967 (que existiu por somente dezenove anos) como uma entidade social e política distinta, pois o regime engloba as duas partes interdependentes da Linha Verde, prevalecendo no caso dos TPO uma “exclusão inclusiva” fundada em noções de segurança e demografia. Essa ambiguidade não decorre do acaso, mas de uma “firme decisão política” (GREENSTEIN, 2015).



demográfico que geográfico, que considera e inclui o povo palestino em todas suas dimensões, inclusive no exílio, sendo a “reunião” dos judeus em Israel processo inter-relacionado e causal da dispersão palestina na diáspora). Os que conseguiram permanecer viraram “cidadãos de segunda classe”, mas nunca “nacionais”, vivendo em territórios restringidos e cercados no que seria “Israel propriamente dito”. Em 1967, outra parte dos palestinos e de seu território foi submetida e, gradativamente, explorada e apartada, com os dois lados das fronteiras anteriores à Guerra dos Seis Dias formando o “Grande Israel”. Somente considerando esses componentes juntos é “que podemos explorar de modo pleno o significado do apartheid israelense, pois não podemos adotar como ponto de partida realidades que foram formadas a partir da conquista e desapropriação”, tampouco ignorar outras (GREENSTEIN, 2020, p. 75).

Em outras palavras, para Greenstein (2020, p. 77-80) a consideração dos TPO ou dos palestinos com cidadania israelense não pode ser feita em separado dos refugiados de 1948, que são parte do mesmo grupo e têm todos os seus direitos negados. Não suficiente, o “Grande Israel” foi consumado com a ocupação e a colonização de Gaza e Cisjordânia, havendo um único Estado em toda a área. “Isso quer dizer que estamos olhando para um regime único integrado em todos os territórios pós-1967, mesmo se seu governo é exercido de maneiras internamente diferenciadas”. Desse modo, “não podemos falar em ‘Israel propriamente dito’ de modo isolado”. Para além dos TPO, é a “Grande Palestina” “o elemento que torna o regime israelense único”, pois não exerce controle e disputa o domínio sobre apenas seu território, mas reafirma seu poder sobre uma população colocada para fora dele, “cuja legitimidade e potencial presença precisam ser suprimidas”. Se muitos críticos concordam que é impossível considerar apenas “Israel propriamente dito”, descolado do “Grande Israel”, que é considerado o “limite efetivo de controle e unidade significativa de análise”, poucos incluiriam essa dimensão da “Grande Palestina”. Em suma, “o processo de limpeza étnica é um elemento crucial do sistema de controle que precisa ser reintroduzido no arcabouço analítico”, estando os “palestinos da diáspora” tão excluídos e privados de direitos que, a partir de sua posição, o “apartheid constituiria um progresso”. Observando e buscando classificar essa combinação de “normas democráticas, hierarquia étnica, ocupação militar e inclusão/exclusão de populações extraterritoriais”, Greenstein (2020, p. 82-83) propõe o conceito de “apartheid de um tipo

especial”<sup>5</sup>, salientando a indefinição de fronteiras (sempre em expansão de modo unilateral), a definição etno-nacional rígida que cria uma alteridade estrangeirizada, a combinação de distintos modos de governo, o uso de “regulamentos militares formais e informais” e o de “políticas delegando poderes e recursos para instituições não estatais (Agência Judaica, Fundo Nacional Judaico), que agem em prol do Estado, mas não estão abertas a escrutínio público”. Há uma lacuna entre a “linguagem formal de governo” e as práticas concretas, especialmente, para fins de consumo externo. A questão é o controle demográfico para manter uma maioria judaica dominando e instrumentalizando o Estado.

Além de outros autores, corroboram a interpretação geral de Greenstein documentos internacionais que também enfocam a maior abrangência do apartheid israelense, ampliando as análises restritas aos TPO. É o caso do veredito do Tribunal Russell (2011), que considerou que o “regime discriminatório israelense se manifesta em intensidade e de formas variadas contra as distintas categorias de palestinos, configuradas a partir de sua localização”, com o governo sobre eles “coletivamente, culminando em um regime único, integrado, de apartheid”, com aqueles vivendo nos TPO “sujeitos a uma forma particularmente agravada”. Tilley e Falk publicaram um relatório encomendado pela Comissão Econômica e Social da ONU para a Ásia Ocidental (TILLEY; FALK, 2017) apresentando constatação semelhante e, inclusive, integrando os refugiados palestinos no sistema de apartheid israelense. Abordagens semelhantes figuram em capítulos de uma obra editada pelo historiador Ilan Pappé, que reúne colaborações de Tilley, Greenstein e de outros tantos acadêmicos envolvidos nesse profícuo debate, além de sujeitos com trajetória significativa na luta contra o apartheid sul-africano. O objetivo admitido por Pappé (2015, p. 13-18) em *Israel and South Africa: The Many Faces of Apartheid*, é um “exame mais consistente dessa comparação” e de sua relevância ou uma “discussão profissional e acadêmica” considerando semelhanças e diferenças e os limites geográficos de sua pertinência (se todo o território ou somente os TPO), já que o ponto de partida comum é concordarem com sua validade, entendimento este que

5 Trata-se de conceito homólogo ao de “colonialismo de tipo especial”, cunhado pelo Partido Comunista Sul-Africano no começo dos anos 1960 para se referir ao “prevalecente sistema de apartheid, que combinou os legados coloniais da discriminação racial, exclusão política e desigualdades socioeconômicas com a independência do Império Britânico”, sendo o centro de controle ou poder interno do país, ao invés de externo, como no “governo colonial ‘clássico’” (GREENSTEIN, 2020, p. 82).

seria inequívoco para quem tem um conhecimento, mesmo que sumário, das práticas e políticas israelenses e da definição de apartheid conforme o direito internacional. Ademais, haveria consenso quanto ao caso israelense ser ainda mais opressivo e difícil de se superar e que, “de um modo ou de outro, todos os palestinos — dentro e fora da Palestina — ainda estão vivendo sob uma variante do sistema sul-africano de apartheid”. Ignorando esforços anteriores (individuais e coletivos) de aprofundar essa analogia, Pappé assegura se tratar de um debate novo, sendo seu curso tardio, em partes explicado a partir da “forte oposição a ele no âmbito acadêmico ocidental pró-Israel”.

Assim como o capítulo de Greenstein, o de Ronnie Kasrils (2015) e o de Jonathan Cook (2015) fundamentam a adequação da tipificação para também classificar a situação “dentro de Israel propriamente dito”. Cook parte da centralidade da diferenciação entre nacionalidade e cidadania em Israel e sua definição como Estado judeu, sendo a primeira exclusiva para judeus e meio de garantir tratamento privilegiado em várias dimensões. Outro aspecto relevante é a não previsão da igualdade nas Leis Básicas de Israel; pelo contrário, a definição do Estado como “judaico e democrático” enseja práticas e dezenas de legislações discriminatórias. Os palestinos não são só cidadãos de segunda classe, “em um sentido legal eles não pertencem realmente ao país”. Contudo, diferentemente do sul-africano, o regime israelense se caracteriza pela política quase oficial de manter uma “igualdade aparente”, a fim de ocultar a desigualdade e a discriminação estrutural, para o que colabora a garantia de um direito esvaziado de votação (“cidadania degradada”), viabilizado por medidas que interditam o questionamento da natureza judaica do Estado e pela redução e manutenção deliberada do contingente palestino a uma minoria do conjunto total dos cidadãos. Inclusive, se na África o apartheid tinha que lidar com uma maioria não branca, o que inviabilizou essa “igualdade aparente”, no caso israelense uma maioria foi, abruptamente, reduzida à condição de minoria, com a limpeza étnica de 1948 e medidas subsequentes. A propósito, discussões em torno desse tipo de solução (“transferência”) teriam retornado como alternativa para a insustentabilidade do apartheid a médio e longo prazos. Ativista e membro do governo sul-africano, Kasrils (2015) aproxima as situações a partir do colonialismo como enquadramento teórico mais geral e, mais especificamente, utiliza a categoria de “colonialismo de povoamento”, com suas consequências para os “nativos” (desenraizamento, desapropriação e privação de direitos) afetando o povo palestino em sua totalidade (dos TPO aos “cidadãos de segunda classe” e os refugiados). Compara os fundamentos

de ambos os países, definindo como falaciosas as reivindicações israelenses de ser uma democracia, pois a igualdade e a plenitude de direitos estariam reservadas a apenas uma minoria, que impõe seu domínio político e militar à “maioria indígena” e não tem problemas em suspender o estado de direito e deflagrar uma implacável repressão. Eis porque as leis e práticas adotadas “espehariam bem” aquelas da África do Sul mesmo antes, mas especialmente durante o regime de apartheid. Ou seja, Kasrils (2015, p. 286-288) adota a colonialidade como marco teórico comum, aprofundando a questão ao, assim como Greenstein, estender para o caso israelense/palestino a definição de apartheid feita pelo partido comunista sul-africano como “colonialismo de tipo especial”, caracterizado pelo processo de independência das respectivas metrópoles não ter significado a superação do colonialismo e imperialismo, mas sua rearticulação e manutenção, com o poder transferido não para a totalidade do povo colonizado, mas para uma “minoria branca”. A causa fundamental do conflito seria a visão de mundo (fundada em mitologias como missão civilizadora, “terra vazia” e prometida ou destino manifesto) e a “agenda racista e colonial dos colonizadores, como foi o caso na África do Sul” e nas demais experiências desse tipo.

Outro autor envolvido no debate é o sociólogo austríaco Anthony Löwstedt, que, antes de ter escrito um capítulo no livro organizado por Pappé, contou com este para prefaciar sua obra teórica e abrangente sobre o conceito de apartheid, cujo posfácio foi escrito por Falk. Se Löwstedt (2014) não critica, diretamente, a delimitação feita por Dugard e Reynolds, aborda a questão de modo integral, alinhando-se com a perspectiva de Greenstein não só no tocante ao recorte espacial mais amplo do objeto, como também em sua abordagem a partir de referencial das ciências humanas. Um de seus méritos, além de cunhar um conceito sociológico de apartheid, é também inverter a lógica discursiva do poder israelense, mostrando como a subdivisão dos palestinos em grupos cria uma maioria artificial de cidadãos judeus no território como um todo, que está submetido à soberania estatal israelense. Löwstedt (2014, p. 5-10) diferencia apartheid em sentidos “restrito” e “amplo”, fundamentando o segundo nos casos da África do Sul, de Israel e do Egito sob dominação helenística e romana, que compara e utiliza na cunhagem do que seria o tipo ideal. O autor também teoriza o apartheid como categoria jurídica, situando-o dentre os crimes raciais, a meio caminho entre o colonialismo e o genocídio, manifestando características comuns a um e a outro em determinados momentos, embora não possa ser reduzido a eles. A questão central é sua especificação como regime que implica o Estado,

mas também uma sociedade de apartheid hegemônica por elites que dele se beneficiam, criando, de modo sistemático e, geralmente, consciente, “condições políticas, econômicas, sociais e mesmo geográficas” para separar grupos à força, “invariavelmente, em benefício — no mínimo, de curto prazo — de ao menos um”. Eis uma definição sintética de seu conceito de “apartheid em sentido amplo”: segregação racial, opressiva, repressiva, ideológica, economicamente exploratória, exercida por “uma minoria racial invasora, de fato, e por seus descendentes”, constituindo um padrão ou “processo estruturado de graves violações de direitos humanos, perpetradas sobretudo contra uma maioria racial conquistada por um Estado relativamente forte e uma sociedade (fracamente civil)”. A última também inclui elementos integrados subalternamente pela elite institucionalizada e colocados em uma posição intermediária entre ela e a “maioria indígena”, que é “subjugada, expropriada, explorada e vitimizada, frequente e essencialmente de modo violento”.

Esse sistema apresentaria nove características ou “categorias” inter-relacionadas “em diferentes sequências e sob diferentes circunstâncias de modo a maximizar o controle sobre e a exploração dos recursos humanos e naturais em uma terra conquistada” (LÖWSTEDT, 2014, p. 98-103). Devem figurar, ao menos, sete delas, simultaneamente, para poder se caracterizar uma situação como apartheid, sendo, parcialmente, interdependentes e mutuamente se reforçando ou se contrabalaneando. Mas interagem e se sobrepõem de modo considerável com cada sociedade de apartheid (como as três que analisa), apresentando um sistema de políticas e práticas relacionadas, nem sempre inteiramente conscientes, sendo as diferenças, antes, de grau. Trata-se, especificamente, de violência originária e permanente, física, simbólica e psicológica. Segunda, contínuo despovoamento dos “indígenas” e repovoamento territorial com o intuito de controle demográfico, garantindo uma “minoridade racial robusta, privilegiada”. Terceira, controle da cidadania para excluir de toda ou de amplas parcelas da “população indígena” os direitos e benefícios, forjando-se assim uma maioria privilegiada e que governa um Estado independente. Quarta, confiscação, redistribuição fundiária e remoções forçadas de “indígenas” para áreas remotas e inférteis, ou sua concentração espacial em “reservas”, cercadas pela presença opressiva do invasor. Quinta, exploração sistemática dos indígenas no processo produtivo, com diferentes salários e tributação para o mesmo trabalho, a depender das definições arbitrárias de raça ou etnicidade das elites. Sexta, acesso diferenciado e privilegiado a recursos públicos e políticas estatais, que

garantem subsistência e direitos básicos (econômicos, sociais e culturais, para além das restrições dos direitos civis e políticos impostas). Sétima, processo educacional diferenciado conforme os grupos racializados, constituindo um campo de batalha. Oitava, políticas intervindo no universo linguístico e cultural, de modo a ressignificar o espaço e o territorializar conforme o referencial e o projeto do conquistador, garantindo sua hegemonia cultural. Nona, políticas de controle ideológico ou “típica guerra de propaganda”, criando “ilusões necessárias” para descaracterizar, ressignificar o processo de opressão, tentando legitimá-lo e garantir o consenso dos dominados, que são subalternizados, sendo a alteridade desumanizada, deslegitimada e demonizada pelas ideologias de ambos os lados, com o discurso dominante incitando a violência, racializando o dominado e pressupondo um direito divino (“de-secularização”) que justifica ações como guerra, opressão, roubo e exploração (LÖWSTEDT, 2014).

Comparando essa conceitualização com a abordagem de Dugard e Reynolds, é perceptível se tratar de pressuposto, método e avaliação muito distintos. Se os juristas partem de uma categoria preexistente para averiguar sua adequação, a interpretação do sociólogo austríaco tem implicações teóricas mais abrangentes, com o caso palestino-israelense servindo para uma melhor fundamentação teórica do próprio conceito de apartheid como tipo ideal de análise. Löwstedt recorre a ela, inclusive, para problematizar e desconstruir, ao invés de naturalizar, a constituição demográfica e a territorialidade atual, colocando essas dimensões como centrais na configuração dos regimes de apartheid e em sua diferenciação dos casos de colonialismo e genocídio. O fato de a maioria dos cidadãos de Israel ser constituída de pessoas com identidade judaica é analisado como, justamente, um desdobramento de uma prática central de regime daquele tipo. Os palestinos constituem a maioria populacional, mas estão deliberadamente fragmentados em subcategorias (cidadãos de Israel, habitantes de Jerusalém, de Gaza ou da Cisjordânia) e sua maioria mantida apartada do território (no caso, os milhões de refugiados que têm seu direito de retorno negado), de modo a garantir um equilíbrio menos desfavorável aos israelenses de identidade judaica. Essa engenharia social também se fundamenta na distinção *sui generis* entre “cidadãos” e “nacionais” de Israel, com os últimos (apenas os sujeitos com identidade judaica) gozando de privilégios e direitos étnico-raciais exclusivos como o de “retorno” e nacionalização, sendo as políticas migratórias e de controle demográfico centrais. Essa perspectiva inviabiliza a consideração isolada das práticas nos TPO ou do estatuto especial da parcela palestina com

cidadania israelense. Em suma, Löwstedt cita, brevemente, a abordagem comparativa de Greenstein e parte de uma perspectiva teórica similar na análise do conjunto, em contrapartida ao projeto epistemologicamente distinto e menos ambicioso de Dugard e Reynolds. O conceito de “apartheid em sentido amplo” (no caso, como regime ou tipo ideal sociológico e não como experiência histórica restrita à África do Sul e ao intervalo temporal entre 1948 e 1994) ao mesmo tempo em que permite abarcar todas as práticas israelenses e as interpretar de modo integrado e sistemático, também amplia os limites temporais restritos da experiência africana, remontando o começo de seu apartheid não a 1948, mas a 1652, diferenciando-se assim do “apartheid em sentido restrito”.

Para finalizar essa apreciação do debate nos limites razoáveis de um artigo, vale reproduzir mais duas reflexões que julgamos centrais, embora pudéssemos recorrer a tantos outros autores. A documentação produzida por Falk, como relator especial designado pelo CDH-ONU, é significativa, por fazer ilações que extrapolam os limites espaciais e os condicionamentos teórico-epistemológicos de seu antecessor, Dugard. Sua relatoria apresenta uma perspectiva situável na parte cinzenta da fronteira traçada por Jacobs e Soske entre os dois debates supostamente distintos sobre o apartheid na Palestina/Israel. Falk faz uma interpretação interdisciplinar e mais abrangente, que transborda os limites estreitos de uma abordagem estritamente jurídica e positivista sobre o cometimento ou não por Israel do crime do apartheid nos TPO. Averigua, ele próprio, ainda que de modo preliminar, a pertinência dessa acusação, concluindo positivamente, mas interpreta a situação em curso de modo mais amplo, buscando suas causalidades no que seriam os objetivos políticos do sionismo e do Estado judeu, transcendendo assim a realidade restrita dos TPO e os limites de seu mandato como relator para averiguar a situação exclusivamente neles. O apartheid israelense seria formado por políticas, leis e práticas que, sistematicamente, discriminam os palestinos, determinando onde podem ou não trabalhar, viver ou se locomover, tornando suas vidas prescindíveis diante das demandas securitárias de Israel, o que contrasta, enormemente, com a proteção legal garantida aos colonos, que têm suas ações expansivas e anexionistas facilitadas. *Hafrada* (equivalente de apartheid em hebraico) é a palavra que sintetiza essa situação de “discriminação, opressão sistemática e domínio sobre o povo palestino” (FALK, 2014, p. 448). Fundamentando a ampliação de sua abordagem e de suas conclusões, traz uma consideração relevante sobre o uso de terminologias, iluminando sua capacidade de



distorcer os termos do debate e das investigações sobre a situação *in loco*. Haja vista o reconhecimento da Palestina como Estado não-membro pela Assembleia Geral da ONU, seria mais apropriado se referir aos “territórios sob ocupação israelense como ‘Palestina’ ao invés de TPO”. Destaca como de maior importância nessa mudança de linguagem o fato de ela enfatizar também a “inadequação do repertório do direito internacional disponível para abordar uma condição de ocupação prolongada, que agora já dura mais de 45 anos”. Ou seja, coloca em xeque a própria pertinência da tipificação de “ocupação”, que conforme o direito internacional deve ser temporária, para uma realidade qualitativamente distinta, na qual o Estado ocupante se pauta por objetivos outros. “Manter, indefinidamente, uma ocupação opressiva contendo muitos elementos punitivos também parece voltado a encorajar os residentes a sair da Palestina, o que é consistente com os aparentes objetivos anexionistas, colonialistas e de limpeza étnica de Israel”, em especial (mas não exclusivamente) em relação à Cisjordânia (incluindo nela Jerusalém Oriental, onde estaria em curso um “processo de limpeza étnica gradativa e burocrática”). Falk considera, ainda, que a ONU tem papel fundamental no debate legal e moral sobre a situação, centralizando a questão dos direitos negados e das violações israelenses. A linguagem utilizada deve refletir a realidade dos fatos, “ao invés de ficar restrita a palavrório técnico e eufemismos, que mascaram o sofrimento humano resultante das violações”. Desse modo, ao invés de “ocupação”, seria mais adequado falar em “anexação” e “ambições coloniais”, mas também em “apartheid”, constatando que as práticas, leis e políticas israelenses de discriminação, segregação, opressão e repressão funcionam de modo sistemático para manter a dominação sobre o povo palestino. Ou seja, ao invés de isoladas, as violações “praticadas em um contexto de ocupação prolongada parecem ser deliberadas, organizadas, institucionalizadas e duradouras” (FALK, 2014, p. 3-4; 11; 20-21). Se tal como Dugard, na condição de relator especial, ficou na maior parte do tempo restrito à realidade dos TPO, Falk não deixou de a conectar com os objetivos mais amplos do Estado soberano, tanto em sua relatoria como em trabalhos acadêmicos.

Preocupação terminológica semelhante fundamentou a obra organizada pelo acadêmico sul-africano Na’em Jeenah (2012, p. 3; 7; 9), que reuniu pesquisadores da questão do apartheid em ambos os países, inclusive Greenstein. Na introdução, situa os distintos posicionamentos em torno da definição do Estado israelense, refutando a pertinência do conceito de “democracia étnica” ao passo que avalia alternativas como “etnocracia” ou



“*Herrenvolk*”. “Israel é, de fato, tanto um Estado judeu e Estado democrático quanto a África do Sul do apartheid foi um Estado branco e Estado democrático”. Se, em linhas gerais, concorda com o geógrafo israelense Oren Yiftachel (que é um dos autores reunidos em seu livro e aquele que fundamentou a interpretação de Israel como regime etnocrático que mantém uma “fachada democrática”), critica a fragilidade de sua distinção com o caso sul-africano, definido como “*Herrenvolk*”, que parte do pressuposto do *status* dos palestinos cidadãos de Israel ser relativamente melhor do que o dos não brancos na África do Sul. Tal avaliação estaria pontualmente equivocada, como na ênfase no direito ao voto da fração da população palestina cidadã de Israel, pois tratar-se-ia de uma participação ineficaz, impotente, mais ilusória do que real, incapaz de alterar o rumo das políticas étnicas hegemônicas, equiparável às reformas do final do regime africano, que incluiu subalternamente a participação política de mestiços e indianos, servindo para o regime reivindicar um caráter supostamente democrático. Além da discriminação legal contra os não judeus, fundada na própria Lei de Retorno e na já abordada distinção entre cidadania e nacionalidade, a alocação discriminatória de recursos públicos e o acesso exclusivo à terra impactaria distintamente no gozo dos direitos econômicos, sociais e culturais, caracterizando um regime de supremacia racial. Sua dimensão racista estaria ainda mais escancarada nos TPO, cabendo a consideração necessariamente integrada dessas realidades, seja pela questão dos colonos (que são cidadãos), seja pela prolongada duração da ocupação, acompanhada de colonização, que faz com que os palestinos integrem o mesmo corpo político. Desse modo, “a natureza *Herrenvolk* do Estado de Israel é ainda mais enfatizada quando se considera o *status* e o tratamento dos palestinos nos TPO”, sendo falaciosa a reivindicação do caráter democrático, mantida para fins políticos e propagandísticos, mais especificamente “para obter legitimidade para o Estado israelense e como tentativa de mascarar uma forma de limpeza étnica. A verdade é que Israel é um Estado etnocrático; talvez, uma descrição mais precisa seria ‘um Estado judaico e etnocrático’”, com sua dimensão étnica prevalecendo e anulando a da suposta democracia. A própria insistência no caráter judaico da maioria da população seria problemática, pois ofusca o fato dessa condição e da hegemonia cultural terem sido “ilegalmente impostas ao Estado e à sociedade israelense” a partir da limpeza étnica de 1948 e da reiterada negação do direito de retorno e restituição ou indenização dos refugiados palestinos. Em suma, “Israel, em seu foco étnico nos judeus — a maioria dos quais vive fora de Israel — é,

em alguns aspectos, pior do que uma democracia *Herrenvolk* como a África do Sul do apartheid”, com o Estado admitindo como seu propósito “servir às necessidades de membros de um grupo étnico dentro de suas fronteiras (cidadãos) e fora delas (não cidadãos)”. Desmontando a retórica hegemônica para sustentar a interpretação geral de Israel como etnocracia, com “políticas e práticas similares a um Estado *Herrenvolk*” (ao invés de democrático), Jeenah (2012, p. 13; 14) recorre a outras obras e aos próprios capítulos do livro que organizou. É o caso da consideração das políticas israelenses por Karsils como “colonialismo de um tipo especial” e do “apartheid gradativo”, que, conforme Yiftachel, se desdobra de regimes etnocráticos, sendo processo estrutural “ainda que não declarado”, com relações opressivas e discriminatórias institucionalizadas. No caso em questão, ilumina a “fusão da Cisjordânia colonizada, da Faixa de Gaza cercada e de Israel propriamente dito em um único sistema, controlado em última instância pelo Estado judaico, que cada vez mais aparenta manifestar as características de apartheid”. É óbvia a sobreposição entre essa argumentação de Jeenah e aquela mais bem desenvolvida por Greenstein e Löwstedt.

## Conclusão

As críticas de Greenstein às análises limitadas aos TPO podem ser lidas também a partir das distintas epistemologias e métodos de abordagem das disciplinas, que delimitam os objetos e objetivos. Dugard e Reynolds (2013, p. 872) se propõem, explicitamente, a realizar um “inquérito da doutrina legal conduzido na linguagem do direito internacional”, avaliando se “as práticas e políticas israelenses nos TPO recaem na proibição de apartheid”, conforme tipificado nos instrumentos internacionais. Delimitam tal esforço a partir do “mandato territorial” atribuído aos relatores especiais designados pela ONU para averiguar as violações de direitos humanos nos TPO em particular. Por sua vez, Greenstein e Löwstedt, dentre outros, realizam uma abordagem comparada e multidisciplinar a partir das ciências humanas, aportando uma interpretação teórica mais abrangente daquilo que é definido como “apartheid de um tipo especial” ou “apartheid em seu sentido amplo”. Retomando a distinção de “dois debates separados” feita por Soske

e Jacobs (2015), enquanto Dugard e Reynolds averigam se as práticas israelenses nos TPO podem ser definidas como, legalmente, violadoras da proibição de se praticar apartheid, Greenstein e demais testam a validade e os limites das comparações entre as trajetórias e as práticas de Israel e África do Sul do apartheid, à luz das ciências humanas (e do colonialismo), sem ignorar o direito internacional. De todo modo, destacam-se as convergências, como a assunção da prática de apartheid nos TPO. De um lado, Dugard e Reynolds não refutam, *a priori*, a validade dessa afirmação para o que seria o território de Israel, que sequer tem fronteiras oficiais definidas. Apenas se eximem de uma constatação conclusiva, que extrapolaria a matéria que se dispuseram a abordar. De outro lado, subsidiam ainda mais, ao invés de refutar o debate jurídico acerca dos TPO, as três dimensões destacadas por Greenstein (cuja inter-relação configuraria e permitiria compreender de modo mais aprofundado o “apartheid de tipo especial”) e a definição e a distinção entre apartheid em sentidos “restrito” e “amplo” proposta por Löwstedt. Fato é que são reflexões que vão além do objeto delimitado aos TPO, iluminando melhor a realidade médio-oriental ao revelar dimensões estruturalmente mais profundas ou “amplas” das práticas israelenses, que se dilatam no tempo (em direção ao início da colonização) e no espaço, indo do Mediterrâneo ao Vale do Jordão e além, já que regimes de apartheid implicam a exportação da violência para os territórios vizinhos para onde é expulsa parcela dos “nativos”. Ademais, são teorizações que implicam um aprofundamento teórico do próprio conceito de apartheid.

## Referências

COOK, Jonathan. ‘Visible Equality’ as Confidence Trick. In: PAPPÉ, Ilan (Org.). *Israel and South Africa. The Many Faces of Apartheid*. London: Zed Books, 2015. p. 115-147.

DE BAETS, Antoon. O impacto da Declaração Universal dos Direitos Humanos no estudo da História. *História da Historiografia*, Ouro Preto, UFOP, v. 1, n. 5, p. 86-114, 2010.

DUGARD, John. *Report of the Special Rapporteur on the Situation of*

*Human Rights in the Palestinian Territories Occupied since 1967*, John Dugard. UN: HRC, Un website (January 29, 2007). Disponível em: <https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/G07/105/44/pdf/G0710544.pdf?OpenElement>. Acesso em: 19 jun. 2021.

DUGARD, John; REYNOLDS, John. Apartheid, International Law and the Occupied Palestinian Territory. *The European Journal of International Law*, Oxford: Oxford University Press, v. 24, n. 3, p. 867-911, 2013.

FALK, Richard. Postscript. In: LÖWSTEDT, Anthony. *Apartheid: Ancient, Past and Present*. Wien: Gesellschaft für Phänomenologie und kritische Anthropologie, 2014.

FALK, Richard. *Report of the Special Rapporteur on the situation of human rights in the Palestinian territories occupied since 1967*, Richard Falk. UN: HRC, Un website (January 13, 2014). Disponível em: [http://blog.unwatch.org/wp-content/uploads/A-HRC-25-67\\_en-Falkfinalreport\\_Feb2014.pdf](http://blog.unwatch.org/wp-content/uploads/A-HRC-25-67_en-Falkfinalreport_Feb2014.pdf). Acesso em: 19 fev. 2021.

FARSAKH, Leila. Apartheid, Israel and Palestinian Statehood. In: PAPPÉ, Ilan (Org.). *Israel and South Africa*. The Many Faces of Apartheid. London: Zed Books, 2015. p. 148-171.

GREENSTEIN, Ran. Israel-Palestine and Apartheid Analogy: Critics, Apologists and Strategic Lessons. In: PAPPÉ, Ilan (Org.). *Israel and South Africa*. The Many Faces of Apartheid. London: Zed Books, 2015. p. 299-330.

GREENSTEIN, Ran. Review of “Confronting Apartheid: a Personal History of South Africa, Namibia and Palestine”, by John Dugard. *International Journal of Law in Context*, Johannesburg, Jacana, v. 15, n. 3, p. 364-366, Sept. 2019.

GREENSTEIN, Ran. Israel, Palestine and Apartheid. *Insight Turkey*, Istanbul, v. 22, n. 1, p. 73-92, 2020.

JEENAH, Na’eem. Pretending democracy, living ethnocracy. In: JEENAH, Na’eem (Ed.). *Pretending democracy: Israel, an ethnocratic state*. Johannesburg: AMEC, 2012. p. 3-26.

KASRILS, Ronnie. Birds of a Feather: Israel and Apartheid South Africa – Colonialism of a Special Type. In: PAPPÉ, Ilan (Org.). *Israel and South*

- Africa. The Many Faces of Apartheid*. London: Zed Books, 2015. p. 30-45.
- LÖWSTEDT, Anthony. *Apartheid: Ancient, Past and Present*. Wien: Gesellschaft für Phänomenologie und kritische Anthropologie, 2014.
- NASSAR, Tamara. Israel passes law entrenching apartheid. *The Electronic Intifada*, 19 jul. 2018. Disponível em: <https://electronicintifada.net/blogs/tamara-nassar/israel-passes-law-entrenching-apartheid>. Acesso em: 19 jul. 2018.
- PAPPÉ, Ilan (Org.). *Israel and South Africa. The Many Faces of Apartheid*. London: Zed Books, 2015.
- RUSSELL TRIBUNAL ON PALESTINE. Russell Tribunal on Palestine verdict. January, 2012, p. 1-11. Disponível em: [www.russelltribunalonpalestine.com](http://www.russelltribunalonpalestine.com). Acesso em: 19 jul. 2018.
- SOSKE, Jon; JACOBS, Sean. *Apartheid Israel. The politics of an analogy*. Chicago: Haymarket Books, 2015.
- TILLEY, Virginia (Ed.). *Occupation, Colonialism, Apartheid? A re-assessment of Israel's practices in the occupied Palestinian territories under international law*. Cape Town: Middle East Project of the Democracy and Governance Programme & Human Sciences Research Council of South Africa, 2009.
- TILLEY, Virginia; FALK, Richard. Israel Practices towards the Palestinian People and the Question of Apartheid. *ESCWA Report*, Palestine and the Israeli Occupation, Issue n. 1, 2017.
- UNITED NATIONS. Economic and Social Commission for Western Asia. *Israeli Practices towards the Palestinian People and the Question of Apartheid*. United Nations: Beirute, 2017. Disponível em: [https://www.middleeastmonitor.com/wp-content/uploads/downloads/201703\\_UN\\_ESCWA-israeli-practices-palestinian-people-apartheid-occupation-english.pdf](https://www.middleeastmonitor.com/wp-content/uploads/downloads/201703_UN_ESCWA-israeli-practices-palestinian-people-apartheid-occupation-english.pdf). Acesso em: 27 mar. 2021.
- WEISS, Philip. Two former Israeli ambassadors to South Africa join tsunami of 'apartheid' accusations against Israel. *Mondoweiss*, June 8, 2021. Disponível em: [https://mondoweiss.net/2021/06/two-former-israeli-ambassadors-to-south-africa-join-tsunami-of-apartheid-accusations-against-israel/?utm\\_source=mailpoet&utm\\_medium=email&utm\\_campaign=daily-email-mailpoet](https://mondoweiss.net/2021/06/two-former-israeli-ambassadors-to-south-africa-join-tsunami-of-apartheid-accusations-against-israel/?utm_source=mailpoet&utm_medium=email&utm_campaign=daily-email-mailpoet). Acesso em: 19 jul. 2018.

WEIZMAN, Eyal. *Hollow Land: Israel's architecture of occupation*. London: Verso, 2007.

WINSTANLEY, Asa. Os palestinos já chamavam Israel de estado de apartheid décadas atrás. *MEMO*, 28 abr. 2021. Disponível em: <https://www.monitordooriente.com/20210428-os-palestinos-ja-chamavam-israel-de-estado-de-apartheid-decadas-atras/?fbclid=IwAR1M525cOAUJPyh5OqG8bLXHR7mMQap08DoIybXb-6UKKz5r66rF6GSDzk>. Acesso em: 19 jul. 2018.

WOOTLIF, Raoul. Final text of Jewish nation-state law, approved by the Knesset early on July 19. *The Times of Israel*, 18 jul. 2018. Disponível em: <https://www.timesofisrael.com/final-text-of-jewish-nation-state-bill-set-to-become-law/>. Acesso em: 19 jul. 2018.

YIFTACHEL, Oren. *Ethnocracy*. Land and identity politics in Israel/Palestine. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2006.

YIFTACHEL, Oren. Between colonialism and ethnocracy: 'creeping apartheid'. In: YIFTACHEL, Oren (Ed.). *Pretending democracy: Israel, an ethnocratic state*. Johannesburg: AMEC, 2012. p. 51-83.

ZERTAL, Idith; ELDAR, Akiva. *Lords of the land: The war over Israel's settlements in the Occupied Territories, 1967-2007*. New York: Nation Books, 2007.

ENVIADO EM: 01/09/2021  
APROVADO EM: 03/07/2023

LEI E CORPOS FEMININOS NO INÍCIO DO SÉC. XX  
NO BRASIL  
NOTÍCIAS DO CORREIO DA MANHÃ

*Law and female bodies at the beginning of the 20th  
century in brazil news from correio da manhã*

*Ley e cuerpos femeninos al inicio del siglo xx en brasil  
notas del correio da manhã*

---

João Roberto Barros II<sup>\*</sup>

Isadora Luiza Francisca Alves Flores<sup>2\*\*</sup>

**RESUMO**

O objetivo neste texto é arrolar algumas reportagens sobre a conduta feminina veiculadas no Correio da Manhã e propor uma revisão bibliográfica sobre o discurso jornalístico como ferramenta de produção de corpos e de condutas femininos. Somada a isso, será feita uma releitura dos argumentos de Michel Foucault sobre o poder. Isso será importante no sentido de apontar para o papel disciplinador desse discurso. Por fim, recorreremos ao discurso jurídico da época, tentando, da mesma forma, evidenciar seu papel disciplinador e produtivo.

Palavras-chave: Correio da Manhã; corpos femininos; lei; normalização.

**ABSTRACT**

The objective of this text is to list some reports about the female conduct conveyed in “Mail Morning” and propose a bibliographical review

1 <sup>\*</sup> Professor Associado integrante do PPGICAL-UNILA. Doutor em Filosofia (UNISINOS/2012), tendo feito dois estágios doutorais: 1) Universidade de Tübingen-Alemanha e 2) UBA-Argentina. Membro do grupo de pesquisa Ética, Biopolítica e Alteridade, vinculado à Cátedra UNESCO-UNISINOS de Direitos Humanos. Coordenador do grupo de pesquisa Biopolítica e Colonialidade – UNILA. Contato: joao.barros@unila.edu.br

2 <sup>\*\*</sup> Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, na linha de pesquisa de Cultura e Identidades. Contato: isadora94flores@gmail.com

of studies that understand the journalistic discourse as a tool for the production of female bodies and conducts. In this sense, the framing of power proposed by the philosopher Michel Foucault will be important to make visible the disciplinary role of this discourse. Finally, we will resort to the legal discourse of that time, trying, in the same way, to highlight its disciplinary and productive role.

Keywords: Correio da Manhã; female body; law; normalization.

## RESUMÉN

El objetivo en nuestro texto es proponer una revisión bibliográfica del discurso periodístico presente en algunas notas del diario *Correio da Manhã*, publicado en Rio de Janeiro, al inicio del siglo XX. Dicho discurso será interpretado como una herramienta para la producción de cuerpos y conductas femeninos. Además, se hará una relectura de los argumentos de Michel Foucault sobre el poder, lo que será importante en el sentido de apuntar al rol disciplinador en las referidas notas. Por fin, acudiremos al discurso jurídico de la época, intentando, de la misma manera, evidenciar su rol disciplinador y productivo.

Palabras-clave: Correio da Manhã; cuerpo femenino; ley; normalización.

## *Introdução*

Para um observador atual, algumas notas jornalísticas do início do século XX no Brasil podem trazer algumas surpresas. Não estamos nos referindo apenas às disposições de *layout* ou quaisquer aspectos estéticos muito distantes dos praticados nos dias atuais. Algo que pode chamar a atenção do leitor é a presença de relatos novelescos ou sensacionalistas sobre infrações ou crimes das mais diversas naturezas. Algo bem comum, na verdade, e que pode ser identificado ainda hoje na edição jornalística de diversas mídias.

Nossa contribuição foi a de pôr em evidência elementos discursivos que podem servir a um propósito produtivo e disciplinador presente em algumas notas jornalísticas do ano de 1901, encontradas no diário *Correio da Manhã*, impresso e distribuído no Rio de Janeiro. Demos especial destaque às referências que evidenciam a conduta feminina. Nosso objetivo foi, apoiados na bibliografia arrolada, apresentar uma releitura sobre o possível



papel disciplinador e normalizador do discurso jornalístico no que se refere a corpos e a condutas.

Para tanto, utilizamos alguns argumentos do filósofo Michel Foucault, que nos ajudaram com uma analítica do poder. Com esse foco, foi possível conceber a prática do poder apoiada na produção de discursos. Discursos estes provenientes de saberes como o Direito, considerando a esfera legal, e a teoria penal, tida como produção acadêmica específica do ramo jurídico.

Complementando nosso argumento, foram mencionados artigos do código penal brasileiro dessa época como estratégia para mostrar como a conduta feminina desviante foi tipificada. Complementarmente, também trouxemos alguns trechos da obra do jurista Viveiros de Castro, professor da Faculdade de Direito do Rio de Janeiro e autor de dois livros pertinentes à nossa discussão: *Delictos contra Honra da Mulher* (1936 [1897]) e *Attentados ao Pudor* (1934 [1884]).

Ao final, nosso objetivo foi proporcionar a percepção de como esses três saberes distintos, o jornalístico, o legal e o acadêmico, concorreram para a normalização de corpos e de condutas femininos desse período. Nesse sentido, vale destacar a capacidade do discurso jornalístico em potencializar uma dinâmica disciplinadora. Não obstante, esses mesmos discursos, ao se utilizarem de categorias então objeto de disputa, tais como a sedução, também expuseram os limites de algumas categorias jurídicas utilizadas à época, assim como suas apropriações cotidianas.

## *Notícias do Correio da Manhã*

Espremidas em um espaçamento apertado, com um corpo de letra pequeno, verificamos nas páginas do diário carioca *Correio da Manhã*, já no início do século XX, manchetes em negrito anunciando de modo sensacionalista para os seus leitores os mais variados crimes.

Fundado em 1901 pelo advogado Edmundo Bittencourt, esse periódico seria consagrado por seu virulento oposicionismo ao governo de Campos Salles e reconhecido pela literatura voltada à História da Imprensa como um jornal de ambições populares, polêmico e que, já nas primeiras

décadas do século, tinha sucesso de público (BARBOSA, 2010, 2013; MARTINS; LUCA, 2006, 2008). O periódico era publicado e distribuído diariamente todas as manhãs na cidade do Rio de Janeiro. Quanto ao público-alvo, é possível considerar que o *Correio* buscava uma ampla gama de leitores, dada a variedade de colunas direcionadas a diversos perfis.

Aprofundando esse último ponto, o formato adotado pelo *Correio* dispôs, já em suas primeiras edições, colunas voltadas a públicos diversos, dentre as quais destacamos “Vida Acadêmica”, “Sport”, “Dia Social”, “Theatro” e “Marinha”. Todas essas colunas eram intercaladas com notícias de crime e relatos sensacionalistas<sup>3</sup>, como também breves anúncios. Para Garzoni (2011), tais colunas serviriam de indicativo dos esforços do diário em “congregar leitores oriundos de diferentes classes sociais” (GARZONI, 2011, p. 170), ponto cuja análise converge com algumas das considerações de Barbosa (2010), que observa como

As estratégias editoriais, redacionais e administrativas do *Correio da Manhã* para se tornar um jornal popular atravessam toda a primeira década do século. As mais expressivas são, sem dúvida, a inclusão de colunas de queixas e reclamações na esteira do sucesso conseguido pelo *Jornal do Brasil*, com a publicação de suas “Queixas do Povo”. Ainda em junho de 1901, incluem a coluna “Pelos Subúrbios”, publicando notas diversas sobre os bairros servidos pela E. F. Central do Brasil e arredores e seus moradores. A publicação dessa fala é constante no jornal. Além das cartas avulsas, algumas assinadas e outras não, edita as queixas dos habitantes da cidade, recebidas pessoalmente ou por carta, intermediando pedidos ao poder público, também através da coluna “Reclamações”. Ainda no primeiro ano de seu funcionamento começam a publicar os telegramas distribuídos pela Agência Havas na coluna “Pelo Telégrafo” (BARBOSA, 2010, p. 42).

3 A partir de setembro de 1902, tais reportagens já seriam majoritariamente concentradas sob uma epígrafe própria na folha intitulado “Na Polícia e nas Ruas”.

Somada a isso, era verificada no contexto do Rio de Janeiro das primeiras décadas do século uma situação de alfabetismo atípica do restante do país, havendo um público leitor considerável. Assim, podemos ler em El Far:

Enquanto 80% dos brasileiros não sabiam ler nem escrever, quase metade da população carioca aparecia, nos dados oficiais, liberta desse mal. Segundo o censo de 1890, a população da capital federal era de 522 mil habitantes, um número que praticamente havia dobrado em relação ao recenseamento de 1872. Desse meio milhão de moradores, 57,9% dos homens e 43,8% das mulheres foram registrados como alfabetizados, o que representava, em termos numéricos, cerca de 270 mil pessoas capazes de ler e escrever. Com o novo século, o índice populacional cresceu de modo acelerado. Em 1906, havia na cidade 811.443 almas, cujo montante de possíveis leitores ultrapassava os 400 mil (EL FAR, 2004, p. 13).

Reconhecendo o possível otimismo republicano por trás desses números, não vinculamos a difusão dessas narrativas exclusivamente ao hábito da leitura individual, mas também a outras práticas de sociabilidade do seu conteúdo. Conforme Marco Morel, no capítulo de sua autoria do livro *História da Imprensa do Brasil* (2008), no século XIX as tipografias e livrarias<sup>4</sup> eram localizadas em pontos de circulação privilegiados da malha urbana (MOREL, 2008, p. 38), o que, por sua vez, viabilizaria outras formas de sociabilização dos impressos. Segundo o mesmo autor, pouco mais de cinquenta anos antes era possível verificar “[...] impressos, leituras coletivas, cartazes e papéis circulando de maneira intensa pelas ruas, [incorporando-se] ao cotidiano da população” (MOREL, 2008, p. 38). Barbosa (2013), em seu livro *História da Comunicação no Brasil*, também postula que no século XIX os quarteirões do comércio eram espaços

4 Interessante notar que essas tipografias e livrarias não se atinham à venda apenas de impressos, dispondo também de artigos diversos, de roupas e até purgativos (MOREL, 2008).

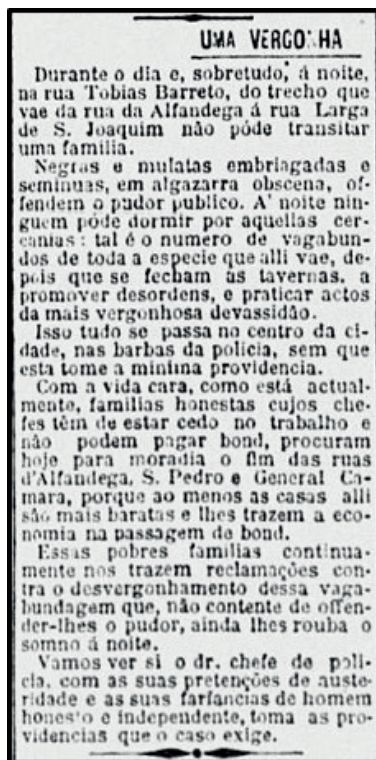
[...] onde as práticas orais de comunicação se misturavam com mais intensidade aos modos letrados. [...]. Na rua, portanto, materializavam-se redes de comunicação, deixando à mostra modos de comunicação, tanto os que eram dominantes na antiga ordem, como os novos que surgiam ao sabor das tecnologias que permitiam a proliferação da palavra impressa (BARBOSA, 2013, p. 100).

No tocante à circulação do jornal, destacamos também a socialização das notícias realizada pelos vendedores avulsos, muitos deles “pequenos jornaleiros”, menores que nas décadas finais do século XIX anunciavam a todo pulmão as manchetes da *Gazeta de Notícias*, estratégia posteriormente adotada por outros jornais tentando aguçar a curiosidade de possíveis compradores (CHAGAS, 2013, p. 35). Curiosidade, segundo observaria Machado de Assis ainda em 1892, saciada, em especial, por notícias centradas em crimes e transgressões. “O homem gosta dos grandes crimes”, o autor anunciaria, atribuindo o fenômeno ao gosto do público, realização simbólica alcançada pelo consumo dessas notícias descrito pelo autor como “banquete pantagruélico” (ASSIS, 1892, p. 1).

A disposição desses “banquetes” nas páginas do *Correio* era considerável. Segundo Valéria Guimarães (2014), em seu artigo “Primórdios da história do sensacionalismo no Brasil: os *faits divers* criminais” dos principais jornais cariocas, o *Correio* seria classificado como “muito sensacionalista”. De acordo com ela, ainda no primeiro ano da folha, as reportagens criminais chegariam a ocupar em algumas edições 40% da superfície do periódico (GUIMARÃES, 2014, p. 124).

Dentre esses relatos folhetinescos de transgressão, voltamo-nos no presente ensaio ao arrolamento de três reportagens centradas em relatos de condutas sexuais desviantes. Narrando situações limites entre indivíduos dos dois gêneros e empregando categorias como sedução, defloramento e devassidão, tais narrativas de transgressão confeririam ares sensacionalistas a questões e disputas muito caras à sociedade carioca na época, mobilizando experiências e projetos de diferentes sujeitos e atores sociais.

## IMAGEM 1 – Uma vergonha.

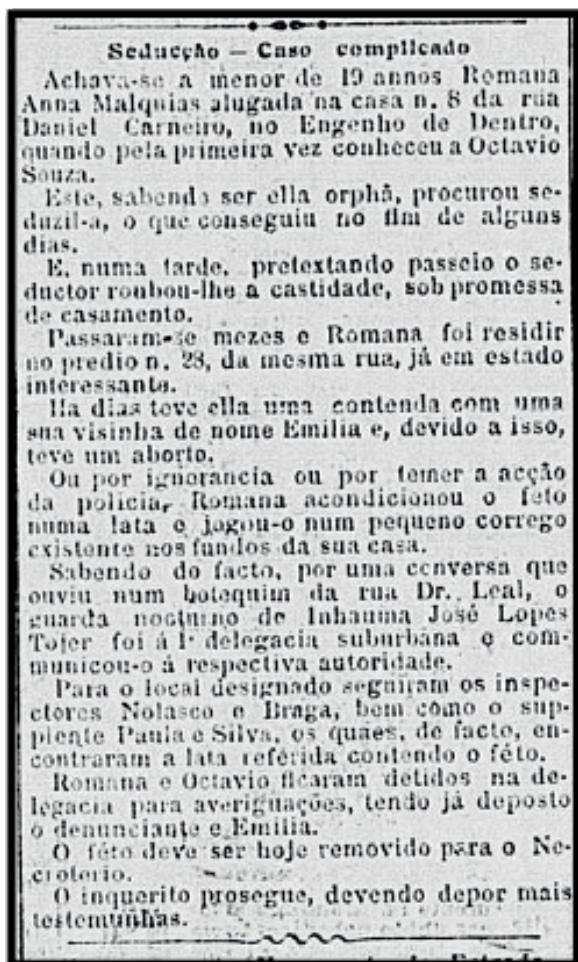


Extraída de Correio da Manhã, Edição n. 104, p. 2. Rio de Janeiro, 26 de setembro de 1901.

## IMAGEM 2 – Sedução e dinheiro – Violência carnal.



Extraída de Correio da Manhã, Edição n. 465, p. 2. Rio de Janeiro, 22 de setembro de 1902.

**IMAGEM 3 – Sedução - Caso complicado.**

Extraída de: Correio da Manhã, Edição n. 617, p. 2. Rio de Janeiro, 18 de fevereiro de 1903.



Fazendo-nos das palavras de Sandra Jatahy Pesavento (2006) em “Cultura e representações: uma trajetória”, entendemos por representação a prática humana de “re-apresentar” o mundo — “pela linguagem e pela forma, e, também, pela encenação do gesto ou pelo som —, a representação dá a ver e remete a uma ausência” (PESAVENTO, 2006, p. 49). Assim, podemos refletir sobre a maneira dessas mulheres estarem no mundo, significadas pelos autores da reportagem. Essas representações explicitam-nos (des) qualificações possíveis dessas vivências femininas, mesmo considerando que não eram necessariamente unívocas nessa conjuntura histórica. Segundo Roger Chartier (2002), em *A História Cultural: entre práticas e representações*, a representação permite a articulação de três modalidades de relação com o mundo social:

[...] em primeiro lugar, o trabalho de classificação e de delimitação que produz as configurações intelectuais múltiplas, pelo qual a realidade é contraditoriamente construída pelos diferentes grupos; em segundo lugar, as práticas que visam fazer reconhecer uma identidade social, exibir uma maneira própria de estar no mundo, significar simbolicamente um estatuto e uma posição, e, por fim, as formas institucionalizadas e objetivadas graças às quais uns “representantes” marcam de forma visível e perpetuada a existência do grupo, da classe ou da comunidade (CHARTIER, 2002, p. 23).

Sem, portanto, negar as possíveis apropriações e ressignificações de que podem ser objeto, Chartier (2002) enfatiza que as representações não seriam discursos neutros. Pelo contrário, para o autor, elas produziriam e responderiam às estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas). De forma que, para Chartier (2002, p. 17), as investigações sobre as representações deveriam sempre localizá-las em relação a um campo de concorrências e competições.

Perspectiva teórica que também embasaria a análise proposta por Valéria Guimarães (2013) em sua obra *Notícias diversas: suicídios por amor, leituras contagiosas e cultura popular em São Paulo dos anos dez*. A partir da afirmação de Chartier de que o real seria condicionado pela maneira como os homens o pensam e o transpõem, Guimarães postula o conceito de representação como a chave para a decifração do processo de circulação



dos chamados *faits divers*, gênero esse pelo qual a autora apreendera as reportagens criminais como “crônicas aparentadas com o folhetim” e que, como tais, comportariam um generoso espaço para a ficcionalização e o melodrama (GUIMARÃES, 2013, p. 23).

Os *faits divers* figurariam na análise da autora representando elementos do imaginário de sua época, implícitos nas trajetórias humanas propostas nessas reportagens (GUIMARÃES, 2013, p. 60). Como aporte dessas narrativas, a imprensa periódica é postulada, portanto, como um “canal privilegiado para mapear o imaginário de determinada sociedade através da análise das representações sociais que estão contidas em seus textos” (GUIMARÃES, 2013, p. 30).

Observemos, nesse sentido, como a dicotomia proposta entre as representações de categorias como trabalho/família versus vagabundagem/devassidão também se faz presente na reportagem “Uma Vergonha”. É importante frisar que para Chartier (2002) a representação está longe de ser um retrato fiel da realidade. Sua pretensão é justamente chamar a atenção para o processo social de construção das representações. Cabe-nos, portanto, localizar socialmente a oposição simbólica (famílias trabalhadoras versus vagabundagem e mulatas obscenas) proposta pela reportagem.

O espaço urbano então compreendido pela rua da Alfândega até a rua Larga de S. Joaquim é caracterizado na narrativa como uma zona perigosa para a circulação de famílias em função das “algazarras obscenas” protagonizadas por “negras e mulatas seminuas” e “vagabundos de toda espécie”. Na narrativa, as pobres e trabalhadoras “famílias honestas” que na zona residem e “têm que estar cedo no trabalho” são descritas como elementos ordenadores, continuamente denunciando o desavergonhamento da “vagabundagem” que atrapalha seu sono. Isto é, ainda que a reportagem se refira apenas a membros das camadas populares, o contraste entre aqueles representados como vagabundos e estes como trabalhadores explicita uma valorização positiva dos últimos. A força produtiva destes voltava-se ao trabalho, resguardando-se das algazarras e organizando seus afetos “honestamente”, ordeiramente.

Tal como nos aponta Avtar Brah (2006), ao argumentar a favor da importância da percepção das inter-relações das várias formas de diferenciação social, as representações dispostas na reportagem anterior contêm operações de significações constituídas também pela intersecção de demarcadores referentes à raça, ao gênero e à classe. Segundo a teórica interseccional, toda formação discursiva é um lugar de poder e não haveria nenhum lugar de poder onde a dominação

[...] subordinação, solidariedade e filiação baseadas em princípios igualitários, ou as condições de afinidade, convivialidade e sociabilidade sejam produzidas e asseguradas de uma vez por todas. Antes, o poder é constituído performativamente em práticas econômicas, políticas e culturais, e através delas. As subjetividades de dominantes e dominados são produzidas nos interstícios desses múltiplos lugares de poder que se intersectam (BRAH, 2006, p. 373).

Influenciada por um legado foucaultiano de que o discurso é também prática, Brah (2006) nos subsidia a percepção de que os discursos dispostos em “Uma vergonha” sobre as mulheres racializadas são práticas de significação e, como tal, também de caráter formativo dos sujeitos e das condutas que admitem ou não.

A representação de corpos femininos sexualmente desregrados (envolvidos em algazaras obscenas com vagabundos) e racialmente demarcados (mulatas) figura na reportagem como o primeiro demarcador narrativo de impropriedade daquela zona urbana. Opção narrativa que, por sua vez, corrobora a hipótese de que tanto as responsabilidades sobre o comportamento familiar como também o controle da degeneração da nação brasileira eram projetados sobretudo às mulheres como potenciais mães/esposas.

Entre juristas intelectuais e cientistas, divulgaram-se construções do feminino que o circunscreviam às incumbências da vida privada, da domesticidade e da maternidade. Entretanto, como evidenciam as manchetes nesse ensaio elencadas, constata-se que muitas mulheres cariocas integrariam a cadeia produtiva, desempenhando papéis ativos no sustento e no comando de suas famílias e comunidades. Nessas dinâmicas, elas viveriam também experiências sexuais e afetivas de maneiras não necessariamente adequadas ao modelo então legal, científico e jornalisticamente respaldado (ESTEVES, 1989; SOIHET, 1989).

Analisemos à luz das especificidades desse contexto histórico-social as narrativas dispostas pelos outros dois faits divers. Em “Sedução – Um caso complicado” é relatado o suposto defloramento da menor Romana Anna Malquias, levado a cabo por Octavio de Souza sob uma suposta promessa de casamento. Por sua vez, sob o título “Sedução e dinheiro” foi disposta a narrativa de um dono de loja de luvas que, uma vez encantado por uma

menor levada ao seu estabelecimento pelo pai, teria persuadido, seduzido a moça a com ele manter relações sexuais, fazendo propostas “vantajosas”.

Sendo a perda/comprometimento da virgindade de menores o fator comum das citadas narrativas, desvelamos um dos significados da “sedução”, atrelado ao desvirginamento colocado em prática fora dos laços do matrimônio, podendo assim se referir não apenas à consumação do ato em si, mas também aos artifícios empreendidos com tal fim.

Antes, porém, de nos retermos à análise das representações de mulheres com comportamento sexual desviante veiculadas pela folha, discorreremos sobre alguns postulados de Foucault a respeito da produção dos discursos e sua relação com o poder.

### *A trama dos discursos em Foucault*

Em sua obra *A verdade e as formas jurídicas*, Michel Foucault alerta para uma característica peculiar da legislação na modernidade europeia a partir do século XIX. Se antes o criminoso seria penalizado com a deportação, a humilhação pública ou outras modalidades de pena que visavam à exclusão ou ao debilitamento do condenado, isso será diferente desse momento em diante. A reforma da conduta e dos corpos passa a ser um princípio norteador das penalidades. Começa-se a pôr em pauta a reforma e o controle do comportamento dos indivíduos.

A penalidade no século XIX, de maneira cada vez mais insistente, tem em vista [...] o controle e a reforma psicológica e moral das atitudes e do comportamento dos indivíduos. [...] Assim, a grande noção da criminologia e da penalidade em fins do século XIX foi a escandalosa noção, em termos de teoria penal, de periculosidade. A noção de periculosidade significa que o indivíduo deve ser considerado pela sociedade ao nível de suas virtualidades e não ao nível de seus atos; não ao nível das infrações efetivas a uma lei efetiva, mas das virtualidades de comportamento que elas representam (FOUCAULT, 2001, p. 1.461; 2003, p. 85).

Com esse foco na reforma do comportamento e da conduta daqueles considerados meliantes ou desviados, a atuação do poder tem como nova característica uma atuação produtiva. Diferentemente de materializar uma opressão pura e simplesmente, a atuação do poder cada vez mais ganhará tons de produtividade. A reforma dos corpos e das condutas passa a ser perseguida não pelo emprego da força brutal e mutiladora, do degredo ou da forca. A vigilância e o exercício são novas modalidades de exercício do poder e de cumprimento da pena que vão além do poder opressor. Nas palavras de Foucault, podemos perceber como ele circunscrevia essas diferenças entre opressão e produção:

Não quis absolutamente identificar poder e opressão. Por quê? Primeiro porque penso que não há um poder, mas que dentro de uma sociedade existem relações de poder – extraordinariamente numerosas, múltiplas, em diferentes níveis, onde umas se apoiam sobre as outras e onde umas contestam as outras. [...] o poder pode criar (FOUCAULT, 2001, p. 1.510; 2003, p. 153-154).

Essa proposta, que aponta para um poder produtivo, nos ajudará a perceber de modo diferente a relação entre o discurso jornalístico e o jurídico nas páginas do Correio. Discursos que se apoiam e multiplicam na sociedade são efeitos dessas relações de poder que não serão imediatamente opressivas, mas sim produtivas, seja no discurso jornalístico, seja no jurídico penal.

Segundo Foucault, a positividade do poder e sua capacidade para criar também foi argumento exposto quanto à sua incidência sobre os corpos:

[...] a partir do século XIX, o corpo adquire uma significação totalmente diferente; ele não é mais o que deve ser supliciado, mas o que deve ser formado, reformado, corrigido, o que deve adquirir aptidões, receber um certo número de qualidades (FOUCAULT, 2001, p. 1.486; 2003, p. 119).

O sistema penal, dentro dessa nova lógica, conferirá novas características tanto à lei como à prisão. Ambas colaborarão para a gênese de

um panoptismo social: estado de vigilância constante sobre as virtualidades dos comportamentos. À lei cabe tipificar os delitos. Contudo, essa atividade estará eivada de construções discursivas que darão aos corpos funções e características específicas, construindo seu significado dentro da sociedade. Àqueles que dela tentam escapar restam as instituições de sequestro, como a prisão, o asilo, o reformatório ou o convento. O que Foucault tenta argumentar é que essas instituições servem como alerta aos indivíduos. Ameaça constante frente à possibilidade do desvio.

Parece-me que se a prisão se impôs foi porque era, no fundo, apenas a forma concentrada, exemplar, simbólica de todas estas instituições de sequestro criadas no século XIX. De fato, a prisão é isomorfa a tudo isso. No grande panoptismo social cuja função é precisamente a transformação da vida dos homens em força produtiva, a prisão exerce uma função muito mais simbólica e exemplar do que realmente econômica, penal ou corretiva. A prisão é a imagem da sociedade e a imagem invertida da sociedade, imagem transformada em ameaça (FOUCAULT, 2001, p. 1.489; 2003, p. 123).

A exclusão exemplificada pelo sistema prisional na verdade pode ser considerada apenas a materialização de um conjunto muito mais amplo de exclusões do feminino no espaço público neste período. Se pensarmos no caso brasileiro do início do século XX, veremos como podemos aproximar esses contextos. Nossa estratégia não é a de restabelecer ou encontrar um nexos causal entre ambos os passos do argumento. Objetivamos apenas usar de modo heurístico os argumentos de Foucault para refletir sobre os elementos oriundos de nosso país.

De acordo com Tânia Swain,

O século XIX realiza o internamento geral das mulheres no Ocidente, sem muros, sem asilo, sem prisão: é um internamento na exclusão do espaço público e dos direitos cívicos, num conjunto de leis que as marcam do selo da fraqueza, da ignorância, das proibições mais diversas: de trabalhar, de estudar, de sair, de escrever, de se expressar, enfim (SWAIN, 2013, p. 230).

As palavras de Swain nos ajudarão a abordar alguns exemplos do discurso jurídico penal e da jurisprudência brasileiros a partir do ponto de vista da sociedade disciplinar caracterizada pela produção de corpos e correção de condutas. No mesmo sentido, Marcelo Raffin nos lembra que “Foucault insta, de maneira expressa, a acabar com esse grande mito [...] que por detrás de todo saber ou conhecimento, o que está em jogo é uma luta pelo poder” (RAFFIN, 2015, p. 74).

Tal concepção por parte de Foucault foi possível devido a sua proposta de uma sociedade disciplinar caracterizada pela vigilância constante. Sobre isso, encontramos as seguintes palavras em Vigiar e punir:

Nossa sociedade não é de espetáculos, mas de vigilância: sob a superfície das imagens, investem-se os corpos em profundidade; atrás da grande abstração da troca, se processa o treinamento minucioso e concreto das forças úteis; os circuitos da comunicação são os suportes de uma acumulação e centralização do saber; o jogo dos sinais define os pontos de apoio do poder. A totalidade do indivíduo não é amputada, reprimida, alterada por nossa ordem social, mas o indivíduo é cuidadosamente fabricado, segundo uma tática das forças e dos corpos (FOUCAULT, 2009, p. 205).

Nesses termos, é possível propor uma análise do poder não a partir do Estado, como instância centralizadora e privilegiada, mas tomando em conta várias instâncias entrelaçadas em uma trama urdida de modo acidental. Isso porque Foucault “compreende o estado como uma dentre outras instituições sociais e estuda, pois, as relações de poder na tessitura social” (NALLI, 2000, p. 120).

## *Os Corpos Femininos no início do século XX revisitado pelo Direito e pela Medicina*

Ao retermos nossas análises aos faits divers veiculados pelo Correio da Manhã, centrados em episódios de crimes sexuais, deparamo-nos, de forma ainda mais aguda, com os tensionamentos entre as citadas construções sobre o feminino e as práticas que marcavam o cotidiano afetivo e sexual das mulheres no início do século. Narrando situações limites entre indivíduos dos dois gêneros e empregando categorias como rapto, sedução, amor e paixão, tais narrativas de transgressão conferiam ares sensacionalistas a questões e disputas muito caras à sociedade carioca na época, mobilizando experiências e projetos de diferentes sujeitos e atores sociais.

Em 1884, Francisco José Viveiros de Castro, na introdução da monografia *Attentatos ao pudor*, afirmaria que, mesmo para um “observador superficial”, era óbvia a “propensão do brasileiro à sensualidade e ao amor” (CASTRO, 1934, p. 8). O autor localizaria seus empreendimentos intelectuais sobre as aberrações do instinto sexual diante de um contexto nacional, na sua visão, peculiarmente marcado pela mestiçagem (CASTRO, 1934, p. 8), fenômeno entendido por Castro (1934) a partir da formação do tipo nacional pela “fusão de três raças diferentes, o portuguez, o africano e o índio” (p. 8). Em sua visão, a Capital Federal seria um espaço privilegiado para a observação dessa complexa conjuntura devido à “[...] concurrencia de estrangeiros, vindos de toda a Europa, que aqui se demoram nas explorações da industria e do commercio” (CASTRO, 1934, p. 7). Não obstante, para o jurista assistia-se a mais:

[...] uma confirmação da lei de Darwin, a raça mais forte suplantando a mais fraca na lucta pela existência. Os negros tendem a desapparecer, absorvidos na raça branca e desse cruzamento surge o typo genuinamente nacional, influenciado pelo clima, o mulato, desde o bem escuro até o que se diz descendente de barões feudaes, trahindo porém a origem nos lábios e nas unhas (CASTRO, 1934, p. 7).

Adotando uma perspectiva marcadamente evolucionista e referenciando a Gustavo Le Bon, autor francês que abertamente condenava a mistura das raças, Castro (1934) não consegue, todavia, definir um posicionamento quanto às possíveis consequências da mestiçagem. Questiona-se, assim, se os brasileiros estariam condenados e seria mesmo “[...] certo que as épocas de mestiçagem se distinguem pela corrupção dos costumes?” (CASTRO, 1934, p. 8).

Impasse que o jurista tentaria responder “colhendo factos sobre as aberrações do instinto sexual” (CASTRO, 1934, p. 7). No entanto, como o próprio admitira, não alcançaria, através de sua inventariação de perversões, resolver o problema se, na raça mestiça brasileira, ocorreria apenas uma “exuberância do instinto sexual” ou se a mesma já estaria em estado de “degenerescência” (CASTRO, 1934, p. 8). Insucesso que atribuíra à dificuldade de tratar de assuntos convencionados como obscenos e aos quais muitos respondiam com piadas picarescas, outros mentiam e, por fim, alguns recusavam a dar informações, temendo serem reconhecidos (CASTRO, 1934, p. 7-8).

Diante dos esforços intelectuais empreendidos na sua monografia *Atentados ao pudor*, podemos vislumbrar tanto o tabu que cercava a temática da sexualidade na época, especialmente no que diz respeito às suas expressões desviantes, como também inferir acerca de sua escolha em centrar a análise nos desvios sexuais, objetivando dimensionar a corrupção daquilo que concebia como a “raça” brasileira. Corroborando percepções que destacam o sexo como um aspecto da existência humana, visado por projetos de ordenamento social (ESTEVES, 1989; SOIHET, 1989; ARAÚJO, 1995), a abordagem de Castro (1934 [1884]) nos indica algumas das especificidades do contexto nacional no que diz respeito às construções referentes à produção e ao controle da sexualidade.

Afinal, se conforme indica Esteves (1989), nesse contexto, a temida cadeia de efeitos perversão-hereditariedade-degenerescência impregnaria todas as instâncias de controle social, cabe observar como, no país, o temor aos supostos efeitos perniciosos dessa cadeia esteve pautado também por teorias científicas, que divulgavam as supostas predisposições aos vícios e à perversão daqueles não brancos. Conforme a literatura sobre esse período (CHALHOUB, 2001, p. 67-69; ESTEVES, 1989, p. 27; SCHWARCZ, 1993, p. 27) ligada a debates sobre a identidade nacional, discursos racistas com embasamento científico foram bastante ecoantes nas esferas de poder. Neles via-se com preocupação a constituição da população nacional,



significativamente marcada pelo elemento negro. Conforme sintetiza Schwarcz (1993), a partir de 1870:

Em meio a um contexto caracterizado pelo enfraquecimento e final da escravidão, e pela realização de um novo projeto político para o país, as teorias raciais se apresentavam enquanto modelo viável na justificação do complicado jogo de interesses que se montava. Para além dos problemas mais permanentes relativos à substituição da mão de obra ou mesmo à conservação de uma hierarquia social bastante rígida, parecia ser preciso estabelecer critérios diferenciados de cidadania (SCHWARCZ, 1993, p. 24).

Razões pelas quais o tema racial se transformaria em um novo argumento de sucesso para o estabelecimento das diferenças sociais (SCHWARCZ, 1993, p. 24). Instrumentalização que, aportados por Chalhoub (2001) e Esteves (1989), verificamos sintomática nas discussões decorrentes da apresentação do projeto de repressão à ociosidade do então ministro Ferreira Viana em julho 1888. Em vista da recente aprovação da Lei Áurea, os deputados presentes teriam expressado posicionamentos favoráveis ao disciplinamento e à vigilância dos recém libertos. Conforme prescreveriam os ilustres legisladores a essa parcela da população, então associada à “depravação” de costumes”, aos baixos padrões morais e aos vícios, a mesma deveria ser inculcada do gosto pelo conforto e uma valorização positiva do trabalho (CHALHOUB, 2001, p. 67-69; ESTEVES, 1989, p. 27).

Com efeito, segundo nos aponta Esteves (1989), ao serem mencionados a moral e os costumes, constatar-se-iam implícitas também referências ao imperativo pelo ordenamento familiar. Para a pesquisadora, o regime republicano se notabilizaria pela vigilância e pela repressão sobre o liberto e o imigrante, assim como a construção de uma ideologia positiva do trabalho (ESTEVES, 1989, p. 26). Processos que implicariam intentos pela normatização da família, das condutas, dos prazeres e dos papéis relegados a homens e mulheres que tomavam forma em distintos ramos do saber.

A construção de uma ideologia positiva do trabalho veio acompanhada, além de um comportamento laborioso propriamente dito, da difusão de regras higiênicas para os

habitantes da cidade e de “bons” costumes morais. Famílias organizadas dentro dos padrões médicos seriam fundamentais para a formação do trabalhador, pois incentivariam valores como a assiduidade e a responsabilidade. O trabalhador ideal seria aquele que já saísse de casa com hábitos de rotina doméstica, com as responsabilidades do lar e sem vícios sexuais (ESTEVES, 1989, p. 27).

Uma vez projetadas à mãe/esposa/mulher as responsabilidades sobre o comportamento familiar e a criação dos filhos e, como tal, também implicitamente ao controle da degeneração da nação brasileira, entre juristas, intelectuais e cientistas divulgaram-se idealizações do feminino que o circunscreviam às incumbências da vida privada, da domesticidade e da maternidade. Segundo Esteves (1989, p. 47), os juristas, assim como os médicos, propunham-se como guardiões de um projeto de progresso e civilização que passava evidentemente pelo aspecto do comportamento moral, de maneira que:

A rua, no simbólico dos discursos dos juristas, estava cheia de tentações e desvios. As mães pobres precisavam aprender a vigiar suas filhas; a família popular deveria realizar novas funções [...] Um dos principais eixos do processo educacional, dentro qual se inseria a pedagogia de médicos juristas, era precisamente a mulher pobre. Ela era um dos agentes reformadores, responsáveis pela saída do homem das ruas, dos cabarés e dos botecoins, enfim da “vida fácil” (ESTEVES, 1989, p. 47).

Como salientado ao final do primeiro tópico, um fator comum entre as três narrativas é a perda da virgindade. A ela está relacionada a prática da sedução. Buscando seu contorno conceitual, vemos que a sedução também fora citada no Código Penal de 1890 como meio de consumação dos tipos penais de defloramento (art. 267) e rapto (arts. 270-276). Todavia, ainda que citado, tal termo não teve seu sentido e conteúdo definidos com exatidão no referido Código. Imprecisão essa que Castro tentaria suprir em Os delictos contra a honra da mulher (1936 [1897]), ao propor que a “sedução” teria “no seu sentido jurídico por seu indispensável substractum o engano” (CASTRO,

1936, p. 61). Esforço de significação que compreendemos partir também das ressalvas do jurista, sobre os “sentidos” conferidos à palavra “na linguagem vulgar”:

A mulher, que na linguagem vulgar, chamar-se seduzida, porque seu pudor foi vencido pelos rogos, pelas lágrimas, pelas assíduas atenções, pelos affagos de insistente apaixonado, ou então por impulsos de ambição e de avidez, ou de excitada exaltação dos sentidos não pôde dizer-se seduzida no sentido jurídico [...]. A mulher que rendeu-se à vista do ouro ou de supplicas, não pôde dizer que não consentio e que não dispoz de seu direito: pôde, porém, dizê-lo a mulher a que foi feito acreditar uma certa cousa, que a levou a consentir, mas que não teria consentido si conhecesse que era falsa essa mesma cousa (CASTRO, 1936, p. 61-62).

De acordo com tal perspectiva, apenas a protagonista de “Sedução – Um caso complicado” poderia ser considerada “juridicamente” seduzida, pois teria “cedido” às investidas de seu “sedutor” em nome de promessas de matrimônio. Com efeito, a delimitação proposta por Castro (1936) para a “verdadeira sedução” perante possíveis apropriações discursivas evidenciamos não apenas que várias experiências poderiam então ser “vulgarmente” apreendidas no imaginário da época, significadas a partir de tal categoria. Evidencia, também, o caráter disciplinador, do mesmo modo argumentado por Foucault, pelo qual esse proeminente jurista concebia a sexualidade feminina positivada apenas quando submetida à instituição do matrimônio. A respeito da postura de Castro (1934; 1936), Esteves (1989) observaria que o jurista era então tido como um representante do

[...] que de melhor o conhecimento jurídico poderia produzir sobre infrações sexuais para que fosse possível um controle dos comportamentos amorosos populares. Suas obras também evidenciavam a necessidade de novos métodos de punição. Deixavam claro que não cabia mais ao aparelho jurídico simplesmente castigar os que eram considerados delinquentes e desviantes, mas punir melhor as delinquências e os desvios, não apenas perseguir e afastar os rotulados de desordeiros, mas

passar construções positivas de ordem sexual; não só punir o homem criminoso, mas ensinar-lhe novos comportamentos (ESTEVES, 1989, p. 35, grifo nosso).

Com tais objetivos, além de precisar os dados materiais dos crimes (cópula carnal, virgindade física, defloramento, idade, etc.), a jurisprudência produzida pelo advogado carioca teria orientado a delimitação dos caminhos para a análise do subjetivo (honestidade, promessa de casamento, virgindade moral, honra, etc.) (ESTEVES, 1989, p. 37). Segundo Soihet (1989), a honra da mulher esteve vinculada à defesa da virgindade ou da fidelidade conjugal, sendo um conceito sexualmente localizado, da qual o homem é o legitimador. A honra era conferida pela virgindade ou pela presença do ato sexual legítimo no casamento, ideia que extrapolaria a própria mulher, abrangendo toda a família (SOIHET, 1989, p. 303).

Observemos que a associação entre as categorias honra e família é pautada pelo próprio título do Código Penal, sob o qual eram previstas as penalidades dos ditos crimes sexuais, “Dos crimes contra a segurança da honra e honestidade das famílias e do ultraje ao poder público”, no qual verificam-se também mobilizadas as categorias honestidade e poder público. Nesse segmento, além do rapto, estiveram dispostos os seguintes tipos penais: no artigo 266, atentado contra o pudor, no artigo 267, defloramento. Os artigos 268 e 269, por sua vez, referem-se ao estupro, enquanto os artigos 277 e 278 ao lenocínio, os artigos 279 a 281 ao adultério e o artigo 282, ao ultraje público ao pudor.

De forma geral, a gravidade investida aos citados crimes estava diretamente relacionada com a consumação ou não da conjunção carnal fora do casamento. Nesse sentido, semelhantemente ao Código Penal anterior, promulgado em 1830, e no qual os crimes sexuais foram estipulados como “Crimes à segurança da honra”, verifica-se que, cinco décadas depois, os crimes sexuais continuariam a ser dimensionados pelo prisma da honra, como uma infração contra a família e a sociedade, enquanto as questões da segurança, da integridade física e dos direitos individuais da vítima manter-se-iam relegadas a um segundo plano. Como oportunamente sintetiza Boris Fausto (1984), em sua obra *Crime e cotidiano: a criminalidade em São Paulo 1880-1924*, nesse contexto

[...] não se trata precipuamente de proteger a “honra” como atributo individual feminino e sim como apanágio do marido ou da família. Desvenda-se deste modo o pressuposto de que a honra da mulher é o instrumento mediador da estabilidade de instituições sociais básicas – o casamento e a família. [...] Talvez nada expresse melhor os objetivos da legislação penal do que o ponto de vista até hoje muitas vezes aceito na doutrina e na jurisprudência de que o marido “não pode ser considerado réu de estupro, quando mediante violência constringe a esposa à prestação sexual” (FAUSTO, 1984, p. 175-176, grifo nosso).

Explicitando tal ponto de vista, observamos que, entre os postulados do já citado Castro (1936), o sexo conjugal figura como um direito do marido e um dever da esposa. O mesmo firmaria posição sobre a possibilidade de uma mulher dar queixa por crime de estupro contra o marido nos seguintes termos:

[...] preciso distinguir se houve apenas a consumação do matrimônio, a cópula natural, qualquer que tenha sido a resistência da mulher, qualquer que seja o meio empregado pelo marido, para vencer essa resistência, a queixa não pode ser aceita em juízo. Não houve crime e sim o exercício de um direito (CASTRO, 1936, p.124-125).

Assim, a sexualidade feminina é investida de legitimidade desde que submetida ao cumprimento de seus deveres para com o marido e consequentemente também para com a sociedade. Desse modo, alguns dos mais “nobres fundamentos” da instituição do casamento seriam justamente a propagação, a criação e a educação adequada da prole, futuro da nação. Posicionamento consonante com um contexto histórico marcado não somente por uma misoginia profundamente enraizada no convívio social, mas regulado por uma tradição jurídica e de caráter marcadamente patriarcal, sustentando, até o início do século XX, no âmbito civil, a disparidade entre maridos e suas esposas.

## *Conclusões*

Analisar as adjetivações empregadas nas notas jornalísticas, artigos legais e argumentos doutrinários referentes a episódios de violência sexual leva-nos a considerar as relações entre essas categorias, configurando uma gama de discursos normalizadores do comportamento feminino.

Com Foucault, vimos como a trama entre discurso jornalístico, dispositivos legais e concepções médicas pode servir de exemplo de um panoptismo social sobre os corpos femininos. Não só os corpos em sua concretude, mas também a vigilância constante sobre as virtualidades dos comportamentos, serão uma marca decisiva dessa nova forma de poder. O que nos chama a atenção também é o modo como a lei penal, tipicamente proibitiva, pode assumir uma postura produtiva no exercício do poder, delimitando condutas.

Dependendo do marido e da sociedade para adquirir legitimidade, vimos que à sexualidade feminina era atribuído um dever ser. Dever este associado, pelos discursos acima explorados, ao papel da mãe e esposa. Não havia uma sexualidade própria, nem corpo que fosse inteiramente seu. Sua conduta deveria ser respaldada pelo marido e pela sociedade, configurando uma disparidade profunda entre homens e mulheres.

Com relação às expressões desviantes, vimos a maneira pela qual o elemento racial permeia ambos os discursos. Tanto em notícias como no discurso jurídico, a conduta de indivíduos não brancos era fator de preocupação e/ou repulsa. Elemento de profundo perigo e risco social que deveria ser controlado, pois era sempre associado ao desvio. Estaria a raça brasileira condenada à corrupção? De acordo com o projeto de ordenamento social da época, a resposta estaria também no controle sobre os corpos femininos. O que tentamos fazer foi salientar a dimensão produtiva e normalizadora desse controle.

## Referências

ARAÚJO, Rosa Maria Barboza de. A vocação do prazer: a cidade e a família no Rio de Janeiro republicano. Rio de Janeiro: Editora Rocco, 1995.

ASSIS, Machado de. A semana. Gazeta de Notícias, edição 268, 25 de setembro de 1892, p. 1.

BARBOSA, Marialva. História Cultural da Imprensa: Brasil 1800-1900. Rio de Janeiro: Maud, 2010.

BARBOSA, Marialva. História da Comunicação no Brasil. Petrópolis: Editora Vozes: 2013.

BIROLI, Flávia; MIGUEL, Luis Felipe. Gênero, raça, classe: opressões cruzadas e convergências na reprodução das desigualdades. Mediações, Londrina, v. 20, n. 2, p. 27-55, jul.-dez. 2015. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/view/24124>. Acesso em: 01 jan. 2021.

BUTLER, Judith. Corpos que importam: os limites discursivos do “sexo”. São Paulo, N-1 Edições, 2019. p. 15-53. Disponível em: [https://www.academia.edu/42900612/Corpos\\_Que\\_Importam\\_Bodies\\_That\\_Matter\\_Judith\\_Butler\\_em\\_portugu%C3%AAs\\_pdf\\_at%C3%A9](https://www.academia.edu/42900612/Corpos_Que_Importam_Bodies_That_Matter_Judith_Butler_em_portugu%C3%AAs_pdf_at%C3%A9). Acesso em: 01 jan. 2021.

BRAH, Avtar. Diferença, Diversidade, Diferenciação. Cadernos Pagu, Campinas, n. 26, p. 329-376, jan./jun. 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/cpa/n26/30396.pdf>. Acesso em: 19 mar. 2021.

BRASIL. Decreto nº 847, de 11 de outubro de 1890. Código Penal dos Estados Unidos do Brasil. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto847-11-outubro-1890-503086-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 23 jul. 2017.

BRASIL. Lei de 16 de dezembro de 1830. Código Criminal do Império do Brasil. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/LIM-16-12-1830.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LIM-16-12-1830.htm). Acesso em: 23 jul. 2017.

BRASIL. Lei nº 3.071, de 01 de janeiro de 1916. Código Civil dos Estados Unidos do Brasil. Disponível em: [www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l3071.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l3071.htm). Acesso em: 24 jul. 2017.

CASTRO, Francisco José Viveiros de. *Attentados ao Pudor*. Rio de Janeiro: Livraria Editora Freitas Bastos, Freitas Bastos & Cia., 1934.

CASTRO, Francisco José Viveiros de. *Os delictos contra a honra da mulher*. Rio de Janeiro: Livraria Editora Freitas Bastos, Freitas Bastos & CIA, 1936.

CHAGAS, Viktor Henrique Carneiro de Souza. *Extra! Extra!: os jornaleiros e as bancas de jornais como espaço de disputas pelo controle da distribuição da imprensa e da economia política dos meios*. 2013. 307f. Dissertação (Mestrado em História) - Curso de Doutorado em História, Políticas e Bens, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2013.

CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, Lar e Botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque*. Campinas: Editora da Unicamp, 2001.

CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: DIFEL, 2002.

CORREIO DA MANHÃ. Uma vergonha. Edição n. 104, p. 2. Rio de Janeiro, 26 de setembro de 1901.

CORREIO DA MANHÃ. Sedução e dinheiro – Violência carnal. Edição n. 465, p. 2. Rio de Janeiro, 22 de setembro de 1902.

CORREIO DA MANHÃ. Sedução – Caso Complicado. Edição n. 617, p. 2. Rio de Janeiro, 18 de fevereiro de 1903.

CRENSHAW, Kimberlé W. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Revista Estudos Feministas*, v. 10, n. 1, p. 171-188, jan. 2002.

EL FAR, Alessandra. *Páginas de Sensação: literatura popular e pornográfica no Rio de Janeiro (1870-1924)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

ENGEL, Magali. *Paixão, crime e relações de gênero (Rio de Janeiro, 1890-1930)*. *Topoi (Rio de Janeiro)*, v. 1, n. 1, p. 153-177, 2000.

ENGEL, Magali. *Meretrizes e doutores: saber médico e prostituição no Rio de Janeiro (1840-1890)*. São Paulo: Brasiliense, 2004.

ESTEVES, Martha de Abreu. *Meninas Perdidas: os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da Belle Époque*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.



FAUSTO, Boris. Crime e cotidiano: a criminalidade em São Paulo (1880-1924). São Paulo: Editora Brasiliense, 1984.

FOUCAULT, Michel. Surveiller et punir. Paris: Gallimard, 1975.

FOUCAULT, Michel. Dits et écrits. Paris: Gallimard, 2001.

FOUCAULT, Michel. A verdade e as formas jurídicas. Tradução: Roberto Cabral de Melo Machado e Eduardo Jardim Morais. Rio de Janeiro: Nau, 2003.

FOUCAULT, Michel. Vigiar e punir. Tradução: Raquel Ramallete. Petrópolis: Vozes, 2009.

GARZONI, Lericce. Disputas políticas e disputas por leitores: a criação do Correio da Manhã (1898-1901). *Topoi*, v. 12, n. 22, p. 158-177, 2011.

GUIMARÃES, Valéria. Notícias diversas: suicídios por amor, leituras contagiosas e cultura popular em São Paulo dos anos dez. São Paulo: Mercado de Letras, 2013.

GUIMARÃES, Valéria. Primórdios da história do sensacionalismo no Brasil: os faits divers criminais. *ArtCultura, Uberlândia*, v. 16, n. 29, p. 103-124, jul-dez. 2014. Minidossiê: História, Leitura & Cultura Midiática.

HENNING, Carlos Eduardo. Interseccionalidade e pensamento feminista: as contribuições históricas e os debates contemporâneos acerca do entrelaçamento de marcadores sociais da diferença. *Mediações*, v. 20, n. 2, p. 97-128, 2015. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/index>. Acesso em: 15 mar. 2021.

MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina de. Imprensa e cidade. São Paulo: Editora UNESP, 2006. (Coleção Paradidáticos. Série Sociedade, Espaço e Tempo).

MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina de (Org.). História da imprensa no Brasil. São Paulo: Contexto, 2008.

MOREL, Marco. Os primeiros passos da palavra impressa. In: MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina de (Org.). História da imprensa no Brasil. São Paulo: Contexto, 2008, p. 21-43.

NALLI, Marcos Alexandre Gomes. Édipo foucaultiano. *Tempo Social*, São Paulo, v. 12, n. 2, p. 109-128, 2000.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Cultura e representações, uma trajetória. Anos 90, v. 13, n. 23, p. 45-58, 2006. <https://doi.org/10.22456/1983-201X.6395>.

RAFFIN, Marcelo. La verdad y las formas políticas: la lectura temprana de la tragedia de Édipo em Michel Foucault. Anacronismo y Irrupción, Buenos Aires, v. 5, n. 8, p. 54-78, 2015.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. O espetáculo das raças. Cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SOIHET, Rachel. Condição feminina e formas de violência: mulheres pobres e ordem urbana 1890-1920. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989.

SWAIN, Tânia Navarro. Mulheres indômitas e malditas: a loucura da razão. In: MUCHAIL, Salma Tannus; FONSECA, Márcio Alves da; VEIGANETO, Alfredo (Orgs.). O mesmo e o outro: 50 anos da História da loucura. Belo Horizonte: Autêntica, 2013. p. 223-245.

ENVIADO EM: 14/05/2020  
APROVADO EM: 17/09/2023

# O REMO DE MULHERES NOS CLUBES DE REGATAS PAULISTAS (1920-1930)

## *Women's rowing in paulista regatta clubs (1920-1930)*

*Daniele Cristina Carqueijeiro de Medeiros<sup>1\*</sup>*

*Catharina Ulian Musa<sup>2\*\*</sup>*

*Evelise Amgarten Quitzau<sup>3\*\*\*</sup>*

### RESUMO

Esse trabalho objetiva investigar a prática do remo pelas mulheres nos clubes de regatas paulistanos e campineiros entre as décadas de 1920 e 1930, momento de crucial esportivização dessa prática no Brasil. A literatura disponível no Brasil sobre o tema é escassa e não retrata a presença das mulheres nessa prática. Assim, impõe-se a seguinte questão: as mulheres remavam no período analisado? A partir de uma investigação histórica que tomou jornais, revistas e publicações mensais produzidas pelos clubes de regatas, foram encontradas diferentes associações entre remo e mulheres. Parte das fontes analisadas retratava práticas não esportivizadas, como o batismo de barcos; outras retratavam ações internas aos clubes, como passeios e festividades; poucas foram as menções a torneios oficiais no período. Dessa forma, conclui-se que, no período recortado, não houve uma ausência das mulheres na prática do remo e sim uma falta de incentivo às competições, por parte dos clubes e das federações.

*Palavras-chave:* História do esporte; esporte de mulheres; remo.

1 \* Doutora em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (2021) e mestre pela mesma instituição (2016). Possui licenciatura em Educação Física (2012) também pela Unicamp. Atualmente é professora do curso de Licenciatura em Educação Física do Instituto Superior de Educación Física, da Universidad de la República, Uruguai. Contato: danielemedeiros.ef@gmail.com

2 \*\* Mestranda em Educação pela UNICAMP. É integrante do FOCUS – Grupo de pesquisa sobre Educação, Instituições e Desigualdade, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Unicamp. Seus interesses de pesquisa estão vinculados aos estudos da história do esporte, história dos esportes na natureza, educação pela natureza e práticas ao ar livre. Contato: catharinaulianmusa@gmail.com

3 \*\*\* Doutora em Educação pela Unicamp (2016). Docente do curso de Graduação em Educação Física da Universidade Federal de Viçosa. É pesquisadora associada Nível 1 do Sistema Nacional de Investigadores da Agencia Nacional de Investigación e Innovación (SNI/ANII), Uruguai. Contato: eveliseaq@yahoo.com.br

## ABSTRACT

This paper investigates the practice of rowing by women in regatta clubs in São Paulo and Campinas between the 1920s and 1930s, a time of crucial sportization of this practice in Brazil. The literature available in Brazil on the subject is scarce and does not portray the presence of women in this practice. Thus, the following question is posed: did women row in the analyzed period? Different associations between rowing and women were found from a historical investigation that took newspapers, magazines, and monthly journals produced by the regatta clubs. Part of the sources analyzed portrayed non-sportives practices, such as the baptism of boats; others portrayed clubs' internal activities, such as boat excursions and festivities; there were few mentions of official tournaments in the period. Thus, in this period, it is possible to conclude that there was no absence of women in the practice of rowing, but a lack of incentive for competitions, by clubs and federations.

*Keywords:* Sport history; women's sport; rowing.

## Introdução

Embora as mulheres só tenham sido introduzidas nos programas internacionais competitivos de remo em 1974, com a realização do primeiro torneio mundial feminino da modalidade, elas sempre se fizeram presentes nesse esporte (SCHWEINBENZ, 2010; TAYLOR, 2018a; 2019). Entretanto, assim como ocorrido com diversas outras modalidades esportivas, a história do remo é contada preferencialmente sob um olhar da competitividade masculina (SCHWEINBENZ, 2010).

O remo foi uma modalidade que, historicamente, se relacionou com a difusão de ideais amadores e masculinos. Sua prática foi associada ao desenvolvimento físico e moral de seus praticantes. Mais fortes, mais saudáveis, mais ávidos, mais audazes, mais determinados: esses eram alguns dos ideais amplamente difundidos sobre esse esporte ao redor do mundo (HALLADAY, 1990).

No Brasil, o remo foi uma das primeiras modalidades esportivas a se desenvolver. Sua alcunha de “esporte moderno” se associava perfeitamente aos intentos das grandes cidades brasileiras dos finais do século XIX e início do XX, o que fez com que sua prática fosse rapidamente estabelecida

nesse momento. Esse esporte se configurava como uma diversão saudável e começou a ser praticado em cidades como Rio de Janeiro (MELO, 1999), Porto Alegre (SILVA, 2011), São Paulo (MEDEIROS, 2021) e Campinas (MUSA; MEDEIROS; SOARES, 2021).

Os principais incentivadores dessa modalidade foram os clubes de regatas que se constituíram nessas cidades, sendo responsáveis por organizar páreos, corridas e competições. Ao redor do mundo, os clubes foram locais importantes de institucionalização e burocratização das práticas esportivas, difundindo ideias e sistemas de valores comuns necessários à realização dessas práticas (ARNAUD, 1986). No Brasil, foi a partir da iniciativa desses mesmos clubes que se formaram as Federações de Remo, fundamentais para o desenvolvimento da modalidade e estabelecimento das regras comuns.

Em São Paulo, inúmeros clubes de regatas foram fundados desde o final do século XIX; estima-se que havia mais de vinte clubes às margens do rio Tietê até o final da década de 1930 (NICOLINI, 2001). Em Campinas, o representante da modalidade foi o Clube Campineiro de Regatas e Natação (CCRN), inaugurado em 1918 no distrito de Sousas (MUSA; MEDEIROS; SOARES, 2021). Esses clubes tinham em comum o objetivo principal de promover esportes náuticos, especialmente o remo.

Os clubes paulistanos gozaram de bastante relevância nas primeiras décadas do século XX. Além de organizadores das competições, tiveram crucial importância no desenvolvimento esportivo da cidade de São Paulo (MEDEIROS; DALBEN; SOARES, 2022). Em Campinas, o CCRN rapidamente se estabeleceu como um dos maiores clubes esportivos da cidade (MUSA; MEDEIROS; SOARES, 2021).

Mediante essa popularidade do remo e dos clubes de regatas paulistas nas primeiras décadas do século XX, faz-se o questionamento: as mulheres, associadas a esses clubes, remavam? Considerando essa pergunta-problema, o objetivo desse artigo é investigar as práticas de remo de mulheres nos clubes de São Paulo e Campinas, entre as décadas de 1920 e 1930. Os clubes selecionados para a pesquisa foram: Clube Esperia, Associação Atlética São Paulo, Clube de Regatas Tietê e Clube Campineiro de Regatas e Natação. Compartilhamos aqui a ressalva de Lisa Taylor (2018b), no sentido de que não buscamos escrever uma história fundacional do remo praticado por mulheres em São Paulo, mas, sim, contribuir para a ampliação da compreensão sobre o tema a partir de um olhar sobre como as mulheres paulistas são retratadas (ou silenciadas) nas fontes identificadas até o momento.

O recorte temporal engloba as décadas de 1920 e 1930, período de amplas transformações na prática do remo no estado de São Paulo. Embora internacionalmente esse esporte já gozasse de regras bem delimitadas e de federações constituídas (HALLADAY, 1990), foi nesse período que uma prática mais esportivizada começou a ser realizada no estado. De acordo com Gois Jr. (2017), os esportes chegaram a São Paulo com regras já estabelecidas, mas a (in)disponibilidade de materiais, espaços e atletas exigiu diversas adaptações. No remo isso não foi diferente e, ao longo dessas duas décadas, os clubes, associados às Federações, implementaram diversas transformações na tentativa de tornar essa prática mais esportiva (MEDEIROS, 2020; 2021).

O intuito desse trabalho, ao observar exatamente o período em que houve uma maior especialização dessa prática, é procurar indícios desta esportivização entre as mulheres. Estariam as Federações também interessadas em incentivar a prática competitiva feminina? Os clubes de regatas consideravam as remadoras de fato atletas? Ou o remo — se praticado pelas mulheres — era encarado, institucionalmente, apenas como um divertimento? A hipótese que esse artigo levanta é que, embora as mulheres sejam parte da história do remo paulistano, houve uma falta de incentivo ao remo competitivo e federado ao longo das décadas estudadas.

As informações encontradas a respeito da prática do remo de mulheres, no período recortado, foram divididas em duas categorias: de um lado, analisaremos a participação indireta das mulheres nesse esporte, ou seja, a forma como as mulheres eram representadas como torcedoras ou responsáveis pelo batismo dos barcos. A segunda categoria engloba a prática esportiva das mulheres, que remavam ora de forma recreativa, ora de forma competitiva.

## *Metodologia*

Historicamente, o esporte se constituiu como um bastião de heteronormatividades, pois grande parte das práticas era associada à coragem e à força (FEREZ, 2012; VIGARELLO, 2013). No remo isso não foi diferente, já que esse esporte foi tradicionalmente atrelado às ideias de

virilidade masculina. A intenção desse trabalho é contar essa história sob outra ótica, a das mulheres.

Assim, a história das remadoras paulistas não deve partir dos mesmos pressupostos de uma historiografia tradicional e dominante. Isso significa que não basta colocar as mulheres como objeto central da investigação em história do esporte; é necessário um diferente fazer historiográfico, reescrevendo-o segundo os principais pontos de virada que afetam as mulheres (SILVEIRA; QUITZAU, 2020; GOELLNER, 2007; SCHWEINBENZ, 2010).

Perrot (2005) afirma haver inúmeras fontes de pesquisa historiográfica em que as mulheres são nada mais do que silêncios. Há silenciamento de suas narrativas em arquivos públicos, em atos de administração e poder, em arquivos privados que envolvem os “grandes homens de seu tempo”. Pode-se somar a isto a composição dos acervos de clubes e federações, que silenciaram os feitos das mulheres esportistas.

Johnes (2015), assim como Booth (2006), interpreta que os arquivos esportivos são “metáforas do poder”, ou seja, locais em que os clubes armazenam determinadas informações sobre si que corroboram a versão que querem contar de sua história. Isso significa que a grande maioria dos documentos armazenados são compêndios da história do clube, utilizados para engrandecer seus feitos, heróis e conquistas. Em geral, a história dos feitos das mulheres fica subjugada em meio ao intento dos clubes de preservar suas próprias memórias, e é papel do pesquisador procurar por novos indícios presentes nesses acervos.

Nos clubes ora investigados, muito pouco havia sobre as competições femininas de remo. Nada nas paredes dos acervos, recheadas de fotografias das embarcações vencedoras, tampouco na sala de troféus cheia de premiações históricas do remo paulistano, vencidas tanto no estado de São Paulo quanto internacionalmente. A busca pelos indícios das práticas realizadas pelas remadoras foi minuciosa e envolveu a leitura e a releitura de revistas criadas pelos clubes, ou a busca por fotografias que não ocupavam lugar de destaque nos acervos. Assim, foram utilizadas como fontes as revistas do Clube Esperia, do Clube de Regatas Tietê e as fotografias da Associação Atlética São Paulo.

Além dos acervos dos clubes e dos materiais neles encontrados, foram também utilizados jornais e revistas que circularam no período investigado. De acordo com Vigarello (2008b), os jornais foram importantes veículos de difusão das práticas esportivas mundo a fora, com suas novas

narrativas, pautadas nas emoções suscitadas e na criação de mitos e heróis. Ao mesmo tempo, o esporte foi capaz de movimentar o mercado de jornais e revistas, dado seu amplo consumo pela população.

Mathias e Rubio (2010) consideram os periódicos paulistanos importantes fontes para compreender de que forma o esporte narrado e divulgado em suas páginas tratava da presença das mulheres. Segundo as autoras, havia uma contrariedade nas narrativas, que ora ressaltavam as performances das atletas e dos clubes, dando ênfase ao desempenho das *sportwomen*, ora criticavam a ação das mulheres na arena esportiva, considerando excessivas suas participações.

Em busca dessas narrativas, selecionamos aqui um jornal e uma revista para a constituição das fontes de pesquisa. A revista *A Onda* circulou na cidade de Campinas entre 1921 e 1924, totalizando 70 números. Ela foi uma grande expoente dos eventos sociais campineiros e um espaço ampliado de divulgação das ações esportivas ocorridas na cidade, especialmente do CCRN (CORRÊA, 2014). O jornal *Correio Paulistano* foi um dos maiores do Brasil e o primeiro a ter tiragem diária na cidade de São Paulo. Sua importância para os esportes aquáticos se deu por esse jornal ter inaugurado, já em 1904, uma seção exclusiva para narrar os eventos realizados pelos clubes de regatas da cidade, chamada *rowing*. De acordo com Gois Júnior (2017), as relações desse jornal com a identidade moderna paulistana, como assim a denominava em seus editoriais, torna-o uma fonte interessante para a análise de diversos projetos e discursos em relação à cidade, em que se incluíam, certamente, as práticas esportivas.

### *A “mola impulsionadora do progresso esportivo”: os ideais do remo esportivo*

O remo foi um dos mais importantes esportes modernos desenvolvidos na Inglaterra. Sua prática teve início no século XVIII, se consolidou no século XIX e, nos primeiros anos do século XX, já havia se enraizado em diversos outros países (DODD, 1991).

Esse esporte carregava consigo ideias bastante modernas sobre o papel social do esporte; sua prática significava uma virada nas relações com



o corpo, a saúde e a educação. Mundo afora essa prática recebia a adjetivação de diversão saudável e foi com esses pressupostos que o remo chegou ao Brasil (MELO, 1999).

Uma das características centrais do remo, na forma como ele se desenvolveu no Brasil, era sua relação estrita com o código amador. Desde suas primeiras regras instituídas, que delimitavam quem deveria participar das regatas e de que forma se daria essa participação, havia uma caracterização muito específica a respeito de quais eram as atitudes que deveriam ter os amadores e como elas se diferenciavam das profissionais.

O primeiro estatuto amador da Federação Paulista das Sociedades de Remo – federação que agrupava os clubes remadores do estado de São Paulo –, datado de 1907, era baseado nas diretrizes da Federação Brasileira das Sociedades de Remo, diretrizes estas traduzidas de estatutos ingleses (NICOLINI, 2001). Em suas linhas era possível ler que seriam excluídos da prática federativa os profissionais e aqueles que tivessem uma profissão não compatível com o nível social e moral exigido para a prática dos esportes aquáticos. Inúmeras alterações foram feitas nas regras e nos estatutos concernentes a esse esporte no estado de São Paulo, mas essas restrições relativas aos praticantes perduraram por muito tempo.

Segundo Bourdieu (2003, p. 140), a constituição do campo esportivo esteve intimamente ligada ao que chama de uma “filosofia política do esporte”, de raízes aristocráticas, e cujo ápice seria a teoria do amadorismo, a ideia de que o esporte deveria ser praticado de maneira desinteressada, configurando-se em uma escola de virilidade, formação de caráter e, principalmente, de pessoas que quisessem vencer conforme as regras, ou seja, a partir da disputa justa, do *fair play*. Conforme Holt (2006), a noção de amadorismo traria em si um conjunto de práticas e valores que, entre outras coisas, se opunha radicalmente ao profissionalismo e à aposta. Analisando especificamente o contexto inglês, este historiador conclui que o amadorismo “tinhas suas raízes igualmente na vida material das classes médias e no estilo visual e na virtude patricia das classes superiores” (HOLT, 2006, p. 367), característica que permitiu ao ideal de amadorismo expandir-se para além dos muros das *public schools*. O esporte, portanto, contribuiria para a educação do jovem burguês, inculcando-lhe o espírito da vitória, da conquista, ao mesmo tempo em que o ensinava a governar a si mesmo, a atuar conforme as convenções. A moral esportiva se elaborava, em suma, por meio do exemplo, da ética no jogo, da pacificação, da obediência às regras e do espírito de vitória (VIGARELLO, 2008a).

Todas essas características, bastante evidenciadas nas competições de remo instituídas de forma federativa, se relacionavam intimamente com o papel esperado para os homens na sociedade da época (SCHWEINBENZ, 2010). Elas se ligavam com questões que suplantavam a força corporal: era preciso uma força mental, um domínio de si, adjetivos explicitamente conectados com as ideias masculinizadas de coragem, espírito de equipe e sociabilidade cavalheira (TAYLOR, 2020). Os valores amadores tinham uma íntima relação com o sucesso social dos homens de classe média, sua capacidade de liderança e sua ação no meio público (TAYLOR, 2020).

As revistas dos clubes paulistanos celebravam os benefícios da prática do remo, esporte que promovia a “verdadeira aliança do cérebro com o físico” (COMO SE FAZEM..., 1940, p. 2). O remo significava, na visão dos clubes, mais do que um simples esporte; ele era a “mola impulsionadora do progresso esportivo” (COMO SE FAZEM..., 1940, p. 2).

Em revista publicada pelo Clube Esperia (O VALOR..., 1929, p. 12), o remo foi considerado o esporte mais completo ali praticado, em diversos âmbitos: tecnicamente “não ha esporte em que os detalhes tenham maior importância”; socialmente, “o remo é o mais cooperativo dos esportes, elle não admite nem mesmo o isolamento dos grupinhos”; psicologicamente, o remo foi considerado o mais higiênico dos esportes, pelo “caracter calmante do automatismo que nelle é indispensável”; e, fisicamente, o remador “sente-se satisfeito por perceber que é uma machina pensante e por sentir, a cada remada, como nelle a força se forma”. A formação do caráter dos participantes era associada às ideias da prática do esporte como um expoente da higiene e da força.

Para além das características morais esperadas dos praticantes do remo, bastante associadas aos papéis masculinos da sociedade da época (SCHWEINBENZ, 2010), a este esporte era atribuída outra característica importante: suas exigências físicas. De acordo com Schweinbenz (2010), as destrezas físicas atribuídas ao remo confirmavam que esta prática contrastava com os ideais de feminilidade heterossexual.

Dominado pela força, pela intensidade e pela resistência, esse esporte era quase que diretamente associado à prática masculina. Diferentemente do tênis e da natação, esportes nos quais as mulheres já competiam em torneios internacionais, o remo levou certo tempo para ter sua prática regulamentada entre as mulheres. Os discursos médicos, que refletiam crenças populares sobre a natureza das mulheres e seu papel social (VERTINSKY, 1994), ampliavam os ecos de que o organismo das mulheres era inapropriado para

as demandas físicas do remo (SCHWEINBENZ, 2010). Para Taylor (2019), a diferenciação das práticas de remo entre mulheres e homens encontrou ecos na ideia de diferenciação dos papéis esportivos por via dos sexos biológicos.

Todas essas questões somadas acabaram por dificultar a prática competitiva das mulheres em um cenário federativo e internacional. Embora a primeira corrida de oficial de remo por mulheres na Inglaterra tenha ocorrido em 1919 (HARGREAVES, 2003) e a Women's Amateur Rowing Association (WARA)<sup>4</sup> tenha sido criada neste mesmo país em 1923, a participação das mulheres na comunidade do remo inglês foi marginal até 1973 (TAYLOR, 2019). A respeito de práticas competitivas, a FISA (Fédération Internationale des Sociétés d'Aviron) sancionou a primeira copa europeia de remo apenas em 1954. O primeiro torneio internacional feminino ocorreu apenas em 1974 e só nas olimpíadas de 1976, em Montreal, as mulheres participaram pela primeira vez dessa modalidade (TAYLOR, 2018a; 2019).

No Brasil, há poucos indícios na literatura científica sobre a participação das mulheres nos torneios de remo, ou mesmo em outras funções dentro dos clubes de regatas no início do século XX. De acordo com Melo (2007) e Licht (1986), as primeiras experiências com o remo de mulheres no Rio de Janeiro se deram na década de 1880, com remadoras francesas que o praticavam de forma não competitiva. Melo (2007) aponta ainda que, na mesma época, as “irmãs Fox”, inglesas, também remavam em São Cristóvão. Algum tempo depois houve a criação do Grupo de Regatas Feminino da Ilha de Pombeba, de diretoria formada por mulheres. Afirma Melo (2007) que esse grupo não sobreviveu muito tempo e disputou apenas uma prova. Algum tempo depois, foram encontrados indícios de que houve outra regata promovida em 1911, pelo Clube de Regatas Boqueirão do Passeio (LICHT, 1986; MELO, 2007, GOELLNER, 2005).

Silva, Pereira e Mazo (2011) identificam a participação de mulheres nas associações de remo de Porto Alegre entre o fim do século XIX e o início do XX. Conforme as autoras, embora esporadicamente se encontre

4 De acordo com Taylor (2018a), a formação da WARA, na Inglaterra, marcou significativas mudanças na organização e na aspiração dos esportes de mulheres. Entretanto, até 1973 o *status* e o papel das mulheres na comunidade do remo inglês foi bastante marginal. As conquistas agregadas à fundação da Associação foram acompanhadas de diversos percalços no percurso das mulheres dentro desse esporte (TAYLOR, 2019).

a presença de mulheres, tanto em espaços destinados à prática como em outras tarefas executadas nos clubes de regatas, havia uma participação bastante desigual em relação aos homens nos eventos ligados ao remo.

Analisaremos, a partir de agora, os indícios da prática de remo por mulheres no estado de São Paulo, especialmente nas décadas de 1920 e 1930, momento em que, no cenário nacional, essa prática se instituía e se institucionalizava. Onde estariam as remadoras nesse processo?

### *“O ELEMENTO FEMININO REALÇA A COMPETIÇÃO”: OS BATISMOS DE BARCO E AS ESPECTADORAS*

Era bastante comum que as mulheres participassem do ritual esportivo do remo a partir do batismo dos barcos. Em Porto Alegre, Silva, Pereira e Mazo (2011) narram a história de Elisa Bins, que auxiliou financeiramente o Ruder Club Porto Alegre para a importação de seus primeiros barcos. A partir de então, o clube batizou um dos barcos com o nome da madrinha e adotou a estratégia de convidar mulheres para esta solenidade como uma tradição.

Melo (2007) também aponta que as baleeiras — barcos utilizados nas primeiras provas de remo disputadas no Rio de Janeiro — eram consideradas pelos remadores quase que seres vivos, companheiras de provas. Por conta dessa relação, eram batizadas com nomes femininos.

Em São Paulo, a prática também era bastante difundida entre os clubes de regatas. Festejos inteiros eram organizados para que um barco novo recebesse seu batismo, movimentando o aspecto social dos clubes. Tais eventos tinham uma importância grande na difusão de modos de comportamento de seus associados e sustentavam a ideia de que os clubes esportivos tinham relevância nas novas representações dos papéis sociais dos indivíduos (RIOUX, 1986; ARNAUD, 1986).

Um dos clubes em que essa prática era mais difundida era o Esperia. A associação possuía uma oficina de barcos que, a partir de 1914, começou

também a fabricar as próprias embarcações competitivas.<sup>5</sup> Nesse clube, o batismo dos barcos ocorria no mesmo dia dos festivais internos, em que outras competições esportivas aconteciam:

Em um dos intervallos da parte esportiva foi baptisado um “outrigger” a 4 remos, construído nas oficinas do Esperia e que recebeu o nome de “Letizia”. A seguir a directoria offereceu uma taça de champanhe, tendo fallado o dr. João de Lorenzo que agradeceu o comparecimento de todos, o que só serviu para maior brilhantismo do festival do Esperia. (O NOSSO... 1933, p. 13-14)

As convidadas para participar de tais solenidades eram, em geral, associadas dos clubes, mas não obrigatoriamente tinham relação direta com a modalidade. Além disso, nem todas as associadas eram convocadas para representar tal papel: nas fontes analisadas, tal honraria era exclusividade de condessas, esposas de almirantes e mesmo esposas de conhecidos industriais (CLUB..., 1926). O significado social do batismo dos barcos suplantava a mera participação esportiva.

Esses eventos realizados no Clube Esperia possuíam um caráter misto, já que congregavam eventos social e esportivo. Entretanto, os participantes não desempenhavam todos os papéis; as madrinhas de embarcações, por exemplo, tinham a tarefa específica de agir especialmente na primeira categoria. As fotos das solenidades, estampadas nas revistas mensais produzidas pelo clube, deixam evidente — principalmente pelas roupas portadas — que essas mulheres se dirigiam a esse espaço somente com o intuito de participar da parte social do evento.

5 Durante a Primeira Guerra Mundial o Brasil passou por um intenso projeto de substituição de importações, dadas as precárias condições de fornecimento de materiais. Um dos elementos que deixou de ser importado foi o barco de competição, que costumava vir da Europa, já com pesos e medidas previamente estruturados. Então, a casa de barcos do Clube Esperia começou a produzir seus próprios barcos, tornando-se uma das fornecedoras de embarcações para os clubes de remo do estado (MEDEIROS, 2021).

**FIGURA 1 – Batismo de barcos no Clube Esperia.**

FONTE: As Festas..., 1934, p. 10.

No C.C.R.N. o cenário era bastante parecido. Às mulheres era destinado o papel de serem madrinhas das guarnições e posavam para as fotografias com vestidos e chapéus, símbolos de uma classe média em formação na época.

**FIGURA 2 – Remadores e madrinhas de barcos, C.C.R.N.**



FONTE: SEÇÃO..., 1921, p. 9.

Outra questão evidenciada foi a presença das mulheres nas arquibancadas dos páreos de remo. O espetáculo esportivo tornava-se, cada vez mais, objeto de festa, de celebração coletiva, de efervescência social (VIGARELLO, 2008b). Sevcenko (1992) aponta que na São Paulo da década de 1920 as práticas esportivas estavam em voga e mudavam como os habitantes da cidade se comportavam, especialmente nos finais de semana. As palavras de ordem aos envolvidos com as práticas esportivas eram juventude, ação e modernidade. Conforme o autor, cada vez mais esses espetáculos atraíam o público, empenhado em conhecer e acompanhar as práticas esportivas que faziam morada na cidade.

Os grandes expoentes dessa cultura esportiva na cidade eram os clubes (SEVCENKO, 1992). Suas arquibancadas tornavam-se o lugar ideal para “ver e ser visto”. Acompanhando esse discurso vinha a presença feminina nos eventos esportivos. Segundo o jornal *Correio Paulistano*, eram as mulheres que abrilhantavam as competições de remo:

Com um programma excellente, a Federação Paulista das Sociedades de Remo effectuou hontem, na enseada do Vallongo, a sua annunciada regata annual [...].

A festa nautica de hontem alcançou brilhante successo, notando-se uma assistencia numerosissima, onde se distinguia o elemento feminino, que empresou, dest’ arte, magnifico realce á competição (FEDERAÇÃO..., 1921, p. 4).

A presença das mulheres como elementos de beleza e sofisticação no esporte (SCHPUN, 1999) era uma constante nas narrativas dos jornais e das revistas dos próprios clubes, como no trecho que narrava um evento ocorrido entre remadores do clube Esperia: “como sempre, quando se realizam festas esportivas, nota-se exuberancia de alegria e moças bonitas” (ESPERIA, 1933a, p. 9).

A presença das mulheres era também uma estratégia utilizada nas publicações aqui analisadas. As revistas e jornais, quando relatavam a grande assistência dos eventos de remo em São Paulo ou Campinas, ocupavam-se de retratar as mulheres em quase todas as fotos, como uma propaganda daquilo que ofereciam os clubes a seus associados. Por exemplo, na revista *A Onda*, em matéria chamada “O que era o Clube” (1921), em primeiro



plano se localizavam as mulheres que assistiam às regatas, demonstrando a importância imagética dada às mulheres nesse contexto.

**FIGURA 3 – Clube Campineiro de Regatas e Natação.**



FONTE: Clube..., 1921, p. 11.

Emprestar beleza, graça e feminilidade às competições era uma das funções que se atrelava à mulher no cenário esportivo deste período (GOELLNER, 2007; MOURÃO, 2000). Entretanto, as diretrizes médicas

e sociais a respeito da prática de exercícios por mulheres se alteravam mundo afora e ecos dessas novas representações chegavam ao Brasil.<sup>6</sup> Embasadas principalmente nas diretrizes médicas, eugênicas e higiênicas (VERTINSKY, 1994), as novas concepções relativas à necessidade de realizar exercícios físicos invadiam os espaços dos clubes. Ao mesmo tempo em que as representações menos ativas das mulheres eram evidentes nos clubes, o incentivo à prática de exercícios também se tornou uma constante. No período analisado nesse artigo, ambas as representações se destinavam às mulheres associadas aos clubes de regatas.

As revistas publicadas pelo clube Esperia, que se incumbiam da tarefa de divulgar eventos, feitos extraordinários e outras ações a seus associados, se recheavam de incentivos à prática de exercícios às mulheres; de acordo com elas, “outro meio não existe, a não ser a pratica systematica e methodica dos esportes, para a conquista da saúde, principal factor de beleza” (A MULHER..., 1934, p. 25). Muito mais do que exercícios, a prática dos esportes passou a ser indicada e recomendada para as mulheres. Não era suficiente acompanhar as competições, batizar os barcos, contemplar as regatas: era a ação que mudaria a condição das mulheres associadas aos clubes. Seria o remo, o esporte da força, agilidade e persistência, o esporte mais indicado para essa realização?

## *MULHERES AO REMO: DIVERTIMENTO E COMPETIÇÕES*

No cenário internacional, o ano de 1923 foi bastante emblemático para a prática do remo pelas mulheres. Nesse ano, como já mencionado, houve a fundação da WARA, que marcou significativas mudanças na organização e nas aspirações do remo e, de forma mais ampla, dos esportes de mulheres na

6 De acordo com Vertinsky (1994), foi inegável a influência histórica das crenças médicas e valores na percepção dos exercícios físicos para as mulheres desde o final do século XIX. Para a autora, esses discursos afirmaram ou coibiram as práticas esportivas por parte das mulheres, apoiados supostos papéis biológicos e sociais que elas deveriam exercer. Dessa forma, o apoio ou a desaprovação de determinadas práticas esportivas passava pelo crivo desse discurso.

Inglaterra (TAYLOR, 2018a). Essa organização foi fundada com o intuito de alinhar a participação das mulheres nos torneios de remo, em clubes ou em meios universitários. De acordo com Taylor (2018a), não houve uma quebra de paradigmas com relação a alguns ideais da modalidade. Logo, a associação se caracterizava como excludente, conservadora e destinada às classes mais altas. Os ideais amadores, que demarcavam as práticas masculinas, também se faziam hegemônicos no contexto das mulheres.

Ainda assim, a WARA foi responsável por transformar diversos paradigmas no remo inglês, incluindo-se a competitividade das práticas femininas. Taylor (2019) afirma que a participação das remadoras nos Jogos Olímpicos era o maior desejo da entidade, sendo identificada como uma prioridade nas atas das primeiras reuniões realizadas. Para Schweinbenz (2010), entre adesões e resistências, essa foi a forma que as mulheres encontraram de se organizar competitivamente nesse esporte, no cenário inglês.

Essa movimentação internacional do remo competitivo de mulheres não passou despercebida dos jornais paulistanos, dedicados a narrar todas as novidades esportivas da época. O jornal *Correio Paulistano* trouxe, em nota publicada no mesmo ano da fundação da WARA, os resultados do campeonato de remo da Europa. De acordo com o jornal, a vencedora da competição disputada em Roma foi a remadora Diadora, dentre oito concorrentes (O CAMPEONATO..., 1923).

As ações das remadoras mundo afora eram acompanhadas de perto pela imprensa esportiva paulistana. Em 1926, os feitos da *sportwoman* Miss Violet Cordery foram narrados nas páginas do *Correio Paulistano*. Além das corridas de resistência realizadas pela atleta, o remo foi ressaltado como uma de suas modernas práticas esportivas (A VOLTA..., 1926).

O remo, depois de sofrer uma forte resistência por parte dos médicos por sua intensidade vigorosa, passou a contar com o incentivo desta classe no cenário internacional. De acordo com Vertinsky (1994), o esporte era considerado uma boa prática para a saúde feminina, desde que praticado com moderação e de forma não competitiva; ele enrijecia os músculos, fortalecia as costas e aumentava a força respiratória dos pulmões, características bastante importantes no discurso da época.

É emblemático notar nos apontamentos de Vertinsky (1994) que as características físicas do remo ganhavam evidência, desde que o esporte não fosse praticado de forma competitiva. Assim, o incentivo a esta prática por parte das mulheres vinha acompanhado de adjetivações voltadas à saúde e

ao divertimento, fenômeno bem diferente dos rumos que o remo competitivo masculino vinha tomando.

Na vida social paulistana, essa prática era tratada da mesma forma. O remo como divertimento saudável das mulheres era evidenciado nas colunas sociais dos jornais:

O meu domingo

Como sou mulher moderna e eleitora mas boa catholica, vou começar o meu domingo assistindo missa em Igreja [...]

Cumprida essa obrigação primacial, trato dos esportes do meu agrado, que são remo, pedestrianismo e natação.

Isso enrija e embeleza o corpo e faz bem á alma [...]

E com esse programma domingueiro julgo-me felicissima (DUBOIS, 1935, p. 4).

Nos clubes de regatas, as referências que exaltavam o remo como um divertimento saudável às mulheres também se multiplicavam. Distintos eventos que remetiam à prática do remo passaram a contar também com a presença das remadoras.

Um dos eventos comuns da época eram as excursões de barco, que consistiam em visitas de um clube a outro utilizando as vias fluviais existentes na cidade. Em 1933, os remadores do Esperia partiram do rio Tietê em direção ao rio Pinheiros, onde seriam recebidos com um festejo organizado pelo clube Germânia, localizado em suas margens. Ao todo, três embarcações se dirigiram ao clube, uma delas comandada por “senhoritas”:

A partida deu-se precisamente ás 7 horas figurando na frente da flotilha uma guarnição de senhoritas.

Já era mais de meio dia quando o barco-vigia do Germania entrou para o ancoradouro para avisar a aproximação da caravana. De todos os lados surgiram pessoas a correr para o local do desembarque.

Pouco depois, na curva do rio, surgiu vigoroso o barco “Favorita”, com uma guarnição feminina. E, em poucos momentos, sob intensa vibração de palmas e saudada por uma salva de morteiros, alinhou-se allí no ancoradouro a flotilha esperiota [...] (VISITA..., 1933, p. 12).

A esta visita realizada pelos remadores do Esperia seguiu-se uma excursão, que tinha como objetivo retribuir o evento. Assim, em 1934, os remadores do Clube Germânia realizaram uma grande excursão. O percurso consistia em descer o rio Pinheiros, atingir o rio Tietê e chegar até Barueri. Nessa cidade, os barcos ficaram guardados até a semana seguinte, quando os remadores voltaram para buscá-los e conduziram as embarcações até o clube Esperia, no qual eram esperados (OS REMADORES..., 1934). Duas das embarcações conduzidas para essa excursão eram patronadas<sup>7</sup> por mulheres, Erna Hofstetter e sra. Witecy.

Ao mesmo tempo em que os clubes da cidade de São Paulo e do interior do estado ampliavam o número de festas, eventos sociais e competições internas, sua organização institucional refletia mudanças na prática desse esporte. As primeiras competições ocorridas na cidade de São Paulo datam de 1903, entre clubes paulistanos e santistas (GALLOTA; PORTA, 2004). No ano seguinte, 1904, foram realizadas as primeiras disputas entre clubes da própria cidade (CLUB... 1904) e, alguns anos depois, competições envolvendo também equipes do interior (MUSA; MEDEIROS; SOARES, 2021).

Esses primeiros eventos narrados se caracterizavam muito mais como “festas sociais”, em que diversas práticas ocorriam, incluindo-se, aí, as competições de remo. Nota-se que, *a priori*, havia pouca especialização competitiva. Nos eventos realizados, não havia a divulgação da arbitragem, nem dos percursos percorridos; a competição podia até mesmo ser alterada pelo clube organizador, caso algo ocorresse, sem que fosse necessário avisar previamente os oponentes (MEDEIROS, 2021).

De acordo com Medeiros (2021), o remo passou por um intenso processo de esportivização no estado de São Paulo a partir da década de 1930. Isso significa que foram criados amplos aparatos de regulamentação das práticas, na tentativa de torná-las mais competitivas. Uma das principais maneiras de regular a prática desse esporte no estado foi a partir da criação das Federações.

No Brasil, a primeira federação ligada à regulamentação dos esportes aquáticos foi a União de Regatas Fluminense, criada no Rio de Janeiro em 1895 (MELO, 1999). Em 1902, essa União se transformou na Federação Brasileira das Sociedades de Remo, com o intuito de controlar a prática dos

7

O termo “patrão” se refere aqui à pessoa que dirige o barco e incentiva os remadores.

esportes aquáticos no país. De acordo com Melo (1999), São Paulo foi um dos estados que resistiu à governança dessa Federação e resolveu criar suas próprias entidades.

Em 1904, em ação conjunta dos clubes de regatas de São Paulo e de Santos, foi criada a União Paulista das Sociedades de Remo. Em 1907, após mudanças conjunturais, se formou a Federação Paulista das Sociedades de Remo<sup>8</sup>, que organizou páreos competitivos no estado, bem como legislou sobre os barcos a serem utilizados, o regulamento das competições e o local em que elas deveriam ser realizadas (NICOLINI, 2001). Essa regulamentação das práticas, somada à unificação das regras e dos materiais esportivos, permitiu que os remadores do estado de São Paulo comesçassem a disputar torneios nacionais e internacionais, garantindo inclusive sua participação nos Jogos Olímpicos, em 1932 (O REMO..., 1935).

Os clubes de regatas, e mais tarde as federações, se incumbiram de realizar torneios, definir as regras de disputa, inserir juízes, marcas e escolher os locais de competição. Além disso, os clubes empreenderam processos de treinamento a seus atletas, visando à melhoria da performance e ao aumento da competitividade em níveis nacional e internacional. O conjunto desses elementos, quando analisado na extensão das décadas ora analisadas, acabou por transformar a prática do remo, fazendo com que ganhasse um contorno mais competitivo, institucionalizado e regulamentado, semelhante à prática esportiva realizada ao redor do mundo.

Nos interessa saber aqui como essa esportivização e especialização influenciou no remo realizado pelas mulheres. Como visto, as mulheres eram participantes ativas de atividades de divertimentos e festivais internos nos clubes. A transformação do remo em um esporte mais competitivo mudou também os rumos da prática feminina, já presente nos clubes?

Por um lado, é possível afirmar que as mulheres também foram inseridas nos processos mais competitivos do remo paulista. O aumento do nível de competitividade estadual fez crescer a necessidade, nos clubes, de realização de eventos internos. Nesses eventos seria possível avaliar os atletas e selecionar os mais aptos para as disputas com as outras agremiações.

8 Diversas divergências se estabeleceram no seio dessa Federação, que foi dissuadida em 1936 para a criação da Federação Paulista de Remo, que incluía clubes do interior do estado em seus quadros (O TIETÊ - S. PAULO, 1936). Em 1937, após todas as cisões solucionadas, foi criada a Federação do Remo de São Paulo, que passou a reger as práticas da modalidade em 1938 (RELATÓRIO..., 1938).

Assim, em nível interno foi possível perceber um aumento no número de competições femininas. Os eventos internos do Clube Esperia se acercavam de competições entre mulheres, que eram noticiadas nas páginas de sua revista mensal. Em 1933 o clube realizou um piquenique no Parque S. Jorge, região leste da cidade. Para este evento, uma competição foi feita entre as embarcações da agremiação até o destino. Dentre as embarcações que participaram da prova de resistência estava a guarnição das irmãs Guerrini e Margarida Maccheretti, que remou sem parar de um ponto até o outro e, segundo a revista do clube, “deixou para traz muitas guarnições de marmanjos...” (ESPERIA, 1933b, p. 17).

Outro elemento bastante associado às novas pretensões do remo paulista era o treinamento. De acordo com Vigarello (2008a), o treinamento chegou ao esporte associado aos paradigmas da ciência e transformou as relações entre progressos, medidas, eficácias e potencialidades. Quando mais e mais bem treinado, melhor seria o resultado do atleta em questão.

As remadoras dos clubes ora analisados também passaram a treinar. Diversas imagens publicadas nas revistas apontam as remadoras vestidas em uniformes, em uma embarcação sozinha no rio, remando. Em geral, um homem se posicionava como patrão das embarcações, funcionando também como um treinador. Não há muita descrição dessas atividades: seriam os treinamentos voltados para a melhoria das performances competitivas ou apenas para questões de saúde?

**FIGURA 4 – Remadoras em evento social da Associação Atlética S. Paulo, s/d.**

FONTE: Acervo da Associação Atlética São Paulo.

É possível perceber, portanto, que o remo como prática das mulheres associadas aos clubes de regatas foi algo recorrente no período ora analisado. Em São Paulo, nos clubes, essa prática cada vez mais ganhava adeptas e, mais do que isso, visibilidade nas associações. Em Campinas, diferentemente, não foram encontradas referências às práticas de remo entre as associadas do C.C.R.N.

Apesar dos indícios de crescimento da prática do remo entre as associadas dos clubes paulistanos, no nível federativo não houve um incentivo tão grande do remo esportivo entre mulheres. As federações paulistas criadas ao longo das primeiras décadas do século XX não promoveram competições em massa que contassem com a participação das mulheres.

Nas edições do jornal *Correio Paulistano* aqui analisadas, foram encontradas reportagens que narraram a prática competitiva feminina. Entretanto, tratava-se de competições infantis, realizadas entre os colégios da



cidade de São Paulo (REMO, 1920; TRANSCORRERAM..., 1937). Embora sejam categorizadas como provas competitivas, elas não eram tuteladas pela Federação de Remo e, dessa forma, não eram consideradas provas oficiais federadas.

Sob a tutela da Federação Paulista das Sociedades de Remo (e, posteriormente, Federação Paulista de Remo) foi encontrada apenas uma prova feminina. Em maio de 1932 a revista do Esperia publicou os resultados obtidos na regata oficial realizada naquele mês; tratava-se da regata inaugural da Federação naquele ano, composta por 15 páreos. O sétimo páreo da competição foi disputado por mulheres, com duas embarcações, ambas do clube Esperia. A competição, que tinha como distância total 500m, e não 2000m, como as demais, foi vencida pelo patroneiro Amilcar Salmaso e as remadoras Lydia Gonçalves e Mathilde Dupré (MAIS..., 1932). Em outra revista do clube, publicada em janeiro de 1933 com um balanço das atividades esportivas do ano anterior, foi revelado que essa foi a única regata oficial disputada no ano e constou no livro de vencedores do clube o nome das duas embarcações femininas (REMO, 1933).

## CONCLUSÃO

Nas pesquisas baseadas nos documentos disponibilizados nos clubes de regatas de São Paulo e Campinas selecionados para este artigo foi possível perceber que as mulheres participaram do desenvolvimento da prática do remo nos clubes da cidade. Isso se deu de duas formas, direta ou indiretamente.

Indiretamente, as mulheres foram alçadas, nos clubes de regatas, a espectadoras ou madrinhas de embarcações. Essas práticas, muito mais do que esportivas, diziam respeito aos eventos sociais promovidos pelos clubes. Para Hobsbawn (2012), a institucionalização dos esportes, promovida pelos clubes mundo afora, constituiu um mecanismo de reunião de pessoas de mesmo *status* social e, sobretudo, uma nova atribuição de papéis às mulheres associadas. Nos clubes ora analisados, ficam evidentes o papel dos eventos sociais dos clubes de regatas e a forma como as mulheres eram inseridas nessas atividades.

Por outro lado, concomitantemente, nas décadas de 1920 e 1930, um discurso sobre a prática esportiva das mulheres e seus benefícios já estava totalmente constituído nos clubes de regatas. As novas asserções a respeito dos benefícios das práticas esportivas à saúde e à higiene se disseminavam e, com elas, as diretrizes dos clubes voltadas ao desenvolvimento dos esportes para mulheres.

Entretanto, os mesmos clubes que promoviam a natação, e que formaram grandes campeãs na modalidade (DEVIDE, 2017; MATHIAS; RUBIO, 2010; DEVIDE; VOTRE, 2012), não se dedicavam ao incentivo do remo da mesma forma. É possível inferir que, mesmo com algumas alterações nos significados sociais e morais do remo, essa modalidade ainda era associada a características esportivas ditas masculinas e sua difusão nos clubes ora analisados não se deu da mesma forma que a natação.

As conclusões desse trabalho vão de encontro às afirmações (ou à falta de informações) existentes na literatura brasileira sobre o remo de mulheres. Quando se analisa os estudos realizados até o momento, há uma lacuna de informações entre o começo do século XX e os anos 1950, momento em que surgiram as primeiras competições regulamentadas pelas federações nacionais. Essa falta de informações deixa a impressão de que, ao longo dessas décadas, o remo não foi praticado pelas mulheres no Brasil.

Entretanto, de acordo com artigos indiciários encontrados nas fontes, as mulheres paulistanas, associadas aos clubes esportivos, remavam. O que houve, na realidade, foi a ausência de práticas competitivas oficiais. Embora as remadoras praticassem esse esporte nos clubes de regatas, as competições tuteladas pela FPSR eram escassas; nas fontes analisadas nessa pesquisa encontramos apenas um páreo feminino disputado entre as décadas de 1920 e 1930.

Schweinbenz (2010) afirma que, ao longo da história do remo de mulheres, grande parte de seu desenvolvimento se deu “intramuros”, ou seja, sem a visibilidade das grandes competições. Em São Paulo e Campinas, de acordo com as fontes encontradas, é possível fazer a mesma afirmação: o remo de mulheres resistia às desaprovações e ocorria mesmo sem o apoio institucional federativo.

## REFERÊNCIAS

A MULHER e os esportes. *Esperia – Revista Mensal do Club Esperia*, São Paulo, v. 6, n. 2, p. 25, fev./mar. 1934.

A VOLTA ao mundo em 20 dias. *Correio Paulistano*. São Paulo, n. 22538, p. 3, 23 abr. 1926.

ARNAUD, Pierre. Pratiques et pratiquants: les transformation de la sociabilité sportive. L'exemple de Lyon et du département du Rhône entre 1850 et 1914. In: ARNAUD, Pierre; CAMY, Jean. *La Naissance du mouvement sportif associatif en France: sociabilités et formes de pratiques sportives*. Lyon: Presses Universitaires de Lyon, 1986.

AS FESTAS joaninas deste anno. *Esperia – Revista Mensal do Club Esperia*, São Paulo, v. 6, n. 3, p. 10, mar./abr. 1934.

BOOTH, Douglas. Sites of Truth or Metaphors of Power? Refiguring the Archive. *Sport in History*, London, v. 26, n. 1, p. 91-109, 2006.

BOURDIEU, Pierre. Como é possível ser esportivo? In: BOURDIEU, Pierre. *Questões de sociologia*. Lisboa (Portugal): Fim de Século, 2003.

CLUB Campineiro de Regatas e Natação. *A Onda*. Campinas, v. 1, n. 4, p. 11, 26 jun. 1921.

CLUB Esperia. *Correio Paulistano*. São Paulo, n. 14735, p. 3, 20 abr. 1904.

CLUB Esperia. *Correio Paulistano*. São Paulo, n. 22762, p. 9, 3 dez. 1926.

COMO SE FAZEM campeões de remo. *Tietê – Revista do Club de Regatas Tietê/SP*, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 3, jan. 1940.

CORRÊA, Livia Cristina. *Campinas n'A Onda: a revista inscreve a cidade na modernidade (1921-1924)*. 2014. 132f. Dissertação (Mestrado em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 2014.

DEVIDE, Fabiano Pires. Reflexões sobre o uso da linguagem e da imagem na pesquisa histórica do esporte: a trajetória de Blanche Pironnet na história das mulheres no esporte no Brasil. *Movimento*, Porto Alegre, v. 23, n. 2, p. 675-688, jun. 2017.

DEVIDE, Fabiano Pires; VOTRE, Sebastião. Primórdios da natação competitiva feminina: do “páreo elegância” aos Jogos Olímpicos de Los Angeles. *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, Campinas, v. 34, p. 217-233, 2012.

DODD, Christopher. *The story of world rowing*. London: Stanley Paul, 1991.

DUBOIS, Andrea. O meu domingo. *Correio Paulistano*, São Paulo, n. 24304, p. 4, 16 jun. 1935.

ESPERIA – Revista Mensal do Club Esperia, São Paulo, v. 5, n. 52, p. 9, fev. 1933a.

ESPERIA – Revista Mensal do Club Esperia, São Paulo, v. 5, n. 52, p. 17, fev. 1933b.

FEDERAÇÃO Paulista das S. do Remo. *Correio Paulistano*, São Paulo, n. 20971, p. 4, 21 nov. 1921.

FEREZ, Sylvain. From Women’s Exclusion to Gender Institution: A Brief History of the Sexual Categorization Process within Sport. *The International Journal of the History of Sport*, v. 29, n. 2, p. 272-285, 2012. DOI: 10.1080/09523367.2012.641221

GALLOTTA, Brás Ciro; PORTA, Paula. Cronologia: 1890-1954. In: PORTA, Paula (Org.). *História da cidade de São Paulo*. São Paulo: Paz e Terra, 2004. p. 603-617.

GOELLNER, Silvana. Mulheres e esporte no Brasil: entre incentivos e interdições elas fazem história. *Pensar a Prática*, v. 8, n. 1, p. 85-100, jan./jun. 2005.

GOELLNER, Silvana. Feminismos, mulheres e esportes: questões epistemológicas sobre o fazer historiográfico. *Movimento*, Porto Alegre, v. 13, n. 2, p. 173-196, maio/ago. 2007.

GÓIS JUNIOR, Edivaldo. A institucionalização da educação física na imprensa: a construção da Escola Superior de Educação Physica de S. Paulo na década de 1930. *Movimento*, v. 23, n. 2, p. 701-714, jun. 2017.

HALLADAY, Eric. *Rowing in England: A social history: the amateur debate*. Manchester: Manchester University Press, 1990.

HARGREAVES, Jennifer. *Sporting Females: Critical Issues in the History and Sociology of Women’s Sports*. London: New York: Routledge, 2003.

HOBSBAWN, Eric. A produção em massa de tradições: Europa, 1870 a 1914. In: HOBSBAWN, Eric; RANGER, Terence (Org.). *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2012. p. 327-379.

HOLT, Richard. The Amateur Body and the Middle-class Man: Work, Health and Style in Victorian Britain. *Sport in History*, v. 26, n. 3, p. 352-369, 2006. DOI: 10.1080/17460260601065953

JOHNES, Martin. Archives and historians of sport. *The International Journal of the History of Sport*, v. 32, n. 15, p. 1-14, 2015.

LICHT, Henrique. *O remo através dos tempos*. Porto Alegre: CORAG, 1986.

MAIS uma victoria alcançou o Esperia na última regata oficial. *Esperia – Revista Mensal do Club Esperia*, São Paulo, v. 4, n. 43, p. 10-11, maio 1932.

MATHIAS, Milena Bushatsky; RUBIO, Katia. As práticas corporais femininas em clubes paulistas do início do século XX. *Revista Brasileira de Educação Física e Esporte*, v. 24, n. 2, p. 275-284, jun. 2010.

MEDEIROS, Daniele Cristina Carqueijeiro. Dos desafios aquáticos ao estabelecimento de recordes: aproximação e distanciamento entre práticas esportivas e os rios da cidade de São Paulo (1899-1949). *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, v. 42, p. e2040, 2020.

MEDEIROS, Daniele Cristina Carqueijeiro. *Entre esportes, divertimentos e competições: a cultura física nos rios Tietê e Pinheiros (São Paulo, 1899-1949)*. 2021. 264p. Tese (Doutorado) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2021.

MEDEIROS, Daniele Cristina Carqueijeiro; DALBEN, André; SOARES, Carmen Lúcia. Education through sports in São Paulo city (1920-1936). *Cadernos de História da Educação*, v. 21, p. 1-10, e065, 2022.

MELO, Victor Andrade. O mar e o remo no Rio de Janeiro do século XIX. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 23, p. 41-60, 1999.

MELO, Victor Andrade. Mulheres em movimento: a presença feminina nos primórdios do esporte na cidade do Rio de Janeiro (até 1910). *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 27, n. 54, p. 127-152, dez. 2007.

MOURÃO, Ludmila. Representação social da mulher brasileira nas atividades físico-desportivas: da segregação à democratização. *Movimento*, v. 7, n. 13, p. 5-18, 2000.

MUSA, Catharina Ulian; MEDEIROS, Daniele Cristina Carqueijeiro; SOARES, Carmen Lúcia. “Moços intrépidos ao leão da aventura”: o Clube Campineiro de Regatas e Natação e a vida ao ar livre (1918-1935). *Movimento*, Porto Alegre, p. e27045, ago. 2021.

NICOLINI, Henrique. *Tietê: o rio do esporte*. São Paulo (SP): Phorte, 2001.

O CAMPEONATO de remo da Europa. *Correio Paulistano*, São Paulo, n. 21609, p. 1, 4 set. 1923.

O NOSSO festival do dia 18 de Maio. *Esperia – Revista Mensal do Club Esperia*, São Paulo, v. 5, n. 55, p. 13-14, maio 1933.

O REMO nas olimpíadas de Los Angeles. *Tietê – Revista do Club de Regatas Tietê/SP*, São Paulo, v. 1, n. 3, p. 27, jun. 1935.

OS REMADORES do Germânia levaram a efeito uma boa prova de resistência. *Esperia – Revista Mensal do Club Esperia*, São Paulo, v. 6, n. 2, p. 12, fev./mar. 1934.

O TIETÊ - S. PAULO venceu a 1ª Regata da Federação Paulista de Remo. *A Gazeta – Caderno Esportivo*, São Paulo, v. 10, p. 11, 20 jul. 1936.

O VALOR dos esportes: o remo. *Esperia – Revista Mensal do Club Esperia*, São Paulo, v. 1, n. 5, p. 12, fev. 1928.

PERROT, Michelle. *As mulheres ou os silêncios da história*. Bauru: EDUSC, 2005.

RELATORIO anual. *Esperia – Revista Mensal do Club Esperia*, São Paulo, v. 10, n. 1-3, p. 4, jan./fev./mar. 1938.

REMO. *Correio Paulistano*, São Paulo, n. 25627, p. 8, 20 set. 1920.

REMO. *Esperia – Revista Mensal do Club Esperia*, São Paulo, v. 6, n. 1, p. 26, jan./fev. 1933.

RIOUX, Jean. Sport et association: remarques de precaution. In: ARNAUD, Pierre; CAMY, Jean. *La Naissance du mouvement sportif associatif en France: sociabilités et formes de pratiques sportives*. Lyon: Presses Universitaires de Lyon, 1986.

SCHPUN, Monica Raissa. *Beleza em jogo: cultura física e comportamento em São Paulo nos anos 20*. São Paulo: Editora SENAC; Boitempo, 1999.

SCHWEINBENZ, Amanda. Against hegemonic currents: women's rowing into the first half of the twentieth century. *Sport in History*, v. 30, n. 2, p. 309-326, jun. 2010.

SEÇÃO esportiva. *A Onda*, Campinas, v. 1, n. 4, p. 9, 26 jun. 1921.

SEVCENKO, Nicolau. *Orfeu extático na metrópole: São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

SILVA, Carolina Fernandes. *O remo e a história de Porto Alegre, Rio Grande do Sul: mosaico de identidades culturais no longo século XIX*. 2011. 151p. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Ciências do Movimento Humano, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS. 2011.

SILVA, Carolina Fernandes; PEREIRA, Ester Liberato; MAZO, Janice. Uma abordagem historiográfica sobre a participação das mulheres nas associações de remo em Porto Alegre. *Revista Didática Sistêmica, [S. l.]*, v. 12, p. 95-109, 2011.

SILVEIRA, Viviane Teixeira; QUITZAU, Evelise Amgarten. Gênero e sexualidade: perspectivas para a história do esporte. *Revista Brasileira de Estudos da Homocultura*, v. 2, p. 79-95, 2020.

TAYLOR, Lisa. The Women's Amateur Rowing Association 1923-1963: a prosopographical approach. *Sport in History*, v. 38, n. 3, p. 307-330, jun. 2018a.

TAYLOR, Lisa. From Pleasure Rows and Plashing Sculls to Amateur Oarswomanship: The Evolution of Women's Amateur Rowing in Britain. *The International Journal of the History of Sport*, v. 35, n. 14, p. 1490-1506, 2018b. DOI: 10.1080/09523367.2019.1593147

TAYLOR, Lisa. "What an absurdity": Penny Chuter and the polemics of progress in British rowing during the early 1970s. *Sport in History*, v. 40, n. 1, p. 56-77, maio 2019.

TAYLOR, Lisa. *Stride: a history of competitive women's rowing in Britain, 1945-2000*. 2020. 454p. Tese (Doutorado) – Department of History, Politics and Philosophy of Manchester Metropolitan University, Manchester, 2020.

TRANSCORRERAM brilhantes as provas iniciais da VI Olympiada Infantil. *Correio Paulistano*, São Paulo, n. 24870, p. 8, 13 abr. 1937.

VERTINSKY, Patricia. *Eternally wounded woman: women, doctors and exercise in the late nineteenth century*. Illinois: University of Illinois Press, 1994.

VIGARELLO, Georges. Treinar. In: VIGARELLO, Georges; CORBIN, Alain; COURTINE, Jean-Jacques. *História do Corpo: as mutações do olhar – o século XX*. São Paulo: Vozes, 2008a. v. 2, p. 197-252.

VIGARELLO, Georges. Estádios – o espetáculo esportivo das arquibancadas às telas. In: VIGARELLO, Georges; CORBIN, Alain; COURTINE, Jean-Jacques. *História do Corpo: as mutações do olhar – o século XX*. São Paulo: Vozes, 2008b. v. 2, p. 445-480.

VIGARELLO, Georges. Virilidades esportivas. In: CORBIN, Alain; COURTINE, Jean-Jacques; VIGARELLO, Georges. *História da Virilidade*. v. 3 - A virilidade em crise? Séculos XX-XXI. Petrópolis: Vozes, 2013. p. 269-301.

VISITA de confraternização do Esperia ao Germania. *Esperia – Revista Mensal do Club Esperia*, São Paulo, v.5, n. 53, p. 12, mar. 1933.

ENVIADO EM: 22/02/2022  
APROVADO EM: 28/08/2023



# ASSOCIAÇÕES CIENTÍFICAS E HISTORIOGRAFIA: ESTRATÉGIAS E PRÁTICAS ENTRE OS GRUPOS ANPUH E SBPC (1971)

*Scientific associations and historiography: Strategies and practices among the ANPUH and SBPC groups (1971)*

---

Bruna Silva<sup>1\*</sup>

Beatriz Anselmo Olinto<sup>2\*\*</sup>

## RESUMO

Este artigo tem por objetivo problematizar o lugar da historiografia na maior associação científica do Brasil no início dos anos 70 do século XX. Para isso, analisará a participação da ANPUH, então Associação Nacional dos Professores Universitários de História, na XXIII Reunião Anual da SBPC – Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, ocorrida em Curitiba no ano de 1971. A SBPC cedeu espaço para integrantes da ANPUH realizarem uma mesa-redonda intitulada “Estado atual da pesquisa histórica no Brasil”. Por meio da análise da ata desse evento, posteriormente publicada na *Revista de História*, serão abordados o contexto de produção do documento, as falas dos participantes, o estatuto científico conferido à pesquisa em História naquele momento e as tensões e negociações que os envolviam.

*Palavras-chave:* associações científicas; ANPUH; SBPC; historiografia.

## ABSTRACT

This article aims to discuss the place of historiography within the largest scientific association in Brazil at the beginning of the 70s of the twentieth century, for this, it will analyze the ANPUH participation, then the

1 \* Doutora pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE, pela linha Cultura e Identidades. Realiza pesquisas envolvendo revistas científicas de história, historiografia, historiografia paranaense, teoria da história e regiões. Pós-Doutorado Júnior concluído pelo INCT Proprietas, em Tecnologia Social e Divulgação Científica nas Humanidades. Contato: brunasilvabs@gmail.com

2 \*\* Doutora em História Cultural pela Universidade Federal de Santa Catarina (2002) e pós doutorado em Sociologia Política na mesma universidade (2014). Em 2017 desenvolveu estágio pós doutoral sênior em História na Universidade Federal Fluminense (UFF). Atualmente é professora associada da Universidade Estadual do Centro-Oeste. Contato: biaoointo@hotmail.com

Associação Nacional dos Professores Universitários de História, within the XXIII Annual Meeting of the SBPC – Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência – in Curitiba in 1971. The SBPC gave space to ANPUH members to hold a roundtable entitled “Current state of historical research in Brazil”. Through the minutes of this event, later published in *Revista de História*, the document production context, participant’s speeches, the scientific status granted to research in History at that time, and the tensions and negotiations that involved them will be addressed.

*Keywords:* scientific associations; ANPUH; SBPC; historiography.

## Introdução

Em 1948, foram iniciadas as atividades de uma associação direcionada ao incentivo ao progresso da ciência no Brasil. Tratava-se da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência – SBPC, com características marcantes<sup>3</sup> e um perfil definido pela defesa da ciência e dos interesses dos cientistas no país, apesar de a formação do grupo ter acontecido como “[...] inicialmente, uma iniciativa de repúdio ao então governador de São Paulo, Adhemar Barros, que decidiu transformar o Instituto Butantã numa instituição apenas produtora de soros antiofídicos, reduzindo a pesquisa básica no Instituto [...]” (MENDES, 2006, p. 147). Tal postura marcou o *lugar social* das pesquisas, pois, no momento da fundação da sociedade, havia o interesse em posicionar a SBPC como uma comunidade científica em relação a uma política imposta pelo governo, a qual previa a diminuição do espaço dedicado às pesquisas científicas no Instituto.

Apesar do imbróglcio inicial em torno do Instituto Butantã, Marta Abdala Mendes pontuou que a SBPC não foi criada apenas para pesquisadores ligados à área das ciências biológicas, mas, sim, de “todas as disciplinas” (MENDES, 2006, p. 143). Segundo Antônio Botelho, a sociedade foi

3 “A Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) se definiu como “[...] uma entidade civil, sem fins lucrativos ou posição político-partidária, voltada para a defesa do avanço científico e tecnológico e do desenvolvimento educacional e cultural do Brasil. Desde sua fundação, em 1948, a SBPC exerce um papel importante na expansão e no aperfeiçoamento do sistema nacional de ciência e tecnologia, bem como na difusão e popularização da ciência no País”. Disponível em: <http://www.sbpcnet.org.br/site/a-sbpc/quem-somos.php>. Acesso em: 30 mar. 2022.

fundamental no processo de profissionalização da ciência brasileira (BOTELHO, 1990). Oficialmente, a SBPC foi criada no dia 8 de julho de 1948, em uma reunião com cerca de 60 pessoas que aceitaram o convite dos “drs. Paulo Sawaya, J. Reis e M. Rocha e Silva [...]” (CIÊNCIA E CULTURA, 1949, p. 1). Tal reunião aconteceu nas dependências da Associação Paulista de Medicina de São Paulo, com os objetivos de “[...] lutar pelo progresso e pela defesa da ciência em nosso país” (CIÊNCIA E CULTURA, 1949, p. 1). Em outubro do mesmo ano, 1948, ocorreu outra reunião de fundação, mas desta vez para aprovação dos estatutos da sociedade.

No artigo 1º ficou definido que “A SBPC tem fins científicos e educativos, sem fito de lucro, nem côr (*sic*) política ou religiosa” (ATA DE FUNDAÇÃO DA SBPC, 1948, f.1). Neste mesmo documento, foi exposto o desejo da sociedade em filiar-se a outras associações com fins científicos e humanitários, como: “a Unesco, Federação Mundial de Trabalhadores Científicos, a Organização Mundial da Saúde e outros” (ATA DE FUNDAÇÃO DA SBPC, 1948, f.1). Já nas disposições gerais do documento ficou estabelecido que haveria a possibilidade de criação de divisões regionais da SBPC e que essas regionais poderiam

[...] distribuir suas atividades científicas e culturais por seções especializadas, compreendendo, entre outras: a) Matemática; b) Física; c) Química; d) Geologia e Mineralogia; e) Biologia; f) Antropologia; g) Engenharia e Tecnologia; h) Ciências Médicas e Farmacêuticas; i) Agricultura; j) Ciências Econômicas e Administrativas; l) Educação; m) Geografia e História (ATA DE FUNDAÇÃO DA SBPC, 1948, f. 6).

O diálogo da SBPC com as demais áreas de pesquisa se daria no campo de atuação das subdivisões regionais e não da sede da sociedade em São Paulo. Seja como for, a área de História foi incorporada à área de Geografia. Pontua-se que neste momento, apesar de, desde o final da década de 1930, existirem cursos superiores de História em diferentes partes do país, a produção historiográfica estava iniciando um processo longo de afastamento

do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – IHGB<sup>4</sup> – para passar a ocupar espaço na produção historiográfica acadêmica. Daí não ser surpresa História e Geografia aparecerem juntas em uma só seção especializada. Ademais, os cursos superiores oferecidos pelas instituições brasileiras no início do século XX agregavam a formação não só em História, mas em Geografia também.

Entretanto, a participação de pesquisadores das ciências humanas na SBPC viria a acontecer somente a partir de 1968, momento em que o Congresso Nacional aprovou a reforma universitária, na qual foram fixadas normas para o funcionamento das universidades brasileiras. A reforma resultou na modificação e na expansão das instituições públicas, especialmente as universidades federais, criando espaço para a interligação de atividades de ensino e pesquisa, até então vistas separadamente. Houve também a criação do sistema departamental e da carreira acadêmica para os professores, além da criação de uma política para a pós-graduação.<sup>5</sup> Essa ausência de pesquisadores das ciências humanas na referida sociedade se deu, segundo José Reis<sup>6</sup> (1977, p. 42), biólogo e um dos fundadores da SBPC, devido a uma decisão deles próprios, já que haviam sido convidados desde o início.

Na Revista *Ciência e Cultura*, periódico da SBPC, no seu volume 1, número 2, na sessão *Noticiário*, é possível constatar que em 1949 já estava em fase de organização a primeira divisão regional da SPBC, que seria na capital paranaense, Curitiba. As primeiras atividades da regional foram marcadas para o dia 12 de abril daquele ano. As atividades eram relacionadas à área de Física, no Instituto de Biologia e Pesquisas Tecnológicas de Curitiba, pois

4 O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – IHGB – foi fundado em 21 de outubro de 1838 e lá foram reunidos os estudiosos que se dedicaram à História do Brasil. Esses não precisavam necessariamente ser formados na área. O IHGB, apesar de ser um projeto português no Brasil pós-colonial, não buscava a escrita de uma História que rompesse com a antiga metrópole. Porém, é curioso notar que houve amplo diálogo e trocas dos periódicos produzidos pelo IHGB e institutos de pesquisa franceses. Ver: GUILMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional. *Estudos Históricos*, n. 1, p. 5-27, 1988. p. 5.

5 No entanto, Carlos Benedito Martins identificou nesse processo um paradoxo, pois teria dado espaço para o surgimento do ensino privado no Brasil: “[...] instituições organizadas a partir do estabelecimento de cunho profissionalizante e distanciados da atividade de pesquisa” (MARTINS, 2009, p. 17).

6 Ligado também ao ensino, Reis fazia palestras e estimulava a realização de feiras de ciências e a entrega de prêmios a crianças que manifestassem vocação científica. Incentivou a criação de entidades de amparo à pesquisa e participou da fundação da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), sendo o mentor da Revista “Ciência e Cultura”. Em sua homenagem, o CNPq instituiu o Prêmio José Reis de Divulgação Científica. Disponível em <https://canalciencia.ibict.br/ciencia-brasileira-3/notaveis/265-jose-reis>. Acesso em: 03 mar. 2022.

na ocasião a SBPC contava com “[...] a adesão de quase meia centena de técnicos e cientistas de Curitiba” (CIÊNCIA E CULTURA, 1949, p. 58).

Indícios de como se deu o processo de aproximação entre a SBPC e os historiadores são encontrados vinte e nove anos depois da fundação da SBPC, quando da publicação dos Anais referentes ao IX Simpósio Nacional da Associação dos Professores Universitários de História – ANPUH, resultado do evento ocorrido em 1977 em Florianópolis. Neste documento há referência às duas associações mencionadas em um texto sob o título “A ANPUH e a SBPC”.<sup>7</sup> Nele é informado que a filiação da ANPUH à SBPC teria ocorrido diante da postura interdisciplinar adotada pela SBPC e que possibilitou, em 1970, a sua abertura para as Ciências Humanas (DE PAULA, 1977, p. 24).

Nos Anais do IX Simpósio da associação de historiadores é indicado ainda que a “comprovação” dessa vinculação entre as duas associações científicas estava publicada na *Revista de História*<sup>8</sup>, quando da participação da ANPUH na XXIII Reunião Anual da SBPC em 1971, realizada na cidade de Curitiba. Assim:

O Núcleo Regional do Paraná e a Diretoria da ANPUH resolveram participar da Reunião e programaram um Encontro Regional que terá como ponto central uma mesa-redonda, nucleada em torno do seguinte tema, “Estado atual da pesquisa histórica no Brasil” (REVISTA DE HISTÓRIA, 1970, p. 25).

A aproximação da Associação Nacional dos Professores de História – ANPUH, com a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência – SBPC, durante os anos 1970, é significativa, pois ligava a ANPUH a um núcleo maior e fortemente estabelecido no campo científico. Afinal, a historiografia

7 Os anais foram publicados em 1977; no entanto, o referido texto faz menção ao ano de 1971.

8 A *Revista de História*, durante 27 anos, desde 1950, circulou com periodicidade bimestral. Em 1977, com a morte de seu diretor (Eurípedes Simões de Paula), sua produção foi interrompida. Doada ao departamento de História da USP, entrou em nova fase e, finalmente, em 1983 voltou a circular com periodicidade semestral, ao menos prevista. Infelizmente, a partir do número 119 esta periodicidade foi interrompida. Nos anos 80, portanto, foram publicados apenas 6 números (FICO; POLITICO, 1982, p. 64). No entanto, o periódico continua sendo editado atualmente.

como atividade universitária estava sendo configurada naquele momento e buscava seu afastamento das narrativas ufanistas até então produzidas pelos Institutos Históricos. Com essa aproximação, por um lado, a SBPC reforçava o seu quadro de participantes, o que poderia conferir maior respaldo à sua postura política em meio à Ditadura Civil-Militar no país; por outro lado, a ANPUH obtinha sucesso em incluir o conhecimento histórico produzido nas universidades brasileiras como uma “ciência em progresso”. Percebe-se então as conexões engendradas entre as pressões externas ao campo e a sua dinâmica interna, pois o campo científico, segundo Bourdieu, pode configurar formas refratárias a essas pressões, ou seja, criar maneiras de traduzi-las em sua própria lógica. Segundo o autor, essas seriam as “manifestações mais visíveis da autonomia do campo” (BOURDIEU, 2014, p. 22).

### *A pesquisa histórica no Brasil: entre a ciência, o ensino e a política*

Para compreender esse processo de aproximação entre as duas associações, é crucial retomar a participação dos historiadores na referida XXIII Reunião Anual da SBPC, realizada em 1971, em Curitiba. Nela, 67 historiadores vinculados à ANPUH estiveram reunidos para debater a situação da pesquisa histórica no Brasil. Naquele mesmo ano foi publicada a ata de tal reunião na *Revista de História*, com o título “Estado da pesquisa histórica no país”. Nesta, afirmava-se que a realização da reunião foi efetivada “[...] graças à iniciativa da Diretoria da Associação Nacional de Professores Universitários de História (ANPUH), e organizada pelo Núcleo Regional do Paraná, [...]” (WESTPHALEN; MEQUELUSSE, 1971, p. 353). O documento publicado não possui a assinatura dos presentes na reunião, há apenas a indicação dos nomes desses professores e das instituições às quais eram vinculados.

Em relação aos participantes, nem todos tiveram seus nomes mencionados quando das discussões apresentadas no decorrer da reunião. Os autores da ata evidenciaram o nome de cada um que fez uso da palavra em itálico no texto, todos sempre tratados por *professor* antes do nome, apesar de se afirmarem como pesquisadores ao longo da reunião. Foi possível

levantar 21 diferentes intervenções, juntamente com as apresentações dos relatórios, comunicações e discussões.<sup>9</sup>

A maioria dos participantes era proveniente das regiões sudeste e sul do Brasil. Em relação à participação de professores do Rio de Janeiro, houve a presença de José Pedro Eposel e de Célia Freire d'Aquino Fonseca, ambos da UERJ – Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Já o Estado de Minas Gerais contou com apenas uma participação, de Francisco Iglésias, da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG. A região nordeste foi representada por dois docentes da Universidade Federal de Alagoas – UFAL, Theo Brandão e Onildo Guimarães.

Analisando a relação das proveniências dos participantes, é possível compreender a rede de relações entre os historiadores pelo Brasil. Os estados do Paraná e de São Paulo tinham uma forte presença na reunião e, juntos, enviaram 26 pessoas. Constam, em seguida, os historiadores do Rio Grande do Sul, com sete professores presentes. Houve, ainda, participações de representantes da Academia Brasileira de Letras – ABL, José Honório Rodrigues, e do Arquivo Nacional, José Calmon da Costa Pinto. Não há indícios, neste documento, a respeito da distribuição e da abrangência dos debates organizados pela Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência – SBPC. No entanto, naquele momento, as discussões ficaram restritas a historiadores vindos de sete estados brasileiros, pertencentes a diferentes instituições de ensino.

Seguindo a ata publicada, após formado o quórum para a reunião, abriram-se os trabalhos para as falas da mesa-redonda. Eurípedes Simões de Paula (USP)<sup>10</sup> iniciou a sessão com o relatório que teria sido organizado por

9 Dados extraídos com base em Westphalen e Mequelusse (1971).

10 Diego José Fernandes Freire apontou que “Pode-se assinalar que estes intelectuais, [referindo-se a José Honório Rodrigues, Guilherme Mota e Amaral Lapa] juntamente com outros em cidades como Curitiba, Rio de Janeiro e Salvador, inseriram o debate sobre a historiografia brasileira na Universidade, intensificando e consolidando-o neste espaço de produção. Até os anos 1950, esta discussão fazia-se em grande medida fora dos muros universitários (vide a obra de Honório Rodrigues), só esporadicamente encontrando lugar entre os docentes de instituições de ensino superior. Os nomes aqui citados, acrescidos dos de Alice Piffner Canabrava, Emília Viotti da Costa, Francisco José Calazans Falcon, Maria Cecília Westphalen e István Jacsó, ligados a universidades como a USP, a Federal Fluminense, do Paraná e da Bahia, abriram os espaços da academia para a reflexão sobre a historiografia brasileira em sua faceta pretérita e presente. Com eles, o debate historiográfico foi paulatinamente se consolidando no meio universitário, entre docentes e estudantes, a partir de aulas, cursos, palestras, artigos, dissertações de mestrado, teses de doutorado e de livre-docência” (FREIRE, Diego José Fernandes. *O passado da história: os historiadores e as historiadoras da universidade de São Paulo e a história da historiografia brasileira na década de 1970*. 254 f. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Porto Alegre, 2020).

Kátia M. Abud e Raquel Glezer, versando sobre o tema “A pesquisa histórica no Brasil”. O relatório mencionado elencava os problemas nacionais em relação à pesquisa em quatro categorias, sendo elas:

- a) A maior parte dos pesquisadores não é brasileira, mas sobretudo norte-americanos e ingleses;
- b) A maioria das instituições brasileiras não se dedica à pesquisa, mas sim à docência;
- c) Uma grande parte dos pesquisadores nacionais não possui formação científica, ou orientação segura para a pesquisa;
- d) Embora o aparecimento recente de alguns núcleos de pesquisa, o país ressentia-se da ausência de um órgão centralizador, capaz de racionalizar as pesquisas e melhor dispor dos poucos recursos destinados à pesquisa histórica (WESTPHALEN; MEQUELUSSE, 1971, p. 356).

O item (a) apontou a falta de pesquisadores naturalmente brasileiros e o desenvolvimento de pesquisas no Brasil realizadas por pesquisadores estrangeiros. Tais historiadores eram identificados como *brasilianistas*, termo utilizado pela primeira vez em 1969, por Francisco de Assis Barbosa, na apresentação do livro *Brasil: de Getúlio a Castelo*, de Thomas Skidmore. O termo passou a ser utilizado pelos próprios norte-americanos (MOREIRA, 1990, p. 74). Tal linha historiográfica surgiu, principalmente, a partir da década de 1960, quando “[...] o interesse dos norte-americanos se traduziu em numerosos financiamentos para a realização de pesquisas sobre o Brasil” (MOREIRA, 1990, p. 66).<sup>11</sup>

O item (b) do relatório afirmou que as instituições de ensino não se dedicavam à pesquisa e davam ênfase apenas à docência. Essa questão relaciona-se com a próxima ponderação do relatório, que afirmou que a maioria dos professores não possuía formação para atuar como pesquisadores. Esse ponto remete à implantação das licenciaturas curtas

11 Apesar de a produção *brasilianista* ser profícua em relação à História brasileira, para Regina da Luz Moreira a designação temática desses historiadores estrangeiros interessados na História do Brasil tornou-se pejorativa a partir de reflexões feitas pela imprensa do período, bem como os trabalhos eram frequentemente colocados em xeque em relação à qualidade científica (MOREIRA, 1990, p. 66).



proposta por Newton Sucupira, em 1964. Sucupira afirmou que a proposta possuía caráter emergencial, tendo em conta o *déficit* de professores, que culminaria em um obstáculo ao “progresso”. Durante a ditadura, postulou-se uma visão produtivista da educação, com várias reformas feitas em todos os níveis do ensino. A proposta das licenciaturas curtas fazia parte do pacote e o afastamento entre ensino e pesquisa era então uma política de Estado. Assim, o objetivo proposto por Sucupira era “[...] treinar o maior número de professores com o mínimo de habilitação necessária e no menor tempo possível” (NASCIMENTO, 2012, p. 343). Desde 1946, a Lei de Diretrizes e Bases aprovava dois sistemas de ensino: o secundário, para as Faculdades de Filosofia, e os exames de suficiência. O primeiro visava formar um corpo docente qualificado, enquanto o segundo configurava-se como uma medida emergencial. Sucupira propunha então algumas medidas a serem tomadas pelo governo. Essas consistiam em reunir dados sobre a educação em diferentes partes do Brasil, junto com a promoção de reuniões com os diretores das Faculdades de Filosofia. Ainda seria necessário programar:

[...] cursos intensivos de um a dois semestres destinados a preparar os candidatos ao exame de suficiência. Tais cursos poderiam ser realizados em convênio com as próprias Faculdades de Filosofia ou deslocando equipes de professores para as localidades onde não as houvesse. Neste caso seriam criados centros de treinamento nas regiões mais necessitadas. De imediato poderiam ser programados cursos durante as férias de verão (NASCIMENTO, 2012, p. 344).

Destaca-se que o professor Sucupira não acreditava que as Faculdades de Filosofia conseguiriam suprir a carência de professores, então encontrava justificativa no baixo número de professores formados, além dos baixos pedidos de novos cursos.

Em 1962, nas 81 faculdades contavam-se apenas 11 cursos de Física, 7 de Química, 13 de História Natural e 25 de Matemática. Em 1961 diplomaram-se 51 licenciados em Física, 43 em Química, 225 em História Natural e 137 em Matemática, ao todo 456 licenciados perfazendo 15,1% do todo de 3.011. No mesmo

ano, nos 10 estados das Regiões Norte e Nordeste diplomaram-se 15 licenciados em Matemática e nenhum em Física e Química. Atualmente existem dois cursos de Física e Química para aquelas duas regiões (NASCIMENTO, 2012, p. 345).

Frente a esses dados, seria recomendável que o professor secundário obtivesse uma formação polivalente, lecionando diferentes disciplinas: as letras, que abarcaria, além do português, outra língua “viva”; e os estudos sociais, disciplina na qual seriam reunidas História, Geografia e Organização Social e Política Brasileira, além de ciências e Matemática. Quem lecionasse essas disciplinas poderia habilitar-se definitivamente ao ensino ginásial ou superior. Assim, “o tempo de duração destas licenciaturas poderia ser de três anos. Justifica-se esta redução, uma vez que o Bacharelado preparava indiferentemente o professor e o especialista neste mesmo espaço de tempo” (SANTOS; NASCIMENTO, 2015, p. 145).

Esse processo de formação de licenciaturas curtas promoveu uma cisão ainda maior entre o professor e o pesquisador, um voltado ao ensino e o outro especialista em pesquisa. Tal formação de professores não foi bem recebida por todos. Selva Guimarães Fonseca apontou que a situação da educação se agravava com esse modelo de formação, pois tinha como base a “dicotomia preparação pedagógica/conhecimento específico da disciplina/preparação para a pesquisa” (FONSECA, 1997, p. 25).<sup>12</sup>

Na sequência da ata, foi mencionada a falta de um núcleo centralizador de pesquisas históricas (item d), o que prejudicaria a disposição dos poucos recursos destinados à pesquisa histórica nos anos de 1970 no Brasil, demonstrando haver clareza entre os participantes da importância da legitimação da ANPUH como grupo científico agregador dos historiadores profissionais e dessa aproximação com a SBPC.

Pelas páginas da ata da mesa-redonda “Estado atual da Pesquisa Histórica no Brasil”, vão se delineando também as relações conflituosas que emergiram com a distinção entre professores de História e historiadores, na

12 Déa Felon apontou a oposição aos estudos sociais a partir de 1971, momento de implantação das licenciaturas curtas, que daria a possibilidade de extinguir a licenciatura plena de História. Nesse contexto, Felon lembrou a oposição feita pela ANPUH: “Foi o começo da nossa luta contra estudos sociais, num congresso em Goiânia. A partir disso, nós nos posicionamos. A associação teve uma participação muito forte na luta contra os estudos sociais e eu participei muito disso” (FONSECA, 1997, p. 32).

medida em que se definia que a maior parte dos trabalhos institucionais era dedicada à docência e não à pesquisa, sendo esta última uma especialidade praticada principalmente por estrangeiros, os *brasilianistas*.<sup>13</sup> Nesse sentido, Francisco Iglésias, dando seguimento às apresentações sobre “A pesquisa histórica no Brasil”, apontava a necessidade de avançar sobre o amadorismo historiográfico e designava essa tarefa principalmente para as Faculdades de Filosofia. O historiador afirmava que, “[...] acerca da crítica que realizara das Faculdades de Filosofia, que estas têm apenas formado o professor de ensino médio, e não historiadores. [...]” (WESTPHALEN; MEQUELUSSE, 1971, p. 360).

A fala do referido professor faz eco as tensões que envolviam as ambições de cientificidade e de profissionalização dentro dos departamentos de história das universidades brasileiras. Para Alessandra Soares, as reflexões de Iglésias, “[...] aconteceram no mesmo momento em que os cursos de História foram institucionalizados e ganharam contornos próprios, visando à profissionalização” (SANTOS, 2009, p. 2). Francisco Iglésias fez parte de uma geração, durante as décadas de 1950 e 1960, que se destacou pela profissionalização dos estudos em História no Brasil. Além disso, o professor “[...] reafirmou a necessidade da base empírica, da investigação de arquivo, da prova documental que leva à verdade histórica” (SANTOS, 2009, p. 2). Objetivava, por fim, desvencilhar a História do amadorismo e do autodidatismo.

A ata continuava afirmando que Iglésias destacou também a existência de uma perda de terreno da História para outras Ciências Sociais, motivada, segundo essa fonte: “[...] por culpa, sobretudo do historiador, certa incompreensão do seu papel, e falta de sentido das mudanças operadas recentemente” (WESTPHALEN; MEQUELUSSE, 1971, p. 360). Em meio ao debate, a ata endossava a opinião de José Honório Rodrigues, de que “[...] o historiador já nasce feito” (WESTPHALEN; MEQUELUSSE, 1971, p. 360).

Por sua vez, José Honório Rodrigues é considerado predecessor de estudos sobre teoria, metodologia e História da história do Brasil, tendo se dedicado a executar um projeto historiográfico que buscava

13 Sobre os brasilianistas ver: BARBOSA, Rubens Antônio; EAKIN, Marshall; ALMEIDA, Paulo Roberto (Org.). *O Brasil dos brasilianistas: um guia dos estudos sobre o Brasil nos Estados Unidos, 1945-2000*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

promover mudanças na produção histórica e do papel desempenhado pelos historiadores no país. O autor dividiu esse trabalho em diferentes frentes de pesquisa, “[...] em bibliotecas e arquivos; na docência desempenhada em diversas instituições; e na feitura e difusão de ensaios dedicados à avaliação das condições de produção e dos resultados dos estudos históricos do Brasil” (UHIARA, 2014, p. 17).<sup>14</sup>

Marcos Lobato Martins apresenta Honório Rodrigues como um historiador muito próximo das escritas corográficas, uma vez que compreendia a História do Brasil a partir de partes segmentadas com estereótipos regionais, através de pequenos fragmentos de tempo e espaço, em uma perspectiva de uma história regionalista.<sup>15</sup> Rodrigues teria classificado os sujeitos nascidos em alguns estados brasileiros, dando a eles substantivos relativos aos diferentes modos de viver. Tal traço é visto por Martins como um momento da historiografia em que se escrevia História a partir dos bancos universitários, mas permanecia sob uma sombra das escritas do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – IHGB. A década de 1960 foi um momento de ampliação da produção universitária, acompanhada pelo interesse em historicizar a respeito do período republicano. Na década seguinte, houve um crescente interesse de historiadores estrangeiros em problematizar e discutir o passado brasileiro.<sup>16</sup>

Como já apontado, o diálogo descrito na ata é parte de um momento no qual professor e pesquisador de História eram figuras distintas. A reunião realizada nesse evento propunha discutir a pesquisa no país e, nesse ponto de vista, a formação de professores para lecionar no ensino médio era entendida como empecilho para o progresso da ciência histórica, ou seja,

14 A análise da trajetória de José Honório Rodrigues pode ser lida em UHIARA, Érika. *Ensaio de José Honório Rodrigues: em busca de uma historiografia brasileira*. 113 f. Dissertação (Mestrado em História) – UNESP, Franca, 2014.

15 Durval Muniz de Albuquerque Junior, no seu livro *A invenção do nordeste e outras artes*, distinguiu textos historiográficos escritos à luz do conceito de região daqueles que versam a partir da ideia de regionalismo. A noção de região não se prende a fronteiras geográficas, ao contrário da escrita regionalista, que forja uma região geográfica e que contribui para “[...] legitimá-la, atribuir veracidade, dando a ela uma História, tentando lhe dar, inclusive, uma base material. Em vez de questionar a própria ideia de região e a teia de poder que a instituiu, ela questiona apenas determinadas elaborações de região, pretendendo encontrar a verdadeira” (ALBUQUERQUE JUNIOR, 2011, p. 36).

16 O IHGB foi instituído em 21 de outubro de 1838 e os membros não precisavam necessariamente ser formados em Geografia e História. As escolhas dos membros ocorriam a partir das relações sociais. O IHGB, apesar de ser um projeto português no Brasil pós-colonial, não buscou a escrita de uma História que rompesse com a antiga metrópole.

era compreendida antagonicamente em relação à formação universitária de pesquisadores. Reforçava-se assim uma visão dicotômica e até mesmo hierárquica dentro da profissão.<sup>17</sup>

De acordo com as avaliações de Margarida Maria de Oliveira (2003, p. 38-39) até os anos de 1960, o ensino foi visto pelos pesquisadores apenas como área de formação, não observando seu aspecto de pesquisa. Para a autora,

[...] na visão dicotômica da total separação entre ensino e pesquisa, o primeiro foi associado estritamente, às ditas questões pedagógicas. Estas por sua vez, restringidas aos cursos de licenciaturas, e, nestes às disciplinas assim denominadas “**pedagógicas**”, nas quais, segundo essa visão, deveriam ser debatidas e resolvidas as questões relativas ao **ensino**. (grifos no original)

Na explanação de Oliveira, as noções inerentes ao ensino ficavam designadas apenas à área de licenciatura, não tendo associação com as questões ligadas à pesquisa ou com as tarefas que o historiador exercia enquanto pesquisador. Outra noção apresentada pela autora versou sobre a transferência, nos anos de 1970, dos assuntos pertinentes ao ensino relacionados aos cursos de pós-graduação em Educação. No entanto, apesar de terem sido ampliadas as possibilidades de pesquisa em cada área, “[...] **sobre o que e como ensinar o produto desse conhecimento** foi tratada como uma questão menor, desvalorizada, menos nobre” (OLIVEIRA, 2003, p. 39, grifos no original). Maria do Carmo Martins sugeriu que a distância construída entre o professor e o pesquisador foi uma construção longa, vinda do final do século XIX. Assim,

17 Tal divisão interna da profissão contribuiu para a ruptura dentro do grupo da ANPUH e para a criação da SBPH. Essa última surgiu a partir de desentendimentos entre uma parcela de historiadores que participavam da ANPUH e discordaram da abertura da referida associação para alunos de graduação e professores dos níveis médio e fundamental. Tal grupo temia uma possível queda na qualidade das pesquisas. A querela resultou em pelo menos dois rompantes nas reuniões anuais da ANPUH, uma em 1977 e outra em 1979, na UFSC e na UFF, protagonizados pelas professoras Cecília Westphalen e Maria Beatriz Nizza da Silva, respectivamente. Em 1981, a SBPH foi fundada oficialmente. Sobre isso, ver: SILVA, Bruna. *Associações de historiadores no Brasil: a SBPH entre lugares, normas e grupos (1961-2005)*. Tese (Doutorado em História) – UNIOESTE, Marechal Cândido Rondon, 2019.

[...] a constituição de um sistema de ensino que demandava muito mais dos professores do que anteriormente facilitou a ampliação desse distanciamento, uma vez que exigia o aumento da formação profissional, realizado em tempo reduzido. Por outro lado, tal distanciamento resultou numa interrupção ou, ao menos, numa dificuldade de comunicação entre historiadores e professores de História para o ensino fundamental e médio (MARTINS, 2000, p. 99).

A partir dessa interpretação, a lacuna entre o que Martins denominou de professores, de um lado, e historiadores, de outro, se deu pela formação de um princípio de ensino que exigiu mais profissionalmente em menos tempo, o que teria resultado numa interrupção na comunicação entre as duas subdivisões desses profissionais.

Na sequência da ata, os professores demonstraram, em suas falas, grande preocupação com a preservação dos arquivos e documentações. Nesse sentido, Maria Conceição Martins Ribeiro (FAFIG-Rio Claro) sugeriu a inclusão das disciplinas de Moral e Cívica e Estudos dos Problemas Brasileiros para a “[...] defesa do patrimônio histórico e artístico nacional” (WESTPHALEN; MEQUELUSSE, 1971, p. 360). A inserção dessas disciplinas já estava sendo discutida no país pelo menos desde a aprovação do decreto nº 68.065, de 14 de janeiro de 1971, e que ficou disposta no artigo 2º a instituição

[...] em todos os sistemas de ensino, em caráter obrigatório, como disciplina e, também, como prática educativa, a Educação Moral e Cívica, visando à formação do caráter do brasileiro e ao seu preparo para o perfeito exercício da cidadania democrática, com o fortalecimento dos valores morais da nacionalidade (DECRETO LEI 68.065, de janeiro de 1971).

O decreto versou, de maneira incisiva, a respeito da instituição da disciplina Moral e Cívica, com o intuito de talhar o caráter do cidadão brasileiro, com vistas a moldar um sentimento de nacionalidade. A fala de Ribeiro, no entanto, voltou-se para a utilização das disciplinas de maneira a auxiliar na preservação da memória através de monumentos e materiais

artísticos. Na ata, não foram encontradas falas que problematizavam a inserção dessas disciplinas no ensino brasileiro.

Em um tom mais colaborativo em relação às Faculdades de Filosofia, mas especificamente sobre a Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, da Universidade de São Paulo, Eurípedes Simões de Paula apresentou um relatório sobre as contribuições dessas Faculdades para a historiografia brasileira, abordando a presença de professores estrangeiros para a formação dos professores daquela instituição, pois “foi graças à influência e à orientação desses professores que foi o ensino de História, naquela Universidade, mais dirigido para os estudos econômicos e sociais” (WESTPHALEN; MEQUELUSSE, 1971, p. 362). No entanto, José Honório Rodrigues, criticando, afirmou que havia a existência de “[...] currículos rígidos dos Cursos de História nas universidades brasileiras e o ensino tradicionalista ali ministrado, [afirmou ainda] que a história do Brasil deve constituir a cadeira básica, o núcleo central dos cursos de História” (WESTPHALEN; MEQUELUSSE, 1971, p. 362).

A produção historiográfica acadêmica estava passando por profundas transformações e, aos poucos, o local social de produção ganhava novos contornos e aspectos acadêmicos. Primeiro, com o afastamento das produções do IHGB e, depois, durante a década de 1970, com os primeiros cursos de pós-graduação em História e com o consequente crescimento das pesquisas científicas. Havia então preocupação dos historiadores em refletir constantemente sobre a documentação, os arquivos, os métodos e técnicas do ofício.

### *Comunicações de historiadores na XXIII Reunião Anual da SBPC: temas e problemas*

Através das comunicações apresentadas na XXIII Reunião Anual da SBPC, em 1971, pode-se ter uma perspectiva dos caminhos então trilhados pelos pesquisadores/professores de História presentes. A primeira das seis comunicações registradas na ata foi a de um trabalho científico intitulado de “A disciplina técnica de pesquisa e sua contribuição ao ensino de História e de sua metodologia no Brasil”. O trabalho tinha por

objetivo dirimir uma suposta confusão identificada pela autora, Célia Freire d'Aquino Fonseca (UFRJ), a respeito das disciplinas Didática da História e Metodologia da História. Segundo a ata, seria necessário reformular a maneira de ensinar, principalmente Metodologia da História, para evitar o ensino “verbalístico e monótono” (WESTPHALEN; MEQUELUSSE, 1971, p. 365).

A seguinte reformulação teria acarretado a proposta para aperfeiçoar o ensino com a introdução de outra disciplina, intitulada “Técnica de Pesquisa em História do Brasil”, nas grades dos cursos de História e, além disso, “[...] a publicação pelo MEC de coleções de documentos históricos; a fundação de Centros de Pesquisa junto às cadeiras de História do Brasil, e a instalação de Pós-Graduações em História” (WESTPHALEN; MEQUELUSSE, 1971, p. 365).

Fonseca partia de questões relacionadas à pesquisa histórica como maneira de aperfeiçoar as formas de ensinar os alunos dos cursos de História a serem professores. Nesse sentido, considerou relevantes as publicações de documentos históricos e fundações de centros de pesquisa. Na perspectiva da autora, a pesquisa documental foi compreendida como solução para melhorar o ensino de História em sala de aula para os futuros professores.

A referida proposta teve apoio de Cecília Westphalen (UFPR), pois a disciplina “[...] Métodos e Técnicas de Pesquisa, [...] [estava], desde o ano letivo de 1968, [...] em funcionamento, com 4 semestres letivos, no Departamento de História da Universidade Federal do Paraná, [...] com real proveito e máximo interesse por parte dos estudantes” (WESTPHALEN; MEQUELUSSE, 1971, p. 365). As interferências de Westphalen demonstram não apenas a opinião de um grupo de professores e pesquisadores, mas também uma postura pessoal e do Departamento de História da UFPR, ao qual Westphalen pertencia, bem como as interferências dos demais presentes.

Em seguida, Gilka Vasconcelos (UFG) apresentou o trabalho “A pesquisa histórica em Goiás”. Os autores da ata relataram que a apresentadora remeteu às origens da historiografia em Goiás, com vistas às narrativas de viagens. Ela também comunicou as reformulações no curso de História em Goiás, que estariam sendo “[...] programadas pelos professores das duas Universidades de Goiás” (WESTPHALEN; MEQUELUSSE, 1971, p. 365). Mencionou a existência de arquivos para consulta documental naquele estado. Após a apresentação de Vasconcelos,



encontra-se a descrição de intervenção feita por José Honório Rodrigues (ABL), que lamentava a falta de dados a respeito de historiógrafos goianos e, também, a intervenção de Odilon Nogueira Matos (PUC-Campinas), acrescentando dados relacionados à apresentação de Vasconcelos.

A comunicação seguinte, de Anita Novinsky (USP), foi destinada ao tema “Os cristãos novos no Brasil”, que, além de problematizar a questão proposta, elencou a bibliografia já existente e afirmou que a pesquisa de documentos em acervos portugueses poderia trazer à tona informações desconhecidas, incompletas e até mesmo errôneas sobre o tema. Por conseguinte, a pesquisa empírica era novamente destacada como fundamental para a cientificidade do conhecimento histórico

Em seguida, Jeanne Berrance de Castro (FAFIG – Rio Claro) apresentou a comunicação, com Júlia Maria Leonor Scarano (FAFIG – Rio Claro), “O treinamento em pesquisa histórica em um curso de Ciências Sociais”. As autoras consideravam que os alunos de Ciências Sociais gozavam de vantagens em detrimento do relacionamento com a História e outras ciências do homem. Esclareciam ainda a respeito da função do professor de História no que concernia ao levantamento, à conservação e à utilização das fontes, “[...] não para micro-história, mas para um relacionamento em história local e história global, constituindo a primeira um modelo para a compreensão dos problemas nacionais” (WESTPHALEN; MEQUELUSSE, 1971, p. 367).

A respeito dessa citação, é possível levantar algumas questões que dizem respeito à utilização de conceitos. Berrance de Castro mencionou o termo *micro-história* que, em um primeiro momento, parece estar deslocado temporalmente, uma vez que grande parte da literatura sobre o assunto e o uso dessa metodologia na Itália tiveram início em torno da revista *Quaderni Storici*, em 1969. A revista foi fundada por Alberto Caracciolo, em Ancona.

Futuramente, o periódico passou para outros organizadores, como Eduardo Grendo, Carlo Poni, Giovanni Levi e Carlo Ginzburg. No entanto, o conceito de *micro-história* foi utilizado anteriormente e em outras partes do mundo antes da Itália. O próprio Carlo Ginzburg fez menção à gênese do termo em *O fio e os rastros. Verdadeiro, falso fictício*. Assim, George R. Stewart, nos Estados Unidos, teria sido o primeiro a usar o termo, em 1959; Stewart escreveu o livro *Not so rich as you think*, publicado em 1967.

Houve também a publicação de Luiz Gonzáles y Gonzáles, no México, que usou o termo em sua obra *Uma aldeia em tumulto*, em 1968.<sup>18</sup> Contudo, Berrance de Castro e Scarano se referiam à substituição do uso da micro-história como prática para o desenvolvimento de uma história local que pudesse ser relacionada com história global, pensando a história local para a contribuição de discussões sobre problemas nacionais, não rompendo com a tradição das monografias regionais francesas (REVEL, 1998, p. 18).

Percebe-se na comunicação das autoras que o objeto principal da pesquisa histórica continuava a ser a nação e seus “problemas nacionais”, ancorando as novas reivindicações de cientificidade para a historiografia em um modelo estabelecido desde o século XIX na historiografia europeia.

Para Marco Lobato Martins, “somente na virada da década de 1970 para 1980, a expansão da pós-graduação no Rio de Janeiro, e depois para além do eixo Rio-São Paulo, promoveu o início do esforço para livrar a historiografia brasileira das tentações reducionistas [...]” (MARTINS, 2008). Para além de uma escrita com interesse geral, a História passou a ser pensada pelo viés científico, com incentivo à criação de mais arquivos e à organização das fontes. Portanto, a ata reflete os caminhos que a historiografia brasileira estava trilhando, entre uma escrita regional e global, ao passo que as pesquisas históricas saíam do domínio dos institutos e as universidades buscavam tomar para si o assunto. Nesse sentido, foi durante a passagem dos anos de 1970 para os de 1980 que houve a ampliação de interesse pela história local, com o aumento das universidades pelo Brasil (MARTINS, 2008).

Por fim, voltando a discutir as comunicações feitas na reunião, Ana Maria de Almeida (USP) falou sobre “A Hemeroteca Júlio Mesquita no Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo”. Apontou a falta de arquivos de periódicos no estado e destacou o acervo de periódicos arquivados no referido instituto. Por fim, Eurípedes Simões de Paula (USP) afirmou que

18 É possível retroceder ainda mais na bibliografia a respeito do uso do conceito micro-história. “[...] pode-se enfatizar que González já havia lido sobre a micro-história no *Traité de sociologie* organizado por Georgez Gurvitch. Braudel também já havia mencionado a micro-história, contudo, com certa negatividade. Cita-se também o livro *A tabela periódica* do italiano Primo Levi. *Zaharofflecture*, de Richard Cobb, que se utiliza das palavras de Raymond Queneau em contraposição aos fatos cotidianos, Cobb não expõe explicitamente micro-história, e sim, a historiografia menor” (REIS; JUNIOR; CHAVES *et al.* *Micro-história*. Disponível em: <http://escoladosruralis.blogspot.com.br/2011/12/micro-historia.html>. Acesso em: 12 jan. 2022).

o Centro de Documentação do Departamento de História da Universidade de São Paulo já havia microfilmado periódicos do Rio Grande do Norte e estavam disponíveis para pesquisa (WESTPHALEN; MEQUELUSSE, 1971, p. 367)

Analisando as comunicações como um todo, nota-se a preocupação em apresentar os locais e as ações que visassem à preservação, ao arquivo e à disponibilidade para pesquisa de documentos. Como foi o caso da apresentação sobre cristãos novos no Brasil, pois Anita Novinski (USP) preocupou-se em mencionar a falta de documentos sobre o assunto no país. Além do mais, houve interesse em comunicar a mudança de currículos, os quais davam primazia para o ensino de metodologias para pesquisas em História. Diante dessas explicações, ao final das considerações descritas na ata, foram elencadas três avaliações sobre os problemas da pesquisa histórica no Brasil. São elas:

1ª) O problema básico da pesquisa histórica no Brasil está na situação deplorável em que se encontram seus arquivos. Daí o apelo formulado para a concretização de uma política nacional de Arquivos e de um Projeto Nacional de Levantamento e Arrolamento de Arquivos;

2ª) A história do Brasil deve constituir o centro das preocupações dos pesquisadores nacionais;

3ª) Estes deverão, com a devida formação e treinamento, empregar novas técnicas postas à disposição do historiador pelo progresso da Ciência contemporânea (WESTPHALEN, MEQUELUSSE, 1971, p. 367).

As preocupações foram direcionadas ao tema da pesquisa, que, para os professores presentes na reunião, estavam depositadas nas condições nas quais se encontravam os arquivos na década de 1970 no Brasil. O segundo aspecto apontado foi a falta de preocupação com o tema História do Brasil nas pesquisas nacionais e, por fim, os historiadores deveriam comprometer-se em empregar técnicas mais apuradas de pesquisas a fim de alavancar o progresso da ciência histórica no país. A nação, os documentos e as técnicas, assim como a cientificidade da pesquisa histórica proposta na reunião da SBPC em Curitiba, não avançavam muito em relação aos paradigmas estabelecidos pelos historiadores franceses ao final do século XIX.

Partindo dessa premissa, a reunião de duas associações em um mesmo evento, a Associação Nacional de Professores de História – ANPUH – e a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência – SBPC, proveio da união de interesses oriundos de seus espaços próprios. Por um lado, os professores presentes naquela reunião estavam primando pela pesquisa empírica na área histórica. O encaminhamento das falas expostas na ata aqui analisada apresenta as preocupações deste grupo de historiadores em construir as bases do campo histórico brasileiro nos anos 1970, reforçando, sobretudo, o seu estatuto científico, pautado na produção de conhecimento através de métodos de pesquisa documental, que deveriam ser ensinados nas universidades, afastando o ensino de História da repetição de conhecimentos e da narrativa de efemérides, para se ter sucesso nesse projeto de História como ciência em progresso era necessário seguir a lei tácita da profissão: ir aos arquivos. Por outro, a SBPC sedimentava seu espaço de atuação científica e política reforçando seu quadro de sócios e ampliando a abrangência no território nacional, fortalecendo o espaço do conhecimento científico mesmo diante da política ditatorial da época.

### *“Não há História sem documentos” : os arquivos*

A frase acima, escrita por Samaran em 1961 e citada por Le Goff (1990, p. 540), ecoa em sintonia com os debates sobre a pesquisa histórica no Brasil realizada na XXIII Reunião Anual da SBPC em 1971. Como apontou Regina da Luz Moreira, entre os anos 1950 e 1960 a preocupação com os acervos documentais era restrita a poucas vozes. Uma dessas vozes era a de José Honório Rodrigues, especialmente para levar a cabo estudos sobre períodos mais recentes da História do Brasil, pois que eram necessárias fontes que possibilitassem pesquisas do período republicano brasileiro (MOREIRA, 1990, p. 66). Não por acaso, a partir de 1970 surgiram no Brasil os primeiros centros de documentação voltados para a pesquisa histórica. Alguns podem ser mencionados, como o Centro de Documentação do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade de Campinas – UNICAMP, em 1971; o Centro de Memória Social Brasileira do Conjunto Cândido Mendes, em 1972; o Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea

do Brasil – CPDOC, da Fundação Getúlio Vargas, em 1973 e, também, a Fundação Casa Rui Barbosa, que passou por revitalização nesse período. Para Claudio Moreira Bento, a primazia desses novos arquivos referiu-se à preservação de documentos contemporâneos e privados (BENTO, s.d.).

Em 1972, o Exército Brasileiro foi incumbido de reunir documentos históricos pelo Brasil, contando com o apoio do Projeto Rondon. Segundo Cláudio Moreira Bento, então presidente da Academia de História Militar Terrestre do Brasil:

Baseado no fato de que sem documento não há História, o Projeto Rondon procedeu a um levantamento de todos os arquivos no território nacional, de 1972 a 1974. [...] Em 1971 coordenamos o Projeto Rondon nos Guararapes, integrado por universitários da área de ciências humanas e 5 cadetes com vistas a pesquisarem aspectos relacionados com a Insurreição Pernambucana, originando a publicação do livro Projeto Rondon nos Guararapes, contendo as conclusões das pesquisas por eles realizadas cujos detalhes constam em nosso depoimento no volume 4 do Projeto Rondon, História Oral (BENTO, s.d.).

O envolvimento do Exército Brasileiro na coleta e na conservação e documentos históricos e a aproximação com professores universitários merece atenção, já que a produção da História tem por base a análise e a crítica documental. É sabido que tanto a História como a conservação de documentos não são atividades imparciais. Portanto, essa aproximação ocorrida em um dos momentos mais tensos da política brasileira visava, também, à construção de uma história da instituição, dando prioridade a elementos patrióticos. Esta aproximação ganha sentido quando, ao fim dos anos 1970 e início dos anos 1980, Maria Beatriz Nizza da Silva (USP) e Cecília Westphalen (UFPR) procuraram fundar uma sociedade histórica com o objetivo principal de não envolver política em suas pesquisas.<sup>19</sup>

19 Sobre as críticas feitas por Cecília Westphalen ao final dos anos 70 em relação ao posicionamento político da SBPC, bem como da ANPUH, ver: SILVA, Bruna. *Associações de historiadores no Brasil: a SBPH entre lugares, normas e grupos (1961-2005)*. Tese (Doutorado em História) – UNIOESTE, Marechal Cândido Rondon, 2019.

O levantamento da documentação possibilitou o arquivamento de fontes para futuras pesquisas. Ainda em 1972 aconteceu o I Congresso Brasileiro de Arquivologia. Nesse mesmo ano, a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES – anunciou contrato com Stanley Hilton, professor do Departamento de História do Williams College, de Massachussets, EUA, visando à implantação do Centro de Estudos de História Contemporânea do Brasil, ligado ao Arquivo Nacional (MARTINS, 2008).

A respeito desse momento da produção historiográfica brasileira, o estudo de Rebeca Gontijo (2011) lança algumas luzes que podem ajudar a refletir a respeito da reunião de professores sobre a pesquisa histórica brasileira. No texto “A história da historiografia no Brasil, 1940-1970: apontamentos sobre sua escrita”, a autora elencou traços que considerou importantes sobre três figuras que tiveram suas produções difundidas no país. Dentre elas, encontramos dois nomes que estiveram presentes na XXIII Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência – SBPC, em 1971: José Honório Rodrigues e Francisco Iglésias. Esse último teria pesquisado e classificado, posteriormente, a obra de Rodrigues. Rodrigues tinha grandes objetivos para o percurso que a historiografia brasileira deveria seguir. No livro *Teoria da História do Brasil*, publicado em 1949, a introdução deixa claras essas questões:

[...] dar aos alunos uma ideia mais exata do que é a história, de seus métodos e de sua crítica, da historiografia e da bibliografia brasileiras, de modo a prepará-los para um conhecimento crítico da história do Brasil. [...] Há assim um fim pedagógico [...] procura-se oferecer aos estudantes de história geral e do Brasil, aos professores secundários, aos estudiosos ocupados com a história concreta, uma visão de conjunto dos principais problemas da metodologia da história (RODRIGUES, 1978, p. 11, *apud* GONTIJO, 2011, p. 4).

A preocupação não se restringia a ensinar sobre o que se tratava a História, mas também os métodos para a sua produção, bem como a sua repercussão. Essa explicação expandia-se até os professores secundários e alunos, visando expor os problemas da metodologia da História. Ou seja,

havia aí uma preocupação não apenas em ensinar, mas em resolver questões metodológicas, que começavam com a documentação da produção do conteúdo histórico.

Ainda segundo as explicações de Gontijo, Rodrigues propôs linhas gerais para que a historiografia brasileira fosse interpretada. Tal interpretação necessitava de uma função crítica, já que Rodrigues considerava que a historiografia brasileira estava, naquele momento, longe dos interesses nacionais. Assim, “[...] essa historiografia a ser ultrapassada só tem olhos para a história colonial, não sendo capaz de desenvolver o seu oposto: a história nacional” (GONTIJO, 2011, p. 5). O objetivo ficava em torno do estabelecimento de um pensamento genuinamente brasileiro e esse modelo de historiografia perdurou por uma grande parcela de tempo, sendo referência obrigatória nos cursos de História até, pelo menos, os anos finais do regime militar.

Assim, as reflexões sobre a necessidade de alocar, proteger e promover dispositivos para que a documentação sobre a história do Brasil ficasse assegurada configurava uma questão proeminente, haja vista que sem documentos não há produção do conhecimento histórico. Durante a reunião realizada em Curitiba, as discussões giraram em torno da falta de documentos no Brasil. Foi mencionado que, muitas vezes, havia documentações brasileiras alocadas no exterior, dificultando a consulta (WESTPHALEN; MEQUELUSSE, 1971, p. 367). Assim, considerando traços dessa historiografia proposta por José Honório Rodrigues, preservar a documentação e tornar acessíveis arquivos documentais pelo país se tratava de problemas a serem resolvidos.

A referida reunião tratou de uma união de traços que levaram esses sujeitos a colocarem em relevo a necessidade da pesquisa histórica brasileira, congregando dois grupos distintos: um ligado à História e outro ao progresso da ciência, ou seja, História e ciência foram debatidas num mesmo espaço e num mesmo momento. No entanto, ao mesmo tempo em que se desejava fugir da influência da produção da historiografia praticada pelo Instituto Geográfico Brasileiro – IHGB, voltada para o regional e de obras de cunho amador, a análise de Martins (2008) propõe que em obras de professores ligados à ANPUH, como Francisco Iglésias e Alice Piffer Canabrava, houvesse preocupação com a história local em um momento em que as explicações gerais tomavam conta do espaço acadêmico. Esse aspecto aproxima as pesquisas das corografias, porém, a escrita possui fundamentações documentais, dando aspecto científico aos trabalhos

escritos. Apesar do espírito do IHGB ainda pairar sobre a escrita da História, a reunião procurou fundar uma nova proposta baseada na cientificidade, afinal, estava incluída na SBPC e era por ela chancelada, antes mesmo da aproximação oficial publicada em 1977 nos Anais da ANPUH.

Os professores ali presentes mostravam-se desejosos em construir um paradigma de escrita da História que se desvinculasse do amadorismo, afirmando e reafirmando a universidade como um espaço prioritariamente de produção do saber científico, abandonando o antigo local de produção do conhecimento histórico, na tentativa de transformar o ensino nas universidades, principalmente nas Faculdades de Filosofia. Distinguir o professor do pesquisador significava aprofundar as pesquisas a partir da investigação documental. Portanto, dar primazia aos arquivos históricos e à facilitação de acesso aos documentos era uma necessidade iminente.

### *Pesquisa científica versus ensino: distinções, lugares e hierarquias*

A aproximação da ANPUH com a SBPC parece ter sido um ponto estratégico para solucionar um problema diagnosticado desde o I Simpósio da Associação que viria a ser a ANPUH, a então APUH, em 1961. É possível observar nas documentações referentes aos primeiros simpósios da ANPUH que havia a preocupação em tratar do isolamento da disciplina histórica perante as demais áreas do conhecimento científico.

Em uma das reuniões ocorridas no I Simpósio dos Professores Universitários, em 1961, portanto, dez anos antes da reunião problematizada anteriormente, Westphalen lamentou “[...] o isolamento da História ante as Ciências Humanas e [mencionou sobre] [...] o maior entrosamento com as ciências sociais” (SIMPÓSIO DOS PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS DE HISTÓRIA, 1961, p. 98). Em outro momento, novamente tratando do diálogo que a disciplina histórica deveria exercer, o I Anais, da ainda



APUH<sup>20</sup>, trouxe a seguinte assertiva que teria sido dita por Westphalen: “Acho que a Faculdade de Filosofia deve, também, cuidar da formação dos pesquisadores, com o mesmo carinho que o faz com relação aos professores secundários” (SIMPÓSIO DOS PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS DE HISTÓRIA, 1961, p. 156) Comparando os trechos descritos e publicados em diferentes periódicos da ANPUH, de Canabrava (1981) e Westphalen (1961), o primeiro na *Revista Brasileira de História – RBH* – e o segundo nos anais, conjectura-se que a ANPUH trazia em seu bojo vozes dissonantes, pelo menos no que diz respeito ao papel das Faculdades de Filosofia. Para Westphalen, as faculdades não direcionavam atenção suficiente para a formação do pesquisador em História.

No II Simpósio da, ainda, APUH, em Curitiba, no ano de 1962, Westphalen insistiu em substituir o amadorismo pelo profissionalismo. Nas palavras da historiadora: “[...] fazer viver o estudo e a pesquisa histórica em plano outro que não o da erudição e do diletantismo, bem como o verdadeiro espírito científico que deve animar as Universidades Brasileiras” (WESTPHALEN, 1962, p. 22). Westphalen via na mudança de métodos utilizados pelos historiadores o caminho para se chegar a uma História denominada como científica, espírito que nortearia as universidades do país, preferindo essa àquela formação de “professores secundários”.

Nesse trecho de discussões dos professores presentes no II Simpósio da APUH, Westphalen entendia como necessária a qualificação das pesquisas com o espírito científico. Não se pretende alongar discussões em relação a divergências e posicionamentos nos anais da ANPUH, apenas apontar questões que mais tarde culminaram na criação de outro grupo de pesquisa: a Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica – SBPH. Em relação aos posicionamentos publicados nos anais da ANPUH, Paulo Thiago Santos Gonçalves delineou as discussões até o momento em que despontaram assuntos sobre o projeto de História. Para Gonçalves (2014, p. 288):

20 Na reunião em Marília, em 1961, a associação recebeu a sigla de APUH. Em 1971, foi alterada para ANPUH – Associação Nacional de Professores de História. A partir de 1993, passou a ser denominada Associação Nacional de História, mas preservando a sigla ANPUH. Disponível em: <http://anpuh.org.br/index.php/quem-somos>. Acesso em: 14 jan. 2022.

Na memória construída sobre a Associação, investiu-se na ideia do coletivo, do sentimento de grupo, de pertencimento para a coesão entre os integrantes da Associação. Não por acaso, Eurípedes Simões de Paula referiu-se em Marília a uma “consciência associativa” que já teria nascido no I Simpósio, em Marília.<sup>21</sup> Tal consciência teria se desenvolvido a partir do esforço de “um grupo de idealistas” que assumiu a tarefa de fazer a associação crescer [...]

Nesse contexto, também se falou sobre a intensa reivindicação pelo regime de tempo integral nas universidades, tempo este dedicado às pesquisas dos professores, que estava possibilitando novas atividades nas instituições de ensino do país, vistas como essenciais para a realização da pesquisa histórica.

Porém, passados vinte anos da fundação da ANPUH e dez anos de sua aproximação com a SBPC, no texto de apresentação da primeira edição da *Revista Brasileira da História*, em 1981, a então presidente da ANPUH evidenciou a abertura da Associação para todos os licenciados que desejassem colaborar através dos Simpósios e Núcleos Regionais. Canabrava (1979/1981, p. 4) prosseguiu:

Em consonância com os objetivos das instituições de origem, a atividade dos membros da Associação tem caráter profissional, com exercício regular nos estabelecimentos do ensino superior e médio, público e particular. O regime de tempo integral nas universidades – aspiração permanentemente reivindicada – vem permitindo a uma parcela de professores dedicar-se ao ensino e à pesquisa da história.

21 Embora Gonçalves entenda que a memória da ANPUH tenha sido construída através de uma consciência associativa com raízes na reunião fundadora, que ocorreu em Marília, em 1961, o curso de História foi fechado naquela cidade e transferido para as cidades de Assis e Franca, no Estado de São Paulo. Não foram encontradas informações a respeito dos motivos que levaram ao fechamento do curso naquela cidade e à transferência e permanência nas cidades de Assis e Franca. Sabe-se que, 17 anos depois da criação da ANPUH, foi criado “em 1978 o Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Ciências e Letras da UNESP, *Campus* de Assis”. Cf. <http://www.assis.unesp.br/#!/pos-graduacao/cursos/historia/apresentacao-do-programa/>. Acesso em: 20 fev. 2018.

A presidente da ANPUH pontuava o caráter profissional dessa associação em relação aos estabelecimentos de ensino. Tal função estaria sendo possibilitada pelas permanentes reivindicações frente ao governo federal em prol da manutenção do regime de tempo integral dos professores nas universidades federais.

Havia um interesse do governo ditatorial brasileiro em aumentar o número de pós-graduações oferecidas no país. Essa decisão não ocorreu por acaso, tratava-se de uma posição do governo militar, pois, segundo Lúcia de Assis Alves (2005, p. 25), a “[...] pulverização das faculdades isoladas não possibilitava a mobilização política dos estudantes nas instituições públicas do país”. No entanto, a falta de corpo docente qualificado com produção científica, que atendesse aos requisitos para a implantação das pós-graduações, levou ao desenvolvimento da pesquisa no país com a criação da garantia do Regime de Tempo Integral e a Dedicção Exclusiva – DE, no fim da década de 1960. A bolsa para a realização do curso de pós-graduação era oferecida fora do país, com liberação de verbas do governo através de duas agências de fomento, a CAPES e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq, criados em 1951 (ALVES, 2005, p. 27).

Esta autora (2005, p. 27) refletiu sobre as instituições de onde nasceram os grupos de pesquisa, suas revistas e instituições de apoio, assim como a Universidade de São Paulo – USP – e a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência – SBPC, que congregaram em torno de si interesses e pesquisadores. A autora entendeu que a institucionalização da pesquisa científica nas universidades fez parte do desenvolvimento industrial e educacional do Brasil.

A dedicação exclusiva não foi uma oferta e sim uma reivindicação que não estava baseada apenas na consolidação científica da pesquisa, mas também era um incentivo salarial. No entanto, o que de início era uma complementação com bolsa sem descontos nos encargos salariais, em 1974 passou a ser uma complementação salarial incorporada aos vencimentos devido às várias perdas salariais que os professores universitários estavam sofrendo (ALVES, 2005, p. 40).

No já citado texto de autoria de Alice Canabrava, publicado na primeira edição da RBH, em 1981, que retoma a fundação da ANPUH e comemorava os 20 anos da associação, a historiadora se referiu a ambos os profissionais – professor e pesquisador – como pilares daquela associação, mesmo que atuando separadamente. Canabrava, ainda, abordou

a necessidade de a universidade atender as demandas sociais, como os crescentes interesses por questões políticas e de participação na ANPUH.

Por outro lado, verifica-se que desde os primeiros posicionamentos de Cecília Westphalen, no I e no II Simpósios da APUH, ocorridos em Marília (1961) e Curitiba (1962), sempre se manteve a firme opinião de que preservar a qualidade das pesquisas históricas era dar à disciplina o seu devido espaço nas universidades brasileiras. Quando Westphalen (1962, p. 22) esteve à frente do II Simpósio da APUH, realizado na Universidade Federal do Paraná – UFPR, assim discursou:

Reunindo profissionais da História, em grau universitário, por certo ela irá orientar os estudos históricos, em nosso meio, com a seriedade e o nível compatíveis com o verdadeiro espírito científico que deve animar as Universidades brasileiras. Ouso dizer que a História tem estado ausente da Universidade brasileira, desprestigiada e relegada mesmo a um plano secundário, sufocada pela atenção que se tem dado quase que unicamente às ciências práticas e objetivas.

Westphalen delineava assim o sentido que a associação deveria seguir, ou seja, ser redentora da História em relação às ciências, entendida como uma prática de grau universitário entre profissionais. Nesse espaço, a pesquisa histórica referencial seria a base da redenção. A preocupação destacada pela professora eram a pesquisa e as normas que deveriam ser seguidas. Westphalen sugeriu, ainda, que a ANPUH fosse um grupo científico com sessões de estudos organizadas, já que a associação deveria dar primazia à pesquisa de qualidade, com pesquisadores “gabaritados” (WESTPHALEN, 1962).

Assim, quanto da realização da reunião sobre o “Estado atual da pesquisa histórica no Brasil”, na XXIII Reunião Anual da SBPC, em 1971, percebe-se que os pontos centrais para a organização da pesquisa científica em história no Brasil permaneciam no discurso da historiadora e seriam eles: exigir o fomento da pesquisa nas faculdades, viabilizar os arquivos e o acesso aos documentos, bem como a formação de pesquisadores. Para Westphalen, ensino e pesquisa eram tarefas designadas a profissionais diferentes e a pesquisa deveria se tornar o centro das atenções nas instituições de ensino superior no Brasil.

## *Considerações finais*

Falar dessas relações, escolhas e hierarquias é buscar mostrar os ruídos da produção do conhecimento histórico, compreendendo assim a sua própria historicidade em suas práticas e problematizações, lembrando Pierre Bourdieu (2014, p. 20) e o conceito de *campo* justamente para evidenciar que a ciência não é uma “espécie de partenogênese”, ou seja, não é produzida para além dos limites sociais. Portanto, a produção científica é realizada em grupos, entre pares, sofrendo as tensões próprias do seu *campo* e do seu *lugar*.

Para refletir sobre as bases sociais da produção científica, cabe retornar a Michel de Certeau (1982, p. 70), quando esse definiu que: “O discurso ‘científico’ que não fala da sua relação com o corpo social é, precisamente, o objeto da História. Não se poderia tratar dela sem questionar o próprio discurso historiográfico”. De maneira convergente, Ginzburg (1989, p. 178) é assertivo quando aponta que a História tem um estatuto científico frágil, porém, com resultados relevantes. Assim, para os historiadores filiados à ANPUH conseguir a chancela de uma sociedade científica, a SBPC, fundada com um estatuto científico forte, era uma estratégia para delimitar e prescrever o seu espaço de atuação, produção e, quiçá, de financiamento às pesquisas, no momento mais duro e repressivo do período ditatorial brasileiro no início da década de 1970.

A pesquisa aqui exposta demonstrou que a História foi entendida como uma ciência baseada na pesquisa empírica através dos documentos e ela não seria semelhante ao ensino de História, praticado e entendido como repetitivo nas escolas. De um lado estavam os professores universitários, que ainda davam nome à sigla da ANPUH, e, de outro, professores secundários, categorizados em uma relação hierárquica. A própria luta pelo estatuto científico do grupo reforçava essa hierarquia e uma distinção perversa das relações e práticas que se formularam em sala de aula, sobretudo a respeito da capacidade de serem produtoras de conhecimento científico e sujeitos de sua própria História.

## Fontes

ATA DE FUNDAÇÃO DA SOCIEDADE BRASILEIRA PARA O PROGRESSO DA CIÊNCIA, 1948. Disponível em: <http://sbpcacervodigital.org.br/handle/20.500.11832/2190>. Acesso em: 27 mar. 2022.

BOTELHO, A. J. The professionalization of Brazilian scientists, the Brazilian Society for the Progresso of Science (SBPC), and the State (1948-1960). *Social Studies of Science*, v. 20, 1990.

CANABRAVA, Alice Piffer. A Associação Nacional dos Professores Universitários de História. *Revista Brasileira de História*, ANPUH, 1979/1981.

CIÊNCIA E CULTURA. DASBPC. São Paulo, v. 1, n. 2, 1949. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=003069&pagfis=47>. Acesso em: 26 mar. 2022.

DE PAULA, Eurípedes Simões. *Anais do IX Simpósio Nacional da Associação dos Professores Universitários de História*. São Paulo: ANPUH. 1977.

DECRETO-LEI 68.065, de janeiro de 1971. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-68065-14-janeiro-1971-409991-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 20 jul. 2016.

REIS, José Carlos. As reuniões sexta-ferinas. *O Biológico*. São Paulo, 1977.

SIMPÓSIO DOS PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS DE HISTÓRIA, 1. Marília: APUH, 1961.

## Referências

ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz. *A invenção do Nordeste e outras artes*. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

ALVES, Lúcia de Assis. *Dedicação exclusiva e pesquisa na universidade: o caso da UERJ*. 129 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual do Rio de Janeiro-UERJ, Rio de Janeiro, 2005.

BENTO, Cláudio Moreira. *Memória sobre o culto da história, das tradições e valores no exército* – atualidade. Disponível em: [http://www.ahimtb.org.br/memoria\\_historia.htm](http://www.ahimtb.org.br/memoria_historia.htm). Acesso em: 15 set. 2016.

BOURDIEU, Pierre. *Os usos sociais da ciência: por uma sociologia do campo científico*. São Paulo: UNESP, 2014.

CANABRAVA, Alice P. Associação Nacional dos Professores Universitários de História. *Revista Brasileira de História*, São Paulo: ANPUH, v. 1, n. 1, p. 2, 1979/1981.

CERTEAU, Michel. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

FICO, Carlos; POLITO, Ronald. *A história no Brasil (1980-1989): elementos para uma avaliação historiográfica*. v. 1. Ouro Preto: UFOP, 1982.

FONSECA, Selva Guimarães. *Ser professor no Brasil: história oral de vida*. Campinas: Papirus, 1997.

FREIRE, Diego José Fernandes. *O passado da história: os historiadores e as historiadoras da universidade de São Paulo e a história da historiografia brasileira na década de 1970*. 254 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Porto Alegre, 2020.

GINZBURG, Carlo. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. In: GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas, sinais. Morfologia e História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

GONÇALVES, Paulo Thiago Santos. *Associação Nacional dos Professores Universitários de História: espaço de identificação profissional e legitimação do saber histórico (1961-1977)*. Tese (Doutorado em História) – Universidade de Brasília, Brasília, 2014.

GONTIJO, Rebeca. A história da historiografia no Brasil, 1940-1970: apontamentos sobre sua escrita. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – ANPUH, XXVI., São Paulo, julho 2011. *Anais...* São Paulo, 2011, p. 4. Disponível em: [1300912250\\_ARQUIVO\\_ANPUH2011TextoRebecaGontijo.pdf](http://1300912250_ARQUIVO_ANPUH2011TextoRebecaGontijo.pdf). Acesso em: 02 ago. 2016.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional. *Estudos Históricos*, n. 1, p. 5-27, 1988.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas: Editora da Unicamp, 1990.

MARTINS, Carlos Benedito. A reforma universitária de 1968 e a abertura para o ensino superior privado no Brasil. *Educ. Soc.*, Campinas, v. 30, n. 106, p. 15-35, abr. 2009.

MARTINS, Marco Lobato. Os estudos regionais na historiografia brasileira, 2008. Disponível em: <https://www.yumpu.com/pt/document/view/12453672/os-estudos-regionais-na-historiografia-brasileira-minas-de-historia>. Acesso em: 24 jul. 2016.

MARTINS, Maria do Carmo. *A história prescrita e disciplinada nos currículos escolares: quem legitima esses saberes?* 263 f. Tese (Doutorado em História) – Unicamp, Campinas, 2000.

MENDES, Marta Ferreira Abdala. *Uma perspectiva histórica da divulgação científica: a atuação do cientista divulgador José Reis (1948-1958)*. Tese (Doutorado em História) – FIOCRUZ, Rio de Janeiro, 2006.

MOREIRA, Regina da Luz. Brazilianistas, historiografia e centros de documentação. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 5, p. 66-74, jun. 1990.

NASCIMENTO, Thiago Rodrigues. A criação das licenciaturas curtas no Brasil. *Revista HISTEDBR On-line*, n. 45, p. 340-346, 2012. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8640153/7712>. Acesso em: 20 nov. 2022.

OLIVEIRA, Margarida Maria Dias de. *O direito ao passado*. Uma discussão necessária à formação do profissional de história. 324 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2003.

REIS, Pérola; JUNIOR, Vanir; CHAVES Elizabete *et al.* *Micro-história*. Disponível em: <http://escoladosruralis.blogspot.com.br/2011/12/micro-historia.html>. Acesso em: 24 jul. 2016.

REVEL, Jacques. Microanálise e construção social. In: REVEL, Jacques. *Jogos de Escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro. FGV. 1998.

REVISTA DE HISTÓRIA. São Paulo, n. 84, out./dez. 1970. p. 516.

RODRIGUES, José Honório. *Teoria da história do Brasil: introdução metodológica*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1957.



SANTOS, Alessandra Soares. Francisco Iglésias e as interpretações do Brasil: notas sobre um discurso historiográfico. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – ANPUH, XXV., Fortaleza, 2009. *Anais...* Fortaleza, 2009.

SANTOS, Beatriz Boclin Marques; NASCIMENTO, Tiago Rodrigues. O ensino de Estudos Sociais no Brasil: da intenção à obrigatoriedade (1930-1970). *História e Perspectivas*, Uberlândia, v. 28, p. 145-178, n. 53, jan./jun. 2015.

SILVA, Bruna. *Associações de historiadores no Brasil: a SBPH entre lugares, normas e grupos (1961-2005)*. Tese (Doutorado em História) – UNIOESTE, Marechal Cândido Rondon, 2019.

SUCUPIRA, Newton. Sobre o exame de suficiência e formação do professor polivalente para o ciclo ginasial. *Documenta*, n. 31, p. 107-111, 1964.

UHIARA, Érika. *Ensaio de José Honório Rodrigues: em busca de uma historiografia brasileira*. 113 f. Dissertação (Mestrado em História) – UNESP, Franca, 2014.

WESTPHALEN, Cecília Maria. Discurso de Instalação do II Simpósio. In: SIMPÓSIO DOS PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS DE HISTÓRIA, II., Curitiba, 1962. *Anais...* Curitiba: APUH, 1962.

WESTPHALEN, Cecília Maria; MEQUELUSSE, Jair. Estado atual da pesquisa histórica no Brasil. *Revista de História*, n. 88, 4. tri. 1971.

ENVIADO EM: 30/03/2022  
APROVADO EM: 28/07/2022

# AVÁ-GUARANI: A CONSTRUÇÃO DE ITAIPU E OS DIREITOS TERRITORIAIS

ALCÂNTARA, Gustavo Kenner; OMOTO, João Akira; ARAUJO JUNIOR, Julio José; RAMOS, Luciana Maria de Moura (Orgs.). *Avá-Guarani: a construção de Itaipu e os direitos territoriais*. Brasília: ESMPU, 2019. 188 p

---

*Nilva Lenz Zimmermann<sup>1</sup>\**

A obra analisada é fruto do trabalho desenvolvido por um grupo de membros e servidores do Ministério Público Federal para dar subsídios à atuação da Procuradoria Geral da República quanto à denúncia de violação dos direitos do povo Avá-Guarani em decorrência da construção de Itaipu. O trabalho do grupo, de caráter interdisciplinar, consistiu na pesquisa documental e bibliográfica e na realização de diligências nos territórios indígenas localizados no Oeste do Paraná. O grupo produziu dois relatórios conclusivos.

O primeiro contém uma abordagem antropológica do tema, que descreve a territorialidade Guarani e realiza uma análise bibliográfica da produção acadêmica sobre esse povo. Ao analisar a trajetória do grupo desde o período colonial, o relatório destaca os impactos específicos causados por episódios ocorridos no século XX, mas enfatiza que nenhum outro se iguala à magnitude e ao caráter permanente dos danos causados pela construção de Itaipu.

O segundo relatório parte da primeira abordagem para avaliar as possíveis consequências jurídicas pelos danos causados ao povo Avá-Guarani e as formas de reparação. Além disso, destaca a necessidade de

1 \* Possui graduação em História pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (1999). Atualmente é Coordenadora Pedagógica – Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Santa Helena – e professora – Secretaria de Educação do Estado do Paraná. Tem experiência na área de Educação. Contato: nilvalenz@gmail.com

serem buscadas garantias de não repetição para enfrentar a situação atual de vulnerabilidade dos povos da região. O relatório traz também uma síntese dos principais argumentos desenvolvidos ao longo dele e com o apontamento de algumas violações de direitos praticadas contra os indígenas, com destaque para as que se relacionam especificamente à construção e à operação da Usina de Itaipu.

Para melhor compreender o conjunto de comunidades afetadas por Itaipu de modo mais direto, nesta abordagem foi demandada a produção de um relatório antropológico para auxiliar na interpretação dos fatos enquanto práticas culturais e organizativas dos Guarani.

Para compor o relatório, foram considerados dados registrados em cadernos de campo e em Notas Antropológicas produzidas por uma analista pericial ao longo de 14 anos com os Guarani da região.

Além disso, são analisados diversos relatórios produzidos por antropólogos durante a construção de Itaipu e nos anos que a sucedem. Os relatórios foram produzidos por servidores da Funai, pelo Ministério Público do Paraná, pelo Centro de Trabalho Indigenista e por relatos dos próprios indígenas dos tekoha situados no oeste do Paraná.

A obra está estruturada em três partes. Na primeira delas, os autores fazem uma breve caracterização linguística, cultural, espacial e da “territorialidade” da etnia, descrevendo a forma como se deu a contínua presença dos Avá-Guarani na região alagada pela usina, antes do início da construção de Itaipu. Foi abordada, desse modo, uma ampla temporalidade, que vai desde o período pré-colonial até aproximadamente a década de 1950.

A intenção, nesta parte do livro, foi demonstrar que Itaipu não foi a primeira a produzir violações à etnia. Mas, como se verá na parte seguinte, as que produziu tiveram efeitos mais danosos em razão de terem sedimentado situações de violações anteriores, assim como pela irreversibilidade dos danos produzidos, dos pontos de vista ambiental, territorial, sociocultural e simbólico.

Na segunda parte, os autores descreveram o processo de construção da usina e de “invisibilização” dos Avá-Guarani com base em uma perspectiva documental, considerando o período desde a idealização da Usina de Itaipu até a sua conclusão, ou seja, entre as décadas de 1960 e 1980.

Para colocar em prática a construção de Itaipu, comunidades indígenas localizadas na região, entre Foz do Iguaçu e Guaíra, foram

completamente ignoradas, e as famílias indígenas que viviam na região foram tratadas como posseiros e invasores (porque não tinham documentos das terras), sendo delas expulsas sem nenhum ressarcimento.

Na terceira parte, os autores abordaram as formas de resistência que os indígenas adotaram para voltar a ocupar parte dos seus espaços significativos perdidos, assim como a reação da sociedade local e de Itaipu. Com essa última parte, demonstraram como as comunidades afetadas pelo empreendimento se rearticularam e se organizam no presente.

Ao enfatizar as narrativas dos Avá-Guarani e mostrar uma versão muitas vezes omitida pela história oficial, a obra contribui para uma compreensão da relação do Estado brasileiro com os povos indígenas, e do genocídio e do etnocídio — ainda tão presentes — contra esses povos. Trata-se de uma obra que analisa as violações de direitos produzidas pela construção e operação da Usina Hidrelétrica Binacional de Itaipu (UHE Itaipu) contra os Avá-Guarani do Tekoha Guasu Ocoy-Jacutinga e do Tekoha Guasu Guavirá, situados no Oeste do Estado do Paraná, respectivamente, entre os municípios de Foz do Iguaçu e Santa Helena, e Terra Roxa e Guaíra.

Para agravar ainda mais a situação, nos últimos anos Itaipu tem criminalizado lideranças e comunidades por meio de ações judiciais, especialmente de reintegrações de posse e de “crimes ambientais”. Elas têm sido impetradas contra os Guarani que ocupam áreas remanescentes ou as margens de seus reservatórios. A partir da leitura do livro, fica claro que Itaipu destruiu, além de moradias e espaços produtivos, as relações simbólicas, as redes de parentesco, os modos de produção e a própria base dos modos de vida e de significação dos Guarani ao avançar sobre seus lugares históricos e sagrados.

Em depoimento ao jornal “Porém.Net”, em março de 2019, o cacique Fernando Lopes, da aldeia Tekoha Pyau, de Santa Helena, confirma a versão apresentada no livro: “Historicamente nossos parentes viveram aqui, antes de Itaipu alagar as margens do Rio Paraná. Nossos antepassados tiveram que fugir após o alagamento. Essa era uma terra tradicional, aqui era o Tekohá Dois Irmãos, e voltamos para ocupar esse espaço. Mas desde que entramos aqui a Itaipu não nos deixa em paz. Já tentaram três vezes nos despejar, colocar essas famílias nas ruas”.

Segundo o estudo apresentado no livro ora resenhado, no caso de Itaipu, suas ações e omissões desencadearam a violação de uma série de direitos humanos, culturais, territoriais, espirituais e simbólicos dos Guarani, tanto no curso da construção da usina quanto depois. Isto permitiu

que a situação Guarani se agravasse e chegasse ao ponto em que hoje se encontra, com os Guarani vistos como “invasores” e vivendo como os mais desprovidos de recursos e de direitos de toda a região, em razão de um processo histórico relativamente recente e que foi promovido por Itaipu.

A perda de parte de um território histórico e ocupado de modo tradicional, por meio do seu alagamento definitivo e da perda de quase tudo o que nele havia, implicou prejuízos práticos e simbólicos para toda a etnia. Houve, entretanto, contra eles uma intensa atuação colonial, estatal, voltada à negação de sua existência, de sua identidade indígena e de que tinham direitos sobre as terras onde se encontravam. Isto se deu reiteradamente porque reconhecê-los implicaria dificuldades para a realização do “progresso e o desenvolvimento daquela região”.

Na região Oeste do Paraná, a lógica dominante se expressou inicialmente na cessão de terras à Companhia Matte Laranjeira e, na sequência, às colonizadoras, e, mais tarde, na construção de Itaipu, à época a maior usina do mundo. No caso específico dessa usina, o reconhecimento dos direitos territoriais dos Guarani poderia implicar a sua não realização ou custos maiores para a execução do projeto, o que não foi visualizado como solução possível em plena época de ditadura civil-militar.

Passados mais de 40 anos do início da construção de Itaipu, a maioria dos problemas e impactos causados pela construção da obra continuam sem solução. A Terra Indígena Guarani em Santa Helena, por exemplo, não está regularizada, pois aguarda, desde 2009, estudos de identificação e delimitação pela Funai. A não demarcação das terras indígenas provoca obstáculos a muitos direitos básicos constitucionalmente assegurados, como educação, saúde, saneamento, não ofertados pelas entidades responsáveis sob a justificativa de que a área não está oficialmente reconhecida.

Em abril de 2018, houve reunião com lideranças indígenas em Santa Helena, que deliberaram pelo compromisso de não aumentar a população indígena e resolver, com os poderes constituídos, a melhor forma de alocação das famílias que, diante da precariedade de suas instalações, veem negados seus direitos sociais básicos, como água, alimentação, moradia etc.

A obra analisada contribuiu para esclarecer que a luta dos povos indígenas no Oeste do Paraná pela manutenção do território é uma luta desigual, que se inicia com o processo de “descobrimto”, a colonização e a vinda dos padres jesuítas, processo que levou os indígenas a serem aldeados nas Missões. Após o período das missões, por volta da segunda metade do século XIX, surgiram novas pressões sobre o território Guarani

no Oeste do Paraná. Isso se deu a partir das preparações para a Guerra do Paraguai (1864-1870). E assim, sucessivamente, até o tempo presente novos acontecimentos, como a construção da usina de Itaipu, têm colocado os Avá-Guarani em situação de marginalidade.

A partir da leitura do livro tem-se maior clareza de que a perda da territorialidade indígena é algo que antecede a construção de Itaipu. Fazem parte da obra o diálogo com as lideranças indígenas e com pesquisadores e profissionais que já se debruçaram sobre a trajetória do povo Avá-Guarani e a leitura da obra foi fundamental para garantir uma compreensão ampla sobre a questão.

### *Referência*

HAUPTMANN, Claudemir. Luta pelas terras indígenas no Oeste do Paraná tem avanço histórico para o povo Guarani. 14 de setembro de 2018. Disponível em: <https://porem.net/2018/09/14/luta-pelas-terras-indigenas-no-oeste-do-parana-tem-avanco-historico-para-o-povo-guarani/>. Acesso em: 05 nov. 2019.

ENVIADO EM: 02/11/2021  
APROVADO EM: 07/03/2022